

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

MAURÍCIO CUSTÓDIO SERAFIM

SOBRE ESTA IGREJA EDIFICAREI MINHA EMPRESA:
organizações religiosas e empreendedorismo

SÃO PAULO

2008

MAURÍCIO CUSTÓDIO SERAFIM

SOBRE ESTA IGREJA EDIFICAREI MINHA EMPRESA:

organizações religiosas e empreendedorismo

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração de Empresas.

Campo do conhecimento:

Administração Geral e Recursos Humanos

Orientadora:

Ana Cristina Braga Martes

SÃO PAULO

2008

MAURÍCIO CUSTÓDIO SERAFIM

SOBRE ESTA IGREJA EDIFICAREI MINHA EMPRESA:

organizações religiosas e empreendedorismo

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração de Empresas.

Campo do conhecimento:
Administração Geral e Recursos Humanos.

Data de aprovação:

____/____/____

Banca examinadora:

Prof^ª. Dra. Ana Cristina Braga Martes
(Orientadora) – FGV-EAESP

Prof^ª. Dra. Maria Rita Loureiro Durand
FGV-EAESP

Prof. Dr. Carlos Osmar Bertero
FGV-EAESP

Prof^ª. Dra. Cecilia Loreto Mariz
IFCH/UERJ

Prof^ª. Dra. Ruth Cardoso
Comunitas/USP

Dedico esta tese para minha orientadora e
amiga Ana Cristina.

AGRADECIMENTOS

Durante os quatro anos do doutorado conheci muitas pessoas, fiz novos amigos e redescobri outros. Desejo que esses agradecimentos sejam um reconhecimento das tantas dádivas que eu recebi de pessoas especiais.

Antes de todos, a minha mãe, pelo seu apoio e amor.

A minha orientadora, Ana Cristina, que acreditou em mim e pelo seu conhecimento, sabedoria, paciência e firmeza que me fez dar o meu melhor. E também pelos ótimos jantares em sua casa.

Aos membros da banca pela sua generosidade, Maria Rita Loureiro, Cecilia Loreto Mariz e Ruth Cardoso.

Aos meus professores que me ensinaram tanto: Carlos Osmar Bertero, Francisco Aranha, Maria Ester de Freitas, Maria José Tonelli, Thomaz Wood Jr. e Marcos Fernandes Gonçalves da Silva.

Ao pessoal da RAE.

Ao professor Alberto Martinelli, da Universidade de Milão, por ter me aceito para o estágio de doutoramento.

À família Crivelli, por ter me acolhido na Itália.

Aos meus amigos paulistanos Igor Tasic, Felipe Zambaldi, Selim Rabia, Tânia Christopaolus e Eduardo Francisco. De modo especial a minha amiga Rebeca Chu, pelos risos e lágrimas.

Aos meus amigos que, como eu, vieram para essa grande cidade, Pedro Bendassolli, Luis Hernan, Eros Nogueira, Heliani Berlato, Marta Assad e Elvis Wanderley.

Ao meu bom amigo Maní, por ter segurado todas as pontas.

A minha amiga Cris de Medeiros, pelo seu amor.

Ao meu amigo Valdir Fernandes e sua mulher Soraia pelo apoio (inclusive técnico) e amizade 24 horas.

Às pessoas que seguiram um trecho comigo nessa caminhada, Sabrina Vieira Lima, Isabela Leão, Marco Montandon, Jonas Locks Ghisi e Conrado Locks Ghisi.

Ao Movimento dos Focolares, pela generosidade. Um agradecimento especial à Andréa e Márcia Baraúna do Centro Filadelfia, ao Luis Colella, Armando Tortelli, Rodolfo Leibholz, Rubens Loreiro, Corrado Martino, João Manoel, Socorro, Maria do Carmo e Luiz Eduardo de Oliveira.

À Igreja Renascer por ter aceitado fazer parte de minha pesquisa, especialmente ao bispo primaz Raul Fong.

À UNESCO, pelo apoio institucional.

E finalmente, à FGV-SP, por ter me acolhido no seu ambiente acadêmico, e à CAPES e GV-Pesquisa pelas bolsas que tornaram possível o meu doutorado.

“Y se dice que la princesa descendió al reino de su padre, y que ahí reinó con justicia y bondad por muchos siglos, que fue amada por sus súbditos, y que dejó detrás de sí pequeñas huellas de su paso por el mundo, visibles sólo para aquel que sepa donde mirar.”

El laberinto del Fauno

“Que adotemos como princípio de nossa vida o que sempre foi um princípio e sempre o será: sair de si, dar, de maneira livre e obrigatória; não há risco de nos enganarmos”.

Marcel Mauss (2003, p. 301).

RESUMO

Com esse trabalho me propus a abordar o seguinte problema de pesquisa: como as organizações religiosas incentivam o empreendedorismo e apóiam o empreendedor-adepto. A estratégia de pesquisa adotada foi o estudo de caso qualitativo e comparativo de duas organizações religiosas: uma evangélica (Igreja Renascer em Cristo) e outra católica (Movimento dos Focolares). Os dados foram coletados por meio de observação, entrevistas e pesquisa documental.

Viu-se que, de modo geral, as estruturas religiosas das organizações investigadas formam um tipo especial de capital social, denominado de capital espiritual – por meio de “fechamento” de redes sociais, organização social apropriável, obrigações e normas, canais de informações e redes religiosas de ajuda mútua – capaz de criar e sustentar recursos organizacionais – quais sejam, recursos culturais/simbólicos, espaços de formação, informação e apoio espiritual/motivacional – e que são mobilizados de modo a facilitar as ações de seus empreendedores.

Tais recursos dão vantagens relativas a esses empreendedores por oferecerem benefícios tais como: tecnologias religiosas; apoio psicológico; redução dos custos da coleta e acesso à informação, de negociação e do estabelecimento de contratos; informações específicas e interpretadas de acordo com a visão de mundo religiosa; um sistema de significados que cria essa visão de mundo e sustentada pelas estruturas de plausibilidade, dando-lhes maior grau subjetivo de certeza, esperança e fé acerca de seus negócios; prestações de serviços técnicos por parte de membros da organização; desenvolvimento do capital humano devido à aprendizagem contínua por meio de cursos, seminários, palestras, congressos; trocas de experiência; e possibilidades de negócios, incluindo possíveis parceiros, fornecedores e clientes.

Palavras-chave: Relação economia e religião, empreendedorismo, organizações religiosas, recursos organizacionais, sociologia econômica, capital social, capital espiritual, Igreja Renascer em Cristo, Movimento dos Focolares.

ABSTRACT

With this work I intended to approach the following research problem: In which ways do the religious organizations promote the entrepreneurship among their members and how they support the enterprising follower in Brazil? The research has the economic sociology approach and the strategy I employ in my research is a qualitative and comparative case study of two religious organizations. The first one is of the Catholic Church, called Focolare Movement. And the other one is of an Evangelical Church, locally denominated “Renascer em Cristo” (Reborn in Christ). The data were collected through observation, interviews and documental research.

In general, the religious structures of the investigated organizations form a special type of social capital, denominated of spiritual capital – through closure of social networks, appropriable social organization, obligations and norms, information channels and religious networks of mutual aid – capable to create and support organizational resources, which are cultural/symbolic resources, formation, information and spiritual support/motivational spaces, and that are mobilized in a way that facilitates the entrepreneurs’ actions.

These resources give relative advantages to the entrepreneurs, such as: religious technologies; psychological support; reduction of the costs of the collection and access to the information, of negotiation and of the establishment of contracts; specific information and interpreted in agreement with the religious world vision; a system of meanings that creates that world vision and sustained by the plausibility structures, giving them larger subjective degree of certainty, hope and faith concerning their businesses; services rendered technicians by members of the organization; development of the human capital due to the continuous learning through courses, seminars, lectures, and congresses; changes of experience; and possibilities of businesses, including possible partners, suppliers and customers.

Keywords: Relationship between the religious life and the economic life, entrepreneurship, religious organizations, economic sociology, social capital, spiritual capital, Reborn in Christ, Focolare Movement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa conceitual da argumentação de Berger (2004).	50
Figura 02 – Rede sem fechamento (A) e com fechamento (B)	60
Figura 03 – Trecho de uma Bíblia de estudo da linha da Teologia da Prosperidade	79
Figura 04 – Cartão de crédito lançado pela Igreja Católica	90
Figura 05 – <i>Banner</i> da Arepe Expo	143
Figura 06 – Arte de amar e a ação administrativa	180
Figura 07 – Pólo Empresarial Spartaco	198
Figura 08 – Ética econômica de uma religião, segundo Weber	211

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Ministérios da IRC	113
Quadro 02 – Relação de áreas de atuação das empresas disponíveis no <i>site</i> da Arepe	144
Quadro 03 – Síntese dos elementos doutrinários da IRC e MF	207
Quadro 04 – Recursos disponibilizados pelas organizações religiosas para os empreendedores	220

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Católicos e evangélicos no Brasil de 1970 a 2000, em porcentagem	83
Tabela 02 – Balanço EdC no mundo (julho 2006-julho 2007), em milhares de euros	194
Tabela 03 – Distribuição em porcentagem das doações no mundo (julho 2006-julho 2007)	195
Tabela 04 – Perfil das empresas de EdC por número de funcionários	196
Tabela 05 – Perfil das empresas de EdC por faturamento/ano em milhões de reais	196
Tabela 06 – Perfil das empresas de EdC no Brasil por número de funcionários	196
Tabela 07 – Perfil das empresas de EdC no Brasil por faturamento/ano em milhões de reais	196
Tabela 08 – Balanço patrimonial encerrado em 31.12.2006 (R\$)	199
Tabela 09 – Demonstração do resultado do exercício (R\$)	199
Tabela 10 – Empresas do Pólo Spartaco segundo o número de empregos e lucros doados para a EdC	200

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Uma relação antiga e duradoura	18
1.2	Abordagem e estrutura da tese	24
2	RELIGIÃO E VIDA ECONÔMICA	26
2.1	A abordagem da sociologia econômica	27
2.2	Vida econômica e religiosa	31
2.3	Vida econômica e religião nos clássicos: uma breve visão	34
2.4	Vida econômica e religião nos dias atuais	36
2.5	Empreendedorismo e vida religiosa	42
2.6	Organizações religiosas e a situação de mercado	44
2.7	Capital social como elo entre a religião e o empreendedorismo	51
2.7.1	Modelo de Coleman	59
2.7.2	Um tipo especial de capital social: o capital espiritual	61
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	66
3.1	Experiências de campo	72
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS CASOS	76
4.1	Contexto religioso no Brasil: Crescimento dos evangélicos e a reação católica	76
4.1.1	Tipologia, características e desenvolvimento do Pentecostalismo	77
4.1.2	Reação da Igreja Católica	84
4.1.3	Economia das religiões e a expansão neopentecostal	90
4.2	Igreja Renascer em Cristo: “Aqui o seu negócio vai prosperar!”	100
4.2.1	Cenas da vida religiosa	100
4.2.2	A organização e seus atores	108
4.2.3	O discurso, a ética neopentecostal e sua articulação com a vida econômica	116
4.2.4	Empreendedor apostólico	126
4.2.5	Disponibilização dos recursos organizacionais	132
4.2.5.1	Recursos culturais e simbólicos	133
4.2.5.2	Espaços de informação	136
4.2.5.3	Espaços de formação	137
4.2.5.4	Espaços motivacionais/apoio espiritual	139
4.2.6	Dimensão econômica	140

4.3	Movimento dos Focolares: “Ame a empresa do outro como se fosse a sua”	145
4.3.1	Cenas da vida religiosa	145
4.3.2	A organização e seus atores	153
4.3.3	O discurso, a ética focolarina e sua articulação com a vida econômica	162
4.3.4	Empreendedor da EdC	179
4.3.5	Disponibilização dos recursos organizacionais	185
4.3.5.1	Recursos culturais e simbólicos	185
4.3.5.2	Espaços de informação	189
4.3.5.3	Espaços de formação	191
4.3.5.4	Espaços motivacionais/apoio espiritual	191
4.3.6	Dimensão econômica	192
4.4	Experiências comparadas	201
4.4.1	Organização e liderança	201
4.4.2	Doutrina e ética econômica	207
4.4.3	Empreendedor	214
4.4.4	Recursos organizacionais	219
4.4.5	Atando os laços	225
4.4.6	Dimensão econômica	233
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	237
	REFERÊNCIAS	243

1 INTRODUÇÃO

Cultos exaltam negócios e dão orientação financeira. Para “acrescentar à fé os princípios da administração moderna”, o bispo Robson Rodovalho, fundador da Igreja Sara Nossa Terra, oferece aos fiéis, em cultos semanais, auxílio para gerir novos negócios e orientações sobre questões empresariais e financeiras. Além disso, a igreja realiza seminários nos quais são ministradas palestras que abordam matérias específicas de administração – desde recursos humanos e empreendedorismo até finanças. (Folha de S.Paulo, 08/12/2003).

Cartão de crédito evangélico. Os fiéis da Renascer, da Assembléia de Deus e da Convenção Batista Brasileira têm a opção de utilizar cartões de crédito fidelizados do Bradesco com as logomarcas dessas igrejas. (Folha de S.Paulo, 08/12/2003).

O monge e o executivo – de James Hunter – é o livro mais vendido atualmente no Brasil, com cerca de 280 mil cópias, superando o Código da Vinci. Diversas empresas passaram a distribuí-lo entre seus funcionários, entre elas a Gerdau, o Banco Itaú e a Petrobras Transportes. (Jornal Valor econômico, 18/08/2005).

Dízimo da Universal leva Record à vice-liderança. A Record não conseguiria produzir as novelas, os telejornais e os programas de variedades que vêm alavancando seu ibope e suas receitas sem os quase R\$ 500 milhões que a Igreja Universal do Reino de Deus injetou legalmente nela, apenas nos dois últimos anos, comprando espaço na madrugada a preços muito acima da realidade do mercado. A rede do bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal, já é, desde o início deste ano, a segunda maior audiência da TV brasileira no horário nobre (18h/24h). Alexandre Raposo, presidente da Record, estima que sua emissora fechará 2006 com uma receita bruta de R\$ 950 milhões - R\$ 150 milhões a mais do que o SBT. Desses R\$ 950 milhões, pelo menos R\$ 240 milhões sairão do dízimo depositado pelos fiéis da Universal, segundo estimativas do mercado. Esse valor já coloca a igreja (que compra horários em outras TVs) entre as instituições que mais investem em propaganda no país. (Folha de S.Paulo, 04/06/2006)

São Paulo, 19 de maio de 1991. A italiana Chiara Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares, em discurso feito aos membros do Movimento, convida-os, em especial os empresários, a contribuírem para a superação da pobreza no interior do movimento, direcionando parte dos lucros das empresas para esse fim. E acrescentou que seria necessária uma transformação cultural no âmbito econômico, que tivesse a fraternidade como novo critério. Nasce a “economia de comunhão na liberdade”. No Brasil foi constituído um pólo industrial que atualmente abriga sete empresas de setores distintos e que quer servir de modelo do que denominam de um “novo agir econômico”.

São Paulo, um dia qualquer do final do ano. Ao caminhar em direção à plataforma do metrô, podia ser visto um anúncio: “Cartão de crédito evangélico: Você é, você tem”. Ao sair do metrô, um jovem entrega um informativo na forma de um pequeno folheto contendo os dias e horários de cultos direcionados a empresários e convidando para o Congresso de Empresários dos 318 pastores. O tema do congresso é “sucesso, fé e inteligência”.

O tema que me proponho investigar nesta tese é a relação entre a vida econômica e a vida religiosa. Tenho como ponto de partida a seguinte pergunta de pesquisa: Como as organizações religiosas estão fomentando o empreendedorismo no Brasil? Darei especial atenção ao enfoque dos aspectos doutrinários e recursos organizacionais que proporcionam apoio ao empreendedor. Para isso, foram realizados dois estudos de casos qualitativos e comparativos: o Movimento dos Focolares, da Igreja Católica, e a Arepe da Igreja Renascer em Cristo, da linha neopentecostal. Essas duas organizações religiosas se destacam por mobilizarem parte de sua estrutura para adeptos que são ou pretendem ser empreendedores e por terem um discurso favorável aos negócios, cada uma delas com suas respectivas doutrinas e afinidades.

A pesquisa empírica mostra que as estruturas religiosas dessas organizações fomentam um tipo especial de capital social (Bourdieu, 1988; Coleman, 1988), que será denominado de capital espiritual (Berger e Hegner, 2003), capaz de criar e disponibilizar recursos organizacionais – quais sejam, recursos culturais/simbólicos, espaços de formação, informação e apoio espiritual/motivacional– e que são mobilizados de modo a facilitar as ações dos empreendedores que freqüentam essas organizações. Tais recursos dão vantagens relativas aos empreendedores por proporcionarem benefícios, tais como: “tecnologias religiosas”; apoio psicológico; redução dos custos da coleta e acesso à informação, de negociação e do estabelecimento de contratos; informações específicas e interpretadas de acordo com a visão de mundo religiosa; um sistema de significados que cria essa visão de mundo e sustentada pelas “estruturas de plausibilidade”, dando-lhes mais certeza, esperança e fé acerca de seus negócios; prestações de serviços técnicos por parte de membros da organização; desenvolvimento do capital humano devido à aprendizagem contínua por meio de cursos, seminários, palestras, congressos; trocas de experiência; e possibilidades de negócios, incluindo possíveis parceiros, fornecedores e clientes.

O tema de pesquisa, os dados recolhidos e a discussão bibliográfica proporcionaram uma discussão que pode ser enquadrado em dois grandes debates. Primeiro diz respeito à disputa por fiéis entre as igrejas pentecostais e a Igreja Católica Romana na América Latina. Uma de minhas motivações e desafios da escolha do procedimento comparativo da pesquisa foi a de notar na bibliografia que a inovação econômica ainda está ligada às igrejas protestantes e, em decorrência, dos evangélicos. Essa tese procura dar uma contribuição a essa questão.

O segundo refere-se à disseminação, principalmente pela imprensa, da idéia que as organizações religiosas estão se aproximando cada vez mais das empresas contemporâneas. Percebe-se o crescimento da adoção dessa gestão empresarial em muitas igrejas evangélicas e, bem mais recentemente, na Igreja Católica. Geralmente argumenta-se que isso se deve à expansão da lógica econômica (ou racionalidade instrumental) para outras esferas da vida, incluindo a religiosa. Utilizo os trabalhos de Peter Berger (2004) para mostrar que há realmente uma adaptação dessas igrejas a uma situação do mercado, com a adoção de estratégias de comunicação, de *marketing*, e racionalização de seus processos organizacionais. Adicionalmente, também procuro evidenciar que a esfera religiosa não é meramente adaptativa, mas capaz de influenciar o comportamento econômico ao oferecer visões de mundo e recursos aos adeptos que se ocupam com a atividade empreendedora.

1.1 Uma relação antiga e duradoura

Gostaria de iniciar esta introdução destacando o que já é sabido: longe de ser um tema novo, a relação entre vida econômica e vida religiosa se fez presente desde os primórdios da humanidade. Em torno de cinco mil anos atrás, começaram a utilizar a escrita para três finalidades: expressar a própria angústia, orar e expressar as necessidades econômicas (Bruni, 2003). Essa gênese comum representa os dois principais problemas do homem em sociedade: sua sobrevivência biológica (relacionada à vida econômica) e o significado de sua existência (relacionado à vida religiosa). Em toda sociedade há um conjunto de ações simbólicas – condicionadas principalmente pela experiência do significado – e atividades de natureza econômica, condicionadas pelo imperativo da sobrevivência, que inclui a maximização dos recursos (Ramos, 1989). Entretanto, nas sociedades pré-capitalistas, a vida simbólica – que inclui o sistema religioso – foi predominante e a vida econômica era relegada a condições periférica e subordinada à vida social, sendo difícil identificar trocas entre indivíduos cuja motivação fosse unicamente a econômica (Polanyi, 1988). Em outras palavras, nas sociedades primitivas a vida econômica era totalmente imersa na vida simbólica e nas relações sociais.

Mauss (2003, p. 302)¹ vai mais longe e afirma que nas sociedades “arcaicas” a esfera econômica tem origem religiosa: “A noção de valor funciona nessas sociedades; excedentes muito grandes, em termos absolutos, são acumulados; eles são gastos em geral inutilmente, com um luxo relativamente enorme e que nada tem de mercantil; há signos de riqueza, espécies de moeda, que são intercambiados”. E continua: “Mas toda essa economia muito rica está cheia de elementos religiosos: a moeda tem ainda seu poder mágico e ainda está ligada ao clã ou ao indivíduo; as diversas atividades econômicas, por exemplo o mercado, ainda estão impregnadas de ritos e mitos; conservam um caráter cerimonial, obrigatório, eficaz [...]”. E conclui: “Desse ponto de vista, respondemos já à questão [...] da origem religiosa da noção de valor econômico”.²

Mauss ainda afirma que o homem se transformou em um animal econômico (que age de acordo com o *ethos* utilitário) apenas recentemente, nas sociedades ocidentais. Como ele mostra, em sociedades pré-capitalistas as trocas eram realizadas por coletividades (clã, tribo, família etc.) e não por indivíduos, e o que eles trocavam incluía, mas não exclusivamente, bens econômicos. Antes de tudo eles trocavam “[...] amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente” (Mauss, 2003, p. 191). Nesse sentido, os indivíduos realizavam, entre outras coisas, trocas econômicas que não prescindiam da cultura – e nela a religião inclusa – e que, por isso, estavam longe do modelo de comportamento do *homo economicus*. Em outras palavras, a ação econômica era socialmente localizada, e as relações com as divindades exerciam um papel fundamental nessa delimitação, estabelecendo uma proximidade entre o econômico e o religioso difícil para uma mente moderna conceber.

No Ocidente, durante o período medieval, a relação entre economia e religião possui um teor semelhante das sociedades “arcaicas” no sentido de uma regulação da vida econômica pelas instituições culturais e da irrelevância social do mercado como um espaço de trocas econômicas constituído de oferta, demanda e sistema de preços. Assim como nas sociedades “arcaicas”, e mesmo considerando suas diferenças econômicas, há em comum o fato de que a reciprocidade é o critério preponderante das trocas econômicas (Le Goff, 2007; Mauss, 2003; Polanyi, 1988). Já na sociedade medieval, tal reciprocidade é fundada nas redes de relações

¹ Apenas para constar, é interessante como Mauss antecipa Polanyi ao sublinhar que a economia das sociedades arcaicas não é uma versão mais simplória da economia de mercado moderna e, portanto, não há uma evolução dos sistemas de mercado, do escambo rumo ao sistema financeiro. Ele afirma que nessas sociedades já havia a noção de crédito, de juros e prazo, por exemplo, mas sempre imersas nas relações sociais (e aqui acredito também que Mauss antecipou Polanyi a noção de imersão social [*embeddedness*]).

² Passagem inspirada em Apgaua (1999, p. 70).

cristãs. De fato, a religião e a organização Igreja Católica eram o padrão das instituições humanas e abrangia todos os aspectos da vida (Tawney, 1971). A esfera econômica estava inclusa nessa pretensão universalista de igreja, sendo conformado à religião e fazendo parte da teologia moral. À época, a sociedade não era entendida como expressão do interesse econômico, mas unida por um sistema de obrigações mútuas, cuja analogia ao corpo humano³ é a mais próxima de como tal sociedade pode ser descrita: formada por diferentes membros que possuem, cada um, sua própria função. A religião deu a essa descrição um significado ético e considerou-o como a expressão de um plano divino de sociedade, racionalizando, dessa forma, as desigualdades sociais e o *status* dos indivíduos (Tawney, 1971).

É preciso destacar que muitos pensadores medievais – entre eles São Tomás de Aquino e Santo Antonino – deram importantes contribuições ao pensamento econômico da época acerca da teria de preço,⁴ juros, dinheiro e que exerceram influência considerável no pensamento mercantilista. Entretanto, suas suposições fundamentais que caracterizam o pensamento da época são duas: “que os interesses econômicos se acham subordinados à real empreitada da vida, que é a salvação, e que a conduta econômica é um aspecto da conduta pessoal, para a qual [...] as regras da moralidade são obrigatórias” (Tawney, 1971, p. 46). De um modo mais amplo, sua contribuição consiste na “insistência de que a sociedade é um organismo espiritual [...] e que a atividade econômica, que é um elemento subordinado dentro de uma vasta e complexa unidade, tem de ser controlada e reprimida por referência aos fins morais para os quais fornece os meios materiais” (Tawney, 1971, p. 76). Dessa forma, toda atividade econômica estava relacionada e subordinada a um fim moral, o que, em outros termos, significa que estava condicionada pelas relações sociais.

Para citar um exemplo concreto, Le Goff (2007) analisou a questão da usura no século XII e XIII e mostrou como a religião cristã impactou na vida econômica da época ao colocar obstáculos para o surgimento do sistema capitalista por meio da condenação da imoralidade da prática usurária. Como afirma o autor, toda consciência naquele período histórico era uma consciência religiosa, e, por isso, o medo de ser condenado ao inferno – da forma como a igreja punha essa condição para os usurários – fez com que a prática fosse delimitada na vida social. Porém, o problema da usura na teologia moral foi se modificando ao longo do tempo e a igreja foi redefinindo os critérios para essa prática, culminando na invenção do purgatório do séc. XIII, com a reforma gregoriana. Isso deu ao usurário a esperança de escapar do

³ Principalmente entre os séc. XII e XVI (Tawney, 1971, p. 37).

⁴ A discussão atual sobre o preço justo, principalmente na Economia Solidária, é herdeira da discussão do preço justo dos escolásticos. Para uma análise histórica do preço justo, veja Tawney (1971, cap. 1).

inferno (porque abriu a possibilidade de arrependimento pós-morte) e, dessa forma, o obstáculo religioso à economia foi eliminada pela própria igreja, permitindo que a sociedade daquela época iniciasse seu caminho em direção ao capitalismo.

Com o fim da Idade Média, há o enfraquecimento da tarefa clássica da religião de “construir um mundo em comum no âmbito do qual toda a vida social recebe um significado último que obriga a todos” (Berger, 2004, p. 145). A razão toma lugar da revelação e os critérios das instituições políticas e econômicas deixaram de ser a autoridade religiosa e passaram a ser a conveniência e o interesse, respectivamente. A religião deixa de ser uma preocupação central da humanidade reduzindo-se a um compartimento da vida. A teoria social e econômica começou a se desenvolver a partir do momento em que se deu uma interpretação naturalista e não mais religiosa, tendo como consequência as mudanças na concepção da natureza e das funções da igreja. Com a secularização da filosofia social e econômica, a sociedade – antes vista como síntese – se dissolve em seus elementos: política, comércio e exercícios espirituais. Cada uma dessas esferas assumem dinâmica própria e independente, obedecendo suas próprias leis. Dessa forma, a idéia de uma hierarquia de valores que abrange todos os interesses e atividades humanas em um único sistema que tem como principal critério a religião, “[...] é substituída pela concepção de compartimentos separados e paralelos, entre os quais um equilíbrio adequado deve ser mantido, mas não possuem conexão vital uns com os outros” (Tawney, 1971, p. 26).

O desmembramento da Igreja Católica devido à Reforma coincide com a desvinculação da imagem da sociedade como um único corpo. Agora, a religião se limita a esferas específicas da vida social e que podem ser separadas dos setores secularizados da sociedade. Dessa forma, valores importantes na esfera privada são irrelevantes ou indiferentes em outros contextos fora dela. Por exemplo, um indivíduo religioso que segue as normas familiares legitimadas pela religião pode conduzir suas atividades na esfera econômica sem a observação de valores religiosos de qualquer tipo. E mais: sem se sentir condenado. Segundo Berger (2004), a área inicial da secularização⁵ – que delimitou o espaço da religião na sociedade moderna – foi a economia, em setores formados pelos processos capitalistas e industriais. Para o autor, “a moderna sociedade industrial produziu um setor ‘localizado’ no

⁵ O autor entende secularização – e adoto esta definição – como o “processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos. Quando falamos sobre a história ocidental moderna, a secularização manifesta-se na retirada das Igrejas cristãs de áreas que antes estavam sob seu controle ou influência: separação da Igreja e do Estado, expropriação das terras da Igreja, ou emancipação da educação do poder eclesiástico, por exemplo. Quando falamos em cultura e símbolos, afirmamos implicitamente que a secularização é mais que um processo socioestrutural. Ela afeta a totalidade da vida cultural e da ideação e pode ser observada no declínio dos conteúdos religiosos nas artes, na filosofia, na literatura e, sobretudo, na ascensão da ciência, como uma perspectiva autônoma e inteiramente secular, do mundo” (Berger, 2004, p. 119).

centro que é algo assim como um ‘território livre’ com relação à religião. A secularização partiu daí ‘para fora’ na direção das outras áreas da sociedade” (Berger, 2004, p. 141).

De um outro ponto de vista, Hirschman (1979) afirma que durante a Renascença, prosseguindo pelo séc. XVII, surgiu a convicção de que a filosofia e os preceitos religiosos já não eram mais suficientes para controlar as paixões destrutivas do homem. Por isso, o homem começa a ser concebido “como ele realmente é”, para que sua natureza seja dissecada no intuito de entendê-la para controlá-la. Não há mais o “dever ser” ético religioso, apenas o “ser”. É o declínio do *homo religiosus*. O mundo, a partir de então, seria concebido como governado e aprimorado pelo interesse – no sentido de “razoável amor próprio” – o único motivo dominante no comportamento humano capaz de proporcionar previsibilidade e estabilidade social. As normas sagradas de orientação da conduta do indivíduo e regulação da sociedade são substituídas por ele. Dessa forma, o homem come a fruta da árvore do conhecimento.⁶ Não precisa mais de Deus: é auto-suficiente, autônomo, independente, auto-referenciado, inclusive acerca do bem e do mal. Em Adam Smith, o “vício” e a “paixão” são substituídos por “vantagem” e “interesse”.⁷ Os “vícios privados”, outrora condenados pela moral cristã, transformam-se em “benefícios públicos”. É a ascensão do *homo economicus* como pressuposto de comportamento na esfera pública. Esse “território livre” foi ampliando-se e, como mostra Polanyi, enfim o séc. XIX coroa o mercado como a instituição determinante da vida econômica e da sociedade.

A sociedade e a economia constituem-se na Modernidade de tal forma que é possível estabelecer uma diferença essencial com o pensamento econômico medieval. Enquanto a primeira “se refere à conveniência econômica, seja como for interpretada, para a justificação de qualquer ação, política ou sistema de organização específicos”, a segunda “parte do ponto de vista de que existe uma autoridade moral à qual é mister subordinar as considerações de conveniência econômica” (Tawney, 1971, p. 54). Tal diferenciação seguirá até os dias atuais.

Como a relação entre economia e religião se apresenta hoje? Como será visto mais adiante no capítulo 2, para Wuthnow (1994) tal relação do ponto de vista empírico mostra-se muito presente. Por exemplo, as instituições religiosas na maioria dos países ainda permanecem com poder para manifestar suas opiniões acerca de questões econômicas e empregar recursos capazes de proteger seus interesses e ideologia. Além disso, a maioria das instituições religiosas modernas aprendeu a se adaptar a mudanças relativas ao contexto

⁶ Gênesis 2, 16-17.

⁷ Hirschman (1979) sugere que o impacto da obra “A riqueza das nações” foi estabelecer uma poderosa justificativa *econômica* para a busca desimpedida de interesse próprio, enquanto nos autores como Montesquieu e os Fisiocratas, a insistência era nos efeitos *políticos* dessa busca.

econômico e, dessa forma, conseguem influenciar o comportamento econômico de modo inovador. Por exemplo, afirma Wuthnow, se a doutrina da recompensa em outro mundo conforta as classes sociais menos favorecidas, essa mesma doutrina não faz sentido para a classe média. Então, para essa classe, as igrejas podem enfatizar um papel “terapêutico”, isto é, como fazer com que seus membros se sintam melhores acerca de si mesmos, seu trabalho e seus bens. Outro exemplo de adaptação aborda diretamente um dos temas desta tese: as igrejas estão oferecendo recursos organizacionais e discursos que incentivam e apóiam os empreendedores e seus negócios, conferindo-lhes, inclusive, categorias próprias, tais como “empreendedor apostólico” e “empreendedor de EdC”.⁸

Apesar da importância história e atual do tema vida religiosa e vida econômica, parece-me que ainda há certa resistência na academia em se considerar a religião como um elemento da cultura tão fundamental como qualquer outro no que tange à vida econômica. Em particular, no campo da Administração há um vácuo de conhecimento sobre o tema, apesar de que desde Max Weber sabemos que a religião é capaz de influenciar as motivações, critérios de tomada de decisão, formas de comportamento no trabalho e de consumo. Afinal, foi a partir de uma seita protestante que ao mundo conheceu o “espírito do capitalismo”, mudando a dinâmica organizacional com o trabalho metódico e busca pela eficiência, o que influenciou de forma decisiva e definitiva o vetor concorrencial entre as empresas capitalistas. Então, por que a religião está sendo relegada ao segundo plano como tema de estudo?

Acredito que o trabalho de Stark, Iannaccone e Finke (1996) pode oferecer uma resposta. Os autores atribuem esta ausência a um tipo de ceticismo que remonta à própria tradição das ciências sociais em estudar os fenômenos religiosos. No séc. XVIII era atribuída à religião processos de pensamento primitivos, e para os pensadores dessa época (Hume e Comte, para citar alguns), era inevitável o declínio da religião com a ascensão do mundo moderno na medida em que as pessoas adquirissem uma compreensão racional da realidade. No séc. XIX e XX relacionaram religião ao um processo de pensamento irracional e ignorante de pessoas “primitivas”. O embate fazia parte de uma agenda velada de membros de uma “nova ordem que estava em guerra com a velha ordem”, dominada pela Igreja Católica. Acreditavam que a ciência estava conduzindo-os a uma nova era que suprimiria as superstições e as estruturas opressoras que a Igreja tinha promovido por muitos séculos. Acreditavam que as formas religiosas tradicionais seriam coisa do passado. Os proponentes da

⁸ Como será visto no capítulo de apresentação e análise dos dados

“mente primitiva” foram agnósticos ou ateus, que tinham nas religiões “primitivas” uma arma que poderia ser usada com efeito mortal contra a Igreja.

O argumento era o seguinte: se a religião “primitiva” pudesse ser explicada como uma aberração intelectual, como uma ilusão induzida por estresse emocional, ou por sua função social, implicaria que as religiões tradicionais também poderiam ser desacreditadas. Entretanto, tais pesquisadores obtinham seus dados das bibliotecas e de reportes escritos por viajantes. Muitas vezes as fontes estavam incorretas, eram enganosas ou incompletas. A tradição “mente primitiva” entrou em declínio quando antropólogos como Malinowski – com o seu método face a face de pesquisa – começaram a encontrar evidências que desacreditavam suas afirmações. Mas o declínio da tese “mente primitiva” não aniquilou a visão complementar da religião como uma forma de regressão a épocas pré-científicas. Ainda permaneceu um sentimento anti-religioso através do séc. XX. Muitos sociólogos atribuíram um caráter irracional ou não-racional à fé religiosa. Outros seguiram Karl Marx e continuaram a ver a religião como uma ferramenta de alienação e ideologia (“o ópio do povo”). Os psicanalistas e alguns psicólogos viam a religião como “neurose”, “ilusão”, “perversão”, “inebriante” e “infantilidade a ser superada”, diagnosticando a religião como psicopatologia.

Em resumo, de acordo com Stark, Iannaccone e Finke, houve uma forte tendência a se considerar a mente religiosa como primitiva, pré-científica e não-racional, o que levava às seguintes considerações: (a) a religião deve declinar inevitavelmente com o avanço da ciência e da tecnologia; (b) as pessoas se tornam menos religiosas e mais céticas em relação à fé na medida em que adquirem mais educação, particularmente uma educação familiarizada com a ciência; e (c) o número de membros de uma religião é a consequência de doutrinação (induzindo a valores aberrantes) ou psicologia anormal (devido a traumas ou neuroses). Segundo os autores, atualmente a tendência é que essas considerações sejam gradualmente desacreditadas, principalmente porque a religião continua a ser uma importante instituição em vários países, apesar do crescimento sem precedentes da educação e da tecnologia. Contudo, o importante a ser enfatizado é que grande parte dos estudos científicos sobre a religião – e sua influência – foram deficientes em considerá-la como um fenômeno a ser explicado.

1.2 Abordagem e estrutura da tese

Adotei a sociologia econômica como abordagem teórica pela sua pertinência na investigação da relação entre as esferas econômica e religiosa. Entendo a sociologia

econômica como a aplicação dos conceitos e procedimentos metodológicos da sociologia na investigação de fenômenos econômicos (Swedberg, 2004; Smelser e Swedberg, 2005b). Tal abordagem foi útil para a pesquisa empírica por dar ênfase tanto à racionalidade quanto à “relacionalidade” das ações econômicas, por explorar o caminho dos aspectos culturais na análise dos fenômenos econômicos, e pela distinção weberiana dos fenômenos enfocados pela sociologia econômica (veja o capítulo 2). Além disso, acredito que essa abordagem permite superarmos a afirmação comum de que as igrejas estão mergulhadas no processo de “mercantilização” do mundo – que pressupõe a preponderância da economia sobre as demais esferas da vida e que lhes imprime a sua lógica – ao identificar e analisar situações em que, por exemplo, as redes sociais provindas da religião possuem papel preponderante sobre as decisões de negócios do empreendedor.

O trabalho procura apresentar uma contribuição à lacuna no conhecimento da relação da religião com a vida econômica no campo da Administração, como apontado anteriormente. Para isso, a tese está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo – “Religião e vida econômica” – explico a abordagem teórica, de modo que seja possível analisar e compreender o entrelaçamento entre as duas esferas. Além da sociologia econômica, ocupo-me dos conceitos de capital social e espiritual como um elo conceitual entre as duas esferas, finalizando com a discussão acerca da organização religiosa e a sua situação de mercado. No segundo capítulo – “Procedimentos metodológicos” – exponho o desenho, as estratégias e técnicas de pesquisa que utilizei na coleta e interpretação dos dados. Adiciono um pequeno relato de como foi a experiência no campo de uma perspectiva mais pessoal. O terceiro capítulo se destina a apresentar e analisar os estudos de caso. Introduzo esse capítulo com uma discussão sobre o crescimento dos evangélicos no Brasil e a reação da Igreja Católica. Em seguida, apresento o caso da Igreja Renascer em Cristo e do Movimento dos Focolares e suas experiências econômicas por meio de cinco dimensões: a organização; a doutrina, sua ética econômica e sua articulação com a economia; o empreendedor; a disponibilização de recursos organizacionais; e, a dimensão econômica. Finalizo o capítulo fazendo uma comparação entre essas dimensões de cada organização. No último capítulo da tese exponho as conclusões da pesquisa e exploro os possíveis desdobramentos que podem gerar futuros trabalhos.

2 RELIGIÃO E VIDA ECONÔMICA

Edvaldo era policial e fundou uma empresa de segurança em 1998. Mas os negócios e a vida pessoal não iam bem. A empresa estava prestes a ir à falência e ele se comportava de modo violento e constantemente pensava em suicídio. Assistindo à televisão conheceu o programa da Bispa Sônia, na Rede Gospel e, por conta disso, resolveu visitar a igreja. No início de 1999 começou a freqüentar os cultos da Arepe às segundas-feiras e, logo depois, também ia a outros cultos da igreja. Após entender que Deus restaura, decidiu se batizar. Porém, nos meses seguintes perderia praticamente tudo ao ter dado brecha à atuação do diabo por ter continuado com um estilo de vida pecaminoso. Arrependido, fez votos a Deus, ofertas à igreja e começou a pagar o carnê do Gideão, e sua situação começou a melhorar no final daquele ano em diante, até que em 2005, ele foi condenado a um ano de prisão acusado de um crime que diz não ter cometido. A empresa continuou a funcionar e estava com 19 funcionários após o cumprimento de sua pena. Dois anos depois ele emprega cerca de 50 pessoas, atribuindo esse crescimento a sua confiança total em Deus e à contínua participação na igreja (de 3 a 4 dias por semana). Ao se sentir fragilizado, recorre às conversas e bênçãos de bispos e pastores, e os cinco serviços filantrópicos em que está envolvido – todos da igreja – fazem-lhe muito bem. Sua maior preocupação nos negócios não é com a situação do mercado onde atua, mas com a vontade de Deus porque “quando se está no caminho de Deus, se consegue tudo”. Hoje, Edvaldo se considera um evangélico “radical”, um servo de Deus e um empresário bem-sucedido.

Wilson estava em silêncio. Chegou a hora de comungar, como fazia todos os domingos desde a sua primeira comunhão. Enquanto a canção era entoada, ele vai para a fila, e com apreensão e esperança a recebe. Ele volta ao seu lugar e fica de joelhos até após o final da missa. Sua empresa é vinculada à economia de comunhão e está com problemas financeiros porque seu maior cliente cancelou o contrato e não iria mais expor os produtos da empresa de Wilson no supermercado. Após a missa, um focolarino percebe que ele continua de joelhos rezando, o que significa que não está bem. O focolarino o espera fora da igreja e tenta lhe oferecer algumas palavras de conforto. Diz a ele que é importante acolher esse momento de sofrimento e o aconselha a confiar em Deus e a continuar a amar. Wilson agradece e decide contar para a comissão regional de economia de comunhão o que estava acontecendo. A primeira atitude da comissão foi a de assegurar a unidade com ele e a de propor ações para tentar ajudá-lo. Uma delas foi o envio de cartas para o supermercado reclamando, na condição de clientes, da falta do produto da empresa do Wilson. Outro empresário que aderiu à economia de comunhão logo no seu início, ao saber da situação por meio da comissão regional, ofereceu um empréstimo que ajudou a reequilibrar suas contas. Contando com a ajuda do “sócio invisível”, sua empresa voltou a expor seus produtos nas prateleiras do supermercado e conseguiu restituir o empréstimo.

Esses dois relatos são de pessoas reais com nomes fictícios. As duas narrativas trazem como pano de fundo o entrelaçamento entre a vida religiosa e a vida econômica ou, mais especificamente, o entrelaçamento da religião com o empreendedorismo, fenômeno que estou abordando. O que pretendo nesse capítulo é explorar uma abordagem teórica capaz de compreender esse entrelaçamento, manifestado particularmente no apoio que as organizações religiosas oferecem ao empreendedorismo. Fazendo uso da sociologia econômica, que

permite recuperar a discussão entre os pensadores clássicos da área sobre a relação entre religião e economia, defendendo que a incorporação do conceito de capital social/espiritual como questão-chave desta questão de pesquisa porque as organizações religiosas fomentam e disponibilizam um tipo específico de capital social – o capital espiritual – que favorece os negócios criando recursos organizacionais.

2.1 A abordagem da sociologia econômica

A sociologia econômica é entendida nesse trabalho como o estudo de fatos econômicos concebendo-os como fatos sociais⁹ (Steiner, 2006) ou, dito de outra forma, é a aplicação da abordagem conceitual e metodológica da sociologia na investigação de fenômenos econômicos (Swedberg, 2004; Smelser e Swedberg, 2005b). Ela será útil como abordagem para a pesquisa empírica devido às seguintes contribuições: mudança de ênfase da racionalidade para a “relacionalidade”¹⁰ na crítica à economia e na pesquisa dos fenômenos econômicos; o acréscimo dos aspectos culturais na análise da ação econômica; e, a distinção weberiana dos fenômenos enfocados pela sociologia econômica.

A primeira contribuição proveniente da nova sociologia econômica é o que chamo de “*embeddedness turn*”. Essa “virada” significa a mudança de enfoque da crítica à economia a partir do seu pressuposto de racionalidade para a crítica à economia a partir do seu pressuposto de atores isolados. É nessa mudança de perspectiva de análise – nomeadamente, que a economia é limitada por não considerar a importância das estruturas sociais – que a ideia de imersão [*embeddedness*] se coloca como uma proposta teórica alternativa (Swedberg, 2003, 2004). E essa “virada” também influenciou os estudos da relação entre a religião e a vida econômica, que será visto em seguida.

O precursor desta proposta foi Granovetter (1985, 2007) ao argumentar que a teoria da economia neoclássica se equivoca ao considerar os atores econômicos como seres atomizados. O autor sugere que se poderia fazer uma fusão entre a ideia de imersão social de Karl Polanyi (1988) e a teoria de redes para superar esta limitação da teoria econômica. Dessa perspectiva, os atores econômicos fazem parte de estruturas de interações e seus

⁹ Segundo Durkheim (1978), fato social é toda a maneira de fazer, pensar e de sentir externas ao indivíduo e que é suscetível de exercer sobre ele uma coação. (Estou ciente que a definição de sociologia econômica de Steiner é durkheimiana).

¹⁰ As aspas são porque a palavra não está dicionarizada em português.

comportamentos econômicos estão imersos em redes de relações interpessoais. O trabalho da sociologia econômica seria então a descrição, interpretação e explicação de como a ação econômica é estruturada por meio dessas redes. Para Smelser e Swedberg (2005b), a consequência teórica dessa proposta é a de considerar que as ações econômicas são orientadas muito mais pelas complexas redes sociais existentes do que pela busca da maximização.

A segunda contribuição é oferecida pelos críticos dessa proposta de Granovetter, ao enfatizarem que a abordagem estrutural omite muitos aspectos da ação econômica, tais como a relação com o nível macroeconômico, a cultura e a política (Smelser e Swedberg, 2005b). Para preencher esta lacuna, Zukin e DiMaggio (1990) propõe que as pesquisas considerem não somente a dimensão estrutural da imersão mas, adicionalmente, as dimensões política, cultural e cognitiva. De acordo com os autores, *imersão* refere-se à natureza contingente da ação social em relação à cognição, cultura, estrutura social e instituições políticas. Para ficar apenas com a dimensão cultural,¹¹ os autores sugerem a idéia de “imersão cultural” da ação econômica, isto é, a cultura afeta as decisões econômicas por meio de crenças e ideologias, pressupostos tomados como certos, ou por meio de sistemas de normas formais.

Acerca do entrelaçamento entre a cultura e a economia, DiMaggio (2003) explora o modo como os sistemas de classificação e normas condicionam a inclinação de se agir intencionalmente de acordo com a racionalidade econômica ou o modo como condicionam a definição de certas situações em que tal comportamento não é aceitável ou que se deve modificá-lo (ou mesmo camuflá-lo) para se tornar apropriado. Por exemplo, a capacidade das pessoas de realizar uma troca econômica de forma impessoal¹² depende do contexto social em que ela ocorre: num supermercado o nível dessa capacidade é alto, enquanto num mercado de bairro ou numa igreja essa capacidade é menor. As bases de classificação entre o sagrado (coisas que não devem ser mercantilizadas ou que não são expressas em termos monetários) e o profano, bem como a demarcação da fronteira que os distingue, são importantes para se compreender a variação das orientações da ação econômica acerca dos diferentes bens e serviços. Outra classificação que o autor faz e que também será pertinente à pesquisa é referente à fronteira entre os “de dentro” e os “de fora” – ou, de uma outra perspectiva, a fronteira entre “nós” e “eles” –, que reforça a restrição social de transações econômicas impessoais. Uma transação econômica entre os “de dentro” geralmente é acompanhada por

¹¹ Para DiMaggio (2003, p. 167-68), o termo cultura “diz respeito à cognição social, ao conteúdo e as categorias do pensamento consciente e a tudo aquilo que tomamos por certo. A cultura consiste em cognições partilhadas que variam no seio de qualquer população teoricamente relevante”. Por “cognitivo” o autor entende o conjunto de fenômenos conscientes e pré-conscientes que constituem a vida mental do ser humano.

¹² Trocas econômicas de forma impessoal é o que prevê o modelo do homem econômico racional.

símbolos que refletem o pertencimento ao grupo, como conversas informais, redução de preços, e concessão de crédito e dispositivos de garantias informais (DiMaggio, 2003, p. 177).

Acerca dos *fenômenos econômicos* – objetos de pesquisa da sociologia econômica –, eles compreendem as dimensões da produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços escassos. De modo mais amplo, Weber (2004b) propõe que os fenômenos estudados podem ser distinguidos em três tipos. Antes de nomeá-los, o autor explica que o caráter de tais fenômenos não é intrinsecamente objetivo, mas está condicionado pela orientação do interesse de conhecimento do investigador, sendo que tal orientação é definida de acordo com o significado cultural que é atribuído a cada evento.

A primeira dessas distinções é denominada de “fenômenos econômicos” propriamente dito, por conta do vínculo de seu significado social em seu aspecto estritamente econômico, ou seja, são fenômenos que interessam ao investigador essencialmente sob essa perspectiva e que geralmente possuem como objeto instituições que foram criadas ou são utilizadas primordialmente e deliberadamente para fins econômicos. Na segunda distinção, denominada de “fenômenos economicamente condicionados”, tais fenômenos não são originalmente econômicos, mas sofrem em determinadas circunstâncias uma influência de motivos econômicos.¹³ E na terceira distinção, denominada de “fenômenos economicamente relevantes”, não há um interesse primordial do seu significado econômico,¹⁴ mas em determinadas circunstâncias esses fenômenos podem adquirir-lo decorrente de sua intervenção na vida econômica. Em outras palavras, são fenômenos não econômicos que em determinadas circunstâncias podem influenciar algum fenômeno econômico. E Weber (2004b, p. 80) conclui que esses aspectos não existem de forma pura na realidade social e que “um fenômeno só conserva a sua qualidade de ‘econômico’ na estrita medida em que o nosso *interesse* está exclusivamente centrado no seu *significado* para a luta material pela existência”.

Historicamente, a sociologia econômica pode ser dividida em três fases. A primeira é convencionalmente chamada de *sociologia econômica clássica*, e abrange os anos 1890-1920. Provavelmente o primeiro a empregar esse termo foi Willian Jevons (1835-1882) no seu trabalho “Teoria de economia política” de 1879 (Smelser e Swedberg, 2005b). A sociologia econômica surge num contexto de crise da economia política e da crescente institucionalização da teoria econômica marginalista (Steiner, 2006). Entre os principais

¹³ Weber (2004, p. 80) dá como exemplo o gosto artístico de uma determinada época, que pode ser influenciado pela composição social do público interessado pela arte.

¹⁴ Weber (2004b, p. 80) dá como exemplo os acontecimentos da vida religiosa, como os analisados em sua obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. Este projeto estudará um dos “fenômenos economicamente relevantes”, nomeadamente, como as igrejas estão incentivando o empreendedorismo.

autores dessa fase se destacam Max Weber (1864-1920), Émile Durkheim (1858-1917), Georg Simmel (1858-1918) e Vilfredo Pareto (1848-1923). De acordo com Smelser e Swedberg (2005), o principal veio dessa tradição é a combinação da análise dos interesses econômicos com a análise das relações sociais. Segundo os autores, podem ser observadas as seguintes características dos pioneiros. Primeiro, eles eram cientes de que estavam contribuindo para um novo campo de pesquisa e construindo um novo tipo de análise. Segundo, esse enfoque foi sobre as questões fundamentais do campo, quais sejam, o papel da economia na sociedade, a análise e metodologia acerca da economia diferentemente daquela realizada pelos economistas, o que é uma ação econômica, e a preocupação em entender o capitalismo e seu impacto na sociedade.

A segunda fase da sociologia econômica abrange os anos 1930-70 e se caracteriza por um arrefecimento dos temas propostos e investigados pelos pioneiros. Não obstante o declínio do campo, alguns autores proporcionaram algum avanço teórico neste período. Entre eles se destacam Joseph Schumpeter (1883-1950), Karl Polanyi (1886-1964), Talcot Parsons (1902-79) e Neil J. Smelser (1930-). Esses autores contribuíram para o desenvolvimento de conceitos como “destruição criativa”, “empreendedorismo”, “imersão social” e teses de abordagem funcionalistas como a que sociologia e economia podem ser entendidas como subsistemas de uma teoria geral dos sistemas sociais.

A terceira fase se inicia a partir dos anos 1980 e marca o ressurgimento da sociologia econômica. Alguns trabalhos pioneiros desse período – como os de White (1981) e Stinchcombe (1983) – foram importantes, mas a publicação em 1985 do ensaio teórico de Mark Granovetter, “Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness”,¹⁵ é considerado o principal marco dessa retomada. Neste mesmo ano, Granovetter cunhou o termo *nova sociologia econômica*,¹⁶ para diferenciar a atual agenda de pesquisa daquela realizada pela “velha sociologia econômica”, representada principalmente por Parsons, Smelser e pelos pesquisadores de sociologia industrial e do trabalho (Swedberg, 2003; Smelser e Swedberg, 2005b).¹⁷

No Brasil, um trabalho digno de nota foi realizado por Alberto Guerreiro Ramos, principalmente em sua obra “A nova ciência das organizações”, escrita durante os anos 1970 e

¹⁵ O ensaio foi traduzido para o português e publicado no Fórum de Sociologia Econômica na *RAE-eletrônica*, v. 6, n. 1, art. 5 – veja em rae.com.br/eletronica

¹⁶ Estou considerando apenas a nova sociologia econômica norte-americana, mas estou ciente que há outras abordagens, como a francesa e a italiana.

¹⁷ Além disso, Smelser e Swedberg (2005b, p. 14) chamam a atenção para o tom militante de Granovetter ao afirmar que a nova sociologia econômica contesta a economia neoclássica nos seus fundamentos, enquanto que Parsons e outros enveredaram por uma linha mais conciliadora.

publicada em 1981 (veja em Ramos, 1989). Dentre suas principais referências estão Weber e Polanyi, dos quais utiliza conceitos como ação e relação social, racionalidade substantiva, e aplica as idéias de imersão social do sistema econômico e construção social do mercado para formular sua teoria da delimitação dos sistemas sociais e o paradigma que denomina de *paraeconômico*, uma abordagem de análise e planejamento de sistemas sociais que considera o mercado apenas como mais um componente do conjunto do tecido social. Nesta obra, apesar de seu caráter analítico-normativo, Guerreiro Ramos se aproxima da velha sociologia econômica – ao analisar os fenômenos econômicos sob o ponto de vista do conceito de racionalidade, utilizada nas ciências sociais – e de certa forma à nova sociologia econômica, ao criticar os mesmos pressupostos metodológicos da economia convencional como fez Granovetter – a saber, que o homem é asocial, onisciente e maximizador de utilidade – e propõe, por conta disso, uma categoria de análise denominada de *homem parentético*, cujas motivações vão além do auto-interesse.

2.2 Vida econômica e religiosa

Além de Weber, um importante trabalho que de certa forma aborda a relação entre economia e religião é o do historiador econômico Polanyi (1988), ao afirmar que nas sociedades pré-capitalistas a economia deve ser considerada como imersa na estrutura social, e cujas atividades econômicas funcionariam através de outras relações sociais, o que inclui aquelas relações articuladas pelas práticas e ideologias religiosas. Nas palavras de Polanyi (1988, p. 69),

[...] a produção ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente. Os costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico.

Essa noção pode ser resumida na seguinte situação: o relacionamento econômico de trabalho entre parceiros – pelo menos nos contextos de sociedades não industriais – é apenas um dos aspectos de uma relação social mais geral. Indivíduos não são apenas colegas de trabalho, mas são também parentes, amigos e participantes do mesmo ritual (S. Coleman, 2005). É nesse sentido que se afirma que a economia está imersa na sociedade, e sua

contribuição para a compreensão da relação entre vida econômica e vida religiosa em uma abordagem da sociologia econômica pode estar na idéia de que motivações não-econômicas, incluída a religiosa, influenciam o sistema econômico, e pela constatação de que as necessidades econômicas de sociedades arcaicas foram satisfeitas por estruturas formadas por laços de parentesco, pela religião, ou outras práticas culturais, que tinham pouca relação com a alocação de recursos escassos.

Na sociedade moderna essas características desapareceram com a autonomia da esfera econômica em relação à sociedade (Polanyi, 1988). E é nesse ponto que Granovetter e Swedberg (1992) fazem uma crítica ao trabalho de Polanyi ao considerá-lo parcialmente limitado. Afirmam que adotando-se uma perspectiva de redes sociais – definidas como o “conjunto regular de contatos ou conexões sociais similares entre indivíduos ou grupos” (Granovetter e Swedberg, 1992, p. 9) – o nível de imersão social varia consideravelmente em ambas as sociedade industriais e pré-industriais, a ponto de em sociedades capitalistas a ação econômica não ser tão *emerso* (*disembedded*, no sentido de não estar imerso) como propõe Polanyi. Em outras palavras, os autores consideram que as características citadas acima – atribuídas apenas às sociedades arcaicas por Polanyi – também estão presentes no sistema de mercado, embora não sejam predominantes. Esse olhar de variação de grau de imersão social da ação econômica abre espaço para que se pense na possibilidade da ação econômica estar potencialmente imersa pela esfera religiosa (entre outras esferas da cultura, evidentemente) na sociedade contemporânea.

O trabalho de Weber é um dos mais profícuos para a compreensão da relação entre a vida econômica e religiosa. O pano de fundo para o entendimento dessa parte da obra de Weber é a sua concepção de ação como uma forma especial de ação motivada pelo interesse (Swedberg, 2005). Por isso, vou me deter um pouco nas distinções da ação social antes de prosseguir. Para o pensador alemão, racionalidade é a adequação de meios aos fins, aquilo que é apreensível em seu sentido intelectual ou, ainda, evidente e inequivocamente compreensível. A evidência em grau máximo (ou auto-evidência) são aquelas conexões de sentido que se obtém, por exemplo, de uma relação de proposição matemática ou lógica (Weber, 2004c). O tipo de ação que interessa às ciências sociais é aquele que possui sentido subjetivo (ou significado, ou seja, é um mover-se com propósito) para os atores que estão comprometidos nestes comportamentos. *Ação social* é a conduta em que os interesses ou presença de outros atores são levados em consideração como parte do sentido atribuído a esse comportamento. *Ação racional com relação a fins* é determinada por expectativas de comportamento (seja de objetos do mundo ou de outros homens) e utiliza essas expectativas como meio ou condições

para realizar os fins pré-determinados. Pode-se dizer que essa ação é sistemática, consciente, calculada, atenta ao imperativo de adequar condições e meios a objetivos deliberadamente elegidos e cujo sentido da ação está nos resultados. É a ação que possui o maior grau de racionalidade. A *ação racional com relação aos valores* é portadora de consciência sistemática de sua intencionalidade, visto que é ditada pelo mérito intrínseco do valor ou dos valores que a inspiram, bem como é indiferente aos seus resultados ou conseqüências previsíveis. Em outras palavras, quem atua está a serviço de suas convicções e o sentido está na ação em si. É conduta heróica ou polêmica, que testemunha fé ou crença num valor ético, religioso, estético, ou de outra natureza, e sua racionalidade decorre apenas de que é orientada por um critério ou “causa” transcendente.

A *ação econômica* é um tipo de ação racional com relação aos fins e que possui como significado primordial a obtenção de utilidades. Diferentemente, a *ação ética* é um tipo de ação social que possui como sentido ou propósito a busca por algo que é fundamentalmente bom ou certo e evitar algo fundamentalmente mau ou errado. A *ação religiosa* é a conduta cujo sentido está em alcançar a salvação ou em buscar a transcendência (Wuthnow, 1994). Dessa forma, cada orientação (ética religiosa e econômica) possui considerações diferentes entre meios e fins. Weber cita as éticas e a religião como exemplos de orientações racional-valorativo (ação governada pela busca de valores absolutos), enquanto ele descreve ação econômica como uma orientação racional-instrumental (em que meios e fins são sistematicamente ajustados uns aos outros). Entretanto, é importante considerar atividades econômicas e religiosas não simplesmente como opostas ou formas diferentes de comportamento, mas como atividades que podem ser entrelaçadas (Wuthnow, 1994).

De acordo com Wuthnow (1994), essas categorias de ação social são artefatos culturais, criados por meio de sentidos atribuídos a várias ações por aquele que está comprometido com elas. Então, essas categorias – econômicas e não econômicas – são nem completamente fixas (sendo sujeitas a construção cultural) e nem mutuamente exclusivas. Weber, por exemplo, cunhou o termo *ação orientada economicamente* para indicar as ações concernentes à obtenção de utilidades,¹⁸ mas não se restringe a isso. A mesma ação também pode ter um significado religioso como, por exemplo, o comerciante puritano, cujo dia no escritório não oferece apenas o lucro, mas também alguma garantia de sua vocação divina. É importante considerar atividades econômicas e religiosas não simplesmente como opostas ou formas diferentes de comportamento, mas como atividades que podem ser significativamente

¹⁸ Sendo o termo utilidade entendido como bens e serviços.

sobrepostas. Um exemplo contemporâneo é o financiamento de igrejas, uma categoria cultural ambígua, que levanta dificuldades simbólicas e práticas para as organizações religiosas.

Há atualmente trabalhos relevantes sendo feitos nesta abordagem. Entretanto, diz o autor, há um redirecionamento dos estudos não no sentido do abandono das antigas questões, mas de pesquisá-las com a abordagem da sociologia econômica, como a ênfase na cultura, práticas sociais, agência e imersão social da ação econômica (Wuthnow, 2005). E isso por conta do redirecionamento já citado no campo da sociologia econômica da ênfase na racionalidade para a ênfase na “relacionalidade”. Adicionalmente, Sherkat (2006) sublinha que as pesquisas contemporâneas que investigam a relação entre fatores religiosos e a economia enfoca sobre grupos religiosos específicos e como eles influenciam o desenvolvimento do capital humano e o processo de obtenção de prestígio.

Dessa forma, a religião é considerada mais do que uma instituição à parte do mundo ou um conjunto de idéias concernentes ao sobrenatural ou à transcendência. Adicionalmente, ela é vista como “religião vivida” ou “religião como prática”, ou seja, a religião é um intrincado conjunto de práticas que está entrelaçado com a vida cotidiana (e, portanto, com o trabalho, consumo ou os negócios), sendo que nelas há a dimensão econômica. É a partir dessa consideração que se percebe que o comportamento econômico também está imerso na prática religiosa (Wuthnow, 2005), como um fenômeno economicamente relevante (Weber, 2004b). Ainda de acordo com Wuthnow (2005), nessa nova abordagem as trocas se realizam entre pessoas que interagem tanto de modo econômico quanto não econômico e que envolve a confiança.

2.3 Vida econômica e religião nos clássicos: uma breve visão

A relação entre a religião e a vida econômica foi objeto de estudo dos pioneiros da sociologia, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Para *Marx e Engels* (1977, 2003), a religião é uma forma de ideologia ou falsa consciência, que faz parte da superestrutura da sociedade que, por sua vez, é condicionada pela infra-estrutura, ou seja, as forças produtivas e as relações de produção. Dessa forma, a religião é uma variável dependente, cujo conteúdo e forma são influenciados diretamente pelas condições materiais e, especificamente, pela economia. Nos seus trabalhos há indicações que a religião (e outras formas de ideologia) também pode influenciar as condições econômicas, mas essa relação não mereceu destaque

em sua obra por não acreditar que ela fosse suficientemente relevante para a compreensão da dinâmica do capitalismo. Os autores ainda afirmam que a religião foi influenciada pela divisão de classes sociais entre a burguesia – detentores dos meios de produção –, e o proletariado – fornecedores da força de trabalho, mas que são desapropriados pela burguesia dos frutos de seu próprio trabalho. Para a burguesia, a religião serve como uma legitimação e justificativa de suas ações, poder e privilégio, que seriam recompensas de sua atuação empresarial, e para o proletariado a religião se transformou no “ópio das massas”, ou seja, apresenta-se com uma falsa aparência de natureza divina da desigualdade social e da recompensa na pós-morte para encobrir a verdadeira face da opressão (Wuthnow, 2005).

Durkheim (1978) não empreendeu uma investigação direta sobre a relação religião e vida econômica, mas o seu legado proporciona ferramental conceitual importante para essa abordagem. O sociólogo francês buscou compreender as mudanças da solidariedade social com o advento da industrialização. Em seu trabalho sobre a divisão social do trabalho, o autor aborda o problema da ordem na transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna e sustenta que a coesão nesta primeira sociedade advém da homogeneidade de valores e sentimentos (solidariedade mecânica) e a coesão na segunda sociedade advém da heterogeneidade oriunda das novas formas de organização e produção (solidariedade orgânica). A mudança da solidariedade mecânica para a orgânica ocorreu porque as sociedades mais simples deram lugar a sociedades mais complexas, cujo desenvolvimento econômico requereu uma maior divisão do trabalho que, por sua vez, requer a interação entre as pessoas por meio de papéis diferentes e complementares por causa da interdependência econômica. Entretanto, Durkheim acredita que as trocas econômicas não são suficientes para explicar a coesão social nas sociedades modernas e, por isso, inclui transações econômicas suplementares, como as organizações profissionais. A religião também possui um papel importante na coesão social devido a sua capacidade de representação simbólica da coletividade. O legado de Durkheim está na abordagem de temas como simbolismo, ritual e cultura (Wuthnow, 2005).

Weber (2002, 2004a) talvez tenha apresentado a maior contribuição para o estudo da relação entre religião e vida econômica, principalmente em seu estudo sobre a ética religiosa do protestantismo ascético e sua “afinidade eletiva” com a racionalidade da cultura capitalista moderna. Para o autor, a moderna organização racional capitalista (empresarial) do trabalho livre é fruto da separação da empresa da economia doméstica, criação de uma contabilidade racional e o avanço da tecnologia, mas entende que esses fatores são insuficientes para explicar a ascensão do capitalismo. Houve a necessidade de incluir a existência de um estilo e

concepção de vida compartilhados pela sociedade, cuja condução de suas vidas era conformada por um *ethos* (ordem normativa internalizada) formado por máximas éticas baseadas na crença em valores cujo descumprimento era considerado como uma falta grave ao dever. Essa ética social coloca ênfase num dever em especial: o profissional. Esse dever é em relação ao conteúdo da atividade profissional – realizada de maneira metódica e sistemática – e seu bom cumprimento é traduzido pelo resultado econômico obtido, por ser um indicador contabilizável e, por isso, palpável. Dessa forma, o resultado se transforma no objetivo de vida e o ganho econômico deixa de ser um meio de satisfação das necessidades materiais para se transformar em um objetivo em si mesmo (López-Ruiz, 2004).

2.4 Vida econômica e religião nos dias atuais

Como a relação entre religião e vida econômica se apresenta hoje e como ela está sendo estudada? Algumas evidências podem ser citadas: o grande montante de recursos financeiros manejadas pelas instituições religiosas; construções de grandes igrejas e templos; a oferta de produtos religiosos em expansão; associações de empresários cristãos; feriados religiosos como ocasiões para incrementar as vendas de produtos; as procissões a lugares denominados de santos, as “marchas”, os encontros em estádios e grandes ginásios, que incrementam a indústria do turismo e as economias locais; as emissoras de televisão pertencentes a igrejas; o mercado editorial religioso, e a oferta de serviços religiosos como os cultos destinados a empresários. Wuthnow (1994) sugere, a partir do trabalho de Caplow e Williamson (1980), que a maioria das organizações sociais possui como base motivações religiosas. O autor afirma que nos Estados Unidos, devido à imigração, grupos religiosos de diferentes etnias e regiões ocuparam nichos específicos do mercado de trabalho. Fornece mais exemplos ao citar que as *black churches* continuam a ser o suporte principal das comunidades afro-americanas, funcionando como associações de ajuda mútua para seus membros e canalizando grandes somas de dinheiro em serviços sociais; e que milhões de fundamentalistas enviam suas crianças a escolas cristãs que desencorajam a adoção de carreiras profissionais competitivas ou avançadas, mas, ao mesmo tempo, promovem fortes laços comunitários que proporcionam apoio emocional e material às famílias da classe trabalhadora. Desde 1891, com o início dos escritos das encíclicas sociais, a Igreja Católica instrui seus membros a se orientarem em questões como o trabalho, desenvolvimento e justiça

econômica. Particularmente na América Latina, por meio da Teologia da Libertação, líderes religiosos tentam mobilizar e conscientizar os pobres sobre a relação entre a sua situação econômica e a dimensão política mais ampla, capaz de explicar esta situação.

Para Wuthnow (1994), tal relação entre religião e vida econômica pode ser entendida tanto empiricamente quanto teoricamente. Do ponto de vista empírico, as instituições religiosas, na maioria dos países, ainda permanecem com poder que as permite manifestar suas opiniões acerca de questões econômicas e empregar recursos para proteger seus interesses e sua ideologia. O autor ainda acrescenta que a maioria das instituições religiosas modernas aprendeu a se adaptar a mudanças relativas ao contexto econômico e, dessa forma, conseguem influenciar o comportamento econômico de modo inovador. Por exemplo, afirma Wuthnow, se a doutrina da recompensa em outro mundo conforta as classes sociais menos favorecidas, essa mesma doutrina não faz sentido para a classe média. Dessa forma, para a classe média, as igrejas podem enfatizar um papel “terapêutico”, isto é, como fazer com que seus membros se sintam melhores acerca de si mesmos, seu trabalho e seus bens (Wuthnow, 1994, p. 621).¹⁹

Outro exemplo dessas adaptações que pode ser citado é a Teologia da Prosperidade, elaborada principalmente pelo neopentecostalismo.²⁰ Trata-se de uma doutrina com forte ênfase no aspecto financeiro e que afirma que todos os fiéis convertidos são filhos de Deus e, por isso, serão abençoados e inevitavelmente bem-sucedidos em seus empreendimentos. Por ser Deus o criador e os fiéis serem seus filhos, todas as coisas da criação estão a seu dispor e, portanto, devem se apropriar do que é seu. As adversidades como a pobreza, doenças, dívidas e conflitos são atribuídos às “forças malignas”, cuja superação se dá apenas espiritualmente, por meio da participação dos fiéis nas atividades da igreja. A contribuição financeira é vista como uma espécie de investimento – e não como uma devolução ou gratidão, comuns em outras denominações – e se crê que Deus irá restituir em maior medida a quantia doada. Diferentemente das doutrinas cristãs tradicionais, a teologia da prosperidade considera a redenção como a posse dos bens materiais, e não a sua privação (Siepierski, 2001).

Sob o ponto de vista teórico, Wuthnow (1994, p. 621) utiliza vários estudos para listar quatro formas que a religião pode interagir com a vida econômica, a saber: sistemas de crenças religiosas podem dar legitimidade à maneira com que os recursos econômicos são diferentemente distribuídos em uma sociedade; esses sistemas podem contribuir para a manutenção de normas (como lealdade e confiança) das quais dependem as relações

¹⁹ Na seção “Organizações religiosas e situação de mercado” será aprofundado esse tema.

²⁰ Será descrita com mais detalhes no capítulo 3.

econômicas; podem compilar e preservar conhecimento útil para a adaptação técnica ao meio ambiente físico; e podem fornecer explicações e consolo diante de atividades econômicas que causam frustrações ou produzem consequências inesperadas.

No campo da sociologia da religião há uma predominância em se considerar a religião mais como uma variável dependente do que uma variável independente (Wuthnow, 1994). Neste sentido, há uma tendência de se desconsiderar a influência da religião sobre a vida econômica: a religião seria apenas um epifenômeno da economia. Uma das razões apontada pelo autor é que a atividade econômica na sociedade moderna é considerada mais como um sistema que opera por suas próprias leis do que um sistema que pode ser afetado significativamente por algo externo, como a crença religiosa.

Um importante campo em que a religião pode interagir é o *empreendedorismo*. De acordo com Martinelli (1994), a primeira referência à palavra “empreendedor” data do séc. XVI, na França e descrevia um militar que alugava mercenários para proteger soberanos e cidades por dinheiro. Foi apenas no século XVIII que o termo começou a ser utilizado para atores econômicos que criavam ou conduziam um projeto ou empreendimento, introduziam em suas terras novas técnicas de agricultura ou arriscavam seu próprio capital na indústria. Os primeiros esforços teóricos de entender a função específica do empreendedor foram de Richard Cantillon (1680-1734) ao enfatizar a característica da disposição ao risco e à incerteza inerentes à atividade econômica. Jean-Baptiste Say (1767-1832) separou conceitualmente a função empreendedora do capitalista e os lucros de cada um. Dessa forma, ele associou os empreendedores à inovação e os considera como agentes de mudança (Filion, 1999).

Weber (2004a) deu contribuições importantes ao campo. O autor – na obra *A ética protestante* – foi um dos primeiros autores a abordar os empreendedores sob a ótica da sociologia, ao identificar a contribuição do sistema de valores do protestantismo ascético para o *ethos* empreendedor (Filion, 1999; e Aldrich, 2005). Ele distingue o empreendedor capitalista de seu predecessor histórico das sociedades tradicionais por sua busca racional e metódica por ganhos econômicos, pela dependência dos resultados medidos em relação a esses critérios econômicos, pela ampliação da confiança por meio do crédito, e subordinação do consumo aos interesses da acumulação. Esses são os elementos da racionalidade instrumental do ator econômico racional, por meio do qual estabelece uma relação sistemática de adequação entre meios e fins (Martinelli, 1994).

Entretanto, foi Joseph A. Schumpeter (1961) quem deu maior contribuição ao campo do empreendedorismo ao enfatizar o papel da inovação. O economista austríaco admite que o

seu trabalho deve muito ao legado de Say e que ele, Schumpeter, está apenas aperfeiçoando-o e aplicando-o para a explicação do fenômeno do desenvolvimento econômico. De acordo com Schumpeter (1961), o empreendedor é o indivíduo cuja função é empreender novas combinações dos fatores de produção. Dessa forma, o empreendedor introduz novos produtos ou processos, identifica novos mercados ou novas fontes de matérias-primas, ou cria novos tipos de organizações. Para o empreendimento de novas combinações é primordial o crédito, que é provido pela categoria econômica denominada de “capitalistas” e materializado na figura do banqueiro, que se coloca entre aqueles que desejam formar novas combinações e os possuidores dos meios produtivos. Outro ponto importante no seu modelo de empreendedor está na assertiva que sua ação econômica não é orientada unicamente pela racionalidade estritamente econômica, isto é, para a satisfação de suas necessidades e maximização de sua utilidade. Há outros motivos não econômicos, como o desejo de constituição de reino privado e de uma dinastia, a vontade da conquista e o gosto pela vitória em si (Schumpeter afirma nesse ponto que a ação econômica se assemelha ao esporte), e pela satisfação de criar, desenvolver e realizar coisas.

Aldrich (2005) propõe uma interpretação acerca dos trabalhos de Schumpeter. Afirma que os dois principais trabalhos do economista austríaco sobre empreendedorismo estão em dois lugares: no segundo capítulo em seu livro sobre o desenvolvimento econômico de 1912 (JAS 1 – abordado anteriormente), e o segundo em um artigo preparado em 1928 para um *handbook* de economia²¹ (JAS 2). Esse segundo texto é mais desconhecido provavelmente por ter sido traduzido tardiamente para o inglês. Aldrich chama a atenção para dois pontos principais da teoria de Schumpeter.

O primeiro é que em JAS 1 Schumpeter propõe uma concepção mais heróica dos empreendedores e suas atividades, atribuindo poderes de liderança quase que super-humanos para o empreendedor. Em JAS 2, ele centrou mais atenção na função empreendedora e não na pessoa que a efetuava. Em JAS 1 ele também aborda a função empreendedora, mas sua ênfase recaiu mais na personalidade. Ainda em JAS 1 ele afirma que o empreendedorismo envolve a criação de novas combinações de fatores de produção já existentes, mas em JAS 2 ele enfoca sobre as *atividades* realizadas pelos empreendedores, mais do que as características pessoais. Isso implica em um conceito despersonalizado, fazendo com que o empreendedorismo venha a ser muito mais uma *atividade contingente*. O segundo ponto refere-se ao argumento de Schumpeter segundo o qual o empreendedorismo deve ser contextualizado social e

²¹ SCHUMPETER, J. A. Entrepreneur. In: KOPPL, R.; BIRNER, J; KIRRLUD-KLITGAARD, P. *Advances in Austrian Economics*. Amsterdam, The Netherlands: Elsevier, 2003.

historicamente. Ele mostrou os vários tipos de comportamento empreendedor, que inclui a introdução de novos bens e métodos de produção, e a abertura de novos mercados. Nessa visão despersonalizada, a chave é a atividade coletiva da ação de várias pessoas, em um momento histórico em particular, e não as ações de indivíduos.

O surgimento das grandes corporações, a expansão do estado de bem-estar social e o crescente aumento da burocratização, processos intensificados nos anos 1950, contribuíram para o declínio de atividades empreendedoras e, paralelamente, o termo perdeu importância na academia. A função empreendedora foi sendo substituído pelo quadro técnico das grandes empresas; a intuição, a capacidade de perceber oportunidades, a vontade e a força de levá-las adiante foi sendo substituído pela equipe de especialistas e planejamento estratégico; o indivíduo inovador foi sendo substituído pelo departamento de pesquisa e desenvolvimento (López-Ruiz, 2004). Solidificou-se a “sociedade de empregados”, termo adotado por Mills (1969), cujo ator não era mais o empreendedor, mas o que Whyte Jr. (1956) chamou de “homem organização”: indivíduos de uma nova classe média que confundem seus objetivos pessoais com os objetivos organizacionais em que trabalham.

Contudo, a importância do empreendedorismo ressurgiu nos anos 1980 como uma opção de carreira devido à crise da carreira burocrática, causada principalmente pelas dificuldades do setor público (enfraquecimento do estado de bem-estar social), a reestruturação produtiva, a internacionalização e novos padrões de concorrência, e a precarização do trabalho. O empreendedorismo como disciplina ressurgiu nesta mesma época com a característica de não ser tema apenas da economia ou sociologia, mas de quase todas as ciências humanas e gerenciais. Atualmente o campo possui mais de 27 temas de pesquisas que interagem com várias áreas da ciência, e tal multidisciplinaridade é um dos principais fatores da conhecida selva de conceitos quando se trata da definição do empreendedorismo. Constatou-se que há um consenso maior entre os pesquisadores dentro de sua própria área (por exemplo, na economia há a tendência de considerar o empreendedorismo associado à inovação e como uma força do desenvolvimento econômico) (Filion, 1999).

Aldrich (2005) faz uma análise atual do campo e distingue quatro interpretações concorrentes do termo empreendedor. Afirma que parte do debate reflete a tentativa do campo de empreendedorismo de se distinguir do campo de Estudos de Pequenas Empresas, a disputa sobre unidades e níveis de análise, a perspectiva temporal da pesquisa (diacrônica/sincrônica), métodos e perspectivas teóricas.

A primeira interpretação, denominada de “alta-capitalização, alto-crescimento”, é considerada por alguns pesquisadores como o enfoque apropriado dos estudos sobre o

empreendedorismo. Tais negócios se distinguem do que denominam de “empresas tradicionais”, que são vistos como empresas fundadas por pessoas que não possuem preocupação com a otimização dos resultados. O problema de limitar estudos de empreendedorismo às empresas de alto crescimento é a introdução de um forte viés de seleção na pesquisa, pois o crescimento é um resultado de um processo que possui alto grau de incerteza e, portanto, é muito difícil a predição de quais empresas irão crescer.

A segunda interpretação é baseada na obra de Schumpeter e pesquisadores que a adotam argumentam que o empreendedorismo diz respeito às atividades e processos inovadores que levam a novos produtos e mercados. Neste caso, o uso do termo empreendedor pode se referir a gerentes e executivos que realizam ações de inovação em empresas estabelecidas, associando-o a neologismos como *intrapreneurship*. E ainda é nesta interpretação que o empreendedor tipo-ideal (no sentido weberiano) é aquele que inicia seu próprio negócio como uma entidade autônoma. O problema de se considerar o poder de inovação como critério também é a introdução de viés de seleção na pesquisa. Inovação é geralmente uma classificação de atividades como novas para um determinado conjunto de usuários e em um ambiente particular e, portanto, é relativo às condições existentes. Assim, é muito difícil de saber *a priori* se determinadas ações são ou resultarão em uma inovação. Adicionalmente, adotar o critério da capacidade de inovação para se escolher pessoas e empresas para o estudo parece fazer com que marginaliza o empreendedorismo como um campo específico de estudo, porque rivaliza com outras áreas, como inovação e *management*, e estratégia.

A terceira interpretação afirma que o “reconhecimento de oportunidades” é o ponto central do estudo sobre empreendedorismo e da atividade empreendedora. De acordo com ela, mais importante que a quantidade de recursos iniciais é a habilidade que apenas algumas pessoas possuem de detectar boas oportunidades potenciais. Adotam essa perspectiva os investidores e os teóricos de estratégia de negócios. Sua limitação é similar ao da inovação por não distinguir o estudo de empreendedorismo de outros campos. Nesse caso é necessário inserir um qualificativo de que se trata de reconhecer oportunidades na formação de novos negócios. Além disso, essa abordagem parece enfatizar mais a dimensão psicológica e inserindo-a mais como uma questão de pesquisa no campo da psicologia cognitiva.

A quarta interpretação sugere que o enfoque da pesquisa deve ser na criação de um novo negócio e defende que se deve dar mais atenção aos comportamentos e atividades de pessoas ao tentarem criar um negócio do que ao estado psicológico e características da personalidade do empreendedor. Essa abordagem define empreendedor como aquele que cria

uma nova entidade social e se aproxima do uso convencional do termo “empreendedor” que se refere aos tomadores de risco de fundar uma organização, não importando seu tamanho. O limite dessa abordagem está na ambigüidade inerente de se saber quando uma organização se inicia e, devido a isso, o enfoque deve estar na intencionalidade, refletido nas metas afirmadas; mobilização de recursos necessários; criação das fronteiras, tais como o registro formal e a nomeação da entidade; e a troca de recursos com o ambiente. Nessa abordagem, os pesquisadores não diferenciam de modo enfático os conceitos de “auto-emprego” do “criar uma organização”, e quando diferenciam tendem a considerar o empreendedor como aquele que oferece empregos. Ainda afirma que sociologicamente uma organização existe quando há uma entidade limitada e reconhecida socialmente e que está comprometida em trocas com seu ambiente.

Esse trabalho adota a perspectiva de Aldrich (2005), que se insere na quarta interpretação, ou seja, define empreendedorismo como a criação de novas organizações. Uma razão para a escolha é o enfoque na mobilização de recursos sugerido por essa linha de interpretação, que é bastante conveniente para a minha abordagem. Para fins de operacionalização do conceito, empreendedorismo será definido nessa tese como a *abertura e/ou desenvolvimento de um negócio próprio ou auto-emprego*.

2.5 Empreendedorismo e vida religiosa

Weber (2004a) foi um dos primeiros autores a discutir o empreendedorismo e vida religiosa, ao identificar a contribuição do sistema de valores do protestantismo ascético para o *ethos* empreendedor. A investigação do autor estava enfocada na tensão entre a ética religiosa e a vida econômica, que residia no contraste ou afinidade entre a racionalidade orientada a valores e a coordenação sistemática de meio e fins que caracterizam a racionalidade instrumental moderna (Wuthnow, 1994).

Mais recentemente, as pesquisas sobre empreendedorismo têm se beneficiado da abordagem da Sociologia Econômica. Esta abordagem enfatiza a cultura (DiMaggio, 2003), as práticas sociais e a imersão social (Granovetter, 1985, 2000, 2007) para analisar ação e processos econômicos. Nessa perspectiva, a religião é considerada não como um conjunto de idéias concernentes ao sobrenatural ou à transcendência, mas como uma prática social, como “religião vivida” ou “religião como prática”. Dito de outro modo, estudar religião significa

adentrar em um intrincado conjunto de práticas, entrelaçadas com a vida cotidiana e, portanto, com as esferas do trabalho, consumo e negócios. Há, portanto, a existência de uma clara dimensão econômica na vida religiosa. O comportamento econômico, socialmente imerso encontra-se imerso também nas práticas e relações religiosas (Wuthnow, 2005).

Nesse sentido, a ação empreendedora pode ser vista como imersa na prática religiosa. Isso significa que a orientação dessa ação é influenciada tanto pela estrutura social ou relações interpessoais, que podem propiciar recursos econômico, social e informacional (imersão social) quanto por aspectos culturais, como a aprovação do grupo de determinadas atividades econômicas, fronteiras entre o sagrado e o profano e entre “os de dentro” e “os de fora” (imersão cultural). Assim, além de focar em como a religião (ou ética religiosa) se relaciona com a racionalidade econômica, a abordagem da Sociologia Econômica permite explicar o percurso da ação empreendedora através da estrutura e da cultura propiciada por uma religião.

Isso quer dizer que a orientação da ação empreendedora é também influenciada, por um lado, pelas relações interpessoais, que podem propiciar recursos econômicos, sociais e informacionais e, por outro, por aspectos culturais, como a aprovação do grupo a determinadas atividades econômicas, a aceitação de valores e princípios comunitários. Assim, além de pesquisar as formas pelas quais os valores religiosos (ou ética religiosa) dão limites à racionalidade econômica, a abordagem da Sociologia Econômica também permite compreender a atividade empreendedora por meio da estrutura social propiciada pela igreja enquanto organização, da cultura religiosa (valores, éticos) e orientação doutrinária/teológica. Assim, o pertencimento à igreja, mais do que a mera afiliação religiosa, propicia uma espécie de capital que, de outro modo, talvez os fiéis não pudessem ter acesso: o capital social.

Para finalizar, uma contribuição empírica importante para o tema “empreendedorismo e vida religiosa” é a realizada por Martes e Rodriguez (2005). Ao abordarem a afiliação religiosa de católicos e evangélicos e o empreendedorismo étnico com base em uma pesquisa realizada por Martes (2000) com imigrantes brasileiros nos Estados Unidos, propõem que a dimensão organizacional – enquanto estrutura e recursos oferecidos pelas igrejas – pode ser um fator importante para o estímulo e apoio às iniciativas de negócios. Citam como exemplo os empreendedores étnicos afiliados às igrejas protestantes, que têm maiores chances de atrair consumidores que compartilham das mesmas crenças e participam nas mesmas redes sociais.

2.6 Organizações religiosas e a situação de mercado

Essa seção se destina a apresentar e discutir a idéia de Peter Berger segundo a qual as organizações religiosas estão em uma situação de mercado e que, devido a isso, ocorrem adaptações de sua estrutura sociorreligiosa e conteúdo religioso. Essa abordagem é importante por contextualizar teoricamente o fenômeno empírico do apoio ao empreendedorismo como fruto dessa adaptação.

As organizações religiosas buscam estabelecer, incentivar e regular as relações entre os seres humanos e as divindades, ordens sobrenaturais ou princípios metafísicos supremos. Elas possuem muitas variações, mas como pontos em comum promovem adorações, orações, meditação, doutrina, curas, e bem-estar espiritual de acordo com revelações, textos, códigos, leis e princípios. Em relação ao seu tamanho, pode variar de grupos de pessoas que consultam curandeiros, gurus, a burocracias eclesiásticas de alcance mundial, como a Igreja Católica Romana (Beckford, 2004).

Os produtos das organizações religiosas são também muito diversos. Podem ser citados o conhecimento sagrado, experiências transcendentais, profecias, cultos e meditação, ritos com poder purificador, ritos de passagem, ética religiosa, missões de recrutamento, assistência social, e solidariedade local. Os elementos em comum que possuem com as organizações não religiosas são a necessidade de assegurar recursos adequados, treino e controle de seu pessoal, preservação da autoridade, saber lidar com conflitos e dissensões, interação com outras organizações no seu ambiente, defesa de sua parte no mercado religioso, e impedir comportamentos oportunistas indesejados. Com o intuito de expandir e proteger suas fronteiras organizacionais, as organizações têm criado escolas, seminários, hospitais, organizações de assistência social, editoras e ordens missionárias (Beckford, 2004). E acrescento a essa lista – e que é o centro desse trabalho – a criação e apoio a empresas com fins lucrativos.

Chaves (2002) propõe uma pertinente distinção entre as organizações religiosas. Define *congregação* como organizações e coletividades locais de relativa pequena escala por meio das quais pessoas se engajam em atividades religiosas. São igrejas, sinagogas, mesquitas e templos, entre outros. *Organizações denominacionais* são organizações religiosas que servem a, são apoiadas por, ou têm autoridade sobre as congregações locais e possuem uma governança em comum. Algumas vezes podem ser entendidas como confederações de organizações relativamente autônomas. Por exemplo, são as dioceses católicas, agências

missionárias, escritórios regionais e nacionais de denominações, entre outras. *Organizações sem fins lucrativos de orientação religiosa* são organizações religiosas que atuam em atividades não religiosas como qualquer outra organização secular sem fins lucrativos. São, por exemplo, escolas, hospitais, creches, programas de reabilitação de dependentes químicos, e dedicadas à filantropia. Esta distinção, num certo sentido, é ao mesmo tempo ampla, porque muitas das organizações das outras duas distinções também podem ser incorporadas como organizações sem fins lucrativos, e restrita, porque muitas organizações religiosas que atuam nestas áreas são organizações com fins lucrativos (como um canal de televisão).

O autor alerta que muitas organizações religiosas podem ser distinguidas por meio dessas nomeações, mas é possível, como assinalado acima, que sejam inseridas em mais de uma dessas categorias. Apesar de essa distinção conter limites, será útil por chamar a atenção para as diferentes manifestações das organizações religiosas.

E tais organizações vivem uma situação na sociedade contemporânea definido por Berger (2004) como *situação de mercado*. Para o autor, a característica-chave de toda situação pluralística – isto é, qualquer situação na qual há mais do que uma visão do mundo à disposição dos membros de uma sociedade – é a impossibilidade dos ex-monopólios religiosos de poderem contar com o seu público, ou seja, a submissão passou a ser voluntária e, portanto, não há mais a certeza de quantos membros a organização conseguirá atrair e manter. Por consequência, a tradição religiosa, que antes era imposta pela autoridade – seja governamental ou eclesial – agora deve ser uma escolha individual e é colocada no mercado. Isso significa que a atividade religiosa deverá ser vendida para uma clientela que não é mais exclusiva e que precisa ser convencida a comprar seus bens e serviços religiosos. E em situação em que duas ou mais organizações com propósitos semelhantes procuram satisfazer as necessidades de um mesmo grupo de pessoas, estabelece-se a competição. Berger (2004, p. 149) afirma que “a situação pluralista é, acima de tudo, uma *situação de mercado*” e que, por isso, grande parte das atividades religiosas é regida pela lógica da economia de mercado, com as instituições religiosas se tornando agências de mercado e as tradições religiosas mercadorias de consumo, em um ambiente de competitividade.

Essa transformação das organizações religiosas, de monopólios a competidoras, levou também a transformações em suas estruturas sociais. Em situação de monopólio, as “estruturas sociorreligiosas” (*ibidem.*, p. 150) não sofrem pressões para apresentar resultados, sendo as situações apresentadas incontestáveis *per se*. Em seu caráter competitivo, as estruturas sofrem pressões para que os resultados sejam apresentados, tais como – apenas para citar alguns – números de convertidos, milagres realizados, expansão numérica de igrejas e de

membros, “resultados” das missões, das arrecadações, dos números de fiéis em eventos, capacidade de espetacularização, testemunhos apresentados, paz de espírito e melhora da situação de vida. E tal pressão por resultados, que pode servir de elemento comparativo para as pessoas que procuram uma organização religiosa, leva a uma “racionalização das estruturas sociorreligiosas” (*ibidem.*, p. 150).

Essa racionalização possibilitará que o objetivo organizacional seja cumprido de forma eficaz e que estratégias futuras sejam planejadas e colocadas em prática, expressando-se principalmente no fenômeno da burocracia²² (como em outras instituições da sociedade moderna). Uma questão importante é que a expansão da burocracia possui a tendência de tornar as organizações religiosas parecidas em termos sociológicos, independentemente de suas tradições religiosas. Uma possibilidade é, por exemplo, duas organizações religiosas possuírem uma mesma estrutura, mas com duas legitimações teológicas diferentes uma da outra ou, ainda, possuírem funções burocráticas semelhantes com legitimações teológicas diferentes e até opostas, sem que a funcionalidade seja afetada. Berger torna mais precisa sua análise e chama a atenção que há na verdade diversos modelos de burocracia envolvidas nesse processo. Ele cita os casos das igrejas protestantes européias que, devido à longa experiência de igreja oficial, tendem para modelos políticos de burocracia, as igrejas protestantes americanas, que tendem a emular as estruturas burocráticas das empresas econômicas, e a igreja católica, que possui uma tradição própria de burocracia caracterizada por sua administração central. Apesar dessas diferenciações, Berger conclui que as exigências de racionalidade são semelhantes e exercem pressão em suas respectivas estruturas sociorreligiosas.

E continua Berger, a progressiva burocratização das organizações religiosas, inerente a sua situação contemporânea, faz com que as interações com outras organizações sigam o caráter burocrático, o que se traduz em “relações públicas” com a clientela, “*lobbying*” com o governo, “busca por financiamento” em agências privadas e governamentais, envolvimento com a economia secular (principalmente por meio de investimentos).²³ A busca por resultados

²² Apenas para servir de ilustração, hoje é possível adquirir programas de computador específicos para a gestão de igrejas que, muitas vezes, são especificados para as igrejas evangélicas, católicas e outras. Exemplos são os programas *Administração de Igreja Evangélica Idéia* (em <http://baixaki.ig.com.br/download/Administracao-de-Igreja-Evangelica-Ideia.htm>) e *Systronic Office Igreja 2.0* (em <http://baixaki.ig.com.br/download/Systronic-Office-Igreja.htm>).

²³ Como exemplo ilustrativo, há o projeto de lei número 69/2005 do Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) – bispo da Igreja Universal do Reino de Deus e sobrinho de Edir Macedo, fundador e proprietário dessa igreja – que inclui os templos religiosos entre os beneficiários no artigo terceiro do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Lei Rouanet), que trata dos incentivos e renúncias fiscais para patrocinadores e doadores.

utiliza métodos muito semelhantes em relação a outras estruturas burocráticas que possuem o mesmo problema.

E como em qualquer burocracia, é fundamental que haja tipos específicos de pessoal. Por isso, “seleção e treinamento” surgem nas organizações religiosas, não apenas referente à formação de quadros religiosos – como padres, religiosos consagrados, bispos e pastores evangélicos – mas de pessoal técnico para levar a cabo de modo racional as exigências da burocracia. Nesse quadro, a tradição religiosa deixa de ser importante, sendo questão principal a adaptação ao papel burocrático, e devido a isso, há pouca importância de qual tradição religiosa o funcionário é proveniente. E para Berger, o tipo sociopsicológico que surge na liderança de organizações religiosas é semelhante a de outras instituições burocráticas, cujas características são ser ativista, pragmático, hábil em relações interpessoais, alheio a qualquer reflexão administrativamente irrelevante, dinâmico e conservador ao mesmo tempo, entre outros.

A situação pluralista ainda cria o *mercado competitivo* e a *concorrência* para as organizações religiosas na medida em que se tornou impossível o emprego do braço político para a eliminação das rivais. Neste caso, a tendência do mercado religioso seria a de se tornar um sistema de livre competição se não fosse o fenômeno do “ecumenismo”, num sentido estrito do termo. Para Berger (2004, p. 153), ecumenismo é uma “colaboração amigável cada vez mais estreita entre os diferentes grupos envolvidos no mercado religioso”. E dependendo de certas afinidades, “os rivais religiosos são vistos não tanto como ‘inimigos’, mas como companheiros com problemas semelhantes”. Nessa perspectiva, as igrejas neopentecostais possuem mais possibilidades de acordos entre si do que uma igreja neopentecostal e a igreja católica, ou entre uma igreja neopentecostal e uma igreja protestante histórica. Mas como Berger observa, a necessidade de colaboração se deve à necessidade de racionalização da competição na situação pluralista. Isso leva a uma tendência de que a competição por fiéis e recursos tenha certos limites para evitar a autodestruição e a elevação dos custos financeiros. Para a sobrevivência da organização ou sua expansão são necessárias ações que normalmente precisam de um capital razoável e ações no sentido de reduzir os riscos. Despesas com a administração burocráticas, despesas com a formação de pessoal, construção e manutenção de templos e igrejas, obras de caridade, produção de material promocional, veículos de comunicação (imprensa, rádio, televisão e Internet), requerem somas de dinheiro que devem ser racionalmente empregados. As fontes de renda mais comuns, como doações e dízimos, são de difícil previsão e possui grau considerável de insegurança. E como afirma Berger, um

modo de redução de riscos é conseguir o entendimento com os concorrentes, racionalizando a competição por meio da cartelização.

Até esse ponto foi abordada a influência que a situação pluralística exerce na estrutura sociorreligiosa. Entretanto, sua influência é mais abrangente e atinge também os conteúdos religiosos, ou seja, “o produto das agências religiosas de mercado” (Berger, 2004, p. 156). Apesar dos conteúdos terem estado ao longo da história sempre sujeitas a influências mundanas, a situação pluralística introduz uma dinâmica nova: a *preferência do consumidor*. Como, lembrando, “a característica social e sociopsicológica crucial da situação pluralística é que a religião não pode mais ser imposta, mas tem que ser posta no mercado” (*ibidem.*, p. 156), é fundamental que as necessidades e desejos da clientela sejam levados em consideração na oferta de algum bem ou serviço de consumo religioso. É certo que a tradição ainda tem o seu espaço e que haja “fidelidade ao produto” dos “velhos fregueses”, mas as organizações religiosas precisam incorporar a solicitação de um público que possui certo grau de exigência sobre o produto. Dessa forma, a “dinâmica da preferência do consumidor” introduz a possibilidade de mudanças na esfera religiosa de um modo sem precedentes. Pode-se dizer que com a inserção dessa dinâmica moram numa mesma esfera dois inimigos, a mudança e o tradicionalismo, que as organizações religiosas deverão saber lidar com eles, a tensão entre eles e legitimá-los teologicamente.

Para Berger, a dinâmica da preferência do consumidor postula que os conteúdos substantivos estão suscetíveis à mudança, mas não determina a direção da mudança. Entretanto, há alguns fatores que condicionam o caráter dessa mudança. Um deles é o reflexo da secularização do mundo dos consumidores na preferência por produtos religiosos, significando que preferirão produtos religiosos que combinam com a sua consciência secularizada. Outra influência sobre o caráter da mudança vem da relevância socialmente significativa da religião. Como na Modernidade o significado da religião se situa principalmente na esfera privada, as preferências da clientela refletem as necessidades dessa esfera e o produto religioso terá mais chances de ser comercializado na medida em que atender essa preferência, ou seja, enfatizar que é mais relevante para a vida privada do que para as instituições públicas. Berger (*ibidem.*, p. 158) enfatiza que “daí resulta que as instituições religiosas tenham se acomodado às ‘necessidades’, moral e terapêutica, do indivíduo em sua vida privada”. E isso pode ser evidenciado na ênfase que vem sendo dado à família, às questões psicológicas, à saúde física e financeira do indivíduo, e na “administração das emoções”. E completa: “É nessas áreas que a religião continua a ser ‘relevante’ mesmo em camadas altamente secularizadas, enquanto a aplicação de perspectivas religiosas aos

problemas políticos e econômicos é amplamente considerada ‘irrelevante’ nessas mesmas camadas” (*ibidem.*, p. 158).

Berger ainda acrescenta mais dois efeitos do controle do consumidor sobre os conteúdos religiosos. O primeiro, a *padronização*, é a tendência de atender a necessidade que se apresenta razoavelmente homogênea dos membros atuais ou potenciais da organização. O autor exemplifica afirmando que uma organização religiosa orientada para o mercado da classe média alta nos Estados Unidos deverá secularizar e psicologizar seus produtos com o risco de, caso contrário, não conseguir vendê-los. O segundo efeito, denominado de *diferenciação marginal*, faz parte do processo de racionalização da concorrência e diz respeito à necessidade de se distinguir das outras organizações religiosas – aquelas que sobreviveram à cartelização – que oferecem produtos semelhantes devido ao efeito da padronização. Para Berger, uma forma de diferenciação é a ênfase da “herança confessional”, ou seja, assume-se um perfil de alguma tradição “redescoberta” e cria-se uma dinâmica da identificação e da auto-identificação. Atualmente, uma das formas de diferenciação e de influência na dinâmica da identificação é a utilização de técnicas de *marketing*, que cuidam, entre outras coisas, da “imagem institucional” da organização.

A seguir tento colocar a argumentação de Berger (2004) em forma esquemática. Acredito que a argumentação de Berger é suficiente para que se possa considerar adequado que as organizações religiosas sejam analisadas sob o ponto de vista do mercado. E não apenas de forma figurada, mas como uma situação real de mercado competitivo capaz de influenciar as estruturas sociorreligiosas das organizações religiosas, devido à busca por resultados, e os conteúdos religiosos, por conta da dinâmica da preferência do consumidor.

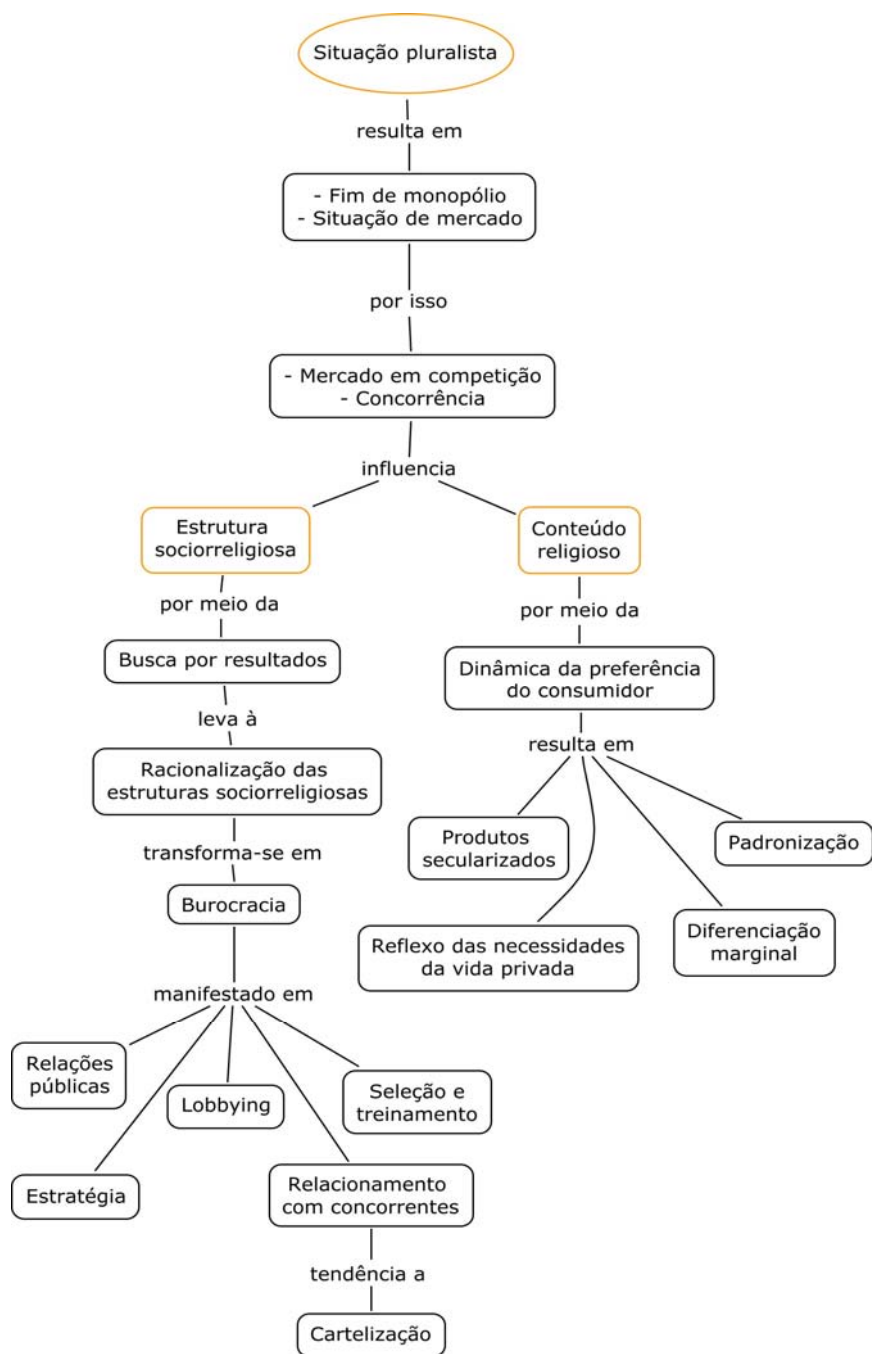


Figura 01 – Mapa conceitual da argumentação de Berger (2004).

2.7 Capital social como elo entre a religião e o empreendedorismo

“Relationships matter”

Um *slogan* sobre o capital social

A seguir apresento e discuto o conceito de capital social (KS) e proponho estendê-lo à idéia de capital espiritual para compreender o fenômeno da formação ou criação desse capital em organizações religiosas e, assim, obter novos parâmetros para melhor interpretação da pesquisa de campo.

Capital social (KS) é simultaneamente um dos conceitos mais promissores e, ao mesmo tempo criticados, surgidos no último quartel de século usado por autores que desejam incorporar fatores sociais na análise de fenômenos econômicos (Chang, 2006) e explicar ampla variedade de comportamentos individuais e coletivos, tais como a obtenção de *status* e mobilidade social, vantagens competitivas em organizações econômicas, participação política, e bem-estar físico e psicológico (Lin, 2006).

Para o estudo do empreendedorismo, a importância do conceito de KS está na hipótese de que KS impacta positivamente nos empreendimentos e proporciona maior probabilidade de sobrevivência (Fukuyama, 2001). Elevados níveis de KS propiciam aos empreendedores maior facilidade de acesso e compartilhamento de informações privilegiadas e conhecimento acerca de oportunidades de negócios, possibilidade antecipada de aquisição de recursos e facilidade na reunião de esforços para o desenvolvimento de oportunidades comerciais (Martes e Rodriguez, 2005). Além disso, os indivíduos e as organizações se beneficiam do alto grau de confiança entre os membros de sua rede, obtendo vantagens como a redução de comportamentos oportunistas, dos custos de transação necessários à realização de negócios, e melhores chances de acesso a relações pessoais importantes para a abertura e manutenção do negócio (Nahapiet e Ghoshal, 1998; Baron e Markmam, 2003).

De acordo com Portes (1998), a novidade e o poder heurístico do conceito de KS provêm de duas fontes: primeira, KS enfoca as consequências positivas da sociabilidade e, segunda, essas consequências positivas ampliam a discussão sobre capital e chamam a atenção para como formas não monetárias de capital podem ser fontes de poder e influência. A conversibilidade de diversas fontes de capital – idéia originada de Bourdieu (1986) – reduz a distância entre as perspectivas econômicas e sociológicas, e abre espaço para que, na prática, os *policy-makers* se empenhem em buscar soluções não unicamente econômicas para os problemas sociais.

Historicamente, a idéia de KS possui suas raízes no séc. XIX e início do séc. XX em autores como Tocqueville, Marx, Durkheim e Weber (Jackman, 2004; Portes, 1998). Entretanto, uma formulação mais precisa e aplicável a pesquisas empíricas começou a ser desenvolvida apenas a partir da década de 1980, com os trabalhos pioneiros de Bourdieu (1986), Putnam (1993) e Coleman (1988). Esses autores têm posições diferentes em relação ao KS.

Pierre Bourdieu é considerado o primeiro sociólogo contemporâneo a tratar o tema de modo sistemático. O pensador francês define KS como,

[...] o conjunto de recursos efetivos ou potenciais que estão relacionados ao pertencimento de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuos – em outras palavras – ao pertencimento como membro de um grupo – que proporciona a cada um dos membros, com o apoio de capital da própria coletividade, uma “credencial” que os habilita ao crédito, nos vários sentidos da palavra (BOURDIEU, 1986, p. 248).

Bourdieu acrescenta que essas relações podem existir apenas na prática, em trocas simbólicas e/ou materiais que ajudam a mantê-las. O volume de KS que um determinado agente possui está relacionado ao tamanho da rede de conexões que ele pode mobilizar de modo efetivo, e ao volume de capital – econômico, cultural ou simbólico²⁴ – adquirido por si mesmo através daqueles que estão conectados.

De acordo com Chang (2006), o conceito de KS de Bourdieu é – como as outras formas de capital – um instrumento de poder e um meio para se reproduzir as classes sociais. Portes (1998) caracteriza a abordagem de Bourdieu como instrumental por ele focar o conceito em dois aspectos. O primeiro, nos benefícios que os indivíduos ganham por participarem de algum grupo, e, segundo, na construção intencional de sociabilidade com o propósito de se criar esse recurso. É nesse sentido que Bourdieu afirma que “os ganhos advindos por ser membro em um grupo são as bases da solidariedade que fazem com que esses benefícios sejam possíveis” (1986, p. 249), e que a existência de uma rede de conexões

²⁴ O conceito de capital é central na obra de Bourdieu. Em seu ensaio *The Forms of Capital*, o autor o define como “trabalho humano acumulado” e distingue mais dois tipos de capital, além do capital social. O primeiro é o *capital econômico*, relacionado ao controle de recursos econômicos (riqueza). O segundo é denominado de *capital cultural*: relação social dentro de um sistema de trocas que inclui o conhecimento cultural acumulado que concede poder e prestígio (Barker, 2004). Ou seja, capital cultural são formas de conhecimento, habilidades, educação que uma pessoa tem que lhe atribuem *status* em uma sociedade. Nesse ensaio o autor menciona, mas não desenvolve, o conceito de *capital simbólico*, que representa para o autor uma forma de discurso sobre a legitimação das relações de poder por meio de formas simbólicas. Bourdieu entende como uma “espécie de crédito” estendido pelo dominado ao dominante, contanto que os interesses do dominado estejam contemplados, para conceder reconhecimento e legitimação ao dominante. É uma “crença coletiva” ou um “capital de confiança” que se origina da estima social bem como da riqueza material (Swartz, 1997, p. 92).

não é um dado natural e nem social, mas o produto de estratégia de investimento – individual ou coletiva, consciente ou inconscientemente almejado – para transformar relações contingentes – como as relações de vizinhança e de trabalho – em relações necessárias e eletivas, implicando em compromissos duradouros subjetivamente sentidos (sentimento de gratidão, respeito, amizade) ou institucionalmente garantidos (direito). Segundo Portes, a definição de KS de Bourdieu pode ser decomposta em dois elementos. O primeiro são as próprias relações sociais, que permitem aos indivíduos terem acesso aos recursos que seus associados possuem e, segundo, a quantidade e a qualidade desses recursos.

Bourdieu (1986) enfatiza em sua análise a possibilidade de conversibilidade entre os tipos de capital e defende que em última instância todos são redutíveis ao capital econômico. Dessa forma, possuir KS pode dar acesso direto a recursos econômicos (por exemplo, preferência de investimento, juros abaixo do mercado, fidelidade de consumidores, proteção de mercado, informações privilegiadas) e podem aumentar seu capital cultural por meio de contatos com especialistas (capital cultural personificado), com obras de arte e pesquisas (capital cultural objetivado), ou por meio de afiliação a alguma instituição que fornece credenciamentos (capital cultural institucionalizado). E, por outro lado, a aquisição de KS se dá por meio de investimentos intencionais de recursos econômicos e culturais²⁵ (Portes, 1998).

Robert D. Putnam, cientista político da Universidade de Harvard, é o responsável por popularizar o tema do KS e integrá-lo ao debate político. Ao fazer uma analogia com as noções de capital físico e humano, o autor afirma que KS se refere a características da organização social – tais como redes, normas e confiança – que facilitam coordenação e cooperação para benefícios mútuos (Putnam, 1993). Para ele, a idéia central do conceito é que redes sociais têm valor e exemplifica afirmando que a “virtude cívica” é mais eficaz quando imersa em uma densa rede de relações sociais recíprocas (Putnam, 2000). Influenciado por Alexis de Tocqueville, de quem tomou emprestada a noção de engajamento cívico, apresentou em seus estudos sobre a Itália e a política americana a tese de que quanto maior o engajamento cívico de uma comunidade, ou KS, – tomando como medidas o índice de leituras de jornais, comparecimento a votações e clubes de futebol, entre outros – melhor a

²⁵ Uma questão interessante é o relacionamento entre capital simbólico e o capital social. Swartz (1997) chama a atenção que Bourdieu admite em alguma parte de seu trabalho que o capital simbólico e o capital social se sobrepõem de tal maneira que é praticamente impossível distingui-los. No ensaio já mencionado de Bourdieu, Swartz indica que na discussão sobre o capital social no caso de grupos que delegam autoridade à liderança e representação de grupo, Bourdieu insere uma nota de rodapé (nota 17, p. 257), na qual afirma “Sem mencionar que capital social é tão influenciado pela lógica do conhecimento e reconhecimento que sempre funciona como capital simbólico”.

governança da sociedade e melhor o funcionamento da democracia. Em outras palavras, conexões sociais e engajamento cívico afetam toda a vida pública, bem como a vida privada (Putnam, 1995).

Assim, Putnam procura explicar as diferenças entre as qualidades dos governos regionais na Itália, criados na década de 1970. Regiões mais bem sucedidas, situadas ao norte da Itália – como as de Emilia-Romagna e Toscana – possuíam fortes tradições de “comunidade cívica”, com maior engajamento em assuntos públicos, um alto nível de confiança entre eles, obediência às leis, honestidade dos líderes comunitários e comprometimento com a igualdade e redes sociais e políticas, organizadas de forma mais horizontal. Para o autor, as origens históricas de “comunidade cívica” estão nas redes de reciprocidade e solidariedade, tais como associações, fraternidades religiosas, e sociedades de autodefesa, nas comunas medievais e cooperativas, sociedades de ajuda mútua, associações de vizinhos e sociedades de corais, no século XX.²⁶ De suas pesquisas sobre a Itália, o autor conclui que o KS corporificado nas normas e redes de engajamento cívico parece ser uma pré-condição para o desenvolvimento econômico e eficácia do governo.

Para Chang (2006), a abordagem de Putnam se diferencia das de Bourdieu e de Coleman (veja a seguir) por esses dois últimos considerarem KS como propriedade privada ou de grupo, enquanto Putnam considera como uma propriedade coletiva da sociedade.²⁷ Outra característica, mencionada por Baron, Field e Schüller (2000), é a sua ênfase à tensão entre as formas “*bonding*” e “*bridging*” de KS.²⁸ KS *bonding* se refere a ligações entre pessoas que compartilham coisas em comum, em um reforço da homogeneidade. Dessa forma, são construídos laços fortes, que podem se constituir barreiras à entrada de pessoas consideradas não qualificadas como, por exemplo, em seitas religiosas. KS *bridging* se refere à construção de conexões entre grupos heterônomos por meio dos laços fracos, favorecendo a inclusão social.

Baron, Field e Schüller (2000) afirmam que Putnam é criticado pelo seu viés funcionalista e por abordar de modo insatisfatório questões ligadas ao poder e conflito. Swain (2000) acrescenta mais três características centrais do conceito de KS de Putnam que abrem para a possibilidade de críticas. A primeira é que ele assume o KS como um fato social que se

²⁶ Por exemplo, em museus de Florença é possível ver os registros de sociedades de ajuda mútua do final do século XIX nos quais se contabilizava as contribuições que pequenos comerciantes faziam para um fundo em comum de modo que fosse disponibilizado crédito àqueles comerciantes em dificuldades financeiras.

²⁷ O que não é totalmente verdade. Coleman (1988), no final de seu artigo, faz uma análise da dimensão do KS como um bem público. Inclusive considera o KS um conceito promissor para se compreender a transição micro-macro na análise sociológica.

²⁸ Os termos permanecem em inglês por não ter encontrado algum consenso para suas traduções em português.

equipara à qualidade de ser membro de associações, tendência a votar e grau de confiança. A segunda o autor apresenta de forma não convincente mecanismos de como o KS em um nível de subgrupo pode aumentar o KS nacional ou afetar beneficentemente a sociedade. Terceira, além de afirmar que KS é correlacionado com um conjunto de indicadores positivos (medidas da vida comunitária, de engajamento de questões públicas, de voluntarismo comunitário, de sociabilidade informal, e de confiança social) e que essa correlação é causal, de fato Putnam assume que o KS causa todos esses benefícios.

James S. Coleman, sociólogo americano da Universidade de Chicago, foi quem introduziu e deu visibilidade ao conceito de KS no campo da sociologia americana, no trabalho em que destaca a importância desse capital na aquisição de capital humano (Coleman, 1988). O autor parte do pressuposto da teoria da ação racional de que se cada ator tem controle sobre certos tipos de recursos e interesses em certos recursos e eventos, então o KS constitui um tipo particular de recurso disponível para esse ator. Assim, KS é definido pela sua *função* e é “[...] uma variedade de entidades diferentes, com dois elementos em comum: consistem de algum aspecto das estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores – sejam pessoas ou atores corporativos – no interior da estrutura” (Coleman, 1988, p. S98). Em outras palavras, a importância do conceito está, antes de tudo, na sua capacidade de identificar certos aspectos da estrutura social pelas suas funções.²⁹ KS compreende uma dimensão da estrutura social cuja função é servir de recursos que facilitam a ação de atores que desejam alcançar determinados objetivos (*ibidem*, p. S101).

Da mesma forma que outros tipos de capital, o KS é produtivo porque certos fins são alcançados de modo que não seria possível na sua ausência. E completa: “como o capital físico e capital humano, o capital social não é completamente equivalente [válido em todas as situações], mas pode ser específico para certas atividades. Uma dada forma de KS, valioso em facilitar certas ações, pode ser inútil ou mesmo prejudicial em outras” (*ibidem*). E isso leva ao entendimento que o KS é, em si, neutro. Isso significa que, por se tratar de um recurso disponível nas estruturas sociais, ele facilita o alcance de objetivos dos atores, sejam esses objetivos moralmente bons ou maus.

Assim, “diferentemente de outras formas de capital, o KS é inerente às estruturas de relações entre os atores. Ele não está armazenado nos próprios atores ou nas ferramentas físicas de produção” (*ibidem*). Para Coleman, KS é uma característica das organizações

²⁹ O autor exemplifica da seguinte forma “[...] assim como o conceito de ‘cadeira’ identifica certos objetos físicos pelas suas funções a despeito de suas diferenças na forma, aparência e construção” (Coleman, 1988, p. S101). Eu acrescentaria “e de quem sentará nela” para destacar os possuidores do KS.

sociais e está localizado no grupo ou em nível organizacional. Apesar do KS poder servir como um recurso para atores coletivos, o autor aborda o KS como um recurso para atores individuais.

Diferentemente de Bourdieu – que usou o conceito para descrever como os grupos de elite por meio de seus contatos reproduzem seus privilégios – Coleman aborda os relacionamentos sociais de grupos que não pertencem à elite (Baron, Field e Schüller, 2000). Adicionalmente, Coleman aborda o conceito no contexto da teoria da ação racional e da perspectiva do individualismo metodológico. Ele considera KS como um recurso para a ação, como um caminho para que a estrutura social seja inserida no paradigma da ação racional. Finalmente, o autor considera o KS uma ferramenta útil para o desenvolvimento de uma orientação sociológica de forma a integrar alguns componentes de duas linhas teóricas.³⁰

A primeira linha, utilizada pela maioria dos sociólogos, considera o ator como socializado e a ação orientada por normas sociais, regras, e obrigação. Sua principal virtude está na habilidade de descrever a ação em um contexto social e explicar como essa ação é moldada, coagida e redirecionada pelo contexto social, e sua principal limitação está em desconsiderar qualquer fonte interna de ação que dá ao ator o propósito ou direção.³¹ A segunda linha, utilizada pela maioria dos economistas, considera o ator como aquele que age de forma independente e auto-interessado. Sua principal virtude é ter um princípio de ação, a maximização da utilidade, e sua principal fraqueza está em sua pouca ênfase em importantes considerações da realidade empírica, tais como: a ação dos indivíduos é influenciada pelo contexto social; normas, confiança interpessoal, redes sociais e organização social são importantes também no funcionamento da economia. Nesse sentido, Greeley (1997) afirma que o conceito de Coleman é útil por destacar a importância de abordar os recursos sócio-estruturais e sua influência sobre o comportamento humano, compreendendo o comportamento econômico.

O autor faz ainda as seguintes diferenciações: o *capital físico* é criado por mudanças no desenvolvimento de ferramentas que facilitam a produção; o *capital humano* é criado por mudanças em pessoas que obtêm habilidades e capacidades que os tornam aptas a agir de novas maneiras; e o *KS* acontece por meio de mudanças nas relações entre as pessoas de modo que facilitam a ação. Em termos de *tangibilidade*, ele afirma que o capital físico é totalmente tangível, sendo incorporado em forma materiais observáveis; *capital humano* é

³⁰ Como relata Greeley (1997), a intenção de Coleman ao trabalhar esse conceito era acrescentá-lo como parte de um projeto, que ele se ocupou até sua morte, de construir uma ponte entre a sociologia e a economia, particularmente a economia da Escola de Chicago.

³¹ É a supersocialização do ator, também criticado por Granovetter (1985).

menos tangível, sendo incorporado em habilidade e conhecimento adquirido por um indivíduo; e *KS* é o menos tangível de todos, por existir nas *relações* entre as pessoas.

Um dos méritos do trabalho de Coleman é que, ao utilizar o conceito de *KS* num trabalho empírico, desenvolveu meio de operacionalizá-lo para a pesquisa; explorar como os recursos do *KS* podem contrabalançar baixos níveis de capital humano e cultural, demonstrou os meios tangíveis pelos quais o *KS* surgiu para interagir com outros aspectos da estratificação; e desenvolveu ainda a idéia de *KS* como um bem público (Baron, Field e Schüller, 2000).³² Essas características foram provavelmente uma das razões de sua influência em muitos outros trabalhos e pesquisas, entre eles, os de Putnam (1993).³³

Após Bourdieu, Putnam e Coleman, o conceito de *KS* continuou a receber as mais diversas definições³⁴ e a ser usado em muitos campos diferentes do conhecimento, como sociologia, economia, educação e saúde pública. Uma contribuição digna de nota é a de Burt (2004). Em seu texto que trata da vantagem competitiva proporcionada pela estrutura das redes do indivíduo e a localização de seus contatos nessa rede na estrutura social, o autor define *KS* como “relacionamentos com outros jogadores³⁵”, isto é, “amigos, colegas e contatos de uma maneira geral por meio dos quais você recebe oportunidades para usar seu capital financeiro e humano³⁶” (Burt, 2004, p. 326).

Para o autor, *KS* é ao mesmo tempo os meios de contatos mantidos (ou “quem se alcança”) e a estrutura desses contatos na rede (ou “como se alcança”). Em seu trabalho Burt se concentra no “como” e desenvolve a idéia de “buraco estrutural”, definido como uma “separação entre contatos não-redundantes” (p. 334), que proporciona uma conexão entre esses contatos. Enquanto que para Coleman e Putnam as redes densas são condições

³² Portes (1998) critica o trabalho de Coleman ao afirmar que seu conceito é vago, o que permitiria considerar como *KS* vários processos diferentes e até mesmo contraditórios. Para esse autor, Coleman considera na mesma categoria alguns dos mecanismos que geram *KS* (tais como a expectativa de reciprocidade e a sanção do grupo para o cumprimento de normas), as conseqüências de possuí-lo (acesso a informações), e o contexto que os materializa (organização social “apropriável”). Com isso, segundo Portes, Coleman deixou de realizar a seguinte distinção para um tratamento sistemático do conceito: (a) os possuidores de *KS*; (b) as fontes de *KS*; (c) os recursos em si. A meu ver, Portes faz uma análise apressada do trabalho de Coleman. Apesar de mencionar a característica básica de seu conceito de *KS* como função, parece que isso foge a Portes. Por exemplo, os “canais de informação” para Coleman são uma forma e não uma conseqüência (como Portes acredita que deveria ser) de *KS* por entender que nesse aspecto as relações sociais mantidas são importantes pelas informações que são capazes de fornecer, ou seja, possuem uma função, que tem como conseqüência a facilitação da ação do indivíduo.³² Além disso, o modelo de Coleman deixa claro em sua análise do capital social dentro e fora da família quem são os possuidores de *KS*, bem como suas fontes e recursos.

³³ Em seus primeiros trabalhos, Putnam recorre freqüentemente a Coleman.

³⁴ Para um quadro-resumo das principais definições na literatura, veja Adler e Kwon (2002, p. 20).

³⁵ Burt utiliza a palavra “*player*” por estar abordando-o na “arena competitiva”.

³⁶ Burt define capital financeiro como “dinheiro em mãos, reservas no banco, investimentos e linhas de crédito” e capital humano como “qualidade natural – charme, saúde, inteligência e expressão – combinado com capacidades adquiridas em educação formal e experiência no trabalho, dando competência para se sobressair em certas tarefas” (2004, p. 325)

necessárias para o surgimento do KS, na visão de Burt é a relativa ausência de laços (buraco estrutural) que proporciona a mobilidade individual (Portes, 1998). Essa abordagem, oposta ao dos outros autores, é justificada pelo fato de que as redes densas tendem a produzir informações redundantes, enquanto que os laços fracos (correlacionado com o buraco estrutural) podem ser fontes de novas informações, recursos e oportunidades.

Apesar das diferentes abordagens do conceito, Portes (1998, p. 6) afirma que é possível se detectar um consenso crescente na literatura de que KS pode ser considerado como “a habilidade de atores para obter benefícios por estarem na qualidade de membros de uma rede social ou de outras estruturas sociais”. Para os meus propósitos, sugiro a seguinte definição de KS, tendo por base os trabalhos de Bourdieu (1986), Coleman (1988) e Lin (1999, 2006): *Capital social é o grau de diversidade de recursos imersos em uma rede ou grupo social que os atores podem ter acesso para alcançar seus interesses, em decorrência de participarem como seus membros.*

O conceito descreve as vantagens que o ator pode ter – como conhecimento, informação, poder, influência e apoio – por participar de uma rede social ou grupo. Lin (2006) esclarece que a definição não subteme que quanto maior o grau de diversidade de recursos imersos, “melhor” o KS, pois há casos em que quanto menor a diversidade de recursos imersos, “melhor” o KS. O que a definição considera é apenas que o KS tem um *continuum* que vai de recursos-muito-diversos a recursos-não-muito-diversos e que a importância do grau da diversidade depende de sua utilidade relativa para um retorno particular. Lin ainda argumenta que a definição apreende tanto o elemento “capital” quanto o “social” do conceito: os recursos imersos podem ser vistos como capital³⁷ e a distribuição ou a diversidade de tais recursos imersos entre laços sociais ou membros em grupos implica em relações sociais.

Com o intuito de obter parâmetros para a análise dos dados de campo, opto pelo modelo de KS proposto por Coleman (1988), no qual distingue as formas de KS e as estruturas sociais que as facilitam. A escolha se deve à precisão e operacionalidade do modelo e, como Greeley (1997) aponta, por fornecer uma perspectiva acerca das estruturas sociais que habilita o pesquisador a identificar os mecanismos desse recurso social nos relacionamentos humanos, seja em sua influência sobre o capital humano – como nos casos trabalhados por Coleman das famílias e escolas – ou os lucros, como em seus exemplos do mercado de diamantes e o mercado de Cairo. Além disso, parece-me o mais adequado para a metodologia

³⁷ Como Steiner (2006, p. 81) afirma, “pertencer a um grupo é possuir um capital, ou seja, é possuir um recurso que facilita as ações entre os agentes, tornando desnecessárias todas as precauções a serem tomadas nos casos em que a honestidade e a confiança estão ausentes”.

que estou utilizando e para o meu objeto de estudo por ser uma ferramenta analítica apropriada para abordar organizações sociais, como a religiosa, e por relacionar positivamente a coesão do grupo e o KS.³⁸

2.7.1 Modelo de Coleman

Além do que já foi exposto acerca do modelo de Coleman (1988), é preciso detalhar os aspectos das estruturas sociais relacionados ao KS. O autor divide em (a) formas de capital social e (b) estruturas sociais que facilitam tais formas. Os recursos que constituem KS para os atores são:

Obrigações e expectativas: Coleman introduz os elementos de crédito, reciprocidade e confiança da seguinte forma: se *A* faz algo para *B* e confia que *B* retribuirá no futuro, é estabelecida uma expectativa em *A* e uma obrigação (*obligation* – dever, favor) da parte de *B*. Essa obrigação pode ser entendida como um crédito obtido por *A* por ter feito algo a *B*. A analogia com o capital financeiro é válida se *A* obtém um grande número desses créditos de pessoas com as quais tem relações. Essa forma de KS depende de dois elementos: confiabilidade (ou lealdade – *trustworthiness*) do ambiente social – de modo que as obrigações sejam retribuídas –, e a amplitude efetiva dessas obrigações. Os indivíduos que estão em estruturas sociais que possuem alto nível de obrigações, possuem mais KS.

Canais de informação: o autor afirma que a potencialidade para informações, inerente às estruturas sociais, é uma importante forma de KS. A informação tem como função facilitar a ação, mas há custos.³⁹ Um modo para obtê-la é por meio do uso de relações sociais que são mantidas para outros propósitos, como a utilização da rede de amigos como fonte de informação para a compra de um carro usado, cujo mercado é desconhecido pelo comprador. Nesse caso, as relações não são valorizadas em forma de crédito (como anteriormente), mas pelas informações que são capazes de fornecer.

Normas e sanções: quando uma norma é efetiva, devido a sanções internas/externas formais/informais, pode se constituir como KS por facilitar ações esperadas (no sentido de expectativa) do ponto de visto do grupo, organização, comunidade ou sociedade. Coleman

³⁸ Há também uma motivação de ordem “empírica”: na coletânea *Religion as Social Capital*, editada por Smidt (2003), alguns dos artigos ou utilizam o modelo de Coleman ou se inspiram nele, o que me deu a segurança de ser uma abordagem ainda importante. Veja especialmente Nemeth e Luidens (2003).

³⁹ Porque, diz Coleman, no mínimo é requerida atenção, que é sempre um recurso escasso.

exemplifica da seguinte forma: ao inibir atividades criminosas, uma norma efetiva torna possível um passeio à noite na cidade; ou uma norma que proporciona uma recompensa que incentiva o mérito do aluno, facilita o trabalho da escola. Em um grupo, uma norma prescritiva pode formar um importante KS ao fazer com que o auto-interesse seja renunciado em favor dos interesses da coletividade. Em alguns casos, as normas são internalizadas, e em outros são mantidas por recompensas externas para ações abnegadas ou desaprovação devido a ações egoístas.

Em relação às estruturas sociais que facilitam o KS, o autor faz as seguintes distinções:

Fechamento de redes sociais: é uma propriedade das relações sociais que facilita as formas “obrigações e expectativas” e “normas e sanções”. O “fechamento” (*closure*)⁴⁰ significa que há laços suficientes entre as pessoas para que as normas sejam observadas por meio de sanções sociais e, com isso, tais normas são apropriadas pela comunidade de modo que transações sejam facilitadas sem o recurso de contratos legais. Além disso, o fechamento de estruturas sociais é importante para a confiabilidade de estrutura, que permite a proliferação de obrigações e expectativas. Isso significa que a renúncia de uma obrigação se torna mais difícil porque a sanção será do grupo e sua reputação estará em jogo. De outra forma, em uma estrutura aberta, a reputação não surge e sanções coletivas que assegurariam a lealdade não podem ser aplicadas. Por isso, pode-se afirmar que o fechamento cria lealdade em uma estrutura social. Em relação à forma de KS “canais de informação”, o fechamento desfavorece esse recurso por estabelecer informações redundantes (Granovetter, 1973). Para compreender melhor esse facilitador (ou inibidor) de KS, reproduzo a seguir a forma de rede sem (a) e com fechamento (b).

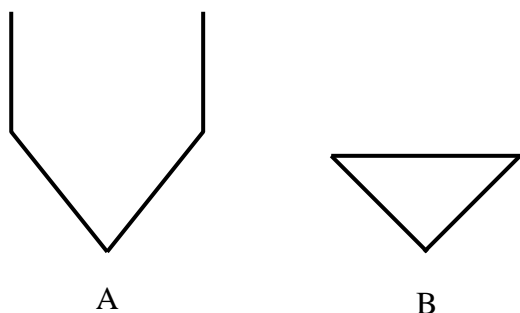


Figura 02 – Rede sem fechamento (A) e com fechamento (B)

Fonte: Coleman (1988, p. S106).

⁴⁰ O termo “fechamento” se refere à idéia de que as redes são fechadas em si mesmas, cujas normas as protegem do que é externo.

Organização social apropriável (*appropriable*): uma organização que foi criada para um objetivo pode ser apropriada para outros propósitos, constituindo-se um importante capital social para os membros, que têm a sua disposição recursos organizacionais que facilitam suas ações. De maneira geral, pode-se afirmar que a organização, uma vez criada para um conjunto de propósitos, também pode auxiliar a outros. Dessa forma, constitui-se um capital social disponível para o uso. Coleman dá o exemplo dos estudantes Sul-Coreanos: os “círculos de estudo” clandestinos que constituíam focos de resistência ao governo foram criados por grupos de estudantes provenientes da mesma escola, ou cidade natal ou igreja. Nesse exemplo, a escola ou igreja, que possuem seus objetivos, foram destinadas a outros propósitos, constituindo-se um KS importante para os membros ao disponibilizar-lhes os recursos organizacionais necessários para a oposição política.

Coleman (1988, p. S109) faz ainda a distinção entre relações simplex e multiplex⁴¹ porque, segundo ele, pode ajudar em uma maior compreensão dos meios em que o fechamento e a organização social apropriável facilitam o KS. Na relação simplex, os atores se relacionam por meio de apenas uma forma (como vizinho, colega de trabalho, colegas de clube, correligionário etc.). Na relação multiplex, os atores estão ligadas em mais de um desses contextos, ou seja, há uma sobreposição de redes sociais. Sua propriedade central é que permite que os recursos de um relacionamento possam ser utilizados para serem usados em outros. Geralmente são recursos em forma de outras pessoas que tem obrigações num contexto e que podem ser acionadas para ajudar quando alguém com problemas em outro contexto.

2.7.2 Um tipo especial de capital social: o capital espiritual

“Digo-vos ainda isto: se dois de vós se unirem sobre a terra para pedir, seja o que for, consegui-lo-ão de meu Pai que está nos céus. Porque onde dois ou três estão reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles.” Evangelho segundo São Mateus 18, 19-20.

Capital espiritual (KE) ou KS religioso é um tipo especial de KS e refere-se a aspectos desse capital que estão relacionados à religião (estrutura social religiosa) ou espiritualidade. De modo amplo, KE pode ser entendido como a influência de práticas, crenças, redes e

⁴¹ Ele se baseia no trabalho de Max Gluckman, *The Judicial Process among the Barotse of Northern Rhodesia*. Manchester: Manchester University Press, 1967.

instituições religiosas em indivíduos e organizações em suas dimensões econômicas e sociais. Para Berger e Hegner (2003), KE se refere à obtenção de poder, influência, prestígio, capacidade e conhecimento por um indivíduo ou organização por participar de alguma tradição e/ou organização religiosa. Seguindo nessa direção e permanecendo coerente com a definição de KS sugerida anteriormente, considero KE como o grau de diversidade de recursos imersos em uma rede ou grupo religioso que os atores (principalmente membros, mas não necessariamente) podem ter acesso para alcançar seus interesses.

Até recentemente, pouca atenção foi dada à relação entre KS e religião, em parte porque – como ressalta Smidt (2003) – as organizações religiosas foram vistas apenas como mais uma associação. Entretanto, o enfoque das pesquisas vem mudando devido ao reconhecimento de parte de economistas e de outros cientistas sociais de que a religião não é um mero epifenômeno da economia (Wuthnow, 1994) e nem está se tornando menos importante na sociedade (Berger, 1996). Pesquisas em KS e KE⁴² indicam que a religião é um fator importante na formação de redes sociais e confiança (Putnam, 2000; Iannaccone e Klick, 2003). Numa perspectiva complementar, Martes e Rodriguez (2005) afirmam que os laços religiosos podem estar subordinados a interesses econômicos e ser considerados como recursos disponíveis. Assim, KE e confiança desenvolvidos no interior dos grupos religiosos podem se tornar fontes de vantagens competitivas no mercado, favorecendo o surgimento do empreendedorismo.

Adicionalmente, Smidt (2003, p. 2) discorre sobre vários motivos para se estudar a relação entre KS e religião: as organizações religiosas oferecem serviços e recursos importantes para seus membros e para outras pessoas da comunidade, tais como aqueles relativos à saúde, suporte social e emocional; as doutrinas religiosas podem influenciar a visão de mundo das pessoas, prioridades de vida, grupos de relacionamento e suas preferências (no sentido econômico); e o comportamento religioso pode criar KS por meio de ações de voluntariado e de caridade. Esses fatores estimulam a diferenciação entre KE e outras formas de capital, como o KS, para que se evidencie mais precisamente o fenômeno religioso e sua relação com a vida econômica.

Acredito que as obras de Weber – *A ética protestante e A seita protestante e o espírito do capitalismo* podem ser analisadas sob o ponto de vista do KE. Na primeira, algumas crenças do protestantismo ascético derivaram em normas (acompanhadas de suas sanções)

⁴² Há um programa de pesquisa em capital espiritual financiado pelo Metanexus Institute que reúne pesquisadores como Peter L. Berger, Laurence R. Iannaccone e Roger Finke. Veja em <<http://www.metanexus.net/spiritual%5Fcapital>>.

que valorizaram o trabalho metódico e o consumo frugal, estabelecendo-se como recursos aos indivíduos ao facilitar suas ações que tinham o propósito de diminuir a incerteza do seu estado de salvação. Na segunda obra, Weber insere em sua análise o papel da congregação – que não foi abordado na primeira – cuja existência e presença na vida dos membros foram fundamentais para se manter a disciplina doutrinária do fiel, ou seja, o tipo de estrutura social “fechamento” criou a forma de KS “normas e sanções”. Dessa forma, pertencer a uma congregação deu uma espécie de “certificado de qualificação moral” valorizado entre os comerciantes, obtendo, dessa forma, acesso ao crédito e garantia de confiabilidade e respeitabilidade na comunidade. Em outras palavras, a organização religiosa fomentou aos seus adeptos um tipo especial de KS propiciada pela reputação proveniente da garantia da observação das normas morais devido a sanções eficientes da congregação. A esse tipo especial de KS é que proponho denominar de KE.⁴³

Mais recentemente, um dos pioneiros a indicar uma importante relação entre religião e KS foi Coleman (1988). O autor comparou dados de evasão escolar de escolas pública, privada e confessional católica, sendo que essa última obteve as menores taxas de evasão. Explicou que as famílias dos alunos moravam em comunidades nas quais a organização religiosa está presente e próximas das escolas confessionais, proporcionava-lhes dessa forma KS proveniente do fechamento baseado em relação multiplex,⁴⁴ o que não ocorria com as famílias de outras escolas. Greeley (1997, 2002), seguindo o modelo de Coleman, sugere que as estruturas religiosas influenciam de modo significativo o voluntariado tanto em projetos religiosos quanto os não religiosos, concluindo que a religião pode ser uma importante fonte de KS.

Putnam (1993) mostra que historicamente as *black churches* têm sido uma fonte de KS para os afro-americanos, fornecendo infra-estrutura organizacional para a mobilização política do movimento dos direitos civis. Cita estudos que mostram que a igreja é um recurso importante para o engajamento político entre os negros, onde aprendem sobre as questões políticas, desenvolvem habilidades políticas e fazem contatos com pessoas e outros movimentos. O autor ainda afirma que algumas igrejas criam bancos de empregos e servem como agência informal de crédito usando seu capital “reputacional”, responsabilizando-se por membros que podem ser ex-condenados, viciados em drogas ou os que abandonaram os estudos. Nesses casos, a igreja não fornece apenas redes de referência, mas uma maneira de

⁴³ Mesmo as autoras não trabalhando com o conceito de KS, a análise do trabalho de Weber “*A seita...*” foi baseada em Mariz e Machado (2005).

⁴⁴ Os adultos são simultaneamente membros da igreja e pais de crianças na mesma escola, ou seja, há uma superposição das estruturas ou redes religiosas e educacionais.

fornecer credenciais de paroquianos a empregadores e instituições bancárias que, se utilizassem apenas de credenciais formais, dariam baixa confiabilidade.

Woodberry (2003) reforça a proposta de empregar o conceito de KE. O autor cita o trabalho empírico de Gorsuch (1988) que mostra os grupos que desempenham serviços religiosos por razões sociais ou não-religiosas (os extrinsecamente religiosos) são significativamente diferentes daquelas que os desempenham por razões religiosas (os intrinsecamente religiosos). Sob o ponto de vista do KS, não se esperaria essa diferença porque para essa teoria os conteúdos teológicos e as motivações religiosas não são levados em consideração.

O autor ainda afirma que os grupos religiosos geralmente enfatizam que a relação com Deus é a razão de existir do grupo e que o enfoque de suas atividades deve ser a de enfatizar e pôr em prática esse relacionamento. Dessa forma, um grupo religioso não é um mero clube social ou, ainda, uma organização econômica. Uma das conseqüências disso é que os membros do grupo geralmente disponibilizam os recursos espirituais (crenças, símbolos) e organizacionais a qualquer um que os procurar, mesmo não sendo um de seus membros efetivos e, portanto, sem observar as normas de reciprocidade, pelo menos em um primeiro momento, e sem ter a certeza se a norma irá ser observada.⁴⁵ E isso a teoria do KS não consegue explicar completamente.

Preciso me ater um pouco mais nesse ponto. Coleman descreve o mecanismo social de funcionamento do KS (veja subseção “Modelo de Coleman”), fazendo a analogia com a obtenção de crédito. Porém, Hsu (2006) chama a atenção para o fato de que o autor não aborda questões fundamentais relacionadas ao parágrafo anterior: como a dinâmica da obtenção de crédito é iniciada? Por que atores dariam o primeiro passo para compartilhar os recursos? Por que se confiaria em alguém que não tem garantias (por não pertencer à organização e, por isso, não sujeito às sanções) de que a confiança será recíproca? A resposta é que a religião pode fornecer as bases para a primeira obtenção de crédito, por doar – seja recursos espirituais ou materiais – em primeiro lugar. Dessa forma, as organizações religiosas, pelo menos as cristãs, são uma fonte especial de normas de reciprocidade e confiança, geradora de um tipo específico de KS que, ao que tudo indica, é mais aberta aos que estão em situações desfavoráveis na sociedade do que outras formas de KS (Coleman, 2003).⁴⁶ Pode ser, dessa forma, um recurso para a mobilidade social.

⁴⁵ Pois há a possibilidade da pessoa não retribuir.

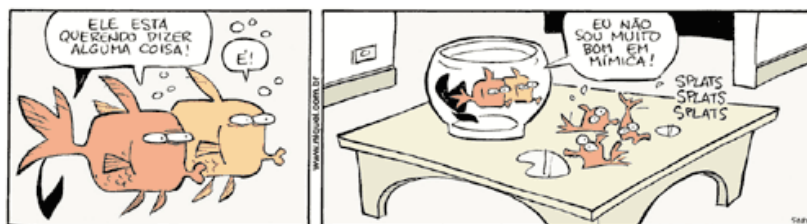
⁴⁶ John A. Coleman. Não confunda com James S. Coleman.

Uma característica original da formação de KS por organizações religiosas é a capacidade de prover e manter a reciprocidade entre os atores (Harris, 2003). Isso em parte pode ser atribuído à maior expectativa de retribuição nesse tipo de organização do que em outras não religiosas, dada no compartilhamento de valores transcendentais que estabelecem recompensas para a cooperação e punições para ações egoístas. Além disso, diz o autor, formas religiosas de cooperação de grupo podem contar com incentivos não-materiais – geralmente enraizados em crenças da comunidade religiosa – para induzir os atores a cooperarem, enquanto as formas seculares devem empregar com maior intensidade incentivos materiais.

Essas características do KS religioso ou KE não invalidam o uso do modelo de Coleman para a análise dos dados de campo das organizações religiosas. Pelo contrário, o modelo é extremamente útil ao nos ajudar a ver a estrutura religiosa como um recurso para a ação social ou, mais especificamente no meu caso, para a ação empreendedora.

* * *

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



Fernando Gonsales. *Folha de S. Paulo*, seção Quadrinhos, 27.10.2007.

Para ilustrar a importância de se estar “imerso” no contexto para compreender o fenômeno. Nesse caso, os dois peixes no aquário estão imersos em um “contexto” diverso daquele que estão observando.

A primeira postura que adotei foi considerar, como Peter Berger insiste em esclarecer, que a ciência não investiga as ações de Deus, mas a ação dos homens. Para o autor, a religião deve ser entendida como uma “projeção humana, baseada em infra-estruturas específicas da história humana” (Berger, 2004, p. 186). Esse “ateísmo metodológico”, termo usado por Berger, não se pergunta sobre a possibilidade de haver ou não algo além dessa projeção, ou um algo “lá fora”. Isso não é importante, ou melhor, é uma pergunta inútil para os propósitos da ciência. O fundamental é o que as pessoas fazem com sua fé e como ela é criada e difundida pelas mãos dos homens. Essa postura científica não apenas desconsidera o transcendente como um pressuposto ontológico – pois sua consideração geralmente leva à tautologia⁴⁷ –, mas também reforça a postura metodológica de reconhecer que não estamos autorizados a pressupor, mesmo nas entrelinhas, que a religião esteja relacionada automaticamente com a irracionalidade, a alienação, ou ainda com a covardia metafísica de não suportar a finitude da condição humana, como Nietzsche a descreveu, porque, se o “lá fora” não importa, tanto afirmar quanto negar a existência de Deus deixa de fazer sentido. Em outras palavras, o “ateísmo metodológico” mencionado por Berger nos ajuda a vencer a tentação de considerarmos, mesmo que inconscientemente, a pessoa religiosa como alguém mais benigno, de um lado, ou menos autônomo, de outro, e as igrejas como instituições que

⁴⁷ Por exemplo, essa tautologia está presente em muitos trabalhos científicos sobre o projeto da Economia de Comunhão. Ao longo de minha convivência com os vários autores que o pesquisam, não tenho dúvidas de que muitos adotam o pressuposto – a saber, que a Economia de Comunhão é uma obra de Deus e que, portanto, é boa em si e uma solução possível para os problemas do mundo – sem perceberem, na intenção de darem saliência ao tema na academia e por acreditarem na proposta. Isso leva a uma ideologização da pesquisa a ponto de se considerar o projeto como uma realidade essencialmente já constituída, e que a ciência precisa “descobri-la” – no sentido de descrever, numa linguagem científica, o que na prática “já se sabe” –, ou de se confirmarem suas virtudes. E isso leva à estranha sensação de que, independentemente da metodologia e dos dados, já se conhecem as conclusões da pesquisa. Para uma crítica às pesquisas brasileiras sobre a Economia de Comunhão, veja Fernandes (2007).

promovem realmente o encontro com Deus, do lado do pesquisador que possui uma tendência religiosa, ou a alienação e espoliação, do lado do cientista social que ainda vê a religião com desconfiança.

Essa breve reflexão é importante na medida em que as demarcações metodológicas – que deixam de lado os pressupostos metafísicos sobre a religião – auxiliam a abrir espaços para que possamos enxergar com mais nitidez as nuances do entrelaçamento das esferas religiosa e econômica. Junto a isso, a perspectiva da abordagem da nova sociologia econômica contribui para destacar a importância das relações interpessoais nos mais variados domínios da vida econômica, em particular a imersão social da ação econômica. Acredito que essa abordagem permite superarmos a afirmação comum de que as igrejas estão mergulhadas no processo de “mercantilização” do mundo – que pressupõe a preponderância da economia sobre as demais esferas da vida, e sua invasão por parte dela, que, lhes imprime a sua lógica – ao identificar e analisar situações em que, por exemplo, as redes sociais provindas da religião possuem papel preponderante sobre as decisões de negócios do empreendedor. Não pressuponho que essa afirmação – da “mercantilização” do mundo – seja falsa, mas sim imprecisa, mesmo que o ponto de partida adotado nesta tese seja o de que a pluralização da religião é o resultado de uma situação de mercado. É certo que tal situação influenciou – como o próprio Berger mostrou – as estruturas sociorreligiosas e o conteúdo religioso, o que não significa que as organizações religiosas sejam uma variável dependente em uma equação econômica, ou entidades passivas no processo de modernização do mundo. Em resumo, o meu ponto de partida metodológico adota o “ateísmo metodológico” como descrito por Berger, aceita elementos da abordagem metodológica da sociologia econômica, e considera a religião como uma esfera cultural autônoma e relacionada com as outras, influenciando-as, portanto, e sendo por elas influenciada, sem que nenhuma esfera seja determinante de outra.

A inspiração principal para a escolha do desenho e método de pesquisa, das técnicas de coleta de dados, além da dimensão comparativa dos estudos de caso adotada em minha pesquisa (veja a seguir), foram os trabalhos de Martes (2000, 2005).⁴⁸ Incluo também as conversas que tivemos em que ela sugeriu a adoção de elementos de etnografia e a sociologia econômica como abordagem para a pesquisa em empreendedorismo e organizações religiosas.⁴⁹

⁴⁸ Trata-se de minha orientadora, Ana Cristina Braga Martes.

⁴⁹ Martes me influenciou não apenas na parte metodológica. Incluo nessa influência também o tema da pesquisa. Certo dia, após ler minha dissertação de mestrado (Serafim, 2001), ela me disse que achava que eu deveria pesquisar sobre religião, por conta de meu interesse e relativo conhecimento no assunto. Relutei no início, não por achar desinteressante, mas por achar que eu não conseguiria. Ela acreditou mais em mim do que eu mesmo.

A pesquisa está estruturada em torno de dois estudos de caso qualitativos. Em cada um deles foi analisado um conjunto de iniciativas de duas organizações religiosas: a Igreja Renascer em Cristo (IRC) e o Movimento dos Focolares (MF), da Igreja Católica. A abordagem qualitativa é indicada quando se pretende compreender os motivos e sentidos atribuídos à ação social, tal como a dos empreendedores e membros das organizações em estudo. Nessa linha, Geertz (2006) sugere que as pesquisas sobre religião deveriam ser conduzidas “do ponto de vista do indígena”, ou seja, “mais que indicadores e estatísticas [...] o que deveria nos preocupar é a qualidade do espírito: quadros de percepção, formas simbólicas, horizontes morais”. Adicionalmente, a escolha desse desenho de pesquisa – o estudo de caso – é consoante com a tendência indicada por Wuthnow (2005) de que os trabalhos acadêmicos recentes que analisam a relação entre vida econômica e religião são predominantemente qualitativos e utilizam elementos característicos da pesquisa etnográfica, a qual eu adoto.

Considero o estudo de caso como uma investigação sobre um “fenômeno contemporâneo dentro do contexto de sua vida real, especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto não são claramente evidentes” (Yin, 1984, p. 13). De modo complementar, compreendo o estudo de caso como um *processo* que procura descrever e analisar profundamente alguma entidade em termos qualitativos, complexos e compreensivos, e seu “deslocamento” em um dado período de tempo (Merriam, 1998). Esse desenho é particularmente apropriado para situações em que (a) é impossível separar as variáveis do fenômeno do seu contexto, e em que (b) os problemas/questões de pesquisa são do tipo “*como*” e “*por que*”, ou seja, para situações em que o pesquisador não detém controle sobre os eventos (Yin, 1984).

Adoto uma perspectiva comparativa para a análise dos dois casos. Em primeiro lugar, descrevo e analiso separadamente cada organização, e em seguida, comparo as seguintes dimensões: estrutura organizacional e liderança, o discurso e a ética econômica, os tipos de empreendedores, os recursos organizacionais e, por último, o capital social criado para os empreendedores. Esse procedimento é concernente com a sugestão de Laplantine (2006, p. 163) de que o confronto deve ser feito somente após os dados recolhidos terem sido analisados. Para a análise dos dados, utilizei ferramentas comuns à pesquisa qualitativa, como a análise de discurso e a análise documental.

Escolhi o estudo comparativo porque permite conhecer tanto as características comuns quanto as específicas, e também esclarecer como se relacionam certos processos,

aparentemente contraditórios ou distintos.⁵⁰ E aqui cabe uma afirmação de Mariz e Machado (2005, p. 270) sobre esse procedimento: “Weber adotou a comparação como instrumento analítico fundamental. A comparação de realidades históricas as mais distintas acompanhada de propostas de explicações parciais mas genéricas é recorrente nos textos sobre sociologia da religião [...]”. E para reforçar, Dobbin (2005) faz uma revisão de trabalhos importantes em sociologia econômica que utilizam métodos indutivos e comparativos, e mostra que há um espaço importante para essas abordagens metodológicas. O autor considera indutivos os trabalhos que se iniciam com um ferramental de idéias teóricas – muitas vezes de mais de uma tradição teórica – e que não possuem convicções firmes de que um único processo influencia o comportamento econômico.

A escolha das duas organizações religiosas para o cotejamento se justifica por serem fontes de dados capazes de fornecer informações que permitem o maior aprofundamento possível da pesquisa (Merriam, 1998), devido aos seguintes fatores: são organizações atuantes há pelo menos 10 anos; entre seus membros há um importante segmento de classe média; dentro desse grupo há outro segmento de empreendedores nas respectivas igrejas, o que enriquece a coleta de dados; o discurso de ambas as organizações possui especificidades voltadas para tal segmento de empreendedores; e há a criação e disponibilização de recursos organizacionais específicos para esse segmento.

Em relação a um ponto específico sobre uma das hipóteses com a qual trabalhei, qual seja, as organizações religiosas ampliam capital social de seus participantes (Martes, 2000), é oportuno fazer uma observação. Uma das dificuldades de se estudar capital social é que ele não pode ser observado diretamente. Como característica de uma organização social que melhora as ações coordenadas, o capital social só pode se tornar evidente examinando-se os resultados da ação social, e é nesse ponto que sua influência deve ser inferida. Por conta disso é que considero os recursos organizacionais e os espaços como resultados do capital social criado nas organizações religiosas.

Para a operacionalização da pesquisa, adotei os seguintes procedimentos:

Levantamentos

- o Trabalhos acadêmicos (artigos, livros, teses e dissertações) sobre os temas religião, vida econômica e empreendedorismo.

⁵⁰ Baseado em Mariz (2001).

- Contatos com pesquisadores nacionais e internacionais, para consultá-los sobre trabalhos que abordem o tema da pesquisa.
- Centros de estudos sobre religião no Brasil.
- *Sites* sobre religião e igrejas.
- Referências do tema empreendedorismo e religião nos periódicos nacionais e internacionais.
- História do MF e da IRC.

Coleta de dados – dimensão do discurso

- Análise documental de artigos e reportagens de jornais e revistas, de fôlderes, *sites*, material publicitário, memorandos internos das empresas e associações, fotos e regimentos.
- Observação de cultos, missas, encontros de empresários, reuniões de trabalho, seminários e palestras.
- Entrevistas semi-estruturadas com religiosos e leigos católicos, bispos e pastores evangélicos, empresários e fiéis.
- Utilização da técnica “bola de neve” para obter nomes para futuras entrevistas.

Coleta de dados – dimensão da estrutura e recursos organizacionais

- Análise de documentos das organizações religiosas que indiquem sua estrutura formal.
- Observação: visitas às organizações religiosas (Mariápolis Ginetta e templos da Renascer), às empresas e às associações empresariais; participação em cultos e em encontros de empresários, e conversas informais com seus participantes.
- Entrevistas em profundidade com religiosos e leigos católicos, bispos e pastores evangélicos, e empresários.
- Utilização da técnica “bola de neve” para obter nomes para futuras entrevistas.

Na coleta de dados, adotei procedimentos diferentes para as duas organizações porque o meu nível de conhecimento também era diferente, ou seja, tratei diferentemente os desiguais. Como eu estava mais familiarizado com o MF, procurei em primeiro lugar centrar meus esforços na coleta de dados da IRC, que ocorreu durante o período de outubro de 2006 a fevereiro de 2007. Nesse período, realizei 10 entrevistas, observei seis cultos (um na igreja de Alphaville e os restantes na Sede Internacional), um seminário/curso da Arepe, e observei (em visitas para as entrevistas) o setor administrativo da igreja e uma de suas ações assistenciais (atendimento telefônico para pessoas com problemas). Durante essas observações, fiz

anotações com as descrições dos ambientes e minhas impressões. Em relação às entrevistas, optei por anotá-las, e não gravá-las, para deixar os entrevistados mais à vontade, principalmente dada a turbulência vivida pelos membros durante esse período (veja mais detalhes a seguir). Outro recurso tecnológico bastante útil foi o *site* de vídeos YouTube. Lá consegui encontrar vídeos de partes dos cultos, de falas de Estevam, de pastores de outras igrejas abordando a IRC, e também alguns vídeos sobre a igreja produzidos por não membros, muitas vezes em tons severos. Da minha pesquisa nesse *site*, selecionei 20 vídeos que estão disponíveis no endereço <http://tinyurl.com/394zml>. Além disso, mantive-me informado dos acontecimentos na IRC por meio principalmente de jornais e revistas (*Folha de S.Paulo*, *Estadão*, *O Globo* e *Veja*), e *sites* de notícias evangélicas (como o Gospel+), nos quais utilizei a tecnologia RSS.⁵¹ Adicionalmente, utilizei a tecnologia do Google News, que envia diariamente por *e-mail* notícias relacionadas com as palavras-chave informadas pelo usuário.

Em relação ao MF, muitas informações foram obtidas ao longo da minha convivência com o movimento de 1999 a 2006. Participei de sete congressos de Economia de Comunhão (EdC) – durante os quais conversei com alguns empresários e pessoas envolvidas no projeto EdC, inclusive pesquisadores – e realizei algumas visitas à Mariápolis Ginetta. Também tenho participado de dois grupos virtuais de discussão e trocas de informações por *e-mail*. Para obter dados mais precisos, entre setembro e dezembro de 2007 realizei seis entrevistas e enviei três questionários por *e-mail*, que foram devidamente respondidos. Uma novidade é que quatro dessas entrevistas foram efetuadas à distância, via o *software* Skype, que permite comunicação por voz utilizando a Internet. Adicionei o *software* MX Skype Recorder para gravar as conversas (com a permissão dos entrevistados), e analisá-las posteriormente.

Em relação às limitações da pesquisa, podem ser aventadas o número limitado de entrevistas e observações, e a escolha dos entrevistados. Quanto à IRC, é preciso considerar que os empresários entrevistados foram escolhidos pelo bispo que estava me acompanhando na pesquisa. Para manter uma relação de confiança, combinei que não faria qualquer entrevista sem seu aval. A respeito da EdC, a escolha dos entrevistados foi decorrente da experiência de cada um e a função desempenhada no movimento, adicionada à facilidade do contato devido à manutenção de relacionamentos anteriores à pesquisa.

⁵¹ RSS é a sigla em inglês de Rich Site Summary ou Really Simple Syndication, que servem para agregar conteúdo. De acordo com a Wikipédia, a tecnologia do RSS permite aos usuários da Internet se inscrever em *sites* que fornecem *feeds* (fontes) RSS. Esses são tipicamente *sites* que mudam ou atualizam o seu conteúdo regularmente. Para isso, utilizam-se os *feeds* RSS, que recebem essas atualizações; dessa maneira, os usuários podem permanecer informados de diversas atualizações em diversos *sites* sem precisar visitá-los um a um.

3.1 Experiências de campo

[...] como vc deve saber, nas igrejas neopentecostais as segundas-feiras são reservadas para o culto da “prosperidade” e, no caso da Renascer, para o culto dos empresários. Há uma igreja Renascer mais ou menos próxima à minha casa e, então, resolvi ir hoje à noite para ter a minha primeira impressão. Cheguei às 20h00 e para a minha surpresa havia, além de mim, mais quatro pessoas. Havia outras, mas era o pessoal de apoio, com a camiseta da Igreja Renascer. Fui me sentar num cantinho, para não chamar a atenção. As outras quatro pessoas estavam de pé, com as mãos levantadas, fazendo suas orações em voz alta, enquanto o pastor “metralhava” a pequena platéia com suas palavras. O pastor era muito jovem, vestido de *jeans* e camiseta, e suas frases, para mim, não tinham sentido nem lógica, mas cheguei a entender algumas frases soltas, como “Jesus vai abençoar...”, “agora é o nosso tempo...”. Não apelava para a razão – como a homilia (ou sermão) de padre –, mas para a emoção. Era uma “gerência de emoções”, em que ele era o pastor-gestor. Em seguida, após esses cinco minutos de fala, começaram a cantar as músicas próprias da igreja. Era como um karaokê, com música mecânica e duas mulheres cantando. E eu lá, no meu canto, prestando atenção em tudo. Assim que terminaram de cantar, o pastor convidou as quatro pessoas a se sentarem juntas e, direcionando o seu olhar pra mim, também me convidou. Eu fiz um gesto dizendo que preferiria ficar ali. Ele me respeitou, e começou novamente com a sua “metralhadora”. As quatro pessoas levantaram as mãos novamente e iniciaram suas orações em voz alta, e num certo momento se deram as mãos. O pastor pediu a benção a todos os bispos, bispas e ao apóstolo da Igreja Renascer e, ao final de sua fala, pediu que todos batessem palmas para a “glória do Senhor”, e em seguida que todos se abraçassem. Nesse momento ele se virou pra mim e disse: “*Brother*, eu te amo!”. Uma mulher, do outro lado da sala (porque eu estava num cantinho), disse também que me amava.

Eu, que não queria chamar a atenção, acabei sendo o centro das atenções, pelo menos por alguns instantes (se isso não fosse sério, eu poderia brincar que foi o meu momento de fama na Igreja Renascer!). Então, fiquei um pouco constrangido por ter chamado tanto a atenção e esperei a próxima música, que não tardou. Eram 20h45, e acabei saindo à francesa. A minha primeira ida a campo foi frustrante, mas consegui rir um pouco de mim mesmo.

O relato acima é de uma mensagem que enviei por *e-mail* à minha orientadora, logo após minha primeira ida a campo. Não a modifiquei para deixar transparecer bem o meu estado de espírito ao iniciar a pesquisa. Foi o meu primeiro contato com uma igreja evangélica, e minha linguagem mostra certo receio ou estranhamento por estar participando de um culto neopentecostal, o que aconteceu realmente. Meus preconceitos vieram à tona, e eu não cessava de fazer comparações com as missas da Igreja Católica, da qual faço parte. Havia o agravante de minha história de vida incluir uma educação religiosa marcada pelo catolicismo tradicional, passando pela Teologia da Libertação na fase universitária e culminando no envolvimento de cinco anos com o Movimento dos Focolares, um dos objetos

de minha pesquisa, e com o qual ainda mantenho contato. Esse caldo – de envolvimento com um dos objetos de estudo e preconceito inicial pelo outro – fez-me tomar um cuidado especial na pesquisa de campo.

O meu maior desafio na coleta de dados foi o esforço para me surpreender com aquilo que me era familiar (o MF) e tornar mais familiar aquilo que me era estranho (a IRC).⁵² Como já mencionado, a igreja neopentecostal era uma realidade desconhecida para mim, e, apesar do esforço consciente de aceitar a alteridade, a minha educação católica e o modo como eu a assimilei criaram alguns estereótipos em relação aos pentecostais. E nada como a observação direta, como a participação nos cultos, e o contato com as pessoas, como nas entrevistas, para que os preconceitos sejam amenizados e se comece a enxergar e interpretar com o mínimo de juízo de valor possível. Foi um grande exercício. No primeiro culto completo de que participei procurei considerar cada gesto, frase, choro, música, oração em voz alta e doação em dinheiro como “dados de pesquisa”, como costuma dizer um amigo pesquisador. O que pode parecer banal para quem faz ciência exige um esforço psicológico enorme quando a dimensão que se está investigando – a religião, no meu caso – faz parte do mosaico que constitui sua identidade.

Senti-me como afirma Lévi-Strauss (2003, p. 25): “[...] numa ciência em que o observador é da mesma natureza que seu objeto, o observador é ele próprio uma parte de sua observação”. Enquanto observava, eu era observado por mim mesmo, para que meu prejulgamento não encerrasse minha visão para a riqueza da realidade, e para saber o quanto eu já tinha superado minhas ressalvas, que poderiam atrapalhar ou enviesar demasiadamente minha análise. Enfim, observava-me para ter respeito pelo meu objeto de estudo.

Minha perplexidade, provocada pelo encontro com a alteridade, estimulou-me a sensação de “estranhamento”, como Laplantine (2006, p. 21) o descreve, levando-me a uma modificação do olhar que eu tinha sobre mim. Se eu estranho, é porque há algo que me perturba ou que questiona o meu mundo, e isso deve ser considerado como fonte de conhecimento. Ainda segundo o autor, se estamos presos a uma cultura (e aqui acrescento uma cultura religiosa), não conseguimos enxergar a dos outros, e ainda somos míopes à nossa. E completa: “A experiência da alteridade (e a elaboração dessa experiência) leva-nos a ver aquilo que nem teríamos conseguido imaginar, dada a nossa dificuldade em fixar nossa atenção no que nos é habitual, familiar cotidiano, e que consideramos ‘evidente’”. E foi essa experiência que tentei fazer.

⁵² Essa frase foi baseada em Laplantine (2006, p. 29).

Não intencionei atingir a objetividade nem a neutralidade em relação aos meus objetos de estudo. Impossível dissociar pesquisador e pesquisado – e deveria? – porque são sujeitos em relação. Quis apenas minimizar o que considerava um desequilíbrio entre o que conhecia (MF) e o que desconhecia (IRC). E de modo imprevisto, o meu olhar para a IRC me fez modificar meu olhar para o MF. O “evidente” na minha convivência com o MF foi se tornando algo que merecia mais atenção, ajudado pelo meu afastamento auto-imposto, inclusive emocional, de aspectos do MF nos quais acreditava.⁵³ E como um movimento circular, aos poucos notei que conseguia interpretar e compreender melhor os significados que os fiéis da IRC atribuem a seus comportamentos do que quando havia iniciada a pesquisa. E, por sua vez, consegui ver com olhos novos – ou, pelo menos, modificados pela experiência com a IRC – o MF. Em outras palavras, a IRC me ensinou muito sobre o MF.

O meu primeiro contato para marcar entrevistas na IRC foi por um *e-mail* encaminhado ao responsável pelo *site* da Arepe. Marcamos um encontro no bairro de Alphaville, em Barueri, na Grande São Paulo, e o clima foi bastante amistoso. (Aliás, um traço marcante nas entrevistas – tanto da IRC quanto do MF – foi a generosidade e a atenção despendida pelos entrevistados, o que facilitou muito o meu trabalho.) Aproveitei para observar o culto que se iniciou logo em seguida ao término da entrevista. Apenas na segunda entrevista, com um bispo na Sede Internacional da igreja, eu soube que os membros acreditavam que estavam sofrendo uma perseguição religiosa. Ele mencionou o fato ao justificar a negativa ao meu pedido de entrevista com Estevam Hernandes. Isso me alertou porque poderia significar dificuldades em obter informações. Investiguei na imprensa algumas notícias a respeito de problemas da IRC com a justiça, mas nada que eu considerasse grave no sentido de impedir a continuação da pesquisa. Realizei mais algumas entrevistas e senti que havia alguma desconfiança acerca do meu trabalho, mas a interpretei como uma forma de precaução. Todos foram muito atenciosos. Um traço marcante dessas entrevistas foi o esforço dos entrevistados em mostrar que eram pessoas conscientes de suas escolhas, que a igreja tem um papel fundamental na vida deles – principalmente por tê-los recebido em um momento difícil da vida – e que o dízimo e as ofertas, elementos sagrados para os fiéis, eram mal interpretados pela sociedade, principalmente pela mídia.

⁵³ Esse ponto parece ser importante. Em um curso sobre sociologia da religião no encontro da Anpocs de 2007, o professor Antônio Flávio Pierucci comentou que os pesquisadores ateus têm a vantagem de não estar emocionalmente comprometidos com o seu objeto de estudo. Parece-me que isso é verdadeiro. Para ilustrar, Weber dizia que tinha um ouvido desafinado para a religião, no sentido de que ela não era importante para a sua vida, apenas como objeto de estudo.

Os problemas com a justiça brasileira, em dezembro de 2006, e a prisão do casal nos Estados Unidos, em janeiro de 2007, fizeram que os contatos se tornassem mais difíceis, principalmente os *e-mails*, cuja maioria não era respondida. Cheguei a pensar em desistir de da IRC como um dos objetos de pesquisa, não apenas por prever a dificuldade de obter mais dados, mas também por prejudicar a idoneidade da organização. As conversas com a minha orientadora me esclareceram que eu deveria tentar evitar fazer julgamento moral dos Hernandes, muito menos da organização religiosa a qual pertencem, e que em uma pesquisa científica as questões morais desse tipo não devem ser adotados como critério para a escolha ou rejeição do objeto de estudo. Na verdade, a escolha desse objeto deve ter como critério sua capacidade de ser uma fonte de conhecimento, de poder fornecer informações para uma determinada problemática, enfim, de conseguir reunir material suficiente para responder à minha questão de pesquisa. E isso a IRC continuou a ser. Apesar de eles ficarem mais cautelosos e desconfiados com “os de fora”, continuei a contar com o apoio do bispo primaz e coordenador da Arepe da Sede Internacional, que prosseguiu atendendo ao meu pedido de marcar entrevistas com empresários. Nessa época, aconteceu um fato inusitado: um dos entrevistados estava desconfiado de que eu fosse do Ministério Público. A situação foi contornada com a apresentação de meu cartão de visitas, que me identificava como aluno de pós-graduação. Entretanto, foi um momento tenso para mim, pois vivenciei de modo um pouco dramático o significado da perturbação do pesquisador àquilo que ele observa e que perturba a si próprio, e pode servir como fonte de conhecimento, segundo Laplantine (2006).

Para finalizar, quero dizer que não saí ileso de campo. Minhas concepções acerca das duas organizações religiosas foram reescritas, até mesmo o papel da religião na minha vida. E a prática da pesquisa em campo foi uma experiência que comportou em parte a aventura pessoal de explorar outros mundos, além do meu próprio.

* * *

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS CASOS

Considero que há um pequeno espaço na interseção das esferas religiosa e econômica onde a vida religiosa influencia a vida econômica (e vice-versa), peculiarmente o fomento ao empreendedorismo por meio da criação do capital social/espiritual. Com tal enfoque é que pretendo analisar nessa parte do trabalho os dados coletados no campo, procurando compreender como as duas organizações religiosas investigadas disponibilizam recursos simbólicos e materiais, de modo a incentivar (no nível discursivo) e apoiar (oferecendo recursos organizacionais) empreendimentos orientados ao lucro de propriedade de seus seguidores.

Com esse fim, a seguir descrevo brevemente o contexto religioso no Brasil, com ênfase na expansão do neopentecostalismo e na reação da Igreja Católica. Em seguida, apresento e analiso os dois casos em detalhes para que no final desse capítulo sejam realizadas comparações que possam evidenciar como essas organizações religiosas apóiam seus empreendedores de modo diferente.

4.1 Contexto religioso no Brasil: Crescimento dos evangélicos e a reação católica

Com o intuito de contextualizar os dois estudos de caso, procuro abordar nessa seção as características e a expansão do pentecostalismo no Brasil e a reação da Igreja Católica ao seu decréscimo. Finalizo afirmando que, dentre os vários aspectos do desenvolvimento do pentecostalismo, a adoção de um culto específico para os empresários é uma das estratégias adotadas para a expansão dessas igrejas e a conversão de fiéis, o que não é o caso da Igreja Católica, pelo menos de forma extensiva.

4.1.1 Tipologia, características e desenvolvimento do pentecostalismo

O pentecostalismo surgiu nos Estados Unidos no início do século passado, expandindo-se em vários países em desenvolvimento, sobretudo na América Latina, onde o

Brasil possui 30 milhões de evangélicos e se tornou o país com o maior número de pentecostais do mundo (Beguoci, 2007). Para Mariano (2004, p. 134), na América Latina o termo “evangélico” abriga as igrejas protestantes históricas, herdeiras da Reforma iniciada por Martinho Lutero no século XVI (como a Luterana, Presbiteriana, Anglicana, Metodista, Batista e Adventista), as pentecostais (como a Congregação Cristã no Brasil, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular e Deus É Amor) e as neopentecostais (como a Renascer em Cristo, Universal do Reino de Deus e Internacional da Graça de Deus). Ainda de acordo com o autor, o pentecostalismo é herdeiro do protestantismo histórico e se diferencia deste último pela ênfase na crença da contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, principalmente a glossolalia,⁵⁴ e pela retomada de práticas como a cura de enfermos, a expulsão dos demônios, a concessão divina de bênçãos e a realização de milagres.

O primeiro missionário pentecostal chegou ao Brasil em 1910. Desde então esse movimento religioso se difundiu e se diversificou. Para melhor compreender sua complexidade e evolução, pode ser útil uma classificação em três grupos do pentecostalismo que possui como critérios a periodização de implantação das igrejas, e distinções teológicas e comportamentais (Mariano, 1999, 2004).

O primeiro grupo, denominado pentecostalismo clássico ou tradicional, teve seu período áureo entre 1910 e 1950, e inclui as igrejas pioneiras Congregação Cristã no Brasil e Assembléia de Deus. A primeira foi fundada em 1910, na cidade de São Paulo, por um pastor italiano; e a segunda, em 1911, na cidade de Belém do Pará, por dois suecos. Os fundadores se converteram ao pentecostalismo nos Estados Unidos e vieram ao Brasil para fazer proselitismo. Na dimensão teológica, mantêm o núcleo das igrejas protestantes históricas, enfatizando a glossolalia e a expectativa apocalíptica da segunda vinda de Cristo. Em termos de comportamento, no início se caracterizavam pelo anticatolicismo, sectarismo radical e ascetismo de rejeição do mundo. Atualmente, a Congregação Cristã se mantém apegada a um certo sectarismo, utilizando sinais externos de santidade, enquanto a Assembléia de Deus se adaptou em maior grau às mudanças em processo no pentecostalismo e na sociedade brasileira. Em relação ao seu perfil social, no início era composta em sua maioria por pessoas pobres e de pouca escolaridade, sendo discriminada pelos protestantes históricos e perseguida pela Igreja Católica. Atualmente seu perfil se modificou parcialmente, agregando setores da classe média, profissionais liberais e empresários (Mariano, 1999).

⁵⁴ Para os pentecostais, a glossolalia – ou dom das línguas – pode se manifestar de duas formas: por meio de línguas estrangeiras, conhecidas, ou por meio de línguas estranhas, cujos sons são indefinidos. A glossolalia não é restrita aos meios cristãos (Siepierski, 2001).

O segundo grupo não possui uma nomenclatura consensual e foi denominado por Mariano (1999) deuteropentecostalismo.⁵⁵ Foi iniciado na década de 1950 por dois missionários norte-americanos da International Church of the Foursquare Gospel, que criaram um empreendimento proselitista em São Paulo chamada Cruzada Nacional de Evangelização. O foco era na pregação da cura divina e expulsão de demônios, o que atraiu multidões e acelerou a expansão do pentecostalismo no Brasil.⁵⁶ Os missionários fundaram em 1953, em São Paulo, a Igreja do Evangelho Quadrangular. Em seguida, foram fundadas, por adeptos brasileiros, as igrejas Brasil para Cristo (em 1955) e Deus É Amor (em 1962). A ênfase teológica é sobre a cura divina, e como estratégia proselitista se destacam pelo uso intenso do rádio e pela pregação itinerante com o uso de tendas. Mariano (1999) afirma que devido às mensagens sedutoras e métodos inovadores e eficientes, foram atraídos membros de outras igrejas, inclusive pastores, e muitas pessoas dos setores mais pobres da população, com destaque para os emigrantes nordestinos. O seu êxito foi o responsável pela fragmentação denominacional do pentecostalismo brasileiro.

O terceiro grupo, denominado neopentecostalismo, surgiu a partir de meados da década de 1970, e seu crescimento e fortalecimento se deu nas duas décadas seguintes. Todas fundadas por pastores brasileiros,⁵⁷ as principais igrejas são a Universal do Reino de Deus, criada em 1977 no Rio de Janeiro; a Internacional da Graça de Deus, fundada em 1980 na mesma cidade; a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, fundada em 1976 em Goiás; e a Renascer em Cristo, fundada em 1986 na cidade de São Paulo. No plano teológico se caracterizam pela ênfase na guerra espiritual contra o Diabo, pela adesão à Teologia da Prosperidade, e na rejeição de usos e costumes de santidade pentecostal e de tradicionais símbolos de conversão. Mariano (1999) frisa que a ruptura com o sectarismo e o ascetismo puritano representa uma mudança fundamental no meio pentecostal, de tal maneira que se pode afirmar que o neopentecostalismo é a primeira vertente de *afirmação do mundo*. Outras características importantes são a adoção de gestão organizacional do tipo empresarial, o uso

⁵⁵ Mariano (1999, p. 32) explica o termo da seguinte forma: “O radical “*deutero-*” (presente no título do quinto livro do Pentateuco) significa “segundo” ou “segunda vez”, sentido que o torna muito apropriado para nomear a segunda vertente pentecostal”.

⁵⁶ Mariano (1999) ainda afirma que o proselitismo baseado na cura divina teve sucesso não apenas no Brasil, como também resultou em um crescimento sem precedentes do pentecostalismo nos Estados Unidos, América Latina, África e Ásia. O autor frisa que é unânime entre os pesquisadores norte-americanos a constatação de que o evangelismo baseado na cura foi o grande responsável por esse crescimento em várias partes do mundo a partir dos anos 1940.

⁵⁷ Apesar dessa característica “*made in Brazil*”, sofreu e sofre forte influência estrangeira em sua teologia e dimensão institucional, como se pode notar, por exemplo, nas edições dos livros religiosos, com grande presença de autores norte-americanos. Especificamente na Igreja Renascer, são mantidos contatos e intercâmbios com pastores estrangeiros e músicos evangélicos norte-americanos, e a Igreja se inspirou no movimento *gospel* daquele país (isso será tratado adiante). Para uma descrição mais detalhada, veja Mariano (1999, p. 39-41).

intensivo dos meios de comunicação – principalmente os eletrônicos – e a ênfase na arrecadação de dinheiro dos fiéis. Dessa forma, uma igreja pode ser classificada como neopentecostal se, além de ter sido criada a partir de meados nos anos 1970, aproximar-se dos seguintes componentes: menos sectária e ascética, mais liberal, atuando em atividades extra-igreja – como empresariais, políticas, culturais e assistenciais –, e orientando-se em grande medida pela Teologia da Prosperidade e pela crença na guerra espiritual (Mariano, 1999).

A Teologia da Prosperidade, formulada pelo norte-americano Kenneth Hagin, é uma doutrina com forte ênfase no aspecto financeiro e afirma que todos os fiéis convertidos são filhos de Deus e, por isso, serão abençoados e inevitavelmente bem-sucedidos em seus empreendimentos. Por ser Deus o criador e os fiéis serem seus filhos, todas as coisas da criação estão ao seu dispor, e, portanto, eles devem se apropriar do que é seu. As adversidades, como a pobreza, as doenças, dívidas e os conflitos, são atribuídas às “forças malignas”, cuja superação se dá apenas espiritualmente, por meio da participação dos fiéis nas atividades da igreja. A contribuição financeira – embutida na idéia de ser fiel nos dízimos e dar ofertas com desprendimento, alegria e fé – é vista como o principal sacrifício que Deus exige e, ao mesmo tempo, uma espécie de investimento – e não como uma devolução ou gratidão, comuns em outras denominações –, por se crer que Deus irá restituir em maior medida a quantia doada (Siepierski, 2001).

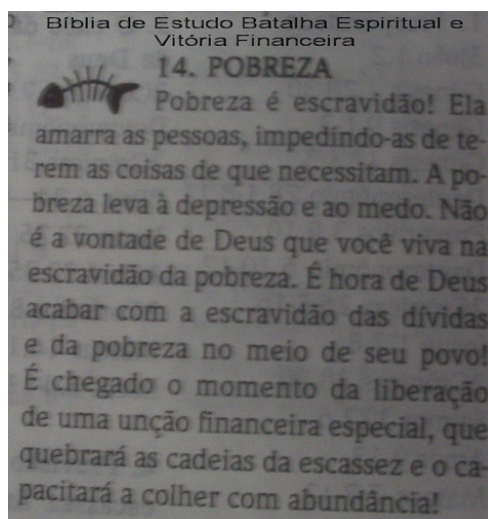


Figura 03 – Trecho de uma Bíblia de estudo da linha da Teologia da Prosperidade

Fonte: <<http://pavablog.blogspot.com/2007/08/uno-financeira.html>>

Diferentemente das doutrinas cristãs tradicionais, a Teologia da Prosperidade considera a redenção como a posse dos bens materiais, e não a sua privação (Siepierski,

2001). E é a *posse* que Gomes (1994, p. 230) considera como a categoria fundamental da filosofia e teologia implícitas no discurso e prática das igrejas neopentecostais. E posse, nesse caso, significa “[...] a detenção de bens em vista da sua fruição”, sendo tais bens elementos indispensáveis para uma vida próspera e feliz. Nesse sentido, *não possuir* é um estado de não cumprimento dos propósitos divinos, significando uma ruptura da ordem cósmica. Aí surge uma tensão entre a *posse a que se destina o homem* e a *ausência de posse* como uma situação vivida, que é explicada ao se atribuir essa ausência a elementos demoníacos (Gomes, 1994), como será explicitado mais adiante.

Essa doutrina se afasta da idéia da busca da salvação pelo ascetismo de rejeição do mundo, deslocando sua preocupação para o gozo desta vida, com o aqui e o agora, e defendendo que “[...] o crente está destinado a ser próspero, saudável e feliz neste mundo” e, para isso, “nada melhor que ter Cristo no coração, meio infalível de alcançar a vitória sobre o Diabo e obter a retribuição divina agora e sempre” (Mariano, 1999, p. 44). Em outras palavras, os neopentecostais estão num processo de acomodação à sociedade, à cultura e à religiosidade popular, resumido no que Mariano denomina “mundanização”. Para Machado e Mariz (1997),⁵⁸ tal teologia estimula o aumento da renda, a reorientação dos gastos, o esforço de poupança e a entrada das mulheres no mercado de trabalho.

A *guerra* ou *batalha espiritual* é uma cosmologia maniqueísta que se fundamenta na crença do conflito cósmico entre o bem e o mal, entendido como uma guerra entre os anjos de Deus e os anjos do Diabo pelo domínio da humanidade. O objetivo do Diabo é distrair os homens de Deus ou seduzi-los para tomarem caminhos que não estão de acordo com os propósitos de Deus. Ele, o Diabo, é o elemento perturbador, o caos nessa ordem cósmica que, por natureza (no sentido daquilo que está de acordo com a vontade divina), é harmônica. Uma de suas referências é a Carta aos Efésios, capítulo 6, versículos 10-20, em que orienta os cristãos a se revestirem da armadura de Deus para lutarem contra as forças espirituais do mal. Acredita-se que a situação dessa guerra, travada nas regiões celestes, determina a situação de pessoas, organizações, governos e países, devido à crença de que o mundo material é determinado pelo mundo espiritual. Com isso, há dois dualismos importantes presentes nessa crença: Deus *versus* Diabo, e o reino espiritual *versus* o reino material.

Segundo Mariano (1999), um desdobramento da crença na guerra espiritual é a Teologia do Domínio, que se baseia nas batalhas individuais contra demônios hereditários e territoriais e na quebra de maldições de família. Tal teologia⁵⁹ foi elaborada e popularizada no

⁵⁸ Citado por Martes (2000, p. 131).

⁵⁹ Nos Estados Unidos, seu principal defensor é Peter Wagner.

final dos anos 1980 pelo Fuller Theological Seminary, e adotada por grande parte das igrejas neopentecostais. Mariano frisa que o caráter distintivo dessa concepção adotada pelo neopentecostalismo está na ênfase exacerbada do uso dessa cosmologia, que não acredita apenas na guerra sobrenatural e nas mediações ritualísticas para o enfrentamento, mas também no ideário de “domínio sociopolítico”, ou seja, na recristianização da sociedade pela via político-partidária e pela mídia eletrônica.

Numa visão de mundo baseada na Teologia do Domínio,⁶⁰ todo crente deve adotar como missão o resgate de almas do Inimigo (Diabo, Satanás, Belzebu, Lúcifer, Maligno etc.) e o acesso às regiões celestes é conseguido por meio da oração. O crente julga que detém poder e autoridade concedidos por Deus, e “em nome de Jesus” pode combater as obras do mal. As ações demoníacas ou divinas estão em todo lugar e acontecem a todo o momento, não havendo espaço para o acaso. Mesmo os acontecimentos mais banais contêm algum sentido religioso, e, em caso de dúvida, a Bíblia possui todas as respostas necessárias. De acordo com Mariano (1999), essa é a origem da banalização dos fenômenos sobrenaturais nessas igrejas.

E por conta da ênfase nas ações demoníacas como a fonte do mal neste mundo e explicação dos acontecimentos e comportamentos anti-sociais, há pouca referência à responsabilidade, livre-arbítrio e autodeterminação. Mesmo sendo esses crentes tão “moralistas” quanto os outros evangélicos (por exemplo, com respeito à conduta sexual e à defesa da família tradicional), tanto uma atitude antiética – enquanto uma ação racional acerca do certo e errado, justo e injusto, lícito e ilícito – quanto a atribuição da culpa por um ato criminoso são relativizadas por acreditarem eles que, antes de tudo, são vítimas das artimanhas do Diabo. Como Mariz (1994) enfatiza, por isso é que devem se “libertar” dessas artimanhas por meio do recebimento de uma força e poder divinos de modo que tenham uma “vitória sobre o pecado”, que é uma vitória, antes de tudo, moral. Para a autora, no discurso há uma articulação da magia e do sobrenatural com a ética por meio do conceito de libertação. Esse “vitimismo”, que abarca também os pecados cometidos e os problemas e dificuldades enfrentados cotidianamente, decorre da vulnerabilidade de todos aqueles que não estão totalmente sob o “plenitude do Espírito”. E nesse sentido, a idéia de responsabilidade é

⁶⁰ Acerca de uma caracterização mais detalhada e da origem do nome, Mariano (1999, p. 137) afirma que “[...] a guerra é feita contra demônios específicos, os espaços territoriais e hereditários, no Brasil identificados aos santos católicos, em razão de muitos deles darem nomes a cidades, e às entidades das religiões mediúnicas. [...] Considerados demônios de alta posição na hierarquia satânica, os espíritos territoriais estão distribuídos pelo Diabo para agir sobre áreas geográficas (bairros, cidades, países), instituições e grupos étnicos, tribais, culturais e religiosos. O nome dessa teologia advém da crença de que os demônios *dominam* os seres humanos pertencentes a esses grupos sociais e presentes em tais regiões, que precisam ser libertados por meio de oração ou de guerra espiritual”.

específica: se estão vulneráveis, as pessoas devem reagir aqui e agora, e tomar seus destino pelas mãos – só não possui quem não quer (Gomes, 1994).

Sobre o uso desse universo simbólico, Mariano (1999, p. 145-146) afirma que: “As igrejas especializaram-se em prover soluções simbólicas para todo tipo de problema. Seu discurso procura fornecer sentido, orientar e ajudar pessoas a superar as aflições cotidianas. Tenta dar-lhes esperança e fomentar sua autoconfiança”. E um dos símbolos mais utilizados é o Diabo, um inimigo forte e poderoso, e que é incessantemente combatido, expulso, vencido e humilhado, e que as igrejas “precisam estar combatendo e vencendo [...] para atestar seu próprio poderio espiritual. [...] Sem o Diabo e seus asseclas, não teriam como justificar, diagnosticar e sanar os males que acometem os fiéis, nem mesmo como legitimar sua própria existência ou sua natureza divina” (*ibidem*, p. 137).

Mariano (2001) ainda sublinha que não é exagero se salientar o caráter mágico do pentecostalismo, principalmente na vertente neopentecostal, já que todas produzem e ofertam magia em grande quantidade. Segundo o autor, a magia é caracterizada por oferecer compensadores específicos, que se referem a ofertas de graças pontuais, que podem ser avaliadas e refutadas empiricamente (como milagres divinos de cura e obtenção de emprego), enquanto a religião se baseia nos compensadores gerais, que se referem a promessas de bênçãos e a crenças que não podem ser verificadas nem refutadas empiricamente (como a vida pós-morte e a existência do paraíso). Nesse sentido, uma religião mágica oferece compensadores gerais, mas enfatiza a oferta de compensadores específicos, tais como a operação de milagres, inclusive a ressurreição, orações para curas de enfermos, venda de objetos talismânicos, amarração de demônios, crença em maldições, confissão positiva, e emulação da religiosidade popular em forma de práticas mágicas. Para Mariano, a Teologia da Prosperidade é um dos pontos altos do caráter mágico do neopentecostalismo por prometer bênçãos da saúde perfeita, vitória nos empreendimentos e felicidade terrena.⁶¹

Após ter abordado a tipologia pentecostal e as características distintivas dos neopentecostais, volto-me agora para o desenvolvimento relativo ao seu crescimento. Os pentecostais se tornaram o segundo maior grupo religioso no Brasil, e sua expansão – que ocorre de modo constante desde os anos 1950 – estende-se nos campos político-partidário, midiático, assistencial, editorial e de produtos religiosos. Seus membros incluem, além das

⁶¹ Segue Mariano (2001, p. 261): “Em relação à observação do pastor Paulo Romeiro, líder da Igreja Cristã da Trindade, de São Paulo, não custa lembrar que é típico da magia procurar, pelos meios mais diversos, manipular Deus para sujeitá-lo aos desejos humanos. De modo que entre as tarefas atribuídas pelos neopentecostais ao Todo-Poderoso sobressaem a concessão de bênçãos ‘em abundância’ a seus leais servos, sobretudo as de ordem material, e o dever de, quando invocado em nome de Cristo, libertá-los das afiadas garras do Diabo e dos demônios, isto é, dos males causados por eles”.

camadas mais pobres da população, empresários, profissionais autônomos, atletas e artistas (Mariano, 2004). Por exemplo, há a Adhonep (Associação dos Homens de Negócios do Evangelho Pleno), que reúne participantes de diferentes igrejas evangélicas, e o CCHN (Comitê Cristão de Homens de Negócios).⁶² Essas entidades, compostas predominantemente de pentecostais, visam a conversão de empresários, executivos, profissionais autônomos e políticos, por meio de testemunhos de bênçãos financeiras, conjugais e de cura, em reuniões organizadas em forma de jantares, cafés-da-manhã e almoços.

O número de evangélicos – especialmente os pentecostais – aumentou consideravelmente nos últimos 20 anos. Até os anos 1980, o perfil religioso da população brasileira em relação ao catolicismo e evangelismo se altera pouco. Entretanto, de acordo com a Tabela 01, entre 1980 e 1991 há uma queda significativa de católicos, e os evangélicos apresentam um crescimento de 2,4 pontos percentuais. Entre os anos 1991 e 2000 os católicos perdem 9,4 pontos percentuais e os evangélicos crescem 6,4 pontos. Esse aumento e a taxa de crescimento anual, de 7,9% – superior às obtidas nas décadas anteriores –, indicam que nos anos 1990 houve uma aceleração da expansão dos evangélicos. Mariano (2004) observa que os principais responsáveis por essa expansão foram os pentecostais, e, entre os pentecostais, o neopentecostalismo é a vertente que mais cresce.

Tabela 01 – Católicos e evangélicos no Brasil de 1970 a 2000, em porcentagem

<i>Anos</i>	<i>Católicos</i>	<i>Evangélicos pentecostais</i>	<i>Evangélicos - Total</i>
1970	91,1	—	5,2
1980	89,2	3,2	6,6
1991	83,3	6,0	9,0
2000	73,8	10,6	15,4

Fonte: IBGE, Censos demográficos.

⁶² Veja os respectivos *sites*, <www.adhonep.org.br> e <www.cbmc.org.br>. Elas são filiais, respectivamente, da Full Gospel Business Men's Fellowship International, criada nos Estados Unidos em 1952, e da Christian Business Men's Committee International, fundada em 1930 no mesmo país.

4.1.2 Reação da Igreja Católica

O crescimento surpreendente dos pentecostais trouxe consequências para a Igreja Católica. Durante toda a história do catolicismo no Brasil, sua condição de quase monopólio – pelo menos no âmbito institucional – nunca foi posta em perigo por rivais no mercado religioso. Entretanto, com o advento do neopentecostalismo, a Igreja Católica se viu diante de uma rival agressiva e eficiente, que modificou o padrão competitivo ao intensificar o uso de estratégias de ocupação de espaço no mercado religioso, de conversão de fiéis, e de um discurso atraente que explica e promete solucionar imediatamente os males sofridos por seus seguidores.

É verdade que a Igreja Católica se surpreendeu com o pentecostalismo nos anos 1950, uma época de reformas do catolicismo. Até os anos 1950, o catolicismo praticado pode ser categorizado como sendo tradicional rural e tradicional urbano (Camargo, 1971). A categoria *tradicional* é utilizada por ser fundada nos costumes e legitimada pela tradição, com relativa inconsciência dos valores religiosos que organizam as normas e os papéis sociais, e relativa ausência de uma explicação racional – em termos de meios e fins coerentes – da conduta religiosa, sacralização e rigidez da conduta religiosa e social como legitimação religiosa. O catolicismo tradicional *rural* é caracterizado pela permeação da vida por valores religiosos, inclusive das atividades de lazer; por ser fonte de ordem normativa de valores; pela pouca importância do sacerdote permanente, e valorização dos rezadores ou rezadoras; pela importância da liderança feminina; ênfase nas rezas coletivas e culto aos santos; pelos sinais externos de respeito – com significado subjetivo – ao espaço e tempo sagrados. O catolicismo tradicional *urbano*, em contraste com o rural, não orienta efetivamente a conduta das pessoas, nem constitui o centro dos valores da sociedade; enfatiza os rituais litúrgicos e os sacramentos; a obediência é a justificativa do comportamento religioso; e possui monopólio litúrgico do clero (Camargo, 1971).

Se até o final dos anos 1940 a moral enfatizada era a sexual, nos anos 1950, 1960 e 1970 a ênfase se deslocou para a moral social, com o desenvolvimento das pastorais populares. Nos anos 1950 a Igreja iniciou ações de reformas no intuito de se ajustar à sociedade moderna brasileira, uma sociedade que estava em pleno processo de pluralização cultural e religiosa decorrente da formação das novas classes médias e populares (Souza, 2005). E nessa mesma década foram fundadas duas instituições que assumiriam papéis fundamentais nos acontecimentos que se seguiriam nas próximas duas décadas: em 1952 –

por iniciativa de dom Hélder Câmara – foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e em 1955, a Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam).

Um dos eventos marcantes nessa época foi a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), que teve como intenção o *aggiornamento* (atualização) da Igreja Católica, termo escolhido pelo próprio papa João XXIII. Esse termo significava que a Igreja precisaria buscar a superação de sua defasagem histórica e institucional com a realidade social e reformular seu modo de pensar e atuar nessa mesma realidade. Como Souza (2005) sugere, as modificações na Igreja tiveram forte motivação, entre outras, na concorrência de outras organizações sociais e seculares que também ofereciam um sentido à vida. As primeiras inovações surgidas foram em relação à dimensão litúrgica, tornando-se menos mágica e mais inteligível com o afastamento da idéia de milagre, a celebração da missa em língua vernácula e a retirada das imagens de santos dos templos.⁶³ Souza (2005) sublinha que o maior fato foi a adoção – de cima para baixo – de práticas mais dessacralizadas e desencantadas, como se a Igreja houvesse passado por uma espécie de reforma protestante. Devido a isso, houve uma maior valorização dos leigos e incentivos para que atuassem mais intensamente em várias instâncias organizacionais, como na administração de alguns sacramentos e participação cada vez maior em movimentos eclesiais e civis. E essa valorização propiciou o desenvolvimento do que Camargo (1971) nomeou de *catolicismo internalizado*, cujo comportamento religioso e social – em contraste com o catolicismo tradicional (rural e urbano) – é orientado conscientemente por valores religiosos, implicando explicações racionais – no sentido de meios e fins coerentes – dos valores, normas e papéis religiosos.⁶⁴

O Concílio teve uma forte influência na América Latina e, em especial, no Brasil. Foram incentivadas a organização e estruturação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), cuja origem pode ser remontada a experiências como o Movimento de Natal (analisado por Camargo, 1971). As CEBs eram pequenos grupos de cristãos de setores populares que se reuniam para fazer orações, celebrações e reflexões sobre seus problemas cotidianos, procurando ligar a fé e as dimensões social e política com o objetivo de “transformar a realidade”, utilizando métodos como o “ver, julgar, agir e celebrar”. Atribui-se às CEBs um papel importante durante o regime militar por terem resistido à ditadura e sido um canal de

⁶³ Parte das imagens permanece como resquício do catolicismo tradicional rural.

⁶⁴ Camargo (1971, p. 23-24) continua a sua caracterização afirmando que “se o catolicismo tradicional representa uma ideologia essencialmente conservadora, tendendo a contribuir para a manutenção de formas de organização social, o catolicismo internalizado, essencialmente dinâmico, exerce funções que propiciam mudança social. A procura de valores de orientação de vida, inerente à internalização, representa uma condição do processo de mudança social”. O catolicismo internalizado seria, portanto, o tipo de comportamento dos fiéis que atuavam nas pastorais sociais, CEBs, e os envolvidos com a TdL.

expressão dos setores excluídos socialmente. Durante o período entre a conferência dos bispos latino-americanos de Medellín (1968) e sua escolha diretiva da “opção preferencial pelos pobres”, e a conferência de Puebla (1979), que reafirmou essa diretriz, as CEBs se desenvolveram e intensificaram suas ações. E é nesse conjunto de acontecimentos e condições que surge a Teologia da Libertação (TdL), que se integra às CEBs e às pastorais sociais como orientadora ideológica e de suas práticas.

As duas conferências episcopais são os eventos que marcam o nascimento e a maturação da TdL, cujos pioneiros foram Gustavo Gutiérrez, com a obra *Teología de la Liberación* (originalmente de 1969 e reeditada em 1971); Hugo Assmann, com as obras *Opressão-libertação: desafío a los cristianos* (1971) e *Teología desde la praxis de la liberación* (1973); e Leonardo Boff, com a obra *Jesus Cristo libertador* (1972). A TdL defende que a libertação (em contraponto à idéia de liberdade) é o caminho para se alcançar a justiça social. Em termos teóricos, a libertação é composta por três componentes: sociopolítico (libertação do pobre, entendido como oprimido, empobrecido, explorado e excluído), antropológico (construção de uma sociedade mais humana) e teológico (libertação do pecado para uma vida de comunhão e participação) (Coutinho, 2006).

No contexto latino-americano, o componente sociopolítico foi o mais salientado e supunha a superação da dependência das estruturas sociais geradoras da opressão e exploração, e a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica (Paulo Freire), de modo a despertar a dinâmica libertadora dos oprimidos, tornando-se, assim, tanto um agente transformado quanto um agente de transformação (Coutinho, 2006). No Brasil, parte expressiva da Igreja assumiria cada vez mais a identidade política esquerdista e militante (Souza, 2005).

Esse período – de 1968 a 1979 – é denominado por alguns autores a “década gloriosa da vida eclesial na América Latina” (Souza, 2004, p. 83). Mas a década de 1980 se aproxima e com ela se inicia um novo processo de mudanças na Igreja Católica, agora sob o papado de João Paulo II (1978-2005), caracterizado como sensível a temas como justiça social e paz, mas conservador em doutrina e disciplina interna (Souza, 2004). No Sínodo Extraordinário dos Bispos, realizado em 1985 em homenagem aos 20 anos de encerramento do Concílio Vaticano II, concluiu-se que havia um excesso de “democratização” da Igreja – em detrimento dos componentes institucionais e hierárquicos –, e o alastramento do relativismo e subjetivismo nas liturgias, em contraste com a “autêntica autoridade do magistério”. O sínodo foi o sinal de que a Igreja já estaria buscando a retomada do centralismo e da uniformização teológica, numa inflexão do direcionamento pós-Concílio. Essa nova postura repercutiu em

toda a América Latina e trouxe conseqüências, como o início do declínio da condição de doutrina hegemônica da TdL, que prosseguiu nos anos 1990 (Coutinho, 2006).

No Brasil, houve uma crise entre a Igreja e a Santa Sé. Os casos mais emblemáticos são os de dom Pedro Casaldáliga, convocado para depor no Vaticano, dom Paulo Evaristo Arns, cuja arquidiocese e poder de influência foram reduzidos, e o teólogo franciscano Leonardo Boff, que, após ser censurado com o “silêncio obsequioso”, afastou-se da Igreja Católica⁶⁵ (Souza, 2005). No país, o arrefecimento⁶⁶ da TdL ao longo da década de 1990 se deveu principalmente à nomeação de bispos mais alinhados com a Santa Sé, às intervenções em institutos de teologia, às exigências de observação à obediência aos religiosos, e à divisão de paróquias e dioceses com a intenção de aumentar o controle doutrinário (Coutinho, 2006; Souza, 2005).

Além das questões internas da Igreja, se descobriria durante a década de 1980 que aquele susto levado dos pentecostais nos anos 1950 não havia sido passageiro. Eles continuavam a se expandir, principalmente uma de suas vertentes, o neopentecostalismo. Com o refluxo geral dos movimentos sociais, a crise ideológica da militância política de esquerda após 1989 e a perda da força da polêmica com o regime militar, a Igreja desloca a atenção de suas responsabilidades políticas para se concentrar nesse novo desafio (Antoniazzi, 1994; Souza, 2005).

A primeira reação foi a realização de estudos sociológicos⁶⁷ seguida de discussões em encontros e assembléias sobre o fenômeno do pentecostalismo e o encolhimento do catolicismo, e teve como uma de suas conclusões que os convertidos ao pentecostalismo faziam parte no grupo dos *católicos tradicionais*,⁶⁸ ou seja, os que não vivem um *catolicismo internalizado*, como os que participam de grupos de pastorais e movimentos eclesiais (Souza, 2005).⁶⁹ Uma das ações adotadas pela Igreja Católica diante desse quadro foi a adoção da estratégia de reconhecer, incentivar e fortalecer movimentos que tivessem apelo popular e, ao

⁶⁵ Joseph Ratzinger (atual papa Bento XVI) foi por 23 anos o prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé e o responsável pela censura. Uma curiosidade é que Ratzinger foi o orientador de Boff em sua tese de doutorado, cuja publicação em forma de livro foi financiada pelo próprio Ratzinger. Também consta que os dois eram amigos.

⁶⁶ Um ponto de atenção é a afirmação de autores como Souza (2004), que destacam a importância das pastorais, CEBs e da TdL em várias comunidades ainda hoje.

⁶⁷ Duas instituições se destacam nesse processo: o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), fundado pela CNBB em 1962, e o Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER).

⁶⁸ Arrisco afirmar que mais precisamente as conversões se dariam entre os católicos tradicionais *urbanos*.

⁶⁹ Mais recentemente, pesquisas sugerem que também estão sendo arrebanhados do grupo dos sem religião, como se abordará a seguir.

mesmo tempo, que fossem disciplinados em relação à doutrina oficial da Igreja. No Brasil, um desses movimentos foi a Renovação Carismática Católica (RCC).⁷⁰

Também denominada, no seu início, Pentecostalismo Católico, a RCC se originou em 1967 em Pittsburgh, Pensilvânia, Estados Unidos. Segundo se conta, um grupo de leigos que estava realizando um retiro espiritual na Universidade de Duquesne experimentou a manifestação do Espírito Santo ao receber os dons de falar em línguas e da profecia, entre outros.⁷¹ Os adeptos da RCC conhecem esse evento como o “Fim de Semana de Duquesne” e a experiência é denominada “efusão do Espírito Santo”. Alguns membros do grupo já haviam participado de grupos evangélicos ligados ao *avivamento protestante*, o que parece ter influenciado essa experiência. Adicionalmente, a RCC considera⁷² que há uma relação estreita entre seu surgimento e o Concílio Vaticano II, devido ao entendimento nesse Concílio de que não há oposição entre o carisma⁷³ e a instituição (ou hierarquia).

Como o passar do tempo, o grupo cresceu e se diversificou em grupos de orações em outras universidades, paróquias, mosteiros e conventos, vindo a se tornar mais tarde um movimento internacional reconhecido pela Igreja e presente no ano de 2000 em mais de 200 países, e com cerca de 148 mil grupos de orações. Esses grupos são as células do movimento, formados por um número variável de pessoas, com encontros de periodicidade semanal, liderados por leigos e organizados geralmente nas paróquias. Tais grupos muitas vezes dão origem a comunidades carismáticas.

No Brasil, a RCC teve origem no início da década de 1970 na cidade de Campinas, São Paulo, por intermédio dos padres Haroldo Joseph Rahm e Eduardo Dougherty. Uma comunidade carismática importante, e a mais conhecida, é a Canção Nova, fundada em 1974. Localizada em Cachoeira Paulista e liderada pelo padre Jonas Abib, detém uma concessão de TV – a Rede Canção Nova –, com retransmissoras em todo o Brasil. Atualmente estima-se que reúna 20 mil grupos de orações, e o perfil dos fiéis, que inicialmente era predominantemente da classe média (Prandi, 1996), parece também alcançar as camadas populares, nas quais apresenta tendência de crescimento (Mariz, 2001). Souza (2005) defende

⁷⁰ O Movimento dos Focolares, na Itália, teve forte apoio do papa João Paulo II.

⁷¹ Essa experiência é “caracterizada por um reavivamento espiritual por meio da oração, da vida nova no Espírito, com a manifestação dos seus dons [...]”. Em uma carta atribuída a Patti Gallagher, uma das participantes do retiro, ela relata que lá “[...] os dons do Espírito já são hoje manifestados – e isto eu posso testemunhar, porque tenho ouvido pessoas orando em línguas, outras praticam curas, discernimento de espíritos, falam com sabedoria e fé extraordinárias, profetizam e interpretam” (veja o site <http://www.rccbrasil.org/rcc_br/hist.php>).

⁷² Como se afirma em seu site <http://www.rccbrasil.org/rcc_br/hist.php> .

⁷³ Palavra usada no âmbito religioso e que significa um dom divino entregue pelo Espírito Santo a uma pessoa ou grupo de pessoas, para as necessidades do mundo e a edificação da Igreja.

a idéia de que, por meio da RCC, houve duas reações da Igreja Católica na última década à concorrência no mercado religioso: a centralização do clero, já mencionada anteriormente, e o que ele denominou *renovação popularizadora católica*, que será abordada a seguir.

A RCC está atenta às necessidades e demandas das pessoas relacionadas aos seus problemas pessoais e familiares, como estratégia relativa a essa renovação, e procura dar-lhes uma resposta. Ela utiliza elementos do catolicismo popular, resgatando e fazendo reelaborações de símbolos de práticas como a reza do terço, as novenas, as procissões portando a hóstia sagrada, e o culto a Maria. Além disso, emula elementos importantes da prática dos pentecostais, como a cura – enfatizada nas “missas de libertação” –, e dos neopentecostais, ao assimilar elementos profanos, como a dança, coreografias, práticas e ritmos mundanos, dando-lhes conteúdo religioso (Souza, 2005).

Entretanto, a *renovação popularizadora* – enquanto movimento de reação ao afastamento de fiéis católicos e ao avanço dos concorrentes no mercado religioso – extrapolou as fronteiras da RCC e não pode ser mais confundido com ela. De acordo com Souza (2005), a renovação popularizadora é uma afirmação da identidade católica e propaganda explícita da religião. Além dos elementos adaptados do catolicismo tradicional e da assimilação de práticas dos pentecostais, a igreja investiu seus esforços na “espetacularização” de missas, como as do padre Marcelo Rossi, em eventos na forma de entretenimento, como *shows* e manifestações de massa, para medir forças com as concorrentes e receber holofotes midiáticos, e na reestruturação organizacional em formato empresarial. Quanto a este último, Souza (2005, p. 124) afirma que as dioceses, paróquias e associações católicas contam com profissionais de *marketing* para a formulação e condução de campanhas promocionais para angariar fundos e fiéis, numa combinação explícita de mensagem religiosa e estratégia comercial. A renovação popularizadora, na sua tarefa de afirmar a identidade católica, está na verdade “legitimando a comercialização de produtos e serviços ligados à devoção”.

A Igreja Católica no Brasil, de opção pelos pobres na era pós-Concílio II, faz uma “opção pela mídia e pelo *marketing*” na década de 1990 e início de 2000. Ao juntar e incentivar eventos de grande porte, *shows*, motivação religiosa, entretenimento, turismo e comércio, ela deixa evidências de que há uma tendência de estar caminhando para uma relação entre o fiel e a igreja entendida como um serviço religioso prestado⁷⁴ (Souza, 2005).

⁷⁴ Prandi (1996) aborda a religião paga tendo como objeto o neopentecostalismo, mas é interessante que essa idéia também pode valer, com certos ajustes, para o catolicismo internalizado. Nesse caso, a ênfase não é tanto sobre o dízimo, mas de trabalhos e envolvimento em atividades do grupo ou movimento.

Em outras palavras, ela está, de modo intencional e estratégico, se inserindo na e aderindo à sociedade do espetáculo e economia de mercado, atitudes impensáveis até os anos 1980.



A exemplo de algumas igrejas evangélicas que lançaram seus cartões de crédito, como a Igreja Renascer em Cristo, a Arquidiocese do Rio de Janeiro lançou seu cartão, que, segundo o projeto, destina 30% da anuidade para entidades carentes.⁷⁵

Figura 04 – Cartão de crédito lançado pela Igreja Católica
Fonte: www.arquidiocese.org.br.

4.1.3 Economia das religiões e a expansão neopentecostal

Mais do que nunca, nesse início do século XXI pode-se caracterizar tanto para as igrejas pentecostais quanto a Igreja Católica como agentes em disputa num mercado religioso, como explica Berger (2004), em que as igrejas competem por seguidores, recursos, participação no mercado, diminuição dos custos de transação, aumento de poder de barganha, estratégias de expansão comercial e oferta de bens simbólicos atraentes de modo a provocarem demanda pelo serviço religioso (Mariano, 2001; Souza, 2005).

E como esses agentes se apresentam hoje? Com o intuito de oferecer um retrato mais atualizado sobre a economia das religiões, a seguir abordo a pesquisa realizada pelo Centro de Políticas Sociais da FGV do Rio de Janeiro e publicada em 2007, que esboça as mudanças recentes – de 2000 a 2003 – a partir dos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares

⁷⁵ Veja reportagem sobre o assunto na Folha Online: <www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90971.shtml>.

(POF 2003) do IBGE. Por razões evidentes, concentro-me nos dados referentes às igrejas evangélicas e à Igreja Católica.

Uma novidade apresentada é que se manteve estável nesse período a proporção dos católicos (73,8%), que vinha caindo pouco mais de 1% ao ano desde 1990. Entretanto, os evangélicos continuam crescendo, de 16,2% em 2000 para 17,9% em 2003. Há duas novidades nesse campo. A primeira é que a taxa de crescimento dos evangélicos tradicionais está mais acelerada que a dos evangélicos pentecostais, o que não vinha acontecendo nos anos 1990. A segunda é que o grupo dos sem-religião decresceu de 7,4% para 5,1%, o que pode sugerir que estão se convertendo às igrejas evangélicas. Essa queda da taxa dos sem-religião também pode significar que o país está mais religioso.

“A messe é grande e poucos são os operários” é mais verdadeira para a Igreja Católica. A proporção de pastores em relação aos padres é de 3,7 para 1, em uma população cuja proporção é de 4,7 católicos para 1 evangélico. Isso significa que há 18 vezes mais pastores evangélicos por adeptos do que padres por católicos. Os autores da pesquisa consideram essa vantagem competitiva como um dos fatores do contínuo aumento de conversões às igrejas evangélicas. Essa proporção é ainda maior nas metrópoles, principalmente nas periferias, cuja população é 25,5% evangélica, contra 16,7% formada de católicos. E é justamente esse segmento da população que possui taxas maiores de crescimento populacional, o que pode ser um segundo elemento explicativo do crescimento das igrejas evangélicas.

Em 2004 e 2005 houve um aumento considerável na geração de emprego formal nas atividades religiosas. Em 2004 foram gerados 27 mil empregos líquidos (diferença entre empregos criados e destruídos) e em 2005, no período de janeiro a março, se registrou um aumento de três vezes na geração de emprego líquido em relação ao mesmo período de 2004.

Ainda segundo a pesquisa, a maior concentração de católicos está nos extremos das classes (neste caso, as classes se dividem da seguinte forma: A1 = acima de 45 salários mínimos/mês; A2 = entre 25 e 45 sm/m; B1 = entre 15 e 25 sm/m; B2 = entre 10 e 15 sm/m; C = entre 4 e 10 sm/m; D = entre 2 e 4 sm/m; E = até 2 sm/m). Os evangélicos pentecostais e tradicionais se concentram mais nas classes B, C e D. Os pentecostais também possuem um contingente considerável (10,9%) na classe E, sendo sua maior concentração na classe D (14,9%). Os evangélicos tradicionais possuem maior concentração na classe A2 (8,7%). Em relação aos anos de estudo, há um decréscimo na adesão à Igreja Católica da faixa dos que possuem mais anos de estudos, e um aumento dos menos escolarizados. Os evangélicos cresceram em todos os níveis, com destaque para a faixa de 1 a 3 anos completos de estudo

nas igrejas pentecostais, e para a faixa de 8 a 11 anos de estudo nas igrejas evangélicas tradicionais.

Acerca da renda familiar, a pesquisa afirma que a média católica (R\$ 2.023) ocupa a sétima posição na classificação das oito categorias de religião consideradas. As igrejas pentecostais (média de R\$ 1.496) ocupam a oitava posição, e os evangélicos tradicionais estão em quarto lugar (média de R\$ 2.202). O primeiro lugar é ocupado pelas religiões orientais, como o budismo, com média de renda familiar de R\$ 5.447.

Sobre as doações feitas às igrejas, a porcentagem doada em relação ao orçamento familiar é a seguinte: evangélicos pentecostais (2,26%), evangélicos tradicionais (1,48%), sem religião (1,31%),⁷⁶ orientais (0,61%) e católicos (0,54%). Do montante estimado de R\$ 5,1 bilhões por ano, 44% do total são feitos pelos pentecostais, 22,7% pelos evangélicos tradicionais e 30,9% pelos católicos (dados de 2003). Dos que fazem doações, 57,7% são católicos, 26,6% são evangélicos pentecostais e 14,3% evangélicos tradicionais. Entretanto, levando-se em conta a relação populacional entre católicos e evangélicos e os dados das doações, há três vezes mais doadores evangélicos por fiel do que católicos.

Sobre a participação da mulher na religião, a pesquisa constata que elas (96%) são mais religiosas que os homens (93,7%), mas as mulheres (73,1%) estão menos católicas do que eles (74,5%). A pesquisa sugere que as mulheres estão migrando para religiões e igrejas alternativas ao catolicismo, como as evangélicas, principalmente as pentecostais. Os autores da pesquisa oferecem algumas hipóteses para esses dados. Entre elas estão as mudanças ocorridas nos últimos 40 anos acerca dos direitos e comportamentos da mulher: elas competem no mesmo mercado de trabalho dos homens para desenvolverem uma carreira (não apenas para terem um emprego), e, com isso, precisam fazer o controle da natalidade com mais eficiência (em relação ao método natural defendido pela Igreja Católica). O discurso contra o uso de anticoncepcionais artificiais e, de forma mais abrangente, a característica patriarcal da Igreja Católica pode contribuir para essa migração. Acrescento que, apesar de a Igreja Católica dar a Maria (mãe de Jesus Cristo) e a santas como Maria Madalena uma espaço significativo na sua doutrina, não oferece igualdade de funções e de poder para as mulheres. Algumas igrejas pentecostais oferecem essa igualdade, inclusive a função de pastoras e episcopisas (ou “bispas”), o que pode fazer com que algumas mulheres se identifiquem mais com essas igrejas.

⁷⁶ A pesquisa não esclarece porque os sem religião doam para as igrejas. Pode-se especular que sejam doações para projetos assistenciais.

A pesquisa também relaciona a participação religiosa com o tamanho da cidade. Nas pequenas cidades a predominância é dos católicos, mas a participação cai – acompanhada do aumento dos evangélicos – na medida em que cresce o tamanho das cidades. Nas regiões metropolitanas – ao se compararem as periferias com as capitais – há um aumento dos sem religião (10,1% nas periferias contra 9,9% nas capitais), uma diminuição de católicos (65,2% contra 68%) e um aumento considerável de evangélicos pentecostais (15,1% contra 11,7%). As áreas rurais mais isoladas têm a predominância de católicos (84,3%) e possuem uma quantidade menor de ateus (4,6%) e de pentecostais (7,1%). Em áreas como favelas, cortiços e mocambos é que os pentecostais (16,93%) e os sem religião (13,14%) estão mais presentes.

Em relação à migração, os nativos são mais católicos que os migrados. A taxa de adesão ao catolicismo é diretamente proporcional ao tempo de permanência no país, estado ou município, enquanto a taxa de adesão aos evangélicos pentecostais é inversa, ou seja, há mais adesões de pessoas que estão residindo há menos tempo no mesmo lugar.

A pesquisa chama a atenção para o aumento da presença de evangélicos pentecostais e dos sem-religião na periferia das grandes metrópoles brasileiras. Esses dois grupos também possuem a maior percepção da falta de serviços públicos do Estado. Os autores sugerem que as igrejas pentecostais acabam realizando serviços que o Estado deveria garantir, criando espaços de convivialidade e sociabilidade, e formando redes sociais de ajuda mútua que dão suporte emocional, material, e informações (como a possibilidade de um emprego) para os adeptos. O alto número dos sem-religião se explicaria pelo desalento e falta de perspectiva em relação ao futuro. Com esses dados, os autores propõem que os pentecostais crescem na *nova pobreza* – principalmente na periferia das grandes metrópoles, tendo como um dos fatores de formação dessa nova pobreza a estagnação econômica dos anos 1980 e 1990 –, enquanto o catolicismo continua muito presente na *velha pobreza*, como nas áreas rurais e cidades do interior do Nordeste. O estudo ainda sugere uma “ética pentecostal” – uma variante da ética protestante, analisada por Max Weber –, caracterizada da seguinte forma: “Enquanto o protestantismo tradicional liberou o cidadão comum da culpa da acumulação de capital privado, as novas seitas pentecostais liberaram a acumulação privada de capital por meio da igreja” (p. 36), o que daria a essas igrejas capacidade de investimento para a ampliação da estrutura física e expansão da atuação em eventos e proselitismo.

As conclusões da pesquisa levantam uma questão importante para a compreensão do crescimento das igrejas pentecostais e de suas taxas de adesão. Mariano (2001) destaca duas vertentes de explicação: a primeira, de linha funcionalista, coloca ênfase nos fatores externos ao campo religioso pela produção das demandas sociais, e que as igrejas procuram atender; a

segunda, proposta por Mariano, procura explicar o fenômeno a partir dos fatores internos do campo religioso, ou seja, da capacidade da organização religiosa de criar a *oferta* de bens e serviços religiosos, e que determina, por sua vez, a demanda.⁷⁷

De modo mais pormenorizado, a primeira vertente considera que as adesões ao pentecostalismo ocorrem em contextos socioeconômicos nos quais as pessoas se encontram em situação desfavorecidas ou marginalizadas, em que as igrejas são consideradas como “respostas” a esses problemas. Dessa maneira, as igrejas teriam como “função” dar a elas uma “resposta” às demandas criadas por transformações sociais, econômicas e culturais, podendo tal resposta se apresentar como um refúgio à anomia ou como meio de integração funcional à sociedade moderna. Por exemplo, atribui-se às desigualdades e problemas sociais nas áreas urbanas – como o desemprego, migração, trabalho informal, tráfico e uso de drogas ilícitas e segurança pública – a procura das pessoas por igrejas na esperança de obterem terapia, orientação, encorajamento, enfim, solução para suas (e de seus familiares) angústias, vícios, e desalento. Em um só termo, elas recorreriam às igrejas, em geral, com a expectativa de melhorarem sua *qualidade de vida*.⁷⁸ Nessa perspectiva, considera-se quase como uma espécie de “afinidade eletiva” a relação entre as igrejas pentecostais e os problemas socioeconômicos e existenciais dos indivíduos.⁷⁹

A segunda vertente critica a primeira ao afirmar que os fatores externos ao campo religioso não deveriam ser interpretados como *causas* das conversões ou adesões, mas como *oportunidades* que as favorecem.⁸⁰ Oportunidades porque os indivíduos atingidos por infortúnios estão mais fragilizados, vulneráveis e, portanto, receptivos ao discurso religioso que promete dar uma solução aos seus problemas por meio do consumo de serviços religiosos e a filiação ao grupo que os produz e oferece. Além disso, essa concepção defende a idéia de que a oferta institucional de bens de salvação determina a demanda religiosa. Como destaca Mariano,

⁷⁷ Em toda essa parte desta seção sigo o trabalho de Mariano (2001).

⁷⁸ Emblemática sobre essa tarefa da igreja – nesse caso, da neopentecostal, mas que vale para o fenômeno como um todo – é a entrevista de Edir Macedo, que, ao ser questionado sobre as razões do crescimento dos evangélicos, responde que “o número de evangélicos cresce porque o Evangelho oferece muito além de religião. Oferece qualidade de vida e vida em abundância”. Nesse caso, Evangelho pode ser entendido, na verdade, como a igreja (*Folha de S.Paulo*, 13/10/2007, seção Brasil, disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1310200718.htm>>).

⁷⁹ Para uma análise aprofundada dos limites dessa vertente, veja Mariano (2001, cap. 2).

⁸⁰ Como afirma Mariz (1994, p. 217), “[...] a literatura tem subestimado o potencial crítico e transformador do pentecostalismo porque a crítica pentecostal não é ao sistema econômico ou político, mas à moral e/ou à cultura, e ainda porque o pentecostalismo propõe primordialmente mudar o indivíduo e o mundo privado. Em geral tem havido uma tendência por parte das ciências sociais em desconsiderar o potencial das propostas de mudanças culturais e perceber a cultura como epifenômeno das instâncias econômica e política. Também tem sido subestimado o potencial transformador da mudança individual”.

[...] pode-se asseverar que as demandas por todo e qualquer tipo de *salvação religiosa* derivam da oferta de teodicéia de redenção, produzida pelos intelectuais religiosos, e reproduzida, disseminada e propagandeada pelo clero e pelos leigos empenhados em fazer prosélitos. Avançando ainda mais nessa concepção, pode-se afirmar igualmente que as próprias *necessidades religiosas* são socialmente condicionadas, culturalmente criadas e que seus criadores são os produtores das idéias religiosas, os intelectuais religiosos, reconhecidos especialistas na produção e oferta de teodicéias ou de soluções simbólicas para problemas existenciais, tais como o sofrimento injusto, a dor, a finitude humana. (MARIANO, 2001, p. 88).

Não se quer dizer com isso que os fatores externos devam ser desconsiderados. Por exemplo, a separação jurídica entre o Estado e a religião, em 1890, foi fundamental para a liberdade religiosa ao encerrar o monopólio católico e, assim, possibilitar a formação do pluralismo religioso, e o conseqüente desenvolvimento do mercado religioso (veja o primeiro capítulo). Sem essa liberdade, as igrejas pentecostais não poderiam crescer a taxas como as de hoje. Entretanto, a segunda vertente, que enfatiza a oferta, tem maior poder de explicação do fenômeno do crescimento do pentecostalismo ao atribuir a conquista de novos adeptos e a retenção dos antigos e desses novos à eficiência evangelística do clero, ao desempenho administrativo da organização religiosa, do poder de atração de sua mensagem e serviços mágico-religiosos, e da militância de seus fiéis (Mariano, 2001).

Grande parte da “terra boa” (Evangelho segundo Mateus 13, 4-8), onde são jogadas as sementes, é proveniente do contexto social, econômico e cultural. Mas sem “técnicas avançadas da agricultura” não se terá uma grande colheita, e sem uma boa administração não se terá uma distribuição eficiente do alimento e, conseqüentemente, a oferta do produto, tendo em vista a enorme concorrência entre as denominações – principalmente entre as que ofertam compensadores específicos – que lidam com um grande trânsito interdenominacional, as elevadas taxas de apostasia e o considerável número de fiéis flutuantes. E para ser competitivo, é necessário obter eficiência. E para obtê-la,

[...] não basta pregar com afinco a mensagem redentora. Cumpre “falar a língua” desse público-alvo, por assim dizer. Pragmáticas e imbuídas do desígnio conversionista – já que levam a sério a missão ordenada pelo Deus cristão de “ir e fazer discípulos de todas as nações” (Mateus 28: 19) –, as igrejas pentecostais mais bem-sucedidas na competição religiosa, além de, estrategicamente, maximizarem a provisão de compensações concretas e imediatas neste mundo, procuram adaptar sua mensagem religiosa (conteúdo, forma e meios de transmissão) à vida material e cultural das massas pobres, a fim de provê-las de sentido, significação do porquê se encontram vivendo como vivem e justificação de sua existência numa dada posição social, fornecendo-lhes recursos simbólicos e rituais para mudar subjetivamente de vida e vivas esperanças de habitar eternamente o paraíso celestial. Daí a “opção

preferencial” dessas massas por igrejas que, como estas, procuram mobilizar todos os esforços evangelísticos para atraí-los, persuadi-los e recrutá-los, por meio do uso da mídia, da ênfase na oferta de serviços mágicos, da evangelização pessoal, da propaganda dos testemunhos de conversão e de bênçãos materiais, da desenfreada abertura de novas congregações, do alto teor emocional dos cultos, da música *gospel* e, no caso da Universal, do trabalho pastoral em tempo integral. (MARIANO, 2001, p. 270-271).

Antes de continuar é importante lembrar que essa situação pluralística e de mercado também influencia a Igreja Católica, que é concorrente – dentre outros sistemas de significados – das igrejas pentecostais. Essa concorrência fez com que a Igreja Católica começasse a adotar práticas religiosas e estratégias de mercado copiadas das igrejas pentecostais, bem como reeditar práticas do imaginário popular católico, principalmente entre os movimentos. A questão é que a Igreja decide atuar no mercado religioso com considerável atraso em relação aos neopentecostais. Essa direção estratégica talvez permita que extrapolemos a teoria da oferta, elaborada particularmente para a explicação do crescimento pentecostal, e passemos a considerar que determinados fenômenos relacionados à Igreja Católica possam ser interpretados à luz dessa teoria.

Voltando, há dois fatores que precisam ser analisados para explicar a expansão das igrejas evangélicas: o uso estratégico da mídia, e a valorização e o incentivo do discurso evangélico na ascensão social dos membros da igreja (Martes, 2000). Em relação ao primeiro, é fato que desde o início dos anos 1980 a produção evangélica para a TV se tornou independente dos programas importados dos pastores americanos, dando início a sua estratégia de ocupação dos espaços em redes nacionais. Atualmente, é possível perceber o maior número de programas evangélicos veiculados em emissoras abertas em relação às outras religiões. Por exemplo, a média de programas evangélicos nas grades de programação semanal das emissoras abertas e de sintonização irrestrita do Rio de Janeiro (TVE, Rede Globo, Rede TV, Bandeirantes, Recordo e SBT) é de 28 por dia, aumentando para 29 nas segundas e quartas-feiras, enquanto que nesses dias não há veiculação de qualquer programa de outras religiões. As emissoras de rádio é a mídia mais tradicional e popular entre o público evangélico. Estima-se que há cerca de 300 emissoras, cuja grade é composta por uma miríade de programas tais como testemunhos, debates com personalidades evangélicas, exorcismos, bênçãos, aconselhamentos, além da venda de produtos como CDs, DVDs, roupas e livros. Além da ocupação dos espaços na TV e nas rádios, a Internet está sendo bem explorada como mídia para a evangelização, divulgação de serviços e produtos religiosos (música, shows, cartões, entretenimento, entre outros), e formação de pastores, até mesmo com cursos à

distância.⁸¹ Dentro os *sites* mais acessados estão o Aleluia, Diante do Trono e o Super Gospel.

A busca de uma maior visibilidade pelas igrejas evangélicas por meio de sua inserção na mídia, principalmente a eletrônica, pode ser ilustrada com o caso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que comprou a Rede Record de Televisão em 1989, com cobertura nacional e composta por 30 emissoras, e mais recentemente (setembro de 2007), foi inaugurada a Rede Record News, primeiro canal aberto de telejornalismo 24h no ar. Adicionalmente, a IURD é proprietária de 30 emissoras de rádio e da Universal Produções, que coordenada a gravadora Line Records, a Editora Universal, uma produtora de vídeos e CDs, a Folha Universal, jornal semanal com tiragem de 1,5 milhão de exemplares, a *Revista Éster* (para o público feminino) e a *Revista Plenitude*. Há ainda o portal Arca Universal (arcauniversal.com.br) que disponibiliza a venda desses produtos pela Internet.⁸² Outras igrejas que podem ser citadas e que são proprietárias de redes de televisão: Igreja Internacional da Graça de Deus, de R. R. Soares, que possui a Rede Internacional de Televisão; a Assembléia de Deus, que possui a Rede Boas Nova, concentrado no norte do país, e a Igreja Renascer em Cristo, que além da Rede Gospel de Televisão, possui uma rede de emissoras de rádio (Rede Gospel FM), a gravadora Gospel Records, a editora Publicações Gamaliel, um portal na Internet (igospel.com.br), e um jornal de circulação bimestral.

Sobre a Renascer em particular, Siepierski (2003) afirma que grande parte de sua expansão está relacionada com sua política de comunicação, principalmente a adoção de estratégias de *marketing*, o que incluiu a criação de um grande aparato midiático.⁸³ O investimento em mídia foi fundamental para a veiculação e o crescimento da música *gospel*, trazida e incentivada no Brasil pela própria Renascer, que é um importante indutor de arregimentação, principalmente entre os jovens, e adotada mais tarde pela maioria das igrejas neopentecostais (Siepierski, 2001; Cunha, 2007).

De acordo com Cunha (2007), a mídia é o principal canal disseminador daquilo que a autora denomina de “cultura gospel”, composta pelos elementos música, consumo e entretenimento, e que se caracteriza como expressão cultural devido aos seguintes aspectos principais: busca pela inserção na modernidade, com a sacralização do consumo e utilização da tecnologia no desenvolvimento da religiosidade; sacralização de gêneros musicais populares brasileiros; valorização do corpo (expressões corporais e lazer) e construção da

⁸¹ Dados obtidos do *site* do ISER em 03.02.2008. Disponível em <<http://www.iser.org.br>>.

⁸² De acordo com Cunha (2007).

⁸³ Para saber o histórico da criação desse aparato, veja Siepierski (2003, p. 139-141).

imagem do evangélico como alguém inserido na cultura urbana; desenvolvimento de uma prática religiosa de avivamento, marcada pela busca individual com Deus e exteriorização das emoções; padronização do modo de vida que supera diferenças socioculturais e doutrinárias; conservação de elementos da cultura evangélica brasileira construídos na prática pietista dos missionários americanos; ênfase na Teologia da Prosperidade e Guerra Espiritual (Cunha, 2007, p. 204). A autora sugere que essa cultura fomentou o crescimento de adeptos em igrejas que a adotaram devido ao estilo de vida proposto, qual seja, menos restritivo em relação aos costumes, menos sectário, no sentido do isolamento para preservação da santidade, e de maior inserção social, consequência da atenuação da crise da relação igreja-sociedade (anteriormente marcante nas igrejas evangélicas), e a valorização da ascensão social.

Para Martes (2000), além da capacidade superior de socialização⁸⁴ das igrejas evangélicas em relação à Católica como fator explicativo do crescimento dessas igrejas, a valorização do discurso e o apoio à *ascensão social* de seus adeptos é outro fator importante que precisa ser considerado. O discurso da Teologia da Prosperidade – já descrita anteriormente – não apenas a legitima como um valor religioso, mas a incentiva ao dar ênfase à capacidade do indivíduo de melhorar sua condição social, principalmente por meio de cultos, cursos e palestras que oferecem apoio ao desenvolvimento profissional e reorientação financeira do orçamento familiar. O incentivo à ascensão social encontra terreno fértil em áreas urbanas e entre os desagregados e, dessa forma, as igrejas evangélicas se tornam uma alternativa a esses indivíduos na solução dos problemas como o desemprego, trabalho informal, e dificuldades de pagamento de dívidas.

Como mostra Mesquita (2003), a IURD valoriza o empreendedorismo e o trabalho autônomo como uma fórmula para o desemprego e ascensão social. Além de fornecer aos seus adeptos auto-estima, esperança no futuro, estímulo em persistir na busca de oportunidades de novos negócios e sucesso profissional, “apresentam orientações práticas através de cursos e palestras sobre as atitudes que devem ser adotadas para se atingir o objetivo de ser um *empreendedor de sucesso*, assim como curso de qualificação profissional promovido pela entidade considerada o “braço social da Igreja” (Mesquita, 2003, p. 197).

E para demarcar de modo mais decisivo o apoio ao empreendedorismo – e de forma mais abrangente, a dimensão profissional – há um dia nos cultos das principais igrejas neopentecostais, geralmente às segundas-feiras, dedicado aos empresários. Na IURD é denominado de “Reunião da Nação dos 318”,⁸⁵ na Internacional da Graça de Deus é “Culto

⁸⁴ Ou seja, um espaço onde se pode encontrar solidariedade, confiança e redes de ajuda mútua.

⁸⁵ Para mais detalhes, veja em < <http://www.igrejauniversal.org.br/>>.

da Prosperidade” e na Renascer é chamado de “Culto da Arepe”. Esse enfoque nos empresários vem sendo um dos fatores de arregimentação de novos adeptos em igrejas como a Renascer (Siepierski, 2001) e IURD (Mesquita, 2003). Entretanto, o apoio das igrejas evangélicas ao empreendedor vai além dos cultos das segundas-feiras, dos cursos e seminários, e não está tão ausente na Igreja Católica como se poderia imaginar em um primeiro momento. Os dois estudos de caso a seguir procuram mostrar mais detalhadamente essas constatações.

* * *

4.2 Igreja Renascer em Cristo: “Aqui o seu negócio vai prosperar!”

“Antes, como Deus é fiel, a nossa palavra para convosco não foi sim e não. Porque o Filho de Deus, Jesus Cristo, que entre vós foi pregado por nós, isto é, por mim, Silvano e Timóteo, não foi sim e não; mas nele houve sim. Porque todas quantas promessas há de Deus, são nele sim, e por ele o Amém, para glória de Deus por nós.” II Coríntios 1, 18-20 (“Deus é fiel” é o slogan da Igreja Renascer em Cristo).

O campo religioso evangélico está longe de ser homogêneo, e no Brasil não é diferente. Há diferenças marcantes na estrutura organizacional, doutrina e articulações com o mundo laico que oferecem obstáculos aos pesquisadores a adotarem uma classificação ou tipologia mais ou menos consensual. As fronteiras que separam o pentecostalismo e o neopentecostalismo encontram fissuras que ainda animam os especialistas a discorrerem sobre o assunto. Entre os consensos estabelecidos, parece que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) é considerada quase como um “tipo ideal” weberiano no que se refere ao universo neopentecostal, por reunir praticamente todos os elementos – métodos de atuação e estratégias proselitistas – que normalmente se atribuem a essa vertente religiosa, como a teologia da prosperidade, batalha espiritual, estruturação organizacional em forma empresarial, liberalização dos costumes, intensivo uso de métodos de *marketing* e de mídia eletrônica. Por conta disso, e adicionado seu tamanho e visibilidade, a IURD também é o foco preferencial das pesquisas empíricas.

Entretanto, há outras organizações que, apesar de compartilharem características similares, possuem especificidades que justificam sua análise em separado. Esse é o caso da Igreja Renascer em Cristo, um dos objetos da minha pesquisa, que se destaca pelo apoio aos empresários. Com o intuito de compreender tal apoio, a seguir descrevo e analiso a organização, a articulação de sua ética com a esfera econômica e o tipo de empreendedor valorizado pela igreja. Logo após, mostro os recursos organizacionais disponibilizados para esses empreendedores e a dimensão econômica envolvida.

4.2.1 Cenas da vida religiosa

Cena 1. É semelhante a uma sala comercial, ou talvez fosse originalmente. O local do culto possui as paredes pintadas de tom pastel, sem nenhuma imagem ou quadro nas paredes. O

ambiente me pareceu muito sóbrio, o que hoje nos acostumamos a denominar ambiente *clean*. O altar, que está num plano superior em relação ao público, contém uma Bíblia e algumas flores bem discretas. As pessoas responsáveis pelo culto são da própria comunidade, e não há diferenciação alguma entre elas pelo tipo de roupa, de tal modo que não foi possível identificar suas funções por esse aspecto. Nessa segunda-feira há cerca de 50 pessoas, com o público feminino superando o masculino. Três crianças também participam, e há alguns jovens, vestidos caracteristicamente como classe média alta. O culto é iniciado com uma canção estimulante.⁸⁶ Uma mulher, responsável por fazer os preâmbulos e as orações iniciais, exulta o público a deixar as tristezas e dores no altar, e afirma que a alegria é uma das características dos que encontram Jesus. A banda possui instrumentistas que tocam surpreendentemente bem, e a cantora lidera aquele momento. As pessoas gesticulam muito freqüentemente o braço direito (em momentos de maior emoção, utilizam os dois braços), com as palmas voltadas para a frente, com o punho levemente curvado, significando “rendição, concordância, louvor a Deus e nenhuma resistência”. A diaconisa (ou presbítera) pede para eles rezarem porque são todos pecadores. Ela fala constantemente, enquanto cada membro (fiel) faz suas orações particulares. O tom das orações é bastante emotivo. Enquanto ora, a diaconisa está sempre de olhos fechados e tem a capacidade de comover o público. No final das orações iniciais, o público bate palmas e fala muitas vezes a palavra “amém”.

Em seguida, executa-se outra música, só que mais introspectiva. Há muita emotividade. A maioria das pessoas canta com os olhos fechados, quase que como uma catarse das emoções. Tive a impressão de que esse momento está relacionado com a dimensão “motivacional” do culto. O bispo ainda não está no altar. Por enquanto, apenas o grupo responsável pela animação. A diaconisa afirma: “O que está ligado no céu está ligado na Terra”. Agora, todos estão de mãos dadas, fazendo suas orações particulares em voz alta e com uma carga de emoção muito evidente. Alguns elevam mais o volume da voz na oração particular. Nesse momento, o bispo primaz surge no altar, rezando da mesma forma que os fiéis. A diaconisa enfoca, em suas orações ao microfone, a saúde, a família, o fortalecimento da igreja e do apóstolo Hernandez, e da bispa Sônia.

O bispo – que possui aspecto jovem, aparentando cerca de 30 anos – toma a condução do culto. Começa convidando com bastante veemência as pessoas para que participem do Renacer Praise 13, evento liderado pela bispa Sônia. Destaca que apenas nos ensaios já foram curados vários doentes – inclusive de câncer –, e afirma: “Imagine no dia da

⁸⁶ Podem-se resumir os momentos do culto em: abertura, louvor, oração do perdão, oração da família, oferta e palavra.

apresentação, o que vai acontecer!”. Em seguida, lê dois testemunhos, de um profissional e de um empresário, que conseguiram obter “a graça” depois de doações em dinheiro feitas à igreja. O empresário, em particular, doou três ofertas em dinheiro de valor altíssimo (segundo o testemunho), e em pouco tempo conseguiu o que estava pedindo. Após a leitura dos testemunhos, o bispo afirma que “a Igreja Renascer é uma igreja de milagres” e que “a mudança da sorte vem através das ofertas”. O bispo dá destaque ao dízimo e reforça sua importância para os fiéis: “Hoje, quem está disposto não retenha o dízimo, 10% do que se recebe [...] Não retenha o dízimo, dê um dízimo especial”. Na preparação do momento das ofertas, há muita veemência por parte do bispo, relacionado-as com a abundância: “Hoje você vai entregar uma oferta que vai te liberar completamente [...] Vai ter aumento em sua empresa de até 200% até o final do ano [...] Você vai conseguir mobílias novas, casas novas, carros novos [...]”, e incentiva todos a falarem em voz alta que Deus dará abundância. O bispo assegura que a prosperidade é retida no mundo espiritual devido à infidelidade e aos votos não cumpridos. Continua, afirmando que Deus muda a sorte subitamente e que até o fim do ano⁸⁷ Ele vai abrir todas as portas que foram fechadas pelo “inimigo” [entidade espiritual], por pessoas que são manipuladas pelo inimigo [o outro], ou fechadas inconscientemente [por si mesmo]. E completa: “O que enriquece não é a riqueza, mas a bênção que vem de Deus”.

Em seguida fala sobre a limpeza financeira, que é possível ocorrer por meio das 12 bênçãos,⁸⁸ entregues em folhetos com o texto impresso e recortado manualmente, e incentiva as pessoas a orarem: “(1) Grande mover de cura no ânimo e na disposição das pessoas; (2) Deus está quebrando os fracassos, vou ter sucessivos sucessos em minha vida; (3) as portas estão se abrindo para a aquisição de casa própria e montagem de negócios; (4) Deus está abrindo as portas para mudanças de patamares, está liberando aumentos e tirando o subemprego de minha vida; (5) Deus está dando grandes renegociações e perdões de dívidas; (6) Deus está liberando troca de carros e pessoas vão ganhar carros; (7) aumento no movimento de negócios, liberação de pagamentos retidos e causas na justiça estão sendo liberadas; (8) Deus está dando reformas e construções de casas, vou colher os meus sonhos; (9) Deus está dando mobílias novas; (10) Deus está dando roupas novas e das melhores marcas; (11) projetos abandonados e roubados vão voltar para tuas mãos; (12) poderosa limpeza financeira, limpeza de nomes e dívidas de carros com IPVA atrasados vão sumir”.

⁸⁷ Era outubro de 2006.

⁸⁸ Mais precisamente “As 12 bênçãos da oferta de Ezequias” (originalmente “As 12 bênção [sic] da oferta de Ezequias”). O texto contido no folheto e reproduzido a seguir foi editado para sanar alguns erros ortográficos e gramaticais. Aliás, uma observação importante é a constância desses erros, inclusive os de digitação, nos materiais distribuídos nos cultos. A partir de agora não mencionarei mais esse fato, e informo que todos os textos reproduzidos nessa tese foram editados no intuito de reparar tais erros.

As ofertas são doadas pelos fiéis de uma maneira bastante emotiva, com muitos pedidos e promessas.⁸⁹ No momento da consagração da oferta, algumas pessoas choram com as palavras do bispo, que lhes promete prosperidade e menciona a importância da batalha espiritual. Após a exaltação, é executada uma música com ritmo mais lento, cuja letra fala do “inimigo”. Segundo o bispo, que retoma a palavra após o término da execução da música, o tema do culto daquele dia é “vencer o poder da língua”, e explica que o inimigo coloca “no coração” o sentimento da derrota. Diz que Satanás não pode tocar nos negócios, apenas no coração, e quer fazer com que não se lute e, por isso, “se desistir de lutar, o inimigo vence”, e para vencer o poder da língua (das ameaças) é preciso vencer nas promessas de Deus. E continua: “A nossa segurança está na promessa” [...] “o inimigo não pode tirar a vontade de lutar” [...] “o Diabo quer destruir o futuro” [...] “Este é o ano da colheita” [...] “Satanás atua nas áreas mais frágeis, mas em Deus se tem a segurança da promessa”. E leva os fiéis a dizerem em voz alta: “Eu tenho o futuro!”.

Em determinado instante, o bispo procura desmontar as críticas ou acusações que normalmente são feitas à IRC (“dizem que aqui fazemos lavagem cerebral”) afirmando que as pessoas que a acusam são instrumentos de Satanás para disseminar a fraqueza. E continua: “A fofoca é do Diabo” [...] “Não ouça as palavras do Diabo” [...] “Diabo cria temor, fraqueza, faz com que larguemos o que temos que fazer” [...] “O diabo é pai da mentira” [...] “Não pare de trabalhar, não desista” [...] “Se fechou uma porta, Deus abre outras dez” [...] “Estou seguro porque tenho a promessa de Deus” [frase mais enfatizada].

O bispo ensina que para vencer há três passos a serem seguidos: (1) viver a segurança da promessa; (2) não ouvir as palavras do Diabo, que enfraquece; e, (3) condenar as palavras de Senaqueribe.⁹⁰ E completa: “Não aceitem as línguas que se levantam contra ti, condenem essas palavras” [...] “quando alguém se levantar contra ti, repreenda e condene!” [...] “repreenda com o nome de Jesus e os bons resultados [das empresas e na vida profissional] calam a boca dos que se levantarem. Contra os fatos não há argumentos” [...] “o milagre cala a boca dos que se levantam contra vocês”. E segue afirmando, sempre de uma forma bastante convincente e veemente, que a Palavra de Deus é a palavra da Igreja Apostólica, e num discurso cujas palavras “vitória” e “conquista” foram mencionadas diversas vezes, finaliza sua fala enfatizando que a “aliança” é feita apenas com Deus e não com os outros, porque

⁸⁹ O que mais me chamou a atenção naquele momento foram as máquinas de cartão de crédito e débito sem fio utilizadas para a coleta das ofertas. Não tinha notícia sobre isso, e essa cena me surpreendeu por ter sido inusitada. Algum tempo depois, essa forma de arrecadação se tornou notória ao ser mencionada no programa do *Fantástico* de 14.01.2007. Disponível em <<http://tinyurl.com/2jv3kx>>.

⁹⁰ Refere-se ao rei da Assíria, mencionado no Livro de Isaías, que sitiou a cidade de Jerusalém no tempo de Ezequias, e, segundo a Bíblia, “suas palavras afrontavam o Deus vivo” (Isaías, 37, 17).

esses “outros” podem divergir. Em seguida, pede àqueles que vieram pela primeira vez para levantarem as mãos e que venham mais perto do altar os que quiserem uma bênção. A equipe, formada de voluntários, também dá as bênções, e é ela mesma que se encarrega de obter os dados daqueles que estão pensando em se converter para que possam “acompanhá-los” durante esse processo.

Cena 2. O local foi um antigo cinema. A fachada simples não faz lembrar a das igrejas tradicionais. São quatro portas de correr, feitas de vidro espelhado azul. À esquerda de sua fachada, há uma loja de artigos de vestuário, pertencente à igreja, onde se vendem camisetas, agasalhos, vestidos e calçados. Ao se passar pelas portas de vidro, entra-se em um saguão. Logo à direita há uma livraria, onde são vendidos livros escritos pelos bispos da igreja, pelo apóstolo Estevam e por autores estrangeiros relacionados à teologia da prosperidade e batalha espiritual, voltados para a vida pessoal e profissional, além de CDs de música *gospel* e das pregações dos cultos que foram gravadas, DVDs musicais e de *shows* do Renascer Praise. À esquerda fica um balcão de informações com pessoas de boa aparência, simpáticas e bem treinadas para atender o público. As pessoas envolvidas na organização do evento são identificadas com crachás, que informam seu nome e sua função na igreja (obreiro, diácono, presbítero, pastor, etc.; os bispos não as usam). Como o local se situa em uma avenida, do saguão é possível se ouvir o barulho dos carros na avenida, sobreposto aos sons de pessoas conversando e orando naquele espaço da igreja. Ainda ali há um pequeno balcão móvel do Ministério da Arepe Sede, que é ativado nos encontros de segunda-feira. Nesse balcão, é possível obter informações sobre a atuação do ministério, e, caso o número do telefone do interessado seja entregue ao voluntário que está atendendo, eles se comprometem a telefonar (geralmente um pastor ou o bispo responsável pelo ministério) para esclarecer melhor o papel da Arepe e os procedimentos para se integrar a ela.

Passando por esse saguão, há o auditório. Bastante espaçoso, tem capacidade para cerca de 4 mil pessoas sentadas nas cadeiras vermelhas disponíveis. Parte de suas paredes possui tom pastel, e outra – a maior parte – é pintada de azul e branco, imitando um céu com nuvens. O culto é iniciado às 20h00 por dois homens. O primeiro começa com uma passagem da Bíblia e o segundo assume o papel de “motivador” ou “animador”, e a banda começa a executar a música. Ela é bem ensaiada, com bons instrumentos – que tocam bateria, baixo, guitarra e percussão –, e possui cerca de 10 integrantes, contando os vocais de apoio. A banda fica sempre do lado esquerdo do palco e cumpre seu papel na integração dos espectadores. A música é muito animadora e as pessoas batem palmas. Ela contém expressões como “você

nasceu para vencer, conquistar, triunfar, prosperar [...] sou a terra que a tua palavra vai prosperar [...] nasci para vencer em Jesus”. Os espectadores parecem muito sensibilizados. Uma jovem toma o lugar do segundo homem, e é iniciada uma segunda música, que também empolga o público, levando algumas pessoas a dançar desinibidamente. No altar há uma Bíblia e um candelabro hebraico com sete braços (menorá), e nesse mesmo altar, num nível mais alto, há um lugar para se colocar outra Bíblia.

Em contraste com o momento anterior, um dos bispos presentes inicia uma meditação. É o momento do “perdão dos pecados”. O homem da animação, juntamente com a banda, inicia outra canção, que diz: “Olhar no céu e nas estrelas e ver teu poder [...] Poder que já enxerguei”. A canção é emotiva, encorajando alguns fiéis a cantarem, desafinadamente, com muita vontade. O bispo que iniciou o momento do perdão pede que as pessoas se dêem as mãos para as orações, e elas prontamente atendem ao pedido e, em voz alta, fazem suas orações particulares. O bispo menciona o “maligno”, o “Diabo”, e pede que a abundância venha, que a colheita seja farta, e diz que dias de choro e calamidades não terão vez. Garante que aquela será uma semana de vitória, que portas irão se abrir para a realização. Fala por diversas vezes da “promessa”.

Um segundo bispo – que parece ser a “atração principal” – inicia sua participação informando que haverá um jantar, numa determinada data, no Espaço Renascer. Esse jantar tem o objetivo de ajudar o financiamento de uma reforma em algum outro prédio da igreja. O bispo pede que os “empresários apostólicos” comprem os ingressos, que estão no valor de R\$ 500,00. Na ocasião, será sorteado um Mercedes S500, doado por um fiel. Após os informes, ele inicia falando do Livro de Jeremias, 38: “O intento de Satanás é acabar com a obra do Senhor”. No começo de sua fala, procura ridicularizar os críticos do dízimo dado pelos evangélicos à igreja e, em seguida, anuncia os três pontos do tema da noite: (1) oferta do homem: denúncia, tirar Jeremias do “atoleiro”; (2) “atitudes espirituais” para ter manifestações sobrenaturais, “te levam a viver coisas sobrenaturais”; (3) o sobrenatural vem naquele que é fiel. E o bispo avisa: “Tua oferta hoje vai tirar tua vida e finanças do fundo do poço!”.

Ele lê as 12 bênçãos da oferta⁹¹ e pede que as pessoas repitam: “Eu vou tirar meus pés da lama [...] ter limpeza no nome, voltar a ter crédito [...]”. Supostamente escritas pelo apóstolo Estevam, as 12 bênçãos são: “(1) grandes livramentos financeiros; (2) sair do atoleiro das dívidas; (3) portas de negócios; (4) portas que estavam fechadas pelo Diabo serão

⁹¹ “As 12 bênçãos da oferta de Ebede-Meleque para o mês de novembro”, folheto distribuído no culto em 6.11.2006.

resgatadas; (5) grande suprimento de compras; (6) redução de prestações e de aluguéis; (7) convites para novos empregos excelentes; (8) portas de emprego inesperadas; (9) vendedores e corretores terão um mês em que sairão do fundo do poço; (10) compras de imóveis, casas na praia, sítios; (11) ações na justiça e promoções serão liberadas; (12) ter a honra que Jeremias teve”. Após a leitura, ele complementa: “O *empreendedor* estará sobre tua cabeça [...] Deus vai colocar em tua mão [...] devemos dizer ‘próspero Natal’ e não ‘feliz Natal’ e ‘próspero Ano Novo’”, e explica que o princípio da prosperidade é amar a casa do Senhor [no caso a Igreja Renascer] e vê-la prosperar, e que esse “sentimento” vai a Deus e traz grande prosperidade para o fiel. “Entregue a Deus o seu melhor” é o pedido do bispo no momento da oferta, que é posta em envelopes previamente colocados sobre as cadeiras. Após colocarem dinheiro nos envelopes, inclusive cheques pré-datados, seguem a orientação do bispo para erguerem os envelopes e falarem em voz alta: “Eu creio nessa palavra, vou sair do atoleiro e terei no mês de novembro uma grande prosperidade”. E pede que todos levantem as mãos, e afirma: “Cumpra [Deus] com o poder em cada um de nós e neste momento milagres acontecerão”. Ao encerrar o apelo financeiro, obreiros com faixas de tecido colorido (nas cores vermelha e azul) nos braços recolhem os envelopes, que são colocados em pequenas sacolas. Enquanto isso, uma música mais calma é tocada, e sua letra diz: “Saber que está comigo me faz andar sobre a tempestade [...] Jesus, em tua fidelidade eu me abrigo [...] muito mais que vencer e ter vitória, sou muito mais que um vencedor”.

Ao cessar a música, o bispo inicia sua fala. Informa que haverá uma *happy hour* da Arepe com a palestra de um profissional da área de finanças. Em seguida, pede que todos falem alto: “A minha vitória vai ser sobrenatural!”.⁹² Durante todo o culto, a ênfase será no sobrenatural. Faz outras afirmações e exorta o público a repetir: “Eu sou uma raça eleita [...] eu sou o povo de propriedade exclusiva de Deus [...] estou nas mãos de Deus e é um Deus de milagres [...] Emprego e empresa são consagrados no Senhor”. Explica que ‘consagrado’ significa ser propriedade exclusiva de Deus e que “só presta para servir a Deus e não a esse mundo acabado e corrompido [...] empresa é consagrada a Deus e tem que ser, tem que se expor, ser de Jesus, e se não for é do Demônio [...] e tem que deixar a televisão ligada na Rede Gospel”. O bispo consegue empolgar o público, que está muito envolvido também emocionalmente. Insiste que a ação humana não fornece a solução, fornecida apenas pelo sobrenatural, e exorta o público a pronunciar em voz alta: “Eu viverei o sobrenatural!”. E prossegue: “A empresa tem que ser consagrada ao Senhor! [...] só há um jeito para você dar

⁹² Essa frase é referente ao tema da campanha Arepe do dia 6.11.2006: “Vencer profissionalmente de forma sobrenatural”.

certo profissionalmente: buscar a Deus [...] milagres na tua vida profissional vão acontecer!”. E depois de ler um trecho da Bíblia (2 Reis 19, 32), estimula todos a gritarem: “Deus te defenderá [...] o mal não vai entrar na minha vida profissional, nos meus negócios, na minha empresa [...] Em nome de Jesus [...] não haverá arenas do inimigo que irão me alcançar”. Muitas pessoas se exaltam, algumas se levantam, enquanto outras se emocionam e choram. E o bispo prossegue com muita veemência: “Hoje você recebe uma vitória sobrenatural [...] o mal, do jeito que veio, vai voltar”. As pessoas batem palmas com muita ênfase. E depois de afirmar que Deus fala pela boca do apóstolo Estevam, encaminha o culto para o encerramento. Entre as suas frases finais, aconselha o fiel a não ficar desestimulado se as portas ainda não se abriram, porque “a bênção de Deus trará o sobrenatural”.

As cenas descritas são de dois cultos realizados, respectivamente, na Igreja Renascer em Cristo de Alphaville, localizada num condomínio de classe média alta, na cidade de Barueri (SP), e na sede internacional da igreja localizada em Vila Mariana, bairro de classe média na Zona Sul da cidade de São Paulo. As reuniões são conduzidas na segunda-feira, dia reservado para o culto da Arepe (Associação Renascer de Empresários e Profissionais Evangélicos), organização constituída por pequenos e médios empresários, profissionais autônomos e adeptos da Renascer que desejam criar seus empreendimentos. O culto é direcionado a seus associados e também aberto para o público em geral. As pessoas que o conduziram eram bispos primazes, ótimos oradores e bons palestrantes (algumas vezes suas atuações fazem lembrar as palestras de consultores de administração), e de uma maneira geral é possível detectar as seguintes características: as leituras são predominantemente do Antigo Testamento, frases de reflexão – interpretação –, adaptação do texto para a vida empresarial e profissional; os exemplos são da vida pessoal dos oradores e causam entusiasmo no público; eles fazem brincadeiras leves (geralmente de suas próprias experiências) e, antes de iniciarem o recolhimento das ofertas, exaltam o público a dar para bênção as ofertas (pedem que todos levanten os envelopes em que colocaram os pedidos e as ofertas).

Entretanto, os cultos da Arepe e a preocupação com o mundo profissional nem sempre estiveram entre as estratégias proselitistas da Renascer. A seguir, tratarei da biografia organizacional da igreja, seus principais personagens, e como surgiu e se desenvolveu sua atenção ao segmento empresarial. Nas seções seguintes, abordarei o discurso da igreja e seu entrosamento com a vida econômica, bem como os recursos organizacionais disponibilizados para o apoio ao empreendedor que foram criados pela organização.

4.2.2 A organização e seus atores

A Igreja Cristã Apostólica Renascer em Cristo (IRC) foi fundada em 1986, na cidade de São Paulo, por Estevam e Sônia Hernandes.⁹³ Conta-se⁹⁴ que a igreja não surgiu de divisão de outra igreja evangélica. O casal realizava encontros de caráter religioso com jovens e outros casais, além de algumas atividades assistenciais, como a hospedagem, em sua própria casa – um apartamento no bairro de Sumaré –, de 12 jovens com problemas de dependência química. Com o aumento da quantidade de pessoas que passaram a frequentar essas reuniões, o local foi transferido para o salão da Pizzaria Livorno, em Vila Mariana, Zona Sul da cidade de São Paulo. Após algum tempo, o casal havia se decidido pelo término das reuniões e atividades religiosas, quando uma das pessoas do grupo⁹⁵ deu um dízimo – tal como se faz em outras igrejas evangélicas –, sendo esse fato considerado como fator determinante da mudança de planos do casal, que optou pela criação da IRC. Na época, Estevam era presbítero, e o primeiro pastor da igreja, que se chamava Pedro, era proveniente de um ministério evangélico independente. Devido a divergências doutrinárias, o pastor Pedro pediu licença da igreja logo no início, e Estevam assumiu o seu lugar, agora na condição de pastor.

Estevam Hernandes nasceu em 1954 na cidade de São Paulo. Caçula de uma família católica com três filhos, nos fins de semana exercia a função de chefe dos coroinhas na Igreja Santa Margarida Maria, no bairro da Aclimação. Sua avó materna foi a primeira a se converter ao protestantismo e, em seguida, sua mãe passou a frequentar a Igreja Pentecostal da Bíblia do Brasil. Por último, apesar da resistência, seu pai também se converteu. A mudança em sua vida religiosa teve início quando ele, aos 16 anos, passou a frequentar a mesma igreja que sua mãe, mas foi aos 20 anos que o moço teve uma experiência de conversão, engajando-se mais intensamente nas atividades da igreja e se tornando o líder dos jovens. Estevam começou a trabalhar aos 10 anos de idade, devido a necessidades financeiras

⁹³ Essa seção é baseada, além da pesquisa de campo, nos trabalhos de Mariano (1999), Siepierski (2001, 2003), Cunha (2007), no *site* <www.igospel.com.br>, e na análise de vídeos do *site* Youtube, no qual fiz uma pesquisa sobre a Igreja Renascer e selecionei 20 vídeos que estão disponíveis no *site* <<http://tinyurl.com/394zml>>.

⁹⁴ Muitas dessas histórias são contadas de forma a se criarem mitos, como sua repetição exaustiva, acontecimentos quase mágicos (interpretados como ação de Deus, ou “nada é por acaso”), e a saliência de aspectos nobres relacionados à sua origem. Estou ciente disso, mas algumas dessas informações são impossíveis de se averiguar factualmente. Dessa forma, uso o sujeito indeterminado para indicá-las e diferenciá-las de dados passíveis de averiguação.

⁹⁵ Essa pessoa é Geraldo Tenuta, conhecido como Bispo Gê e atualmente deputado federal. O dízimo era proveniente de parte da venda de sua sociedade em três estamparias têxteis, das quais era um dos proprietários. Proveniente de família de classe média baixa, atribui a superação de sua dependência química à ajuda do casal Hernandes.

de sua família, num açougue e num batedouro de frangos, e aos 16 anos conseguiu um emprego como *office boy* em uma empresa do ramo imobiliário, onde permaneceu por 10 anos, chegando ao cargo de encarregado-geral. Depois disso, trabalhou na Xerox do Brasil, inicialmente como vendedor, alcançando, após alguns anos, o cargo de gerente regional de *marketing* de São Paulo. Atribui-se a ele o pioneirismo de colocar máquinas de fotocópias em bancas de jornal. Foi então convidado por um *headhunter* para ingressar na Itaútec, onde participou de uma *joint venture* com a japonesa Canon. Autor de sete livros,⁹⁶ Estevam cursou até o terceiro ano de Administração de Empresas e se especializou em *marketing*.

Sônia Hernandez nasceu em uma família de classe média paulistana, e seus pais eram donos de uma confecção. Cursou francês na Aliança Francesa e inglês na Cultura Inglesa, fez aulas de natação, balé, regência, canto e coral, e estudou piano no Conservatório Musical Carlos Gomes. É formada em nutrição pelo Centro Universitário São Camilo, de São Paulo, e foi proprietária da boutique La Belle Femme até o início de suas atividades na IRC. Sua família é tradicionalmente protestante, da Igreja Presbiteriana Independente, onde Sônia foi diaconisa aos 15 anos de idade. Sua formação teológica é proveniente dos cursos da própria denominação, e ela afirma ter lido a Bíblia 30 vezes.

O casal tem três filhos: o primogênito Felipe Hernandez, conhecido como bispo Tid, é sócio do Gospel Rock Café, um bar com música ao vivo voltado para evangélicos, e apresentador de programas radiofônicos e televisivos na Rede Gospel; Fernanda, conhecida como pastora Fê, também apresenta programas de rádio e TV; e o mais novo, Gabriel, filho adotado pelo casal. Estevam e Sônia se conheceram na sede da Igreja Pentecostal da Bíblia no Brasil, e na época ele estava com 16 e ela 12. Quando Sônia completou 20 anos, eles se casaram, no início de 1978. Os três primeiros anos foram marcados por dificuldades no casamento e problemas financeiros devido a uma atitude ilegal do patrão de Estevam que acabou envolvendo-o. Nessa mesma época, houve mudanças na igreja que freqüentavam, e o novo pastor os destituiu da liderança dos jovens. Isso os motivou a trocarem de igreja, tornando-se membros da Igreja Evangélica Independente de Indianópolis, mais conhecida como igreja do “tio Cássio”. Depois de alguns anos, ingressaram na Igreja Evangélica Independente de Vila Mariana, época em que iniciaram as reuniões em sua casa e que veio culminar com a fundação da IRC, em 1986, como descrito anteriormente.

No início das atividades da igreja, tomaram emprestadas as dependências da Igreja Evangélica Árabe, no bairro do Paraíso, escolhendo os jovens como público preferencial,

⁹⁶ Que podem ser conferidos no endereço <<http://tinyurl.com/24kafq>>.

atraindo-os com as bandas *gospel*. A banda Katsbarnéa, o primeiro grupo musical a ser formado na IRC, destacou-se em vários festivais de música popular brasileira em 1987, o que contribuiu para a formação de outras bandas na igreja e consolidar a música como seu instrumento proselitista e distintivo. Nessa época, como conta Estevam,

[...] Nós fizemos o lançamento da primeira fitinha do Katsbarnéa lá no Ginásio Poliesportivo do Ibirapuera e [...] superlotou aquele ginásio de esportes e a partir daí que começamos o programa na Rádio Imprensa, e nós viemos com uma linguagem completamente diferente, nós tínhamos uma proposta, porque na verdade a nossa preocupação sempre foi o evangelismo, sempre foi trabalhar para conquistarmos vidas, e o que aconteceu é que aquilo que era motivação do nosso coração, começou a mexer com o coração das pessoas que também tinham esse mesmo desejo, mas ficavam amarradas nas estruturas tradicionais religiosas e a partir daquele momento a Renascer acabou por ser efetivamente um divisor de águas e possibilitou o aparecimento da livre expressão dos jovens; de repente o pessoal começou a usar uma camiseta “Jesus” sem nenhum tipo de constrangimento, começaram a acontecer os grandes eventos, começou a se tocar bateria, começou a se tocar rock, começou a se ter mente aberta para se servir a Cristo; você não precisa ficar estereotipado, ou vestindo assim ou assado, ou mesmo debaixo de uma estrutura que te aprisione”.⁹⁷

Em 1989, empresários da indústria fonográfica organizaram vários eventos musicais em São Paulo e Rio de Janeiro, e incluíram na programação um dia dedicado ao estilo *gospel*, o que acabou atraindo grande número de jovens, muitos dos quais não pertencentes ao universo evangélico. Isso chamou a atenção de Estevam e Antônio Carlos Abbud, publicitário e bispo da igreja, que criaram em 1990 a gravadora Gospel Records, dos quais são sócios-proprietários, e que possui o objetivo de atender a esse nicho do mercado recém-constituído. Nesse mesmo ano foi lançado, em junho, o primeiro disco, e ao longo do tempo, o catálogo da gravadora cresceu de modo acentuado, chegando a mais de uma centena de intérpretes, com predominância de *rock*, pagode, axé, MPB, frevo e *hip-hop*. Com o intuito de promover a gravadora e seus músicos, a partir de 1991 deu-se início aos shows anuais de música *gospel*, chamados de SOS da Vida Gospel Festival, realizados no Estádio do Pacaembu, com público de mais de 300 mil pessoas.⁹⁸ Essa demonstração da capacidade de mobilização atraiu a atenção da mídia, com a publicação de matérias em jornais, e do mercado fonográfico, que resultou numa parceria entre a Gospel Records e a Planet Music, uma grande rede de lojas de CDs no Brasil. Esses eventos, liderados e apresentados pela família Hernandez, atraem tanto fiéis de outras igrejas quanto jovens não evangélicos, e proporcionam, além de vendagem de

⁹⁷ *Gospel News*, n. 29, p. 7, out-nov. 2006.

⁹⁸ Em 2007 foi realizado no Playcenter.

CDs, receitas geradas pela venda de bonés, colares, camisetas, relógios, tênis, agasalhos, agendas, pastas e outros materiais com a marca *Gospel*.⁹⁹

Ainda em 1990 foi comprado o antigo Cine Riviera, no bairro do Cambuci, local que no ano anterior já havia sido alugado pela IRC para os seus encontros e cultos. A transação foi realizada por um empresário, membro da igreja, e em seguida o lugar foi doado para que se pudesse reformá-lo e transformá-lo na sede internacional da igreja. As suas dimensões e a sua localização contribuíram para um número cada vez maior de adeptos, atualmente estimado em 120 mil. As filiais também se multiplicaram e hoje possuem cerca de 870 templos, com média de frequência de 138 fiéis por templo.¹⁰⁰

Em 1994 Hernandez realizou um curso de apostolado na Los Angeles University Cathedral e obteve o título de bispo. Com o crescimento da igreja, alguns pastores foram nomeados bispos por Estevam, que, ao adotar o governo eclesiástico episcopal, deu contornos à *estrutura eclesiástica da organização*. Em 1995, Estevam foi nomeado apóstolo pelo Conselho de Bispos da Renascer, e Sônia foi consagrada episcopisa, inaugurando o neologismo “bispa” no meio evangélico. Com o intuito de ampliar a estrutura eclesial, ter um maior controle na captação de novos quadros de pastores e assegurar o treinamento de acordo com a doutrina que vinha se delineando, foi fundada a Escola de Profetas, vinculada ao Centro de Estudos Renascer,¹⁰¹ onde são ministradas aulas de formação teológica.¹⁰² Além da Escola de Profetas, o Centro de Estudos – subordinado ao ministério do ensino da IRC – oferece cursos de formação eclesiástica (aspirantes, diáconos e presbíteros¹⁰³), formação ministerial (libertação e cura interior, oração e intercessão, batalha espiritual, renascer a dois, e administração financeira) e, futuramente, formação acadêmica (cursos de informática, administração financeira pessoal, línguas estrangeiras, entre outros).

Aqueles que desejam ingressar nas atividades da igreja e seguir uma carreira eclesial iniciam com a denominação de aspirantes: são voluntários que trabalham na organização dos cultos (limpeza, disposição de cadeiras, recepção, preparação de folhetos, etc.) e como atendentes em eventos da igreja. Ao realizarem e passarem¹⁰⁴ na primeira fase de formação

⁹⁹ A palavra “gospel” foi patenteada pela Fundação Renascer e é marca registrada no Brasil, não podendo ser usada sem sua permissão.

¹⁰⁰ Segundo *Veja on-line*, disponível em:

<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/evangelicos/em_resumo.html>. Acessado em 09.11.2007.

¹⁰¹ Veja em <<http://www.escoladeprofetas.com.br/>>.

¹⁰² O curso é dividido em duas partes: Escola de Profetas Estrutural (EPE), com duração de um ano, e Escola de Profetas Avançado (EPA), com duração de dois anos.

¹⁰³ Para ingressar no curso de aspirantes há o pré-requisito de ser batizado na IRC e ter cursado os primeiros seis meses do curso da EPE. O tempo de duração é de três meses. Os cursos de formação de diáconos e presbíteros têm a duração de seis meses cada um.

¹⁰⁴ Há uma série de critérios para a aprovação, inclusive exames escritos e entrevista final.

eclesiástica, eles se tornam “oficiais” da igreja, e estão aptos a realizar o curso de diaconato e presbiterado, para poderem se tornar pastores e, posteriormente, bispos. O bispado é dividido em auxiliar e primaz. O primeiro é responsável apenas por uma igreja, enquanto o segundo é responsável por uma regional, ou seja, um conjunto de igrejas de uma determinada região, que pode chegar ao número de 20 igrejas. Finalmente, no topo da hierarquia, há o apóstolo, título de Estevam Hernandes, que comanda de forma centralizada todo o empreendimento por meio de sistema denominado pela própria IRC “teocrático-presidencialista”.

Nessa estrutura, um ponto de atenção é o grande número de mulheres presentes. Enfatiza-se muito na IRC que não há diferenciação de funções por gênero, como ocorre na Igreja Católica e em outras igrejas evangélicas. É comum a presença na estrutura eclesial de diaconisas, presbíteras, pastoras e, com menos frequência, bispas. Uma explicação possível é a figura de Sônia, que se tornou a primeira bispa e apresentadora de programas televisivos evangélicos no Brasil. Nesses programas, sua maneira de se comportar – sorridente e espontânea – e de se trajar – sem considerar a vaidade um pecado – é atípica para o estereótipo de mulher evangélica, o que lhe dá uma imagem de mulher moderna.

A IRC se organiza também em forma de ministérios, que são áreas de atuação da igreja e têm como função – segundo um dos entrevistados – “atender a todas as necessidades do homem”. Com esse propósito, foi organizado – além do já citado ministério do ensino – o ministério Adote (assistência aos recém-convertidos), o ministério de doações (busca de recursos para as obras assistenciais da igreja), o ministério Gauf (Grupo de Apoio ao Usuário de Drogas e seus Familiares), e ministérios que se dedicam ao teatro, saúde, dança, família, evangelismo do mundo *underground*, visitas aos doentes e encarcerados, entre outros. No *site* oficial da IRC são contabilizados 65 ministérios, divididos em cinco grupos, conforme mostrado no Quadro 01.

Um ministério que merece destaque é o GCD (Grupo de Comunhão e Desenvolvimento), que possui papel fundamental na arregimentação de fiéis. Os novos convertidos são encaminhados para esse grupo, que se reúne semanalmente em residências para a realização de um culto com duração de cerca de uma hora e meia e num prazo de seis meses. Nesses grupos, os fiéis formam laços mais fortes com a igreja por meio dos laços de amizade que são criados com essa iniciativa. Dessa forma, é produzida uma rede de sociabilidade, fundamental para a permanência na organização daqueles que foram convertidos. Após o prazo de seis meses, é possível a abertura de uma igreja Renascer pela família que foi acompanhada pelo GCD. Devido a isso, o grupo possui um papel importante na expansão da IRC.

Grupo 1 – Igreja				
Aconselhamento	Adote	Baby	Batismo	Bazar
Cantina	Capelania	CMF	Comunicação	Cura e Libertação
Dança	Diaconia	Dorcas	GAUF	GCD
Gere	Intercessão	Kids	Louvor	Mulheres
Point	Portas Abertas	Projeto Amar	Quiosque Gideão	R12
Renascer a Dois	Segurança	Sinais	Som	SOS da Vida
Teatro	Teens	Visitas	Volta-Logo	
Grupo 2 – Ensino				
Escola de Profetas	Escola de Profetas Avançada	E-Learning	Formação de Pastores	Alfabetização
Grupo 3 – Estrutura de apoio				
Controladoria	Assessoria Ministerial	Editora	iGospel	Jurídico
Intérprete	Marketing	Radio e TV	Telemarketing Gideão	
Grupo 4 – Frentes assistenciais				
Casa Calebe	Centro de Recuperação	Casa Lar Abrigo	Núcleo Assistencial Heliópolis	Albergue
Febem	Expresso da Solidariedade			
Grupo 5 – Eventos				
Marcha para Jesus	SOS da Vida Gospel Festival	Gravação Renascer Praise	Encontro de Homens	Encontro de Mulheres
Conferência Apostólica				

Quadro 01 – Ministérios da IRC

Fonte: <<http://www.igospel.com.br/2005/igrejavirtual/ministerios/indice.php>>.

As linhas de atuação da igreja se concentram na Fundação Renascer, entidade de utilidade pública municipal e federal fundada em 1990. Além de administrar projetos assistenciais – como a Casa Lar (residência para crianças abandonadas), Casa Calebe (residências para idosos), Núcleo Assistencial Heliópolis, Expresso da Solidariedade (refeições diárias para moradores de rua), e centros de recuperação para dependentes químicos, funciona como uma espécie de “*holding*” que controla a igreja e as organizações ligadas a ela (apresentadas a seguir), a gravadora musical Gospel Records e a Point Gospel Renascer (lojas especializadas em produtos evangélicos, que servem como meios de distribuição dos produtos da marca Gospel); várias emissoras de rádio lideradas pela Gospel FM de São Paulo; a Rede Gospel de Televisão; o ESAR, estabelecimento de ensino privado; a

UNIR, portal que oferece cursos à distância e abarca do ensino fundamental a cursos de especialização; a Orquestra Apostólica Renascer em Cristo; o grupo musical Renascer Praise, liderado pela Bispa Sônia (com shows gravados ao vivo no Estádio do Ibirapuera); e a Marcha para Jesus, uma passeata na cidade de São Paulo com trios elétricos que tocam músicas *gospel* aberta à várias denominações religiosas e que atrai milhares de pessoas.¹⁰⁵ Outros empreendimentos são o jornal bimensal *Gospel News*, com tiragem de 200 mil exemplares, e o lançamento em 1994 do cartão de crédito Gospel Bradesco Visa, de cuja anuidade uma parte é destinada à igreja.¹⁰⁶

A IRC é financiada pelos fiéis por meio de dízimos,¹⁰⁷ de ofertas nos cultos e eventos (como a Ceia dos Oficiais), do projeto Gideão da Conquista (carnês de pagamento de mensalidades para o financiamento de seus projetos assistenciais e de expansão de suas redes de rádio e TV) e outras doações diversas, que podem ser vendidas em bazares. Além disso, há as rifas, geralmente de objetos de valor doados, e renda proveniente da venda de produtos como CDs, revistas, livros, camisetas e outros objetos da marca Gospel. Essa diversidade de fontes de financiamento é recolhida pelas filiais da IRC e repassada para a Fundação, que administra e controla os recursos financeiros da igreja. O sistema é do tipo centralizado, e há apenas uma diretoria contábil no Brasil para todas as filiais da igreja, que não possuem autonomia financeira.

Atribui-se grande parte do crescimento organizacional da IRC – além da bem-sucedida incursão no mundo da música gospel e dos grandes eventos, e a atuação dos GCDs – às suas políticas de comunicação e *marketing*.¹⁰⁸ Estevam adotou a racionalidade administrativa nos processos gerenciais, incomum até então em uma igreja evangélica. Os cargos funcionais na organização são distribuídos tendo como um dos critérios principais a competência gerencial, imprimindo – segundo o próprio Estevam – a marca do profissionalismo. Foi nessa

¹⁰⁵ Segundo o Ministério Público, há ainda outros empreendimentos ligados ao que se denomina Grupo Renascer, como Gospel Wear, Tidinho Alimentos, Fundação Cultural São Paulo Sul, RGC Produções Ltda., Hafa Comercial Atacadista Ltda., Gospel Café, Keiper Comércio de Materiais Elétricos Hidráulicos Ltda., Igreja Cristã Internacional do Livramento Pleno, Inforever Serviços e Comércio, Rede Aliança de Comunicação Ltda. e Rede Aliança Processamento de Dados.

¹⁰⁶ Veja em <<http://tinyurl.com/2au6wt>>.

¹⁰⁷ Dízimo é a doação de 10% do salário ou rendimento mensal. Para o empresário, o valor do dízimo é equivalente a 10% dos gastos familiares (por exemplo, se os gastos totalizam R\$ 10.000, o dízimo é de R\$ 1.000,00). Além do dízimo pessoal, alguns empresários doam como dízimo 10% do lucro bruto das empresas. Um dos entrevistados afirmou que nem sempre é possível doar essa porcentagem, pois isso depende muito do setor. Por exemplo, no setor de serviços não é possível fazer esse volume de doações.

¹⁰⁸ Os atuais problemas de Estevam e Sônia com a justiça americana e a brasileira parecem ter afetado o crescimento da IRC. Para uma cobertura jornalística bastante abrangente sobre o caso, veja em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2007/prisaonarenascer>>.

perspectiva que em 1990¹⁰⁹ a IRC iniciou sua investida na mídia eletrônica, com a primeira atuação na Rádio Imprensa 102,5 FM, de São Paulo, sendo a primeira igreja evangélica a ter um programa de rádio em FM. Na TV, estreou em 1992 com um programa semanal, e, logo depois, passou a apresentar quatro programas na Rede Manchete – inclusive o mais famoso, *De Bem com a Vida*, apresentado por Sônia –, que deixaram de ser veiculados nesse canal após a tentativa frustrada de compra da Rede Manchete pela IRC em 1999. Em 1996 ela obteve a concessão do canal de TV aberto 53 UHF, que foi chamado de Gospel TV, cujo sinal é captado pela TV paga NET (canal 28).¹¹⁰

Em relação ao perfil da membresia da IRC, ele foi se definindo ao longo dos anos 1990. Em 1993, ao chamar a atenção da mídia, a IRC foi descrita como:

[...] uma versão moderna, mais liberal e classe média do crente tradicional [...] esse novo evangélico é da “pesada” [...] Ele aposentou a calça de tergal, vestiu o uniforme de cidadão comum e assume de alma leve os prazeres da vida [...] prefere louvar a Deus em ritmo de rock ou jazz [...] são predominantemente jovens, profissionais liberais e empresários – um tipo de público que os evangélicos tradicionais não conseguem atrair para suas igrejas.¹¹¹

Ainda em 1997, o perfil da IRC é apresentado como “uma igreja liberal e predominantemente jovem: os adolescentes promovem bailes nas igrejas e entoam: ‘Ah, eu sou maluco por Jesus’. Seu público é a classe média”.¹¹² Além desse perfil, pode se acrescentar que, no início dessa mesma década, uma parte considerável de seu público era proveniente de migração de outras igrejas evangélicas. Outro fato importante ocorrido ao longo dos anos 1990 foi que muitos dos pais desses jovens se tornaram adeptos da IRC, invertendo a direção tradicional de captação de fiéis das igrejas evangélicas. Com o tempo, o perfil dos fiéis se modificou, e, atualmente, há um importante segmento de empresários e profissionais autônomos que freqüenta a igreja. A IRC gradativamente passou a priorizá-los, inclusive cedendo para o culto direcionado a esse segmento as segundas-feiras, que antes eram destinadas aos jovens. Podem-se aventar algumas hipóteses da formação desse segmento na IRC: a atração pela Teologia da Prosperidade, que possui elementos sedutores para a classe empresarial; a forma de organização em moldes empresariais da IRC, que lhe concede uma imagem moderna e inovadora; e a composição do episcopado, que não raro foi ou é formado

¹⁰⁹ O ano de 1990 é um dos mais importantes para a IRC devido aos quatro acontecimentos já mencionados: criação da Fundação Renascer, da Gospel Records, compra da sede internacional e início da atuação na mídia eletrônica.

¹¹⁰ Para melhor detalhamento das concessões e compras de rádio e televisão pela IRC, veja Siepierski (2003).

¹¹¹ *Veja*, 21.03.1993, citado por Siepierski (2003, p. 133).

¹¹² *Veja*, 02.07.1997. Disponível em < http://veja.abril.com.br/020797/p_086.html>.

de empresários, executivos, profissionais autônomos, ou participantes de alguns empreendimentos econômicos da IRC como sócios, ou ainda pessoas de nível universitário, o que lhes dá certa legitimidade. E foi pensando nesse segmento dos empresários que em 1996 foi fundada a Associação Renascer de Empresários e Profissionais Evangélicos – Arepe, que visa aproximar e apoiar profissionais autônomos, pequenos e médios empresários e aqueles que pretendem iniciar um negócio próprio.

A Arepe é um “ministério especial”¹¹³ e tem o objetivo, segundo os entrevistados, de integrar a visão espiritual ao âmbito do trabalho e proporcionar o desenvolvimento profissional de seus membros com base na doutrina da igreja. Dessa forma, esse ministério procura atuar direta e intencionalmente, oferecendo recursos organizacionais e apoio às atividades empreendedoras. A fonte de parte desses recursos é proveniente da própria igreja, pois a Arepe não possui um fundo financeiro próprio, e quando há a necessidade de organizar e executar algum projeto – como palestras e cursos – criam-se ações de arrecadação *ad hoc*, que recebem doações dos empresários e, adicionalmente, cobram taxas em alguns desses eventos para cobrir os custos. Os membros desse ministério são voluntários da igreja, e não há funcionários que se dediquem exclusivamente a ele. A associação também disponibiliza para os associados o cadastro de todos os membros da igreja e lhes oferece a possibilidade do uso da marca Gospel, utilizada em empreendimentos dirigidos mais para o público evangélico e, em especial, para os membros da IRC. Uma característica marcante é a forte sinergia que há entre esses empreendimentos econômicos e os fiéis, que são incentivados, pelos meios de comunicação da igreja, a consumir seus produtos ou utilizar seus serviços, assegurando-se que parte do lucro será destinada aos projetos sociais da igreja.

4.2.3 O discurso, a ética neopentecostal e sua articulação com a vida econômica

Toda a visão renascer está fundamentada na visão dada pelo Senhor a Neemias, cujos princípios e propósitos são para a reconstrução dos muros e mudanças das portas do ser humano, que, assolado por Satanás, fica totalmente descaracterizado, permitindo o roubo e a vergonha. O Senhor nos leva a entender que estamos desenvolvendo este trabalho com dois tipos de público: (1) aqueles que eram príncipes na casa do Senhor e foram assolados, destruídos e cativos da religiosidade e se encontram nas condições de assolação que se encontrava o povo que Neemias viu em Jerusalém. São os destruídos pela violência e cativos do sistema religioso; (2) aqueles que estão no mundo perdidos, assolados, destruídos e condenados ao inferno por Satanás. Em um contexto amplo, temos perseguido de

¹¹³ Tanto que não consta no quadro de ministérios mostrado anteriormente.

forma obstinada o cumprimento dessa visão no nosso espírito, assim como o Apóstolo Paulo, em Atos [dos Apóstolos] 26, 19: “Pelo que, não fui desobediente à visão celestial”.¹¹⁴

A dimensão do discurso é o espaço da legitimação e fonte dos valores que dão sentido à ação. Na IRC, o discurso é direcionado para jovens e setores da classe média, como os empresários, e combina o sagrado com elementos da indústria do entretenimento¹¹⁵ e comunicação de massa, além de possuir forte componente emocional.¹¹⁶ A doutrina é de fácil assimilação e bastante prática.¹¹⁷ Baseia-se tanto na Teoria da Prosperidade quanto na guerra espiritual, as quais defendem que há um mundo espiritual que interfere diretamente no mundo terreno. O mundo espiritual é constituído – além de Deus – de entidades demoníacas que agem no mundo material, cujo objetivo é reter a prosperidade do homem. A atuação é possível quando a pessoa está em pecado (ou seja, é infiel à palavra de Deus), e os demônios podem atuar por meio de outras pessoas ou no “coração” da própria pessoa de modo a desmotivá-la até convencê-la a não atingir as promessas feitas a Deus. Dessa forma, há uma “guerra espiritual”, ou seja, um combate travado pelo fiel com os demônios (também chamados de inimigos) cujas armas – utilizadas de modo disciplinado pelo aderente – são a oração, o jejum e a ação. Observa-se que um dos entrevistados fez questão de esclarecer que a palavra “guerrear” significa “equipar o profissional para o entendimento do mundo espiritual”. E por estarem utilizando uma metáfora bélica, palavras como “conquista” e “vitória” são constantes na linguagem dos membros da IRC. Agir significa tomar o que Deus disponibilizou aos seus filhos, mas que as forças malignas constantemente tentam reter. Por conta disso, a igreja possui a função de proteção e libertação dessas forças, e, além de ensinar a guerrear espiritualmente, é o canal para que bênção de Deus aja sobre as pessoas, liberando a prosperidade. “Ser abençoado” significa obter a harmonia com a vontade de Deus.

O instrumento utilizado para se colocar em funcionamento a dinâmica da bênção é a *oferta*, que pode ser entendida como uma doação de bens, geralmente dinheiro ou objetos de valor (que possuem facilmente um equivalente monetário), que são sacralizados nos rituais realizados nas reuniões. Além do significado material de financiamento da igreja, a oferta

¹¹⁴ Texto de apresentação do Centro de Estudos Renascer, atribuído ao apóstolo Estevam. Disponível em <http://www.escoladeprofetas.com.br/quem_somos.htm>. Acessado em 09.11.2007.

¹¹⁵ Siepierski (2001, p. 174) descreve dessa forma os cultos da IRC, que de certa forma diferencia dos realizados na IURD: “Os cultos são organizados como um *show* de auditório e o pastor exerce a função de animador. O que se encena nos espetáculos da Renascer não é o embate com as forças do mal por meio do exorcismo, mas celebram a alegria da fé compartilhada”.

¹¹⁶ Siepierski (2001).

¹¹⁷ Por exemplo, um dos entrevistados estava na IRC há menos de um ano e já discorria com bastante desenvoltura sobre os mistérios entre o mundo espiritual e o material.

possui a função espiritual da possibilidade de intervenção do fiel sobre o seu destino de forma positiva ao ser estabelecido uma espécie de contrato com Deus: o indivíduo deve ser fiel (ou seja, deve dar a oferta) e ter fé (dar a oferta, novamente) e, fazendo sua parte, Deus está obrigado a fazer a parte Dele.¹¹⁸ Como afirmou um bispo num culto: “Não reclame, clame [...] o teu clamor pode mudar a vontade de Deus [...] o clamor muda o destino e o futuro”, sendo o clamor necessariamente intermediado pelas ofertas.¹¹⁹

Uma hipótese que se pode aventar para o uso do dinheiro na oferta é que ele permite ser um indicador preciso – para os outros membros e para si mesmo – do grau de fidelidade e fé. Sabe-se (quantitativamente) quanto do orçamento doméstico o fiel está abdicando (além do dízimo) e, com isso, quanto Deus dará de retorno. Além desse elemento objetivo, pode-se acrescentar um elemento subjetivo, qual seja, o sacrifício.¹²⁰ A contribuição financeira por meio da oferta é associada ao sacrifício, por ser feita de modo espontânea e em quantidades significativas em relação ao orçamento pessoal ou familiar.¹²¹ Desse modo, a quantidade de dinheiro doada à igreja é relativizada, ou seja, para Deus o mais importante é o grau de sacrifício embutido em sua oferta (oferta relativa) do que o montante financeiro em si (oferta absoluta).¹²² E quanto maior o grau de sacrifício, maior será a demonstração de fidelidade, e, devido a isso, maior será a ação de Deus no suprimento de suas necessidades e desejos. Portanto, a salvação – que pode ser caracterizada como imanente e pragmática ao se preocupar como o “aqui e agora” e não com o “além desse mundo” – não é acessível apenas aos que superaram as provas de amor, fé e caridade como no catolicismo, mas àqueles que superaram a prova da *fidelidade na oferta*, inaugurando, assim, uma nova virtude teologal.¹²³

Talvez haja aqui um elemento inovador em relação ao calvinismo analisado por Weber. Permanece o dever para com Deus, mas, ao mesmo tempo em que a pessoa é fiel – e a oferta é uma manifestação forte dessa fidelidade dada pelo grau de sacrifício despendido –, Deus terá o dever de retribuir com a prosperidade, pois “Deus é fiel”, sendo que a fidelidade possui o componente da obrigatoriedade e do dever, como já visto. Entretanto, esse contrato

¹¹⁸ Essa idéia está em Gomes (1996).

¹¹⁹ O próprio bispo ensina que o clamor é uma oração que “acelera” o processo das coisas, e o define como uma manifestação que exerce autoridade e poder, de forma emocional.

¹²⁰ Sobre o papel do sacrifício, veja Mesquita (2003, p. 91-95).

¹²¹ Uma passagem bíblica significativa dessa idéia está em Marcos 12, 41-44: “Jesus sentou-se defronte do cofre de esmola e observava como o povo deitava dinheiro nele; muitos ricos depositavam grandes quantias. Chegando uma pobre viúva, lançou duas pequenas moedas, no valor de apenas um quadrante. E ele chamou os seus discípulos e disse-lhes: Em verdade vos digo: esta pobre viúva deitou mais do que todos os que lançaram no cofre, porque todos deitaram do que tinham em abundância; esta, porém, pôs, da sua indigência, tudo o que tinha para o seu sustento”.

¹²² Se eu puder ir mais adiante, sugiro a seguinte relação: $oferta\ relativa = \frac{oferta\ absoluta}{orçamento} = grau\ de\ sacrificio$.

¹²³ Aqui sigo Gomes (1996, p. 249).

religioso (ou, em termos religiosos, essa aliança) é desproporcional, ou seja, “Deus dá mais do que o fiel dá a Deus”. Ao ser abençoada por Ele, a oferta será retribuída de forma multiplicada (“Deus dá 10, 20, 30, 100 vezes mais!”), e desse processo resulta o que chamam de prosperidade. De acordo com um exemplo tirado da fala de um bispo em um dos cultos da Arepe, “hoje você vai entregar uma oferta que vai te liberar completamente [...] Você vai ter em sua empresa 200% até o final do ano [...] Você vai conseguir mobílias novas, casas novas, carros novos”.

Ainda sobre a oferta na igreja IRC, há dois outros componentes fundamentais. O primeiro, é a idéia do risco, ou sua variante, o desafio.¹²⁴ No caso da igreja, os fiéis são motivados a dar ofertas que chegam a impressionar pela ousadia: “Consagre o seu melhor [...] entregue o seu melhor! Deus já preparou tua colheita! Não deixe passar por vexame a obra de Deus: dê a Deus o seu melhor [...] mesmo se está faltando [...] entregue o que você não tem!”.¹²⁵ E há pessoas que entregam quantidades de dinheiro – inclusive fazendo dívidas ao doarem com cartões de crédito e cheques nominais – que do ponto de vista econômico são consideradas como irracional por parte do fiel e insensatas por parte da igreja, que talvez fosse mais estratégica se pedisse uma oferta menor para assegurar o fluxo de doações sem esgotar os recursos do fiel. Entretanto, “[...] o objetivo da oferta, do ponto de vista da justificação teológica do grupo, não é assegurar um fluxo constante de recursos do fiel para os líderes da comunidade, mas proporcionar ao fiel a oportunidade de arriscar-se”.¹²⁶ Isso significa que um dos propósitos da oferta é levar o doador a uma situação de risco tal que estará em apuros se Deus não o atender. Da mesma forma que o sacrifício é uma expressão da fidelidade, arriscar-se é uma expressão da fé, de quem aceitou Jesus: mesmo diante de um cenário social marcado por incertezas e imprevisibilidades, o crente tem a certeza de que Deus lhe proverá os bens pedidos ao serem atendidas as cláusulas do contrato referentes às ofertas. De uma forma sintética, pode-se afirmar que “quem não arrisca não tem fé, quem não tem fé não arrisca”.¹²⁷

O segundo componente da oferta diz respeito a sua legitimação social. As obras assistenciais sempre são muito enfatizadas, tanto na imprensa da igreja quanto em suas participações públicas, dando a impressão de utilizá-las como instrumento de legitimação de suas práticas, principalmente as da oferta. Como não há transparência no quanto se arrecada e

¹²⁴ Também aqui sigo Gomes (1996). O autor aborda a Igreja Universal do Reino de Deus, mas sua análise continua apropriada para a IRC, de acordo com os dados que consegui coletar.

¹²⁵ Observação do culto Arepe de 18.12.2006.

¹²⁶ Essa chave de leitura encontra-se em Gomes (1996, p. 263).

¹²⁷ Gomes (1996, p. 264).

no quanto se investe nessas obras, não há como saber a realidade ou veracidade desse discurso. É comum a frase “veja quantas vidas nós salvamos”, e alguns testemunhos são fundamentais para sustentar essa afirmação.

Com respeito à prosperidade advinda da dinâmica da benção, os entrevistados sempre ponderam que não é algo meramente material, sendo os bens materiais apenas um de seus frutos. Outras manifestações de prosperidade são a boa saúde, a harmonia familiar, o estado de felicidade e, de modo mais geral, a cura (ou nos termos da IRC, a restauração) do que denominam vícios (como as drogas, a homossexualidade e a devassidão).¹²⁸

Esse ponto merece um pouco mais de atenção. É possível se afirmar que a característica doutrinária distintiva da IRC é sua ênfase na *restauração*, ou seja, no restabelecimento da harmonia da pessoa em todas as suas dimensões, que foram marcadas por experiências negativas. O discurso oficial, entretanto, pode ser interpretado a partir de uma categoria – a *posse* –, ou seja, a obtenção de bens materiais ou imateriais por parte do crente objetivando sua fruição.¹²⁹ Ela é uma categoria fundamental para se compreender a relação que há entre outras categorias, como demônios, cura, ofertas e prosperidade. Esses bens são elementos considerados indispensáveis para o que se pode denominar vida feliz e “em abundância” conforme a “vontade de Deus” – saúde, amor e prosperidade –, e, por isso, os aderentes devem desenvolver a capacidade de *tomar posse* desses bens do mundo. Nessa perspectiva, a restauração apregoada pela IRC pode ser entendida como uma forma de reintegração de posse, ou seja, de retomada daquilo que por direito cósmico é devido ao fiel; os demônios, por meio de suas ações maliciosas, detêm ou postergam a possibilidade da posse; a prosperidade em geral pode ser entendida como o acesso desobstruído às posses; a cura e os milagres são o resultado dessa prosperidade no campo da saúde; as ofertas podem ser entendidas como o método de desobstrução; fidelidade e risco seriam os multiplicadores da prosperidade no tempo e na quantidade; as igrejas e os eventos são os espaços onde ocorrem as desobstruções; e a “vida abençoada” é o estado do fiel próspero.

Há mais cinco elementos do discurso que podem ser mencionados. O primeiro é o uso constante da idéia do sobrenatural como um recurso para a resolução dos problemas: “[...] você vai viver o sobrenatural [...] hoje você recebe uma vitória sobrenatural”.¹³⁰ Enfatiza-se que os problemas não são resolvidos unicamente pela ação humana, mas dependem fortemente da ação divina, e que o sobrenatural se manifesta naquele que é fiel.

¹²⁸ São comuns relatos que utilizam o binômio destruição-restauração, como em “minha família estava destruída e agora está restaurada”.

¹²⁹ Sugerida por Gomes (1996).

¹³⁰ Frases proferidas no culto de 06.11.2006 na sede da IRC.

O segundo elemento são as categorias quantidade/qualidade.¹³¹ A primeira expressa que algo é melhor que outro pela quantidade ou maior número – seja de oferta (maior a oferta, maior a prosperidade), de expansão de igrejas, de número e conversão de fiéis, ou milagres realizados –, e pode ser caracterizada como “busca por resultados”. A segunda categoria – qualidade – afirma a superioridade da raridade, do excepcional e do difícil, e enfatiza a especialidade dos fiéis da IRC porque são um “povo escolhido, abençoado” e por isso obtêm coisas fora do comum, como o crescimento da empresa em uma situação muito adversa.

O terceiro elemento do discurso é relacionado à dimensão temporal.¹³² Na IRC, o presente é o tempo da conversão, do sagrado, como na frase acima, “hoje você recebe [...]”, e a palavra “agora” é muito mencionada: o chamado de Deus deve ser atendido imediatamente. O passado é o tempo do profano, das crises, do domínio demoníaco, enquanto o futuro é o da promessa, que chegará o mais rapidamente possível.

O quarto elemento diz respeito ao uso dos testemunhos como argumentação pelo exemplo.¹³³ Lidos nos cultos ou relatados como experiências dos próprios pastores ou bispos que estão ministrando o culto, tais testemunhos são identificados como “experiências concretas”, e, por isso, não há razão para contestá-los. Como um bispo enfatizou ao ler um testemunho, “contra fatos não há argumentos”.¹³⁴ São redigidos ou relatados de modo a ter um início funesto e um final triunfante mediante a bênção divina conseguida por atos de sacrifício e risco relacionados às ofertas, e, com isso, é construído um “discurso cujo principal efeito de sentido é o de que tudo pode mudar para melhor, com a experiência da presença ativa do Espírito Santo”.¹³⁵

Finalmente, o quinto elemento é o uso constante de textos do Antigo Testamento nos cultos, comunicações e campanhas. Um bispo entrevistado esclareceu que tais textos são utilizados para servirem de ilustrações. Além de uma representação de poder, o Deus do Antigo Testamento “[...] remunera a piedade dos seus já *nesta* vida”.¹³⁶ É interessante notar que todas as passagens bíblicas citadas pelo entrevistado, referentes à Teologia da Prosperidade, foram retiradas do Antigo Testamento, como as que se seguem: riqueza e usufruto dos bens adquiridos (Eclesiastes 5, 19); relação entre prosperidade e bênção (Gênesis 26, 12); ser próspero tendo a conduta pautada na palavra de Deus (Salmo 1); e, sobre a oferta

¹³¹ Aqui sigo Selivon (2004, p. 92-95).

¹³² Aqui também sigo Selivon (2004, p. 102-103).

¹³³ Selivon (2004, p. 116-118).

¹³⁴ Culto em 09.10.2006 na igreja de Alphaville.

¹³⁵ Selivon (2004, p. 117).

¹³⁶ Weber (2004, p. 149).

(Malaquias 3, 10). Em contraste, a crença na guerra espiritual está fundamentada em uma passagem do Novo Testamento, na Carta de Paulo aos Efésios 6, 12.

Em relação à ética da IRC,¹³⁷ em contraste com a ética pentecostal, pode ser caracterizada como mais flexível, menos ascética, mais pragmática e mundana.¹³⁸ Sobre a *ascese*, porém, requer-se um ponto de atenção. É certo que os “sinais exteriores de santidade” – como o modo de se vestir e de se comportar – são bastante liberais, em comparação com os pentecostais tradicionais, sendo substituídos por roupas de marca gospel e camisetas com *slogans* da igreja. Porém, conservam a defesa da abolição do uso de bebidas alcoólicas, fumo, sexo antes e fora do casamento, homossexualismo e masturbação. Além disso, há dedicação de boa parte do tempo a atividades da igreja, tais como cursos, cultos, auxílio na organização da igreja, atendimento, participação como voluntário em obras assistências da igreja, entre outras. A sugestão de uma menor ascese talvez esteja no fato de a igreja tratar bem mais questões do “sofrimento humano e sua associação com a falta de ‘determinação’ do crente para exigir de Deus a resolução dos problemas”.¹³⁹ Como afirmou um dos entrevistados, a IRC deveria ser chamada não de igreja, mas de pronto-socorro, diante do grande número de pessoas que a procuram com algum problema físico ou emocional.

Outra característica da ética neopentecostal da IRC é a valorização do consumo e fruição de bens. Enquanto o protestantismo ascético como descrito por Weber levava à valorização do trabalho metódico – cujo resultado externo da desobstrução da ambição do lucro com a restrição ao consumo foi a acumulação do capital por meio da “coerção ascética da poupança”, que favoreceu o emprego de parte do lucro na produção (o investimento do capital) –, os neopentecostais aderentes à Teologia da Prosperidade, além da acomodação a esse mundo – ao valorizarem os símbolos de prestígio –, desejam e procuram enriquecer, consumir os bens e serviços que essa riqueza proporciona, e desfrutar de suas posses materiais. Em outras palavras, a desobstrução moral do consumo de bens demonstrativos¹⁴⁰

¹³⁷ Aqui eu gostaria de recordar dois pontos importantes em Weber. Como bem lembrado por Swedberg (2005, p. 246 e 253), Weber sugere que a religião e a economia estão relacionadas entre si mediante a avaliação moral das atividades econômicas, e que a fé religiosa consegue influenciar a conduta de vida não a partir da doutrina, mas dos prêmios psicológicos específicos (não de caráter econômico, afastando-se do modelo do homem econômico racional) que são oferecidos de acordo com determinados comportamentos suscitados pela religião.

¹³⁸ Mariz e Machado (2005, p. 257) abordam a ética neopentecostal da IURD, que, de acordo com os meus dados, possui semelhanças bastante acentuadas, nesse particular, com a IRC, e, por isso, as sigo em alguns pontos. Esta parte do trabalho tem por referências Weber (2002a, 2004), Swedberg (2005), Mariz e Machado (2005), e Mariz (1988, 1994, 2001).

¹³⁹ Mariz e Machado (2005, p. 257).

¹⁴⁰ Adoto a distinção feita por Ramos (1989, p. 103) entre bens e serviços primaciais e demonstrativos. Bens primaciais, cujo consumo muito provavelmente é aceito pela linha pentecostal ascética, são aqueles que “atendem às limitadas necessidades biofísicas de alimento, abrigo, vestuário, transporte e de serviços elementares que ajudam o indivíduo a se manter como um organismo sadio e um membro ativo, no

contrariou o ascetismo puritano ou o ideário da busca de uma vida santificada, como descrita por Weber,¹⁴¹ passando à valorização de uma vida abençoada. Em outros termos, enquanto o desfrute da riqueza era uma ameaça ou a desistência de uma vida santa, para os neopentecostais da IRC tal desfrute é a *própria* vida santa.

Indo um pouco mais além, um elemento inovador pode ser tirado da analogia do conhecido esquema de Karl Marx: D-M-D' e D-D', com $D' = D + \Delta D$. Os calvinistas estariam para D-M-D', ou seja, o acréscimo do dinheiro investido passaria pelo setor produtivo, cujo M seria a organização racional do trabalho e da empresa, a vida ascética e a valorização do trabalho por meio do dever profissional, e ΔD simbolizaria a confirmação de sua predestinação devido a sua capacidade de acumulação de riqueza. Penso que a Teologia da Prosperidade possui uma forte tendência a suprimir M e se aproximar de D-D' porque as ofertas em dinheiro irão retornar em quantidades maiores devido ao contrato religioso estabelecido com Deus, intermediado pela oferta, sem a ênfase de um estilo de vida ascética por meio do trabalho metódico. A intermediação dessa relação é feita pela igreja, e, devido a isso, a dinâmica “dar para receber” pode ser entendida como doar x à igreja para receber $y.x$ (sendo y um multiplicador bastante generoso) de Jesus.¹⁴² Dessa forma, estabelece-se um contrato que possui afinidades com elementos de economia financeira.¹⁴³

Isso leva ao questionamento da ética do trabalho. Há ainda a importância da idéia de vocação? Ao que tudo indica, essa idéia é valorizada na mesma medida que na sociedade, ou seja, não percebi alguma particularidade na IRC a esse respeito, pelo menos nos termos em que Weber tratou. O que pude perceber é que, enquanto para um protestante ascético era fundamental a comprovação de que era o *eleito* – e sua consequência social todos conhecemos –, para o neopentecostal da IRC o fundamental é se tornar um *abençoado*. Dessa forma, a “comprovação da salvação do indivíduo”, expressão usada por Weber, pode ser entendida

funcionamento da sociedade”. Bens demonstrativos são aqueles que “visam, principalmente, a satisfação dos desejos que têm os indivíduos de exprimir seu nível pessoal, relativamente à estrutura de *status*, sendo seus desejos concebidos em termos sociais e ilimitados”, e que estão incluídos os bens e serviços de luxo.

¹⁴¹ “Quando se folheia o *Descanso eterno dos santos*, de Baxter, ou seu *Christian Directory*, [...] o que à primeira vista salta aos olhos nos juízos sobre a riqueza e sua aquisição é justamente a ênfase nos elementos ebionitas [refere-se a uma vida de pobreza] do Novo Testamento. A riqueza como tal é um grave perigo, suas tentações são contínuas, a ambição por ela não só não tem sentido diante da significação suprema do reino de Deus, como ainda é moralmente reprovável. [...] Poderíamos amontoar à vontade os exemplos de condenação da ambição de ter bens e dinheiro que dá para tirar dos textos puritanos [...] Efetivamente condenável em termos morais era, nomeadamente, o *descanso* sobre a posse, o *gozo* da riqueza com suas consequências de ócio e prazer carnal, mas antes de tudo o abandono da aspiração a uma vida ‘santa’” (Weber, 2004, p. 142-143, ênfase do original).

¹⁴² Adaptado de Gomes (1996, p. 239).

¹⁴³ Mariz e Machado (2005, p. 260) já haviam notado que “analisar a Teologia da Prosperidade do ponto de vista weberiano [...] pode ajudar a entender o crescimento dessas igrejas. Afinal, essa teologia parece expressar uma fase do capitalismo, a financeira, bem distinta daquela em que a ética pietista prevaleceu: a da industrialização”.

como “comprovação da vida abençoada” ou, a continuarmos a utilizar a expressão original, devemos entender que a salvação está mais para a libertação das ações retentoras demoníacas – ou, de modo sucinto, a restauração – do que ser partícipe do Reino dos Céus. Essa comprovação se dá nos resultados alcançados, na prosperidade, que pode ser objetivamente quantificada ou conhecida. Por sua vez, a prosperidade não é explicada somente pelo trabalho. Além dele, o fiel deve contar com o apoio divino (garantido pela oferta) e a determinação pessoal (fidelidade), o que leva a um entendimento mais livre do que aquele que houve no deslocamento de atenção do trabalho metódico para a oferta metódica. Certamente que o trabalho é importante, mas, no que pude alcançar por meio da coleta de dados, é tão valorizado quanto na sociedade além fronteiras da IRC. Contudo, o que é decisivo para a posse da prosperidade é a determinação, a autoconfiança e a fé, o que implica disciplina, risco e investimento.¹⁴⁴

Há três pontos importantes aqui. O primeiro é que a determinação está relacionada ou é incentivada pela valorização da fidelidade por parte do aderente. Como a fidelidade é estritamente pessoal e unicamente com Deus,¹⁴⁵ isso leva a uma ênfase intencional na busca da salvação individual, e, por conseqüência, numa busca de enriquecimento individual.

O segundo refere-se à autoconfiança. Ao tratar do protestantismo ascético, Weber chama a atenção para a incerteza do indivíduo em saber se é um dos predestinados, levando-o à busca da comprovação. Na versão da Teologia da Prosperidade e da guerra espiritual, a incerteza é um indicativo de derrota, uma falta de fé que daria brechas para a ação do Demônio, pois uma de suas ciladas é a inseminação da dúvida (“[...] estou seguro porque tenho a promessa de Deus [...] Não ouça as palavras do diabo [...] o diabo cria temor, fraqueza, faz com que larguemos o que temos que fazer”¹⁴⁶) e o ponto de chegada da vida abençoada é a vitória, o sucesso. Sobre isso não poderia deixar de citar uma passagem de Tawney (1971, p. 188) que pode servir de inspiração para se pensar essa questão. Em seu livro, ele descreve o novo mundo que estava surgindo e afirma que: “Assim, o epitáfio, que coroa a vida do que é chamado sucesso, zomba dos sonhos em que a juventude ansiava, não por sucesso, mas pelo *glorioso fracasso* do mártir ou do santo”. Parece-me ser possível interpretar esse trecho no sentido de que o novo mundo não apenas trouxe o ideal ascético intramundano (como em Weber), mas também (ou como uma conseqüência) do ideal de *sucesso* intramundano porque “estando no mundo não sendo do mundo” era um critério que

¹⁴⁴ Mariz e Machado (2005, p. 269).

¹⁴⁵ Num dos cultos Arepe (09.10.2006), o bispo enfatiza que a “aliança” é apenas com Deus e não com as outras pessoas, pois podem divergir.

¹⁴⁶ Trechos da fala do bispo na reunião da Arepe (09.10.2006).

abarcava perseguições, morte por um ideal, e que teria como apoteose o que Tawney designa como “glorioso fracasso”. Na IRC, o sucesso intramundano é o critério para a vida santa, e o fracasso é visto como demoníaco. É comum se afirmar entre os neopentecostais da IRC que se a empresa não está indo bem é porque não está “nos passos de Deus”. Dessa forma, talvez possa afirmar que a ética neopentecostal, além da dimensão deontológica, possui uma forte dimensão consequencialista, ou seja, enfatiza no resultado o critério da ação de Deus, atribuindo ao sucesso (ou seja, a um bom resultado) a moralidade e aceitação da ação.

O terceiro componente é que essas compreensões da realidade material e espiritual desembocam na valorização do dever não mais unicamente nas profissões mundanas, mas – e talvez acima desses – o de participar ativamente das atividades da igreja.¹⁴⁷ Os dados indicam que a auto-realização moral dos indivíduos está em mostrar os sinais de prosperidade entre os outros e apontar tais sinais como fruto de sua participação na igreja, que, por sua vez, é uma forma de mostrar que sua vida é abençoada ou está em vias de o ser. E aqui há dois movimentos. Um primeiro, em que os fiéis levam para a igreja tecnologias ou conhecimentos do mundo profano de suas atividades profissionais ao trabalharem nas atividades da igreja, como as obras assistenciais e os mais variados ministérios; e um segundo, em que as pessoas levam a “tecnologia religiosa” (principalmente relacionada à Teologia da Prosperidade e à guerra espiritual) de dar sentido à realidade para os seus espaços de trabalho, e, dessa forma, “impregna-se de sentido religioso uma esfera da vida normalmente situada fora da influência religiosa, nesse caso a econômica”.¹⁴⁸

Para finalizar, não há uma contradição ou tensão entre o “espírito capitalista” e a ética econômica neopentecostal. Para Weber, os interesses ideais (ou espirituais) e os interesses materiais (ou econômicos) se reforçavam mutuamente, a ponto de facilitar uma inovação econômica, no caso, o capitalismo racional. No caso da ética pentecostal, há afinidades com o capitalismo atual, há um reforço mútuo, mas que se destaca mais na dimensão do consumo do que da produção (este último, no caso do protestantismo ascético). Não percebo que essa relação seja um fator ou elemento de aperfeiçoamento do capitalismo, havendo apenas um “andar lado a lado”, sem conflitos. Sugiro que, dadas essas características, a ética neopentecostal da IRC representa mais o *tradicionalismo*, no sentido de “manter as coisas como estão”, muito bem adaptado ao contexto econômico atual.

¹⁴⁷ Sobre a participação dos empresários nas atividades na igreja, discorro na seção seguinte.

¹⁴⁸ Siepierski (2001, p. 213).

4.2.4 Empreendedor apostólico

“Bem-aventurado o homem que não anda segundo o conselho dos ímpios, nem se detém no caminho dos pecadores, nem se assenta na roda dos escarnecedores. Antes tem o seu prazer na lei do SENHOR, e na sua lei medita de dia e de noite. Pois será como a árvore plantada junto a ribeiros de águas, a qual dá o seu fruto no seu tempo; as suas folhas não cairão, e tudo quanto fizer prosperará.” Salmo 1, 1-3.

O desdobramento do discurso da IRC no campo profissional é a crença de que ser bem-sucedido nos negócios requer não apenas a competência profissional e a racionalidade administrativa, mas algo que é bem mais primordial: a bênção de Deus. E para obtê-la é imprescindível que as ofertas para Deus sejam feitas, sendo a igreja a intermediária nesse processo. Dito de outra forma, o sucesso e o lucro, ou, em termos gerais, a boa *performance* empresarial, são considerados sintomas da *performance* espiritual,¹⁴⁹ que permite a intervenção do poder sobrenatural de Deus. É pressuposto que realmente o mundo espiritual determina o mundo material. Portanto, antes de tudo, os homens devem ser “guerreiros espirituais”, para que a dádiva divina seja desbloqueada pelas entidades demoníacas por meio de rituais e atividades religiosas – tais como jejum, orações, participações nos cultos e ofertas –, adicionalmente à consagração dos instrumentos de trabalho ou do local. Dessa forma, “é através da participação das práticas rituais da Igreja que o fiel passa a ‘ter Jesus como sócio’ e é marcado para o sucesso financeiro”.¹⁵⁰ Essas ações são vistas como uma estratégia – “tudo é estratégia”¹⁵¹ – porque se está numa guerra.

O mundo é visto como corrompido e decaído, e o mercado (a palavra empregada pelos entrevistados é exatamente esta: mercado) é um reflexo desse mundo, devendo-se, portanto, considerar essa realidade “como ela é” – com a sua lógica e racionalidade econômica – e não tentar modificá-la, ou ainda, melhorá-la em busca de justiça social.¹⁵² Entretanto, se o mercado é corrompido e corrupto, o empreendedor deve agir no mercado sem se corromper. Para isso, ter a Bíblia como orientadora de suas ações é fundamental, pois ela é a “boca de Deus”.¹⁵³

¹⁴⁹ Inspirei-me numa passagem de Weber (2004, p. 258).

¹⁵⁰ Mesquita (2003, p.100).

¹⁵¹ Como afirmou um dos entrevistados.

¹⁵² O tema da justiça social parece passar ao largo entre esses neopentecostais. Não posso dizer que é a única, mas com certeza a mais importante, justiça é a divina, que, dentro das condições normais de “temperatura e pressão” da fé, distribui os bens terrenos de maneira mais justa possível. Essa idéia considera que o indivíduo é o único responsável por essa justiça e, para obtê-la, deve guerrear espiritualmente.

¹⁵³ Como afirmado por um dos entrevistados.

Acreditam eles que a Bíblia é atual na maneira como orienta os negócios e que precisaria apenas de algumas adaptações, tarefa que cabe à igreja. Um dos entrevistados utilizou dois exemplos do Antigo Testamento para exemplificar a capacidade da Bíblia de dar conta, inclusive, do mundo dos negócios. Um deles foi o livro do Gênesis, no qual pode se interpretar que Deus criou Adão também como um administrador, e que ele, Adão, possuía tamanha capacidade de gestão que conseguiu nomear todos os animais e seres animados do mundo.¹⁵⁴ O segundo exemplo foi que Davi, eleito por Deus para ser rei, pode ser considerado um empresário e, como tal, foi um grande empreendedor ao ampliar imensamente seu reino, sendo bem-sucedido em seus negócios e riquíssimo.

Para esse tipo de empreendedor há um termo específico na IRC: *empreendedor* ou *empresário apostólico*.¹⁵⁵ Sua conduta é pautada na doutrina da igreja, e possui o objetivo geral de ser próspero.¹⁵⁶ De modo mais pormenorizado, possui os seguintes objetivos: suprir sua família (porque acreditam que a principal prioridade é a família) e a igreja; ser *empreendedor* (os entrevistados definiram como aquele que “faz tudo para ser bem-sucedido”, de acordo com a doutrina); e conquistar bens materiais (“ter” é uma consequência de “ser” – servo, ter benção, “limpo” nas intenções). Um dos entrevistados definiu empresário apostólico como “aquele que não tem medo do desafio, enfrenta todas as dificuldades com muita coragem”, ou ainda, “é aquele que persevera, segura, vai para a frente, é ousado, agressivo (no bom sentido), agarra as oportunidades, não é acomodado, é um ‘empreendedor’”. Não se conforma com o presente, é um ‘inconformado’”. De fato, o termo “empreendedor” é bastante utilizado, tanto nos cultos da Arepe quanto nas palestras e seminários, sempre no sentido de “se pôr em ação” no campo empresarial, fazer algo que está além do comum entre os empresários. Como na afirmação do entrevistado, o empresário apostólico não é um mero empresário, ele é um empreendedor. Melhor ainda, não é um mero empreendedor, é um empreendedor que conta com a propriedade sobrenatural da fé. São empreendedores que sacralizam o cotidiano.

Essa propriedade é muito enfatizada pela IRC e pelos empreendedores. Um dos entrevistados afirmou que já ocorreram fatos que ele denomina milagres,¹⁵⁷ tais como pagamentos de dívidas de clientes inadimplentes há muito tempo e num momento em que mais necessitava desse pagamento. Outro relata que havia “perdido tudo” após oito meses de

¹⁵⁴ Gênesis 2, 19-20.

¹⁵⁵ São utilizados os dois termos.

¹⁵⁶ Segundo um dos entrevistados, essa orientação está embasada biblicamente em Salmo 1 (veja a epígrafe dessa subseção).

¹⁵⁷ Na verdade, ele denominou “milagres de forma sobrenatural”, mas acredito seja uma expressão redundante.

seu batizado na IRC porque continuava a viver no pecado, e, por isso, o Diabo atuou em sua vida. Após a retomada de sua fé, a empresa começou a obter melhores resultados e teve um grande crescimento em um ano (aumento de 19 para 50 funcionários), que ele atribui aos votos a Deus, ao pagamento do carnê do Gideão e às ofertas realizadas. E completa afirmando que acontecem fatos sobrenaturais nos negócios, de modo que “se você chega como servo de Deus [em um cliente], você fecha o negócio”, e nos negócios, “o Espírito Santo fala com você”. A atuação do Espírito Santo é referente ao pedido de discernimento, em oração do fiel-empREENDEDOR, para que seja feita a vontade de Deus naquele momento, porque como “Deus não gosta que a gente retroceda”, Ele “[...] não te coloca em projetos furados”. E complementa: “Quando se está no caminho de Deus, se consegue tudo”. Um terceiro caso, de outro empreendedor, afirma que há um “mover sobrenatural” em seus negócios, pois não entende como tudo dá certo para ele. Por exemplo, diz que não consegue explicar a experiência que teve de receber uma oferta de crédito a juros muito mais baixos que no mercado.

Nesse ponto, é importante sublinhar que “é preciso notar [...] que tal compreensão das circunstâncias do mercado que não lhes proporciona as condições necessárias para a solução dos seus problemas é mediada pela busca do transcendente [...] que pode auxiliá-los mediante as incertezas da vida e dar-lhes a segurança de que necessitam”.¹⁵⁸ E esse mecanismo é tão eficiente que os entrevistados mostraram sempre muita confiança em si e no mundo espiritual. Tanto que alguns afirmaram que, antes de se preocuparem com o mercado (como a desvalorização do dólar, por exemplo), preocupam-se primeiramente com a vontade de Deus, porque, para um fiel, ser bem-sucedido no primeiro é consequência do discernimento do segundo, ou, como um dos entrevistados enfatizou, “a estratégia é espiritual e tem consequências no material”. Essa fé é traduzida no proferimento constante da frase “milagre não se explica, se vive”, geralmente acompanhada de relatos como este: “[...] não sei como consegui as coisas, não tenho capacidade para tudo o que tenho”.

Em termos mais gerais, posso sugerir que essa fé na atuação divina se traduz em expectativas positivas e otimistas, ensinando aos empreendedores a convivência com o risco de suas ações empresariais, ou seja, a conviverem com o que não pode ser resolvido imediatamente (ou talvez nunca), sem se deixarem angustiar pelas incertezas, pois uma “pessoa de fé” não se deixa abalar facilmente. Ainda mais: nessa perspectiva, as dificuldades são consideradas como coadjuvantes do sucesso, porque “quanto maior o desafio, maior o

¹⁵⁸ Mesquita (2003, p. 137).

peso da vitória”,¹⁵⁹ e a perseverança é o elemento-chave para esse sucesso. Isso significa que eles devem traçar objetivos bem claros, sem se preocupar demasiadamente em como esses objetivos serão atingidos, porque terão a “bênção liberada” caso tenham fé e consagrem a oferta.¹⁶⁰ Talvez aqui seja possível se afirmar que há um elemento irracional na ação econômica do empreendedor,¹⁶¹ qual seja, sua esperança (sem bases racionais, no sentido de articulação dos meios com os fins) de que “tudo vai dar certo” devido à ação divina, e a crença de que provavelmente não conseguiria atingir seus objetivos de outra forma. As dificuldades, os riscos e as incertezas são todos subjetivamente amenizados pela certeza de que “vencerá, em nome de Jesus” e não tanto pelo controle, planejamento, metodização e previsibilidade da racionalidade econômica. É interessante notar que há uma orientação valorativa baseada na racionalidade substantiva, que, entretanto, não é exclusiva porque a ação desses empreendedores visa não apenas o cumprimento de um dever em si, mas o alcance de seus objetivos, que são muito claros. Dessa forma, não há tensão alguma entre essas duas racionalidades. Ambas se complementam.

Dois padrões nas biografias pessoais e da empresa me chamaram a atenção e estão relacionados ao “antes e depois” de entrar para a IRC. O primeiro padrão é uma situação anterior de problemas graves pelos quais os empreendedores estavam passando, tais como dependência de drogas,¹⁶² problemas psiquiátricos, angústias existenciais (falta de sentido da vida) e problemas econômicos (expressas pela frase “havia perdido tudo”). Ao realizarem a experiência da conversão – pela qual todos os entrevistados passaram –, conquistaram a “libertação de seus vícios e de seus pecados”, que entendiam serem as fontes de sua condição, e adquiriram um “novo estilo de vida, uma nova concepção de mundo, de eu, de liberdade, enfim uma nova *episteme* [...]”¹⁶³, como sintetizado em uma frase de um dos entrevistados: “Jesus me tirou do pó”. Ou ainda, “a conversão possibilita a reinterpretação da biografia, das experiências anteriores, fomentando a transformação e a redefinição da identidade, tanto na vida secular quanto na religiosa”.¹⁶⁴ Todos os entrevistados consideram a conversão como o marco zero da retomada de suas vidas e do desenvolvimento positivo de seus negócios (“era drogado, estava falido e Deus restaurou”). O segundo padrão, relacionado ao anterior, é a

¹⁵⁹ Fala de um dos entrevistados.

¹⁶⁰ As três últimas frases foram baseadas em Mesquita (2003, p. 107).

¹⁶¹ Inspirado na observação de Swedberg (2005, p. 80).

¹⁶² Aliás, este tema é muito recorrente entre aqueles que contam suas experiências, entre eles bispos e pastores. A droga e o combate ao seu uso é um elemento central na biografia da IRC. Por exemplo, a campanha nacional da IRC “Sou careta. Drogas, bah!”, que contou com a participação de artistas famosos.

¹⁶³ Mariz (1994, p. 208). Sugiro esse trabalho de Mariz para se entender o processo, fatores para a conversão e sua característica racional em uma igreja pentecostal.

¹⁶⁴ Mesquita (2003, p. 106).

afirmação de que as “coisas boas” foram conseguidas após a conversão e de acordo com o comprometimento nos rituais e nas ofertas. Alguns destacaram que atualmente são menos ricos em termos financeiros do que antes de entrar na igreja, mas são mais ricos levando em conta todas as outras dimensões.

Com o intuito de ilustrar a força da conversão e o seu impacto na conduta do empreendedor, a seguir reproduzo um trecho de uma resposta via e-mail que recebi de um entrevistado ao ser indagado sobre as mudanças ocorridas em sua vida:

Aprendemos a ter mais maturidade;
Aprendemos que existe um mundo espiritual;
Aprendemos que as coisas não acontecem pela nossa força simplesmente, pois entendemos que as nossas pequenas mãos não podem mudar o mundo;
Aprendemos que somos dependentes de Deus;
Aprendemos que temos que fazer a nossa parte e temos a consciência de que Deus fará a Sua parte, pois as coisas não caem do céu;
Aprendemos que existe uma lei espiritual de que nós colhemos aquilo que plantamos;
Aprendemos a semear em terra fértil;
Aprendemos a ser mais pacientes;
Aprendemos que as pessoas têm sentimentos e precisam de atenção e amor;
Aprendemos que outras pessoas não só da nossa família precisam de nós;
Aprendemos que precisamos doar parte do nosso tempo para obras assistenciais;
Aprendemos que precisamos repassar tudo aquilo que aprendemos na igreja para que não sejamos um mar morto (receber → dar → receber → dar ...);
Aprendemos que a verdadeira prosperidade vem de Deus;
Aprendemos a ganhar e valorizar o dinheiro;
Aprendemos que o ímpio (aquele que pratica iniquidades) não irá bem;
Aprendemos que precisamos guerrear e vencer no mundo espiritual, pois a nossa luta não é contra a carne e nem o sangue, mas sim contra principados e potestades no mundo espiritual;
Aprendemos a orar, clamar, jejuar;
Aprendemos a louvar a DEUS;
Aprendemos a unção de DEUS sobre as nossas vidas nos habilita e capacita a fazer coisas que a princípio não saberíamos nem por onde começar;
Aprendemos a respeitar os mais velhos, os mais sábios, os mais ungidos;
Aprendemos a respeitar e valorizar os nossos pais;
Aprendemos a respeitar e valorizar o nosso país (no nosso caso, Brasil);
Aprendemos a entender o que está acontecendo no Oriente Médio;
Aprendemos a ter segurança com relação à vida após a morte;
Aprendemos a ter confiança em DEUS;
Aprendemos a conhecer DEUS PAI, FILHO e ESPÍRITO SANTO;
Aprendemos a sentir que somos amados por DEUS;
Aprendemos a sentir a dor do outro;
Aprendemos a enxergar os nossos erros, pecados, perdoar e buscar perdão;
Aprendemos a sentir mais leves;
Aprendemos a ser mais felizes;
Aprendemos a ser mais mansos;
Aprendemos a ser menos ansiosos;
Aprendemos a sentir mais paz no nosso interior;
Aprendemos a envelhecer;
Aprendemos a ter mais equilíbrio emocional;
Aprendemos a ter mais controle mental;
Aprendemos a ser mais humildes;
Aprendemos a agradar mais a DEUS fazendo aquilo que sabemos que ELE gosta;
Aprendemos que devemos prestar culto a DEUS, louvando, orando, ouvindo a Palavra;

Aprendemos a profetizar aquilo que traz vida e não morte em nome de Jesus;
Aprendemos o significado e valor da ressurreição;
Aprendemos a viver a cada dia;
Sempre estamos aprendendo...

Os empreendedores se tornam bastante comprometidos em atividades da igreja, em seus programas assistenciais e nos ministérios. Existem várias formas de participação. Além da contribuição financeira e do consumo de bens e serviços de empresas vinculadas à Fundação Renascer, é comum se dedicarem dois ou mais períodos por semana para essas atividades. Para ilustrar, um dos entrevistados afirmou que frequenta a igreja de quatro a cinco dias por semana e que participa das seguintes ações e programas: Expresso da Solidariedade, que fornece alimentos a moradores de rua; realiza um trabalho social nas quintas-feiras de arrecadação de mantimentos; uma semana ao mês (terça, quarta, sábado e domingo) trabalha com diaconia (apoio aos cultos e assessoria aos ministrantes); atua no SOS Vida; e participa do grupo que realiza visitas a presídios (feminino e polícia civil). Um outro caso é a de um empresário que disse que estava abastecendo seu carro no início da tarde – era em torno das 14h00 – e ao ouvir a voz de Deus se dirigiu à igreja, chegando às 15h30. Uma de suas tarefas foi visitar, juntamente com um grupo, uma pessoa com câncer que estava em fase terminal. Segundo ele, após as orações, a pessoa conseguiu se reanimar, e, em tom de brincadeira, exclamou que “Jesus está bombando!”. Outra forma de participação é a realização de cursos no Centro de Estudos Renascer para o aprimoramento da doutrina e das práticas eclesiais. É comum os empresários se tornarem membros da estrutura eclesial: há diáconos, presbíteros e bispos.

Além de os empreendedores trabalharem voluntariamente na igreja e de se inserirem na estrutura eclesial, desenvolvem também entre si uma forma de solidariedade. Há casos de empresários que, por atuarem nos mesmos grupos de ação assistencial, estreitaram seus laços e passaram a trocar conhecimentos não apenas religiosos, mas também técnicos. Pelo que consegui apreender, a troca de conhecimentos técnicos se circunscreve a pequenas dicas e orientações de negócios, e as vantagens decorrentes nesses casos é uma consequência – desejável, mas não inteiramente intencional.¹⁶⁵ Alguns dos entrevistados afirmam que fazem orações juntos e esporadicamente prestam pequenos serviços religiosos uns aos outros, como um caso em que um dos entrevistados foi abençoar a empresa de outro empreendedor, colocando um óleo (denominado “óleo ungido”) ao redor de sua empresa.¹⁶⁶

¹⁶⁵ Mesquita (2003, p. 164) chega a uma conclusão semelhante.

¹⁶⁶ Como é comum em relatos como esses, afirma-se que após a bênção “as vendas aumentaram extraordinariamente”.

Além do apoio prestado pelos empreendedores à igreja, por meio de trabalho voluntário, dízimo e ofertas, do desenvolvimento de sua educação religiosa, por meio dos cursos, e da ajuda realizada informalmente entre os empreendedores, devido à convivência nos mesmos projetos e ações, há a criação de espaços e disponibilização por parte da igreja de recursos organizacionais aos empreendedores que foram criados intencionalmente para esse fim. A seguir tratarei desse assunto.

4.2.5 Disponibilização dos recursos organizacionais

A valorização do empreendedorismo na IRC, manifestada principalmente na categoria de empresário apostólico, também pode ser encontrada nas estratégias da igreja de criar meios que facilitam as práticas empresariais de seus membros. Considero esses meios como a expressão prática do que a literatura denomina capital social, proveniente da coesão dos laços sociais criados anteriormente nas organizações religiosas, o que, por sua vez, possibilita o surgimento de recursos organizacionais colocados intencionalmente à disposição para seu acesso pelos empreendedores.

A peça-chave para o entendimento da disponibilização desses recursos organizacionais é a Arepe. De acordo com os entrevistados, a associação de empresários ainda está em fase de estruturação. Embora o alcance de sua atuação seja limitado por isso, ela oferece recursos organizacionais, além da igreja como um todo, que merecem ser analisados. Tais recursos estão aqui classificados como simbólicos/culturais, espaços de informação, espaços de formação, e espaços motivacionais/apoio espiritual, que serão abordados mais adiante. Um adendo importante: no decorrer da coleta de dados, notei que a Arepe, como um ministério especial, não tem delimitações muito claras em relação à IRC, ou seja, os espaços e pessoas envolvidos em suas atividades também estão envolvidos em outros ministérios ou atividades da IRC. Quando se fazem determinadas afirmações ou caracterizações da Arepe, há dificuldades em distingui-la enquanto um subsistema organizacional da IRC. Muitas vezes ela assume mais uma forma de *dimensão* da IRC do que de uma organização propriamente dita.

4.2.5.1 Recursos culturais e simbólicos

Os sistemas simbólicos possuem o importante papel de ordenação da vida humana.¹⁶⁷ A IRC oferece recursos simbólicos e culturais que foram criados (ou remodelados), transmitidos e inculcados em todos os outros espaços, no intuito de cumprir essa função. As origens do sistema simbólico em parte são influenciadas pela “camada portadora”,¹⁶⁸ da qual surge a religião, mas, “uma vez estabelecidos como elementos da cultura e ensinados como sistema de crenças de uma religião, têm uma influência formativa nos valores e nas motivações das pessoas”.¹⁶⁹ É nesse sentido que são recursos à disposição, na medida em que o aparato simbólico está acessível ao fiel-empREENDEDOR para dar sentido ao seu mundo.

O sistema simbólico da Teologia da Prosperidade e da guerra espiritual – tendo como seu principal formulador para a IRC o apóstolo Estevam – é o mecanismo de articulação entre o significado das questões mais importantes da vida e as situações banais do cotidiano. Tudo é explicado, e nada é por acaso. Para dar sentido às atribulações do mundo, há uma formulação do mal segundo a qual ele age em qualquer momento e lugar, possui nome, conhecem-se suas razões e manipulações, sabe-se onde ele está, e com isso ele é reconhecido, e por conta disso pode ser combatido. As dificuldades financeiras e empresariais são entendidas não *apenas* pela ciência econômica ou administrativa, mas adicionalmente como resultado das ações demoníacas, que desejam obstruir o fluxo da prosperidade no mundo material. Essas ações precisam ser identificadas, combatidas e neutralizadas, sendo a igreja a fornecedora dessa solução.¹⁷⁰

Dessa forma, os fiéis-empREENDEDORES conseguem objetivar ou explicar a sensação de desordem – tanto em relação à sua vida pessoal quanto ao mundo econômico – e ter acesso a novas maneiras de pensar, agir e sentir.¹⁷¹ E é com esse novo aparato simbólico que o empreendedor tentará compreender seu sucesso ou insucesso empresarial, e que ressignificará a idéia de ser empresário, de risco, de lucro, de empresa, de comunidade, e de sua atuação na

¹⁶⁷ Nesta seção sigo o trabalho de Geertz (1989) e o trabalho empírico de Siepierski (2001). Também estou ciente de que “[...] o símbolo serve tanto para exprimir certas demandas por significados como também [...] constitui tal expressão na medida em que lhes oferece os materiais significantes com que se veiculam as significações visadas pelos interesses e reivindicações dos diversos grupos sociais” (Miceli, 2004, p. LXI).

¹⁶⁸ Weber (2002).

¹⁶⁹ Mesquita (2003, p. 132).

¹⁷⁰ Há várias analogias utilizadas. Segundo um entrevistado, espada significa Palavra de Deus, escudo significa fé, sapatos são os evangelhos da paz, e armadura é couraça da justiça.

¹⁷¹ Siepierski (2001, p. 217) chega a afirmar que há uma “educação sentimental”.

vida social. E essa articulação em um único simbolismo entre a vida econômica e a vida religiosa dá primazia ao que é entendido como sagrado pela IRC, ou, em outras palavras, a mais profana das esferas – a econômica – é inundada pelo sagrado. Mas atenção: não se pode considerar que há uma anulação da distinção entre o profano e o sagrado, mesmo porque “o mundo é decaído”, mas sim há a anulação da diferença entre “o templo e a rua”.¹⁷² As fronteiras das esferas das vidas econômicas e religiosas se mesclam, e seu símbolo maior talvez seja o próprio templo.

Essa mescla, ou melhor, essa sobreposição do profano pelo sagrado pode ser notada em todo o templo: nos seus espaços internos (com lojas), na organização desses espaços e na oferta de serviços referidos pelo *marketing*, seu universo musical (com estilo de música profana), entre outros. Além disso, os templos se estabelecem em antigos espaços de espetáculo ou de comércio, dimensões que não são rejeitadas pela igreja. Há aí uma coerência. Entretanto, há ainda outro aspecto: é comum que os espaços comprados ou alugados estejam em situação de abandono ou decadência. Os cinemas de rua são um caso típico. Levando-se em conta o perfil das pessoas que procuram essas igrejas, no sentido de procurarem ajuda, de melhorarem de qualidade de vida, há um forte elemento simbólico de que naquela igreja se conseguiu “revitalizar” seu espaço, foi possível tirá-lo de uma situação de decadência e deterioração para a de um templo em franca ascensão, cujo vetor sempre é apontado do menos para o mais, do decadente para o apogeu, e que circunda o crente, deixando-o imerso em um ambiente simbólico de prosperidade.

Para o empreendedor, aprender que as forças espirituais que determinam o mundo estão ao seu alcance e que, ao alcançá-lo, a dinâmica dos acontecimentos no mundo material se torna sempre um vetor de menos para mais prosperidade, faz com que ele sinta que está tomando para si o seu destino, o qual antes era interpretado e sentido como contingente e à mercê de variáveis econômicas inalcançáveis pelas suas ações e desejos. Agora tudo depende de Deus, e o que o empreendedor precisa é ter acesso a esse mundo do necessário por meio dos mecanismos aprendidos na igreja. Definitivamente, aos seus olhos, o mundo – pelo menos o seu mundo: a igreja, a sua casa e a sua empresa – torna-se um lugar mais seguro, compreensível, explicável, ordenado, controlável, previsível e abençoado.

O empreendedor que possui um relativo êxito na sua empresa também recorre a esse sistema simbólico para dar significado à sua experiência. Na IRC, como o sucesso financeiro faz parte da Vontade de Deus, o empreendedor entende-o como um dos elementos do desígnio

¹⁷² Ótima distinção de Siepierski (2001, p. 212).

divino, e, por isso, não há espaço para o sentimento de culpa ou dúvidas: ele é um indicador não apenas de bons procedimentos administrativos, mas de ótimos procedimentos religiosos. E, em vez de escondê-lo, entende que deve comunicar a glória de Deus, e, então, celebra-o. O empreendedor aprende, dessa forma, como deve se sentir a respeito de seu sucesso ou fracasso. Seu lucro, assim como a renda de todos os outros fiéis, deve ser colocado em circulação por meio das ofertas e dízimos porque a equação deve fechar: “Quando você é empresário de Deus e dizimista, Deus cumpre sua palavra”.¹⁷³ Deus dá a prosperidade, mas o ciclo deve se completar na devolução de parte dessa prosperidade por meio da igreja. Dessa forma, o lucro perde sua característica monetária de meio de troca para assumir seu valor sagrado de oferta: ele se torna dom.

O próprio Estevam Hernandez parece ser um recurso simbólico. Denominado apóstolo – que significa “enviado a serviço de” –, constrói sua imagem de representante de Deus – ou, como foi afirmado em um dos cultos, “Deus fala pela boca do apóstolo” –, digno de confiança e qualificado para ser o mediador das palavras de Deus e propagá-las entre os homens, bem como está qualificado para avaliar as atitudes humanas em relação à doutrina criada por ele mesmo.¹⁷⁴ De modo mais incisivo, a IRC é a institucionalização do discurso de Estevam.¹⁷⁵ Como líder carismático (no sentido weberiano), ele dá provas a todo momento de sua sobrenaturalidade ao comunicar e realizar o que, segundo ele, Deus lhe falou. Obtém, dessa forma, “sua legitimidade de si mesmo”.¹⁷⁶

A idéia de criar a Arepe foi uma dessas inspirações ou comunicação divina.¹⁷⁷ Um dos entrevistados mencionou que Estevam, na primeira reunião da associação, surpreendeu a todos quando perguntou “quem vem aqui para ganhar dinheiro?” para mostrar que o “pecado do capitalismo” não existe na IRC e que o enriquecimento é compatível com a esfera religiosa, e desejável por ela. Tanto essa postura como outras ações – tais como a liberalização dos costumes, o uso de estilos de música profana na música gospel, coreografias durante as músicas no culto, o uso intensivo da mídia eletrônica, a organização de megaeventos e exposição pública, o uso de técnicas de *marketing* para a gestão eclesial, e a

¹⁷³ Fala de um dos entrevistados.

¹⁷⁴ Passagem baseada em Selivon (2004, p. 86-87).

¹⁷⁵ Como afirma Siepierski (2001).

¹⁷⁶ Freund (2006, p. 169). É importante ressaltar que a manutenção da legitimidade diante das acusações que vêm se acumulando desde 2002 sobre o casal Hernandez é feita principalmente pela justificativa de que o Diabo está atuando para tentar “acabar com a obra de Deus” e na insistência da idéia de perseguição religiosa. Estevam afirma que o Diabo usa como seus instrumentos a Globo, as revistas *Veja* e *Época* para propagar mentiras a seu respeito, e instrui os fiéis a não assistirem à emissora nem lerem essas revistas. A esse respeito, veja um interessante comunicado de Estevam disponível em <<http://tinyurl.com/yvtbar>>.

¹⁷⁷ Segundo Siepierski (2001).

ampliação da participação da mulher na estrutura eclesial – podem ser interpretadas como o resultado da ação de sua liderança carismática, que rompeu com o tradicionalismo evangélico. De fato, ele é qualificado nas entrevistas, documentários e na imprensa da igreja como possuidor de uma “visão incrivelmente empreendedora”, e um “trabalhador esforçado, visionário, empreendedor, cheio de responsabilidades, arrojado, pessoa honrada, dedicada”, sendo sua trajetória na Itautec sempre ressaltada. Essa imagem de *empreendedor religioso* torna Estevam o portador simbólico dessa atitude, o que, intercalado com o seu discurso, cria um elo de auto-reconhecimento com os fiéis-empresários. Em outras palavras, o seu líder espiritual é alguém semelhante a eles, que os entende e para quem é exemplo.

4.2.5.2 Espaços de informação

São recursos direcionados para os membros da organização, mas cujo acesso é independente do vínculo com a igreja. Um deles é o *site* arepe.com.br, administrado por uma das regionais¹⁷⁸ da IRC e cujos serviços são gratuitos ao usuário. Uma de suas funções é informar os leitores acerca de palestras, cursos, seminários, jantares e outros eventos concernentes às atividades da Arepe nas regionais que as promovem. Quando eles se cadastram no *site*, recebem por *e-mail* novas informações sobre os eventos e notícias que também podem ser lidas via tecnologia RSS. Outra função do *site* é oferecer serviços de cadastramento de empresas – denominada “páginas amarelas” – e cadastramento de ofertas de emprego pelas empresas ou pessoas físicas. Nesse espaço, há a possibilidade de pesquisar possíveis fornecedores ou clientes, bem como os empregos oferecidos, e se candidatar às vagas disponíveis. Atualmente há 110 empresas cadastradas e 60 ofertas de emprego,¹⁷⁹ em sua maioria do setor de comércio e prestação de serviços. No *site* há a advertência de que o uso de seu sistema não é exclusivo para evangélicos, e que o único pré-requisito é que “você tenha um sonho e um desejo de crescer profissionalmente”. Isso remete à possibilidade de a rede criada por meio do *site* – que por razões óbvias é constituída predominantemente por pessoas ligadas à igreja – se conectar com outras redes além do âmbito da igreja e do grupo de evangélicos. Uma terceira função é oferecer serviços gratuitos de (a) aconselhamentos acerca

¹⁷⁸ Como já explicado, as regionais são formadas por um conjunto de igrejas (que podem variar de 10 a 20) situadas em uma determinada região geográfica e que estão sob a responsabilidade de um bispo primaz. Cada uma das regionais possui o ministério Arepe.

¹⁷⁹ Dados de fevereiro de 2008.

dos negócios ou vida profissional e (b) visitas (com o intuito de dar bênçãos) e/ou cultos nas empresas. Os pedidos podem ser encaminhados para um endereço de *e-mail* disponível no *site*, e seu administrador se encarrega de encaminhá-los para membros da Arepe que se dispõem a realizar tais serviços. E, finalmente, o *site* realiza uma votação entre os usuários para saber quais os temas que deveriam ser abordados nas palestras e seminários. Na enquete “Quais palestras você gostaria de participar para edificar ainda mais sua vida profissional?”, o *site* recebeu 549 votos durante o período de 29 de janeiro de 2007 a 03 de fevereiro de 2008, e os quatro temas que receberam mais votos foram: planejamento (20,6%), *marketing* (14,9%), vendas varejo (11,8%), e finanças (11,5%).¹⁸⁰

Um dos entrevistados mencionou que muitos dos freqüentadores do culto da Arepe (que será abordado adiante) não possuem acesso à Internet e, portanto, não podem usufruir dos serviços do *site*. Por isso, foi montado numa das regionais da IRC, como uma forma de testar a idéia, um “balcão da Arepe”, com computador, impressora e Internet. Também há em todos os cultos da Arepe um quiosque com voluntários da igreja para dar informações e coletar os dados dos interessados (geralmente nome e número de telefone) para que algum pastor ou bispo da igreja entre em contato com aqueles que desejam ingressar nesse ministério. E nesses espaços há a circulação de informações devido aos contatos informais estabelecidos, principalmente antes e depois dos cultos, e nos grupos de trabalho dos ministérios de que participam.

Para finalizar, a partir do último mês de março de 2007 a Rede Gospel de TV passou a transmitir aos domingos à noite o programa *Idéias e Negócios*, com dicas de práticas empresariais e cujo público-alvo são os empresários, executivos, profissionais autônomos e os que desejam montar seu próprio negócio.

4.2.5.3 Espaços de formação

É nesses espaços que ocorrem os reforços de legitimação do discurso religioso e profissional.¹⁸¹ Em relação a esse último, se oferecem – como mencionado anteriormente – palestras, seminários e cursos organizados pela Arepe com o intuito de proporcionar desenvolvimento profissional e incentivo aos empreendedores para se conhecerem e trocarem

¹⁸⁰ Os dados podem ser obtidos no endereço <<http://tinyurl.com/37aouy>>. Acessado em 05.02.2008.

¹⁸¹ No sentido de Berger (1997, p. 66), quando aborda a estrutura de plausibilidade.

informações. Os temas abordados abrangem desde as especificidades do mundo dos negócios – tais como finanças, estratégia e vendas – a temas de cunho religioso que tangenciam a gestão, como “o mundo espiritual no mundo dos negócios”.¹⁸²

As palestras e seminários são proferidos por profissionais de algum destaque no mercado de consultoria ou executivos experientes geralmente ligados à IRC. Esse trabalho é feito voluntariamente e seu acesso é gratuito. Um ponto significativo desses espaços de formação é o incentivo ao relacionamento entre os frequentadores. Em um dos seminários, a palestrante pediu que nos intervalos se trocassem cartões e se fizesse “*network*”, para que pudessem surgir possíveis parcerias, ofertas de trabalho e trocas de experiências para quem deseja iniciar um negócio.

Nesse mesmo evento – denominado Seminário Arepe – foi oferecido o curso “Executivos e profissionais bem-sucedidos”, dividido em vários encontros, nas noites de sexta-feira. A organizadora afirmou que o curso era para “formar homens e mulheres de sucesso”, e que a intenção do programa era melhorar a qualidade dos profissionais. Completou dizendo que o conhecimento é importante; entretanto, mais importante que o conhecimento é o relacionamento com Deus. A primeira parte do programa abordou a montagem de um plano de negócios em consonância com o plano de vida (por exemplo, como administrar o tempo para o trabalho, para a família, para si e para a igreja). O palestrante daquela noite era proveniente de um ministério evangélico independente dos Estados Unidos, consultor de grandes empresas e representante de James Hunter¹⁸³ no Brasil. Sua palestra foi sobre o tema da liderança e entremeada de frases como “estou sendo formado para a liderança, liderar é servir”.

Também foi possível identificar a importância que os empreendedores dão ao culto Arepe das segundas-feiras, cujo discurso é montado em torno da categoria “empresário apostólico” e sempre na direção da idéia de que a prosperidade é possível. Pode-se afirmar que as reuniões são promotoras de novos hábitos, condutas e maneiras de pensar.¹⁸⁴

¹⁸² Palestra do dia 7 de maio de 2007.

¹⁸³ Autor do *best-seller O monge e o executivo*.

¹⁸⁴ Esse parágrafo foi baseado em Mesquita (2003, p. 104).

4.2.5.4 Espaços motivacionais/apoio espiritual

É nesses espaços que ocorrem práticas e rituais terapêuticos,¹⁸⁵ ou seja, que possuem o objetivo de fortalecer os laços de pertencimento e de evitar dúvidas quanto à convicção acerca do discurso da igreja. Um desses espaços é o culto da Arepe, já mencionado anteriormente.¹⁸⁶ Os pastores ou bispos procuram adaptar as ministrações de modo a oferecer orientação religiosa voltada à prática dos negócios, como, por exemplo, na afirmação de um bispo em um dos cultos: “Quando alguém se levantar contra ti, repreenda e condene! Repreenda com o nome de Jesus, e os bons resultados das empresas e na vida profissional calam a boca dos que se levantarem”. Também são lidos os denominados “testemunhos de vida” de empreendedores, ou seja, experiências bem-sucedidas de acontecimentos específicos que se acredita terem ocorrido por meio de milagres, estando tais milagres ao alcance de todos. Nesses cultos, a igreja oferece “[...] a ministração da oração, traz a palavra, traz o poder de Deus para as pessoas se sentirem habilitadas a trabalhar, empreender, conquistar, realizar, com todas as condições possíveis”.¹⁸⁷ Dessa forma, ela acaba fornecendo o “impulso inicial a buscarem uma vida melhor, a desenvolverem novas habilidades, visualizarem as oportunidades, coragem para assumirem riscos, serem inovadores e criativos” e que são eles próprios que “devem definir e investir nos seus sonhos e aspirações. Devem agir e não deixar que a ‘morbidez que atinge o mundo’ os torne fracos e derrotados”.¹⁸⁸

Além dos cultos, alguns pastores e bispos envolvidos com esse ministério se dispõem para conversas privadas, atuando como conselheiros nos mais diversos assuntos relacionados a negócios, vida profissional e pessoal, com o objetivo de oferecer orações e discernimento ao empreendedor em decisões que devem ser tomadas. Como afirmou um dos entrevistados, os bispos não dão uma resposta, mas por meio da conversa (ou por e-mail, como no serviço disponível no já citado site da Arepe) ajudam a “entender melhor a situação”. Por exemplo, quando um membro deseja abrir um negócio, geralmente busca conversar com um bispo para ter certeza do que deve ser feito (abri-lo ou não). Adicionalmente, o empreendedor poderá pedir (via pastor, bispo, site da Arepe ou outro membro) visitas em sua empresa de membros do ministério para a realização de cultos, orações e unções das portas da empresa. Nesse caso,

¹⁸⁵ No sentido que Berger (1997, p. 66) atribui, como “práticas organizadas destinadas a silenciar dúvidas e prevenir lapsos de convicção”. Esse termo também está relacionado ao conceito de estrutura de plausibilidade.

¹⁸⁶ Considero que o culto da Arepe está nesses dois espaços: de formação e motivacional.

¹⁸⁷ Segundo um dos entrevistados.

¹⁸⁸ Mesquita (2003, p. 131).

um empresário (sozinho ou com um pequeno grupo de voluntários) poderá realizá-los para outro empresário.

4.2.6 Dimensão econômica

Nesta seção pretendo evidenciar de modo a Arepe apóia os empreendedores, bem como o perfil de seus membros e das empresas. Porém, durante o período da coleta de dados fui informado que a Arepe estava passando por uma reestruturação e, por conta disso, dados como o número de empresários que participam da associação, ou o perfil das empresas, não estavam disponíveis.¹⁸⁹ Outra questão importante é que a Arepe não possui um orçamento próprio, o que dificulta conhecer o montante financeiro empregado na organização de eventos e o quanto é arrecadado das doações dos empresários. Como alternativa, ofereço dados de minhas entrevistas, observações e pesquisas na Internet para atingir o objetivo.

A Arepe é uma estratégia adotada pela IRC para arregimentar adeptos da camada de classe média, público característico dessa organização religiosa. Ao considerar a situação das igrejas como um mercado religioso, percebe-se que a associação procura atrair uma categoria profissional que pode ser denominado de “homens de negócios”,¹⁹⁰ e que está em concorrência com outras associações seculares e de origem religiosa (como a ADHONEP e CBMC). O perfil de tal categoria inclui geralmente bom nível educacional (nível universitário), boa inserção no mercado de trabalho (ocupando cargos de liderança ou proprietário de um negócio), e nível médio de renda (acima de 10 salários mínimos).¹⁹¹ Na Arepe enfatiza-se ainda que o seu público são executivos, empresários e para quem deseja abrir um negócio, mencionando-se esporadicamente que é constitui também “qualquer tipo de profissional”, como autônomos e funcionários.

Em relação a esse perfil, todos os entrevistados possuíam bom nível educacional (universitário) e faziam questão de destacar essa característica com a intenção de mostrar que não se enquadravam no estereótipo que associa evangélico com baixa escolaridade e pobreza. Os entrevistados já eram empresários quando ingressaram na IRC, o que sugere para esse grupo que não houve adesão com a intenção de mobilidade social. Dois deles mencionaram

¹⁸⁹ Isso significa que os dados de pesquisas anteriores a 2007 e que tratam da Arepe estão defasados.

¹⁹⁰ Tomei emprestada de Saragoça (2003) essa expressão como a autora o emprega no contexto religioso.

¹⁹¹ De acordo com Saragoça (2003, p. 94).

que suas empresas estavam com graves problemas financeiros e conseguiram reverter a situação após a conversão, com um posterior crescimento da empresa. Com os dados disponíveis, não há como fazer qualquer relação entre o êxito econômico da empresa e sua adesão religiosa. Necessitaria um estudo profundo de história de vida de cada empresário, mas arrisco a sugerir, pelo que pude apreender, que há uma relação entre o relativo bom estado emocional-psicológico proporcionado pelas relações sociais na igreja e a recuperação da empresa. Faço essa sugestão apoiado nos relatos unânimes dos empresários de que estavam em um estado emocional bastante delicado antes de ingressarem na igreja. Nesse sentido, o apoio da igreja pôde ter sido um dos fatores para o favorecimento de bons resultados nos negócios.

Voltando ao perfil do público, a Arepe proporciona a possibilidade de contato com empresários bem-sucedidos, que constituíram a associação inicialmente. Alguns desses empresários se disponibilizam para dar palestras, cursos, seminários, e como testemunhos do impacto da religiosidade na sua vida profissional para um outro público que está surgindo – formado por empresários em início de carreira ou que possuem pequenos negócios e querem expandi-los – por conta dos cursos nas sextas-feiras nomeado Seminário Arepe, que tem o objetivo de abordar temas próprios para esse perfil de público, tais como liderança e como fazer um plano de negócios. A Arepe também proporciona alguns serviços de consultoria – para citar alguns, contábil, jurídico, estratégico, espiritual –, mas de caráter muito limitado, devido à reestruturação pela qual está passando. Adicionalmente, oferece-se uma média de um curso e duas palestras por mês.

Além dos empresários, há bispos, pastores, presbíteros, diácono e aspirantes envolvidos com a Arepe. Não há uma estrutura própria e nem há funcionários pagos que atuam exclusivamente na associação, com exceção de bispos e pastores que se dedicam integralmente à igreja, mas geralmente atuam em mais de um ministério e não se dedicam unicamente para as atividades da associação. Não há uma “sala da Arepe” porque os espaços na IRC são sobrepostos, o que significa que as reuniões da associação podem ocorrer em qualquer espaço.

Alguns dos que se dedicam à Arepe e que fazem parte da estrutura eclesial – aliás, uma característica importante na IRC é a participação de quase todos os adeptos na estrutura eclesial, inclusive os empreendedores¹⁹² – possuem experiência como donos de negócios ou executivos. Por exemplo, o bispo primaz responsável pela Arepe da Sede Internacional possui

¹⁹² Todos os entrevistados faziam parte da estrutura eclesial e alguns almejavam se tornar bispo.

experiência anterior como empresário, porém não atua mais em suas duas empresas para se dedicar à igreja.

Parece que os interesses são múltiplos em torno da Arepe. Para muitos, é uma forma de acesso a informação, capacitação, de encontrar possíveis parceiros e estabelecer redes de contato. Para os profissionais que se oferecem ou são convidados para atuarem como palestrantes e organizadores há um senso de missão por estarem contribuindo para a edificação da igreja. E para a própria igreja é uma forma de envolver adeptos que se identificam com a dimensão empresarial e de constituir futuros doadores.

Um ponto de destaque é a dimensão do voluntariado entre os empreendedores, que possui a qualidade de trabalho não-remunerado. Todos atuam em atividades de ações assistenciais e/ou prestam algum serviço para a igreja de forma gratuita, como a organização e apoio nos cultos e na Arepe (com palestras, organização de eventos etc.). Não foi possível quantificar de maneira mais precisa, mas dentre os empresários entrevistados o mínimo de tempo dedicado ao voluntariado foi de quatro horas semanais, chegando a oito horas semanais para um deles.

Os recursos para que Arepe promova suas atividades são provenientes de ações de arrecadação *ad hoc*, que recebe doações dos empresários e, eventualmente, cobra pequenas taxas em alguns desses eventos. Os custos de tais eventos são minimizados pelo trabalho voluntário dos adeptos na organização e ao convidarem profissionais ligados à igreja para realizarem as palestras e cursos gratuitamente. Uma evidência de que não há autonomia financeira da Arepe em relação à Igreja foi percebida quando, ao perguntar se havia um material ou fôlder da Arepe, afirmou que não havia e que, na verdade, a quantidade de impressões de todas as atividades da igreja foi diminuída para que parte dos recursos financeiros fosse direcionada para a compra de redes de TV, por entenderem que deviam saber “aproveitar as oportunidades” (no caso, a compra de redes de TV).

A associação ainda oferece para o empreendedor a possibilidade do uso da marca Gospel, propriedade da IRC, utilizada em empreendimentos dirigidos mais para o público evangélico e, em especial, para os membros da igreja. Uma característica marcante é a forte sinergia que há entre esses empreendimentos econômicos e os adeptos, que são incentivados, pelos meios de comunicação da IRC, a consumir seus produtos ou utilizar seus serviços, assegurando-lhes que parte do lucro será destinada aos projetos sociais da igreja.

A Arepe continua expandindo seu rol de serviços para os empreendedores. Com o objetivo promover os produtos e serviços das empresas ligadas à associação e incentivar os contatos com possíveis clientes e fornecedores, foi criada a Arepe Expo e sua primeira edição

aconteceu em São Paulo entre os dias 13 e 15 de dezembro de 2007, no Espaço Renascer localizado no bairro Mooca. A entrada para o evento foi um quilo de alimento não perecível. A exposição contou com a participação de 77 empresários, que expuseram seus produtos e serviços. Segundo os organizadores, duas mil pessoas freqüentaram a exposição nos três dias do evento. Houve a apresentação de palestras de dois bispos da Renascer, uma consultora de empresas ligada à igreja e um consultor americano de um ministério independente. A Secretaria Municipal do Trabalho de São Paulo também montou um estande para dar informações sobre o mercado de trabalho.¹⁹³



Figura 05 – *Banner da Arepe Expo*
Fonte: <<http://www.digitalgospel.com.br>>

Como já mencionado, a Arepe não dispõe atualmente de dados das empresas e empresários associados. Na intenção de oferecer alguma noção acerca do universo empresarial da associação, o quadro a seguir lista as áreas de atuação de empresas que constam no *site* da Arepe. Os dados estão na seção “páginas amarelas”, cujo objetivo é o de promover o relacionamento entre os empresários e profissionais evangélicos. Há dois pontos de atenção: primeiro, o número em parênteses significa a quantidade de empresas naquela área; segundo, a quantidade de empresas cadastradas (total de 110) não corresponde à quantidade de negócios próprios porque alguns cadastros se referem a pessoas que trabalham em empresas alheias e que estão anunciando seus serviços. Uma análise visual do quadro evidencia que o comércio e prestação de serviços são predominantes dentre as áreas. É importante mencionar que antes da reestruturação da Arepe havia uma bolsa de negócios¹⁹⁴ que consistia de um *mailing* com cerca de 500 empresários cadastrados e que fazia parte das páginas amarelas da Arepe disponibilizado em forma de revista.

¹⁹³ A fonte pode ser acessada no endereço <<http://tinyurl.com/355ktd>>.

¹⁹⁴ Citado por Siepierski (2001, 2003) e Saragoça (2003).

Administração de condomínios e segurança pessoal (2), Advocacia (5), Agência de modelo (1), Agência de viagens de incentivos (1), Agência de viagens e turismo (3), Aromatizantes de ambientes (1), Arquitetura (1), Artes (pintura artística) (1), Assistência funerária em geral (1), Automação industrial pneumática (3), Automóveis (1), Automóveis (serviços automotivos) (1), Bancos (serviços bancários) (1), Bicletaria (1), Bijuterias (2), Carpete, cortina, persiana, piso laminado (1), Comércio aparelhos auditivos (1), Comércio de massas e confeitaria (1), Comércio de peças caminhões, ônibus e utilitários (1), Comércio de roupas e acessórios - moda (4), Comércio de variedades na internet (1), Comércio e serviços pet shop (1), Comércio materiais de construção (2), Comunicação visual (1), Construção e engenharia (1), Consultoria empresarial (1), Consultoria empresarial (1), Consultoria planejamento orçamentário e treinamentos (1), Consultoria recursos humanos (2), Contabilidade (2), Criação, fabricação e com. camisetas promocionais (1), Curso pedagogia (1), Divisão de embalagens (1), Educação (pré-escola, colégios, universidades) (1), Elétrica (1), Empreendimentos imobiliários (1), Engenharia (1), Entregas (1), Entregas rápidas (1), Escola de idiomas (vários idiomas) (2), Escolas profissionalizantes (1), Estamparia (1), Estética (cabeleireiro, depilação, limpeza de pele) (1), Financeira (1), Foto, vídeo e telão para eventos (1), Hotel para animais de estimação (1), Hotelaria (1), Importação e exportação (1), Informática (9), Locação de brinquedos infláveis (1), Marketing de relacionamento (1), Medicina (3), Metalúrgica (3), Negócios imobiliários (3), Outras (4), Paisagismo (projetos e execução em geral) (1), Personalização de som (1), Planos de saúde (2), Prestação de serviço (chaveiro, encanador, etc.) (1), Professor equipamentos musicais (1), Professores(as) particulares (1), Publicidade (1), Seguros (2), Serralheria (2), Sistemas de auto-avaliação e desenvolvimento de programas (1), Táxis executivos (1), Telecomunicações (1), Telefonia móvel corporativa (2), Terapia-desenvolvimento e integração social (1), Transporte (2), Vistos e serviços de imigração (1).

Quadro 02 – Relação de áreas de atuação das empresas disponíveis no *site* da Arepe

Disponível em <<http://tinyurl.com/348wxs>>. Acessado em 05.02.2008.

* * *

4.3 Movimento dos Focolares: “Ame a empresa do outro como se fosse a sua”

“Para que todos sejam um, assim como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, para que também eles estejam em nós e o mundo creia que tu me enviaste.” João 17, 21.

Nos últimos anos ocorreram importantes transformações no campo religioso católico, como o surgimento e recrudescimento do movimento Renovação Carismática Católica (RCC), e a amenização das atenções e discussões sobre a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base. Atualmente, em termos de exposição na mídia e quantidade de pesquisas, a RCC está para a Igreja Católica assim como a IURD para as neopentecostais, talvez por manifestar as mudanças por que passa toda a Igreja no Brasil acerca de seu relacionamento com os fiéis na utilização de novas (em relação às que estavam adotando) estratégias de proselitismo.

Entretanto, na Igreja Católica há uma miríade de movimentos eclesiais que são, de acordo com o jargão religioso, portadores de carisma – dom divino concedido pelo Espírito Santo a um grupo de crentes com o propósito de orientarem uma comunidade em um determinado momento histórico – e que, devido ao seu tamanho e visibilidade bastante discretos, são pouco conhecidos e pesquisados. Entre eles, há o Movimento dos Focolares, que está desenvolvendo uma experiência original no campo econômico a partir do entendimento do papel de seu carisma na sociedade. A seguir, tratarei dessa organização e de seus aspectos mais importantes para o objetivo do meu trabalho.

4.3.1 Cenas da vida religiosa

Parece uma pequena cidade. Na verdade, tem a intenção de sê-lo. Contrasta com o restante do bairro de baixa renda ao seu redor. Na rua que leva ao local do evento, há uma padaria onde trabalham apenas mulheres, todas ligadas ao movimento. Seguindo pela rua, nota-se o contraste mencionado: casas de classe média alta, com uma preocupação estética expressa nos jardins bem cuidados, algumas bastante espaçosas, onde muitas vezes residem grupos de pessoas, ao lado de outras, onde certas famílias optaram por morar, em um trecho que denominam Mariápolis Permanente. Há ainda casas destinadas à moradia dos focolarinos, divididas por gênero, e dos padres. No ponto mais alto desse lugar, está situada a igreja, com

uma arquitetura inovadora em relação às igrejas católicas,¹⁹⁵ ao dar ênfase à sobriedade da construção e ornamentação do interior, mas atenta aos elementos essenciais da liturgia católica, representados com sofisticação estética incomum nessas construções.¹⁹⁶ Da igreja se pode ver a editora, que publica obras relacionadas à espiritualidade do movimento.

Algumas de suas ruas possuem nomes de pessoas que se dedicaram ao movimento, uma forma de homenageá-los. Caminhando por elas, pode-se chegar ao Centro Mariápolis. Organizado e coordenado por um grupo misto de focolarinos, de empresários e outros agentes, o evento é um congresso de três dias sobre a experiência da Economia de Comunhão na Liberdade (EdC). Há pessoas de todo o Brasil: professores, estudantes, empresários, e outros participantes engajados ou não no movimento. No saguão da recepção do Centro Mariápolis há alguns quadros de arte expostos nas paredes, e é possível se perceber que a estética é uma dimensão valorizada. Ainda ali, algumas pessoas se reúnem num pequeno café, e os assuntos das conversas são típicos de reencontros. Abraços e sorrisos se avolumam na medida em que chegam os grupos de outras regiões do Brasil. Aliás, a “recepção sorridente” para conhecidos e desconhecidos é uma das características do lugar, de modo que é comum se ouvirem comentários dos congressistas sobre a simpática recepção, ou “acolhida”, como os membros do movimento preferem chamar.

Um aviso no alto-falante informa aos participantes que o evento será iniciado. O salão comporta 500 pessoas sentadas e possui equipamentos básicos de som (amplificação e gravação), além de uma cabine de controle de áudio e imagens, onde são feitas as eventuais traduções simultâneas, a projeção de audiovisuais e multimídia, com um telão de recolhimento automático. O palco é pequeno, decorado com flores, e na parede, voltado para público, está o logotipo da Economia de Comunhão (EdC). O palco é rearranjado de acordo com a programação: uma mesa e cadeira para a palestra ou apenas cadeiras, quando um grupo vai fazer alguma outra atividade no palco, como o relato de testemunhos. O salão foi construído para aproveitar a luz natural, e das cadeiras é possível ver o jardim e um espaço ao ar livre com grama e árvores, onde no intervalo são oferecidos café, sucos e bolachas. Na sala não há artefatos religiosos, além do logotipo. Apenas algumas fotos de Chiara Lubich, em

¹⁹⁵ Um ponto significativo, mas que não poderei tratar neste trabalho, é a importância da estética dos objetos e dos relacionamentos para os membros do movimento e a percepção dessa valorização por parte daqueles que visitam as Mariápolis, como ilustra a seguinte declaração: “[...] Como já disse, eu construí, de forma arquitetônica, mais de 50 igrejas no mundo, porém jamais havia feito esta experiência tão profunda do verdadeiro significado de reunião de irmãos através da reciprocidade. Aqui eu conheci a Igreja [...] parece-me poder afirmar que a Mariápolis é um lugar arquitetônico magnífico” (Notícias do Congresso EdC 2007, Mariápolis Ginetta, 10.7.2007).

¹⁹⁶ A igreja é um dos pontos mais visitados da Mariápolis. Alguns moradores das chácaras e de algumas pobres casas vizinhas costumam freqüentar as missas no final de semana.

companhia de autoridades religiosas, estão na parede do pequeno saguão do local do evento. Uma câmera está preparada para gravar todas as palestras e falas daqueles três dias, e máquinas fotográficas também são utilizadas para registrar algumas imagens que servirão para comunicações, documentos e a memória organizacional.

O programa é iniciado com uma apresentação musical. As canções possuem melodias agradáveis e letras que falam de unidade, de viver o momento presente, de amar os irmãos, de Maria: “[...] Tu, que és amor infinito, dom imenso que o céu não conteve, entraste na história, Tu, Homem-Deus”, “[...] Maria, única flor que a humanidade gerou, só tu nos entendes, de ti toda graça virá [...]”. Algumas vezes, são acompanhadas por um violão; em outras, apenas um grupo de quatro pessoas ao microfone incentiva a platéia a cantar. Entre os intervalos e imediatamente antes do início dos trabalhos do evento, assiste-se à apresentação de uma peça erudita ou popular ao piano ou violão. Como se trata de um evento aberto ao público – com a presença de algumas pessoas não ligadas ao movimento ou ao catolicismo –, nota-se que as músicas religiosas gradualmente cedem espaço a outros tipos de canções e expressões artísticas.¹⁹⁷ Após as primeiras músicas, inicia-se o congresso, com as tradicionais boas-vindas e a apresentação dos participantes por regiões. Ao anúncio de sua região, as pessoas se levantam, enquanto as outras batem palmas, recurso bastante utilizado para expressar aceitação, reconhecimento e, algumas vezes, ênfase à dimensão personalista, quando o volume de palmas é maior para uma pessoa de destaque dentro ou fora do movimento. Em seguida, anuncia-se que se fará um resumo da história do movimento – que denominam “história do Ideal”.

A história é contada por um focolarino e uma focolarina responsáveis pela Mariápolis tanto espiritual quanto organizacionalmente, de modo a ressaltar a ação de Deus na vida de Chiara Lubich, o carisma recebido por ela, e como o movimento surgiu, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. A narrativa é marcada por pequenos atos que talvez possamos chamar de heróicos – pelo menos é compreendido assim aos olhos dos membros. Alguns recortes dessa narrativa que podem ser citados é a escolha que fizeram Chiara e suas primeiras companheiras de permanecerem na cidade de Trento – enquanto seus pais e a maioria da população fugiam para os vales – para acompanhar o movimento que estava se iniciando e ajudar os mais velhos, crianças e pessoas feridas a se dirigirem aos abrigos antiaéreos durante os ataques, além de oferecer-lhes mantimentos; como o carisma (no sentido religioso) do grupo foi entendido durante a leitura da passagem bíblica “Pai, que todos sejam um” (João 17,

¹⁹⁷ Isso em relação ao tempo. Faço aqui uma compilação de sete congressos dos quais participei, de 2000 a 2006.

11) em um porão escuro e com apenas uma vela acesa para sua leitura, durante um dos ataques (“dia e noite é preciso correr para os refúgios antiaéreos. Levamos conosco apenas o Evangelho. Encontramos o ideal pelo qual viver [...]”);¹⁹⁸ como a pergunta feita por Chiara, “existirá um ideal que não morre, que nenhuma bomba seja capaz de destruir?”, ajudou o grupo a compreender de uma nova forma que “Deus é amor” (I Epístola de São João 4, 8); como o grupo repartia os poucos mantimentos com os que estavam passando fome e frio; e como se organizavam e rezavam – sempre à luz do “pedi e recebereis” (Mateus 7, 7) – para obterem mais alimentos, roupas e lenha para os necessitados. Particularmente em relação a esse último ponto, há uma história, contada por Chiara e narrada nos encontros, que serve de ilustração:

Um dia encontro um pobre: “Preciso de um par de sapatos número 42”. Eu me pergunto: “Em plena guerra, onde vou encontrar um par de sapatos de homem, número 42?”. Passo diante da Igreja de Santa Clara e entro, não há nada, apenas uma pequena luz que me diz que Jesus está ali. Digo-lhe: “Jesus, me dê um par de sapatos número 42, para você naquele pobre”. Saio da igreja e vem ao meu encontro uma senhora com um pacote nas mãos: “Chiara, é para os seus pobres”. É um par de sapatos número 42!¹⁹⁹

Após o relato do progresso do movimento ao longo das décadas – com especial ênfase na vinda da Itália de um primeiro grupo de focolarinos ao Brasil em 1959,²⁰⁰ entre eles Ginetta Calliari, que teve papel primordial na EdC –, passa-se para a segunda parte da apresentação. A EdC é narrada tendo Chiara como figura central do seu lançamento e Ginetta como figura central no seu desenvolvimento no Brasil. Conta-se que, enquanto Chiara sobrevoava São Paulo em sua visita ao Brasil, notou as favelas e a pobreza que circundavam a cidade: “Em 1900 São Paulo era uma cidade pequena. Agora é uma floresta de arranha-céus. É grande o poder do capital nas mãos de alguns e tamanha é a exploração dos outros. E pergunto: mas por que este poderio todo não se orienta para a solução dos imensos problemas do Brasil? Porque falta o amor ao irmão; o que domina é o interesse, o egoísmo”.²⁰¹ Sensibilizada pelos contrastes sociais da cidade, e com a intenção de que as Mariápolis Permanentes se transformassem em pequenas cidades-modelo para o mundo – onde a única lei vivida fosse o amor evangélico, inclusive na dimensão econômica –, Chiara anuncia no dia 29 de maio de 1991, no mesmo salão onde ocorrem os congressos, a proposta econômica

¹⁹⁸ Fala de Chiara Lubich. Disponível em <<http://www.focolare.org>>.

¹⁹⁹ Disponível em <<http://www.focolare.org>>.

²⁰⁰ Tive a oportunidade de conversar em 2007 com Rino, um dos integrantes desse grupo. Ele me contou um pouco como foi a viagem da Itália para o Brasil e os desafios dos primeiros tempos no país.

²⁰¹ (*Diário*, 15.5.1991).

chamada de “Economia de Comunhão na Liberdade”.²⁰² A imagem utilizada para caracterizar o projeto é a de uma “bomba”: uma explosão intensa, poderosa, que se irradiou de dentro para fora e surpreendeu a todos os presentes. Destaca-se que após o anúncio foram iniciadas as primeiras mobilizações, culminando, logo depois, no surgimento da empresa de confecções La Tunica. Seu início foi numa pequena sala alugada, e contou com doações, por parte dos membros do movimento – no jargão religioso, “comunhão de bens” ou “colocar em comum” –, de dinheiro, duas máquinas de costura, tubos de linha, pacotes de tecido, entre outras coisas. Nessa introdução à EdC narrada pelo focolarino, também se conta o surgimento do Pólo Empresarial Spartaco, distante alguns quilômetros da Mariápolis e tido como o “farol” da EdC. Inaugurado em 1994, teve La Tunica como a primeira empresa instalada. Uma frase de Chiara se destaca por resumir bem o caráter comunitário da experiência que estava surgindo: “Somos pobres, mas somos muitos”.

Após o intervalo, outro focolarino faz uma introdução de 10 minutos acerca do vídeo que será exibido. Trata-se de um documentário intitulado “Pensamentos de Foco”, sobre Igino Giordani (conhecido no movimento como Foco), político e escritor italiano, que Chiara conhecera na Câmara dos Deputados da Itália em 1948, e considerado co-fundador do Movimento dos Focolares. Aproveita-se a ocasião para sublinhar que as dimensões política e econômica devem ser entendidas como co-relacionadas, e que os cristãos devem ter a coragem de vivenciar nessas dimensões os valores religiosos, principalmente os ressaltados pelo movimento. Após o término da exibição, faz-se silêncio por alguns segundos, no intuito de se interiorizar a mensagem recebida. Logo em seguida, anuncia-se que será realizada uma missa para aqueles que o desejarem. Em poucos minutos, o pequeno palco se transforma em um altar e o salão, em um espaço ritual. A missa é tradicional, e as ofertas se restringem às intenções de cada um.

Já é mais de meio-dia e meia quando a missa termina. As pessoas se dirigem ao local do almoço: outro salão usado para reuniões que também é utilizado como refeitório. No local, onde se distribuem mesas de dez lugares, há um pequeno palco, menor do que o anterior, cuja parede é ornamentada por um quadro, pintado com uma figura abstrata. Acoplada ao salão, há uma cozinha industrial. Algumas das mulheres que a utilizam e servem o almoço são membros do movimento, outras, contratadas que residem nas cercanias da Mariápolis. Muito simpáticas, sorriem para as pessoas que estão servindo.

²⁰² Em um primeiro momento, a proposta foi chamada de “Projeto Brasil”, nome modificado após se entender seu caráter universal.

Os trabalhos da tarde são iniciados com a assembléia ordinária dos acionistas da Espri S/A, durante a qual se colocam em votação propostas de mudanças regimentais e estratégias para o ano. Aproveita-se o congresso para se fazer a assembléia porque muitos dos que dele participam são acionistas. Em seguida, se realiza a abertura da Expo EdC, que acontece desde 2001 e reúne várias empresas de EdC de todo o Brasil.²⁰³ É um momento solene, de discursos que ressaltam a dimensão espiritual da EdC. Então é desatada a fita de inauguração da Expo e oferecida uma recepção, com bufê que transcorre até o horário do jantar, servido no mesmo salão do almoço. Após o jantar, há um evento que divide os participantes em três grupos, de acordo com seus interesses: o papel da pesquisa na EdC, o perfil do empresário de EdC e a vocação formadora das empresas de EdC. As discussões são anotadas para a comunicação na plenária, no último dia, e o programa é encerrado às 22 horas.

No dia seguinte, os trabalhos são iniciados com um “vídeo de meditação”. Geralmente são reflexões de Chiara sobre algum aspecto da espiritualidade do movimento, com duração inferior a 10 minutos. Em seguida é exibido outro vídeo de Chiara, previamente apresentado por um focolarino, em que ela aborda as dimensões espirituais da Economia de Comunhão, afirmando que “[...] não é uma atividade unicamente humana, simples fruto de idéias e de projetos construídos por homens, ainda que estes sejam capacitados. Ela é uma expressão do Movimento dos Focolares, que é Obra de Deus. Obra *de Deus*, se bem que Ele, o Todo-Poderoso, goste de usar, como seus instrumentos para atingir os seus objetivos, homens e mulheres deste mundo”.

O dia prossegue com a intervenção de um convidado italiano, responsável pela EdC no âmbito internacional e empresário do setor petroquímico. Ao falar sobre o panorama da EdC no mundo, ele comenta a participação de Chiara no Congresso Econômico de Estrasburgo, em 1999, no qual ela apresentou a EdC descrevendo-a como “empresas abertas por amor aos pobres e que estavam funcionando para que todos saíssem da pobreza, empresas abertas à comunhão e à Divina Providência”, o que, segundo o convidado, impressionou alguns estudiosos presentes, sendo que um deles se aproximou para agradecer a Chiara e afirmou: “Está na Economia de Comunhão a esperança para o futuro”. Ao ouvirem isso, várias cabeças da platéia balançam em sinal afirmativo. Cria-se um estado de consenso geral, manifestado principalmente pelos aplausos em algumas partes do discurso. Antes do término da programação da parte da manhã, os participantes são avisados de que haverá missa no salão ao meio-dia.

²⁰³ Em 2007 foram 101 empresas, de vários países da América Latina.

Após o almoço, há uma assembléia ordinária da Associação Nacional por uma Economia de Comunhão para os sócios. Em seguida, é o momento dos testemunhos de empresários e funcionários que trabalham no Pólo Empresarial Spartaco. São relatos do que denominam “experiências” (ouve-se muito a expressão “vou contar minha experiência”) ao praticarem “atos de amor” e tentarem viver a unidade dentro e entre as empresas. Em um dos depoimentos, afirma-se que “[...] a vantagem competitiva das empresas de Economia de Comunhão é a comunhão, é viver todos os aspectos da arte de amar, é deixar que Jesus e Maria em cada um dos sócios administrem a empresa, ou que Jesus e Maria em cada um dos funcionários colaborem para o sucesso da empresa”. E ao se sublinhar o efeito de viver o espírito da EdC no cotidiano da empresa, diz-se que

O clima de família existente entre os funcionários da empresa é notado por todos os visitantes da fábrica e do pólo. Com suas diferenças, cada um procura ajudar os outros, oferecer-se para fazer quaisquer trabalhos, interessar-se pelos problemas pessoais dos colegas ou alegrar-se por seus sucessos, nascimento de filhos, etc. Da mesma maneira como são ajudados pela empresa quando têm uma necessidade atendida (apoio para construir sua casa, compra de equipamentos para a residência, empréstimo de dinheiro, atendimento médico para a família...), interessam-se por seus vizinhos e amigos: realizaram uma coleta de alimentos para o vizinho de um funcionário, pai de quatro filhos e que ficou desempregado; preocuparam-se em obter caixas-d’água para pessoas necessitadas da comunidade; dispõem-se a buscar ou levar em suas casas os colegas ou a cesta básica de alimentos oferecida pela empresa; repartem amigavelmente o que lhes é servido como almoço ou lanche; dão sugestões para a melhoria da empresa e participam de suas decisões técnicas e quanto às relações humanas na empresa [...].

Os depoimentos se encerram com o convite para todos visitarem o pólo empresarial, localizado numa cidade vizinha à Mariápolis. Dois ônibus estão preparados para levar os participantes, enquanto outros vão de carro. É possível que todas as sete empresas sejam visitadas e alguns dos proprietários ou funcionários de cada uma delas relatem a história da empresa e mostrem suas instalações. Ao retornarem, o jantar é servido e, em seguida, há o debate com os dois convidados italianos, cuja intenção é aprofundar os temas tratados durante esses dois dias, dando oportunidade para que a platéia formule perguntas.

No último dia da programação, além do vídeo de meditação, há a palestra de um dos empresários de EdC e presidente do conselho de administração da Espri. Ao terminar sua comunicação, ele conclui que:

Essas reflexões sobre a EdC focalizam prioridades, ampliam a percepção da realidade e adicionam valores humanos à economia, o que significa abrir caminhos para um novo paradigma. Entretanto, esses novos paradigmas não nascem por

definição, mas são construídos. Eles nascem da escolha que fazemos provocando o surgimento de uma consciência coletiva que liga o conhecimento e ação de forma competente. Só assim conseguiremos mudar a cultura da dominação, da acumulação, do consumismo e do individualismo para o paradigma da unidade e comunhão.

Após mais alguns depoimentos, o congresso se encerra com o pedido de que as pessoas preencham um formulário com informações pessoais e uma folha com as impressões desses três dias, como forma de avaliação do evento ou expressão de algum aprendizado pessoal, como a que se segue:

Sinto-me feliz porque os ideais da Economia de Comunhão estão sendo abraçados por muitas pessoas, e levo comigo tudo o que vi, mas principalmente o amor que encontrei. Uma realidade tão grande só pode ser obra de Deus. Entendi que nascemos para amar, para doar, partilhar, dar um pouco de si para a felicidade do outro. Nestes dias entendi que o amor consiste em pequenos gestos concretos. Senti-me num outro mundo. Foi realmente uma grande experiência, aprendi muito e agora sinto a responsabilidade de viver este ideal dia após dia. Obrigada!²⁰⁴

Essas cenas são uma compilação dos congressos de EdC dos quais participei. Eles são organizados pelo Movimento dos Focolares e realizados na Mariápolis Permanente Ginetta, localizada em Vargem Grande Paulista, distante cerca de 50 quilômetros da cidade de São Paulo. Os congressos são realizados geralmente nos meses de abril, maio ou junho, com duração de três dias e direcionados principalmente aos empresários, funcionários das empresas de EdC, pesquisadores e estudantes que estão desenvolvendo trabalhos acadêmicos sobre o tema. A Mariápolis possui hospedagem para 390 pessoas que participam de encontros de mais de um dia, como as da EdC.

A seguir, trato da biografia organizacional do movimento, seus principais personagens, e como surgiu e se desenvolveu sua atenção à dimensão econômica e ao segmento empresarial, em particular. Nas seções posteriores, abordarei o discurso do movimento e seu entrosamento com a vida econômica, bem como os recursos disponibilizados pela organização para o apoio ao empreendedor.

²⁰⁴ Notícias do Congresso EdC de 10.7.2007. Disponível em <<http://www.edc-online.org/br>>.

4.3.2 A organização e seus atores

O Movimento dos Focolares²⁰⁵ (MF) é um movimento eclesial e civil da Igreja Católica Apostólica Romana iniciado por Chiara Lubich em 1943, em Trento, na Itália.²⁰⁶ Em meio à Segunda Guerra Mundial, ela foi líder de um grupo de jovens mulheres – com idade entre 15 e 25 anos – que se propuseram a se organizar de modo comunitário e ter como fonte valorativa o Evangelho, principalmente as premissas de “que todos sejam um” (João 17, 21) e do amor ao próximo (Mateus 19, 19). A vida comunitária objetivava inicialmente ajudar, durante a guerra, as pessoas que haviam permanecido na cidade – pois não tinham condições de se refugiar, o que incluía os mais pobres –, tendo como método criar no grupo um estilo de vida de acordo com o cristianismo primitivo, tal como narrado nos Atos dos Apóstolos,²⁰⁷ conhecido no MF pela expressão *comunhão de bens* materiais²⁰⁸ e espirituais²⁰⁹.

O grupo vivia em uma pequena casa e contava com a ajuda da comunidade local para a arrecadação de remédios, alimentos, móveis e roupas, distribuídos para quem os procurasse. Entre as primeiras companheiras²¹⁰ de Chiara, estava Ginetta Calliari, que mais tarde veio ao Brasil e se tornou a principal líder do MF no país. Depois de alguns meses da formação do grupo, em 1944, conta-se que havia cerca de 500 pessoas – homens, mulheres, de todas as origens sociais²¹¹ – que gostariam de se inserir nas atividades e compartilhar o ideal de vida

²⁰⁵ “Focolare” é uma forma de aportuguesamento da palavra italiana ‘*focolare*’, que significa “lareira”. Segundo seus adeptos, esse nome foi dado no início do movimento por pessoas que sentiam o “calor” e a “cordialidade” do amor evangélico do grupo de participantes. O nome oficial do Movimento dos Focolares aprovado pela Igreja Católica é *Obra de Maria*.

²⁰⁶ Nesta parte do trabalho, utilizo, além dos dados de campo, as obras de Ribeiro (2003), Leite (2005) e Fernandes (2007).

²⁰⁷ At 2, 44 e At 4, 32: “Todos os fiéis viviam unidos e tinham tudo em comum”. “A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém dizia que eram suas as coisas que possuía, mas tudo entre eles era comum.”

²⁰⁸ “A expressão ‘comunhão de bens’ traduz a prática, gerada no interior do movimento, de partilha de bens materiais organizada por setores, nos níveis regional e internacional, como ação social orientada pelos valores evangélicos da fraternidade e com o objetivo de conferir visibilidade a uma situação social marcada por condições materiais de vida igualitárias.” (Ribeiro, 2003, p. 54).

²⁰⁹ Ou seja, compartilhavam também os entendimentos e práticas cotidianas suscitadas pelo Evangelho.

²¹⁰ De acordo com Ribeiro (2003, p. 80), “A expressão ‘primeiras/os companheiras/os’, de Chiara, indica uma categoria sociológica dentro do movimento, mais ainda do que uma referência cronológica. De fato, muitas delas conheceram Chiara até mesmo depois de muitas outras pessoas que continuaram a seguir os ideais de Chiara também posteriormente. Mas essas pessoas não tiveram, como aquelas, uma posição de pioneirismo na difusão e organização do movimento. Entre essas primeiras companheiras (14 ao todo), algumas vivem ainda (Natália Dalla Piccola, Dorian Zamboni, Gisela Calliari, Graziella De Lucca, Bruna Tommasi, Silvana Veronesi, Lia Brunet, Aletta Salizzoni, Valeria Ronchetti, Palmira Frizzera e Eli Follonari) e outras já são falecidas (Ginetta Calliari, Giosi Guella, Marilen Holzhauser).”

²¹¹ Um fato marcante e interessante para uma pesquisa mais aprofundada foi o relacionamento com pessoas e grupos comunistas, que estavam curiosos acerca daquelas jovens que falavam em *unidade* e viviam a *igualdade* entre as pessoas, conceitos muito utilizados no meio comunista. Além disso, o irmão de Chiara, Gino Lubich,

daquelas jovens, que tinham Chiara Lubich como sua líder e reconheciam nela o carisma (no sentido teológico).

Chiara Lubich nasceu em Trento, Itália, em janeiro de 1920, e era a segunda de uma família de quatro filhos. Seu pai – que lutou na Primeira Guerra Mundial – era ativista do Partido Socialista local e sua mãe, uma católica devota. Após a falência de seu negócio no comércio de vinho, no início dos anos 1930, sua família passou por grande problema financeiro devido à dificuldade de seu pai de encontrar um emprego. Tal dificuldade foi agravada por suas convicções antifascistas, fazendo com que ele não adquirisse a carteira do partido de Mussolini, o que poderia facilitar na sua contratação por um empregador. Por conta disso, aos 13 anos de idade Chiara começou a lecionar língua italiana, matemática e geografia para crianças, e mais tarde se tornou professora primária. Ela foi membro ativo e líder das associações leigas Ação Católica e Terceira Ordem Franciscana no período entre as guerras. Seu sonho era estudar filosofia, e aos 18 anos fez uma tentativa frustrada de entrar na Universidade Católica de Milão. Quando finalmente consegue se matricular na Faculdade de Filosofia de Veneza, o início da Segunda Guerra Mundial interrompe o funcionamento da universidade, e seu projeto de vida é abortado.

Um fato marcante em sua biografia foi uma viagem em 1939 à cidade de Loreto, onde, segundo a tradição popular, se encontra um santuário cuja construção de pedras, que lá está, é a casa onde viveram Jesus, Maria e José, que teria sido trazida de Nazaré àquele lugar por anjos. Nesse santuário, Chiara afirma que entendeu sua vocação religiosa como uma quarta alternativa, sendo que até então havia três possibilidades: o matrimônio, o convento e a consagração privada a Deus permanecendo em família.²¹² A quarta, intuída por Chiara, é a vida em comum de pessoas leigas e celibatárias, e sua convivência com pessoas casadas, todas consagradas a Deus, tendo como modelo a “família de Nazaré”. Essa intuição de Chiara deu origem à unidade organizacional básica do Movimento dos Focolares: o *focolare*.²¹³ Mais tarde, no dia 7 de dezembro de 1943, na Capela dos Frades Capuchinhos, em Trento, ela pediu permissão a um sacerdote para se consagrar,²¹⁴ sendo esse dia considerado o da fundação do movimento; desde então, ela se dedica integral e exclusivamente ao grupo. Chiara é autora de diversos livros,²¹⁵ a maioria publicada pela editora Città Nuova por e suas filiais em 32 países; criadora do próprio MF; e doutora *honoris causa* por universidades de

militava em um Partido Comunista. Há ainda o fato de que hoje, entre os focolarinos e focolarinas do mundo inteiro, inclusive os brasileiros, há ex-militantes comunistas e ex-guerrilheiros.

²¹² Ribeiro (2003, p. 146).

²¹³ Será explicado mais adiante.

²¹⁴ Significa se oferecer a Deus por meio dos votos de pobreza, castidade e obediência.

²¹⁵ Para conhecer algumas de suas obras publicadas em português, veja em <http://www.cidadenova.org.br>.

vários países, inclusive do Brasil: em Economia pela Unicap de Recife, e em Humanidades e Ciências da Religião pela PUC de São Paulo.

Ginetta Calliari nasceu em Trento, em outubro de 1918. Ela conheceu Chiara em 1944 e, após uma experiência de conversão²¹⁶ – mesmo já sendo católica –, decidiu ir morar naquele mesmo ano com o grupo de moças, apesar da resistência inicial de sua mãe. Ginetta faz o seguinte relato da primeira vez que ouviu falar do grupo:

Um dia uma minha irmã me disse: ‘Fui em uma casa onde havia um grupo de jovens; essas jovens, a um dado momento, entraram em um quarto, abriram as portas de um armário, as gavetas de um outro móvel e começaram a tirar o que estava no armário: este capote está sobrando, esta saia é demais, este casaco também, esta blusa... E colocavam esses vestidos um em cima do outro no meio do quarto, no chão. Entre elas havia uma outra jovem com uma lista de endereços e marcava os nomes das pessoas às quais seriam dadas aquelas roupas’. Queria dizer que este fato revolucionou toda a minha vida. Eu disse: ‘Mas que estupendo é aquilo que você me contou! Mas eu acho que é maravilhoso, é extraordinário! É um fato raríssimo, é fascinante! Queria conhecer o sacerdote que guia espiritualmente estas pessoas. Este fato se estenderá ao mundo inteiro!’.²¹⁷

Ainda nos anos de guerra, Chiara deveria se transferir para Roma para iniciar uma comunidade focolare naquela cidade, e designou Ginetta para substituí-la em Trento. Para isso, Ginetta teve que pedir demissão de seu emprego, e, desde então, passou a se dedicar exclusivamente ao grupo. Ela é autora de três livros, publicados originalmente no Brasil pela Editora Cidade Nova: *Quando o Evangelho entra na família*, 1980 (traduzido para o italiano); *O Evangelho no dia-a-dia*, 1982 (traduzido para o italiano); e *O Evangelho: força dos pobres*, 2001 (traduzido para o italiano, alemão, flamengo, espanhol e francês).

Um fato marcante para o grupo que se iniciava aconteceu no verão de 1949, sendo conhecido internamente como “Paraíso de 49”. Segundo os relatos,

Chiara se sentiu como estivesse mergulhada na realidade divina vivendo uma experiência cognitiva e emocional que, comunicando continuamente ao grupo (mesmo aos que não estavam ali presentes), o leva também a fazer a mesma experiência. Juntos interpretam como sendo um novo entendimento, efeito de um dom de Deus feito a eles, sobre a realidade material e espiritual, humana e divina. A percepção geral é a de se sentirem todos imersos na esfera do sagrado e de terem se tornado “uma coisa só”, um grupo compacto no qual cada um se sentia identificado com o outro, como se possuíssem uma “alma” só, os mesmos sentimentos.²¹⁸

²¹⁶ Ribeiro (2003) relata que é comum entre os membros se expressarem com as frases “antes do Ideal” e “depois do Ideal”. E para Ginetta havia um *antes* e *depois* de conhecer o Ideal proposto por Chiara.

²¹⁷ Calliari (*apud* Ribeiro, 2003, p. 49).

²¹⁸ Ribeiro (2003, p. 96).

Essa experiência acompanhará definitivamente todo o grupo e é considerada por seus membros como uma confirmação empírica da plausibilidade dos ideais do Movimento. Após alguns anos, cada integrante desse grupo partirá para uma região diferente do planeta, com o propósito de expandir o Movimento, e esse acontecimento servirá no futuro do grupo como um referencial comum, uma espécie de memória coletiva.

Dentro da Igreja Católica, o Movimento pode ser considerado como parte do fenômeno do reavivamento religioso. Encontrou resistências por ser a expressão de um grupo formado de jovens, mulheres e leigas, o que confrontava a doutrina da Igreja e a estrutura eclesial da época, em que o homem tinha prevalência absoluta sobre a mulher e o religioso sobre o leigo, entendimento que viria a mudar apenas com o Concílio Vaticano II. Um dos problemas centrais era que, como havia engajamento de homens e sacerdotes no Movimento, Chiara seria sua líder (mulher e leiga), fato inédito na Igreja Católica. Porém, o ponto primordial do Movimento não foi reivindicar o sacerdócio feminino, porque entendiam que deveria haver papéis diferentes dos gêneros na estrutura eclesial, mas de um maior espaço para uma liderança feminina e uma crítica indireta, durante o período pré-conciliar, acerca do papel do leigo na Igreja, que, no entendimento do Movimento, teria condições de dignidade e responsabilidade idênticas às de um religioso, sendo diferenciado apenas por tarefas, e não mais por santidade (no sentido de virtuosismo religioso). Por suas características, o Movimento então viveu momentos de indefinição por não estar enquadrado nos códigos canônicos, situação que viria a mudar com o Concílio e a aprovação definitiva de seus estatutos pelo papa Paulo VI, em 1964. Antes da aprovação, em nenhum momento houve a intenção, por parte do Movimento, de romper com a instituição Igreja, pois havia o entendimento de que a relação do sagrado com Deus passa necessariamente pelas relações com a hierarquia da Igreja. Além da presidência leiga e feminina, outra característica fundamental do Movimento é seu alinhamento²¹⁹ com a instituição e o papa.

Para situar o MF no campo religioso brasileiro, se considerarmos as CEBs e a Renovação Carismática Católica como tipos ideais e dois pólos opostos de um *continuum* – de engajamento e militância política e social de um lado, e de adoração e louvor de outro –, o MF estaria mais ou menos na posição intermediária.²²⁰ No Brasil, o MF se iniciou em novembro de 1959, na cidade de Recife, com a chegada de Ginetta Calliari da Itália,

²¹⁹ Esse alinhamento dentro do movimento é entendido como “comunhão e unidade”. Isso, aliás, é uma de suas tarefas: promover diálogos dentro da própria Igreja Católica a fim de fortalecer sua unidade.

²²⁰ Essa idéia é de Ribeiro (2003). A autora salienta que, em uma análise mais aprofundada, se chegaria à conclusão de que seria correto ver o movimento como uma média entre os dois tipos ideais, mas é mais adequado considerá-lo como uma abordagem diferente. E considero exatamente isso. O *continuum* é apenas uma forma de situar o movimento em comparação com os outros movimentos, mas não significa que seja uma média.

juntamente com outros sete focolarinos.²²¹ Em 1964, ela se transfere para a cidade de São Paulo, fundando em 1969 a atual Mariápolis Ginetta (antiga Mariápolis Araceli) e permanecendo aí até o seu falecimento, em março de 2001. Atualmente, há no Brasil 250 mil membros em todas as regiões do país, e três Mariápolis Permanentes: a Mariápolis Ginetta (Vargem Grande Paulista, São Paulo), Mariápolis de Santa Maria (Igarapu, Pernambuco), e Mariápolis Glória (Benevides, Pará).

As Mariápolis Permanentes – o termo “Mariápolis” significa literalmente “cidade de Maria” – são pequenas comunidades onde famílias, jovens, padres e religiosos moram e trabalham de forma comunitária,²²² constituindo-se também como centros de formação social e religiosa do MF, onde inclusive são formados os novos focolarinos(as). Elas se estruturam como pequenas cidades que objetivam dar visibilidade ao estilo de vida comunitário do MF, caracterizado pela “renovação pelo Evangelho”, e, dessa forma, aderem à prática de comunhão de bens materiais e imateriais, e à superação de conflitos por meio do diálogo. No Brasil, a Mariápolis Ginetta é o centro de formação de liderança do movimento, e realiza cursos e congressos nos níveis regional, nacional e internacional. Ela também abriga a Editora Cidade Nova, responsável pela publicação da revista *Cidade Nova*,²²³ mensal, com tiragem de 50 mil exemplares, e de obras relacionadas à espiritualidade do movimento e correlacionadas. Além das três Mariápolis no Brasil, há mais 30 no mundo.

O MF se organiza da seguinte forma:²²⁴ em termos de graus de maior para menor engajamento, há três opções – *membros internos*, que optam por participar efetivamente e assumem responsabilidades específicas, sendo institucionalmente comprometidos; *aderentes*, que compartilham da espiritualidade e dos objetivos do MF mas não assumem responsabilidades específicas; e *simpatizantes*, que oferecem apoio ao MF em suas várias atividades mas não possuem vínculos mais fortes.²²⁵

Em termos estruturais, o MF se divide em seções, setores, movimentos de massa, e regiões. As *seções* são divididas por gênero, e há a seção dos focolarinos e a seção das focolarinas, compreendendo os(as) focolarinos(as) de vida comunitária²²⁶ (que vivem nos

²²¹ As focolarinas eram Viola Maria Sartori, Marisa Cerini e Ada Ungaro, e os focolarinos eram Marco Tecilla, Enzo Morandi, Giovanni Busellato e Rino Chiapperin.

²²² Na Mariápolis Ginetta moram 450 pessoas.

²²³ A primeira editora do Movimento, Città Nuova, surgiu na Itália e está presente em 32 países.

²²⁴ Isso em todo o mundo. Há especificidades regionais dessa organização, mas que não são relevantes para a minha pesquisa.

²²⁵ Sigo Leite (2005).

²²⁶ De acordo com suas responsabilidades dentro da organização, eles podem assumir as seguintes funções: responsável por países, *capozona* (responsável por uma região), *capofocolare* (responsável pelos focolares), *focolarino* (responsável por setores).

focolares) e focolarinos(as) casados(as). Os focolarinos de vida comunitária de ambos os gêneros são leigos consagrados (fazem os votos de pobreza, castidade e obediência) e vivem nos focolares, unidades básicas do movimento. É em torno dos focolares que o movimento se organiza, e o termo passou a designar as pequenas comunidades formadas de homens ou mulheres (separadamente), em torno de quatro ou cinco membros denominados focolarinos e focolarinas – e que moram geralmente em uma casa que serve como local de encontros e de referência para seus participantes. Eles praticam a comunhão de bens total, trabalham normalmente como forma de sustento e têm o desafio de viver o ideal religioso do MF a todo momento.²²⁷ Há também os focolarinos(as) casados(as), que não moram com os demais, mas com sua família, e também praticam a comunhão de bens e os ideais religiosos na relação familiar.

Os *setores* são formados por grupos de pessoas que se dedicam intensamente ao ideal religioso do MF, enquanto os *movimentos de massa* são ramificações de amplo alcance na sociedade, que possuem um comprometimento menor e pretendem atuar como “instrumentos para renovar a sociedade e a Igreja”. No total, são 22 setores e 9 movimentos de massa. Entre esses setores, mencionam-se Geração Nova (Gen), para as novas gerações que surgem no interior do MF; Voluntários, leigos que não fazem os votos mas procuram viver com radicalismo o ideal do MF; e os setores voltados para religiosos, religiosas, sacerdotes e bispo. Alguns dos movimentos de massa que podem ser citados são: Famílias Novas, coordenado pelos focolarinos(as) casados(as) e focado na família; Jovens por um Mundo Unido, liderado por jovens que participam do setor Gen e que promovem atividades de solidariedade; Movimento Sacerdotal, que busca a renovação das estruturas eclesiais, composto por sacerdotes diocesanos; e Humanidade Nova, que procura atuar em todo o espectro social – como política, economia, arte, educação, comunicação e direito –, tendo os voluntários como seus principais incentivadores.

Finalmente, as *regiões* se referem à presença espacial do MF no território nacional. Cada região – que abrange alguns estados, mas que não necessariamente coincide com a divisão geográfica – possui um centro masculino e outro feminino para a região, e alguns focolares masculinos e femininos.

Os Centros Regionais são formados por focolares que possuem papel de coordenação e administração do movimento. Há também os Centros Mariápolis, que servem como locais

²²⁷ Atualmente existem 900 focolares nos cinco continentes (56 no Brasil), congregando 6.289 membros. São os pontos de referência para os 7 milhões de pessoas que seguem o ideal de vida do Movimento. (Ribeiro, 2003, p. 52).

de encontros (como conferências, congressos, palestras) para os membros e simpatizantes do MF. No Brasil, há seis desses centros: em Manaus (AM), Benevides (PA), Brasília (DF), Igarauçu (PE), Vargem Grande Paulista (SP) e São Leopoldo (RS).²²⁸

A partir de 2002, a Sociedade Movimento dos Focolares – entidade civil do MF de utilidade pública e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, que possui sede nacional em Vargem Grande Paulista e filiais em todo o Brasil – desmembrou-se parcialmente em oito entidades, conservando os títulos e objetivos da sociedade original. São eles: Movimento dos Focolares Norte, Movimento dos Focolares Nordeste, Movimento dos Focolares Centro-Oeste, Movimento dos Focolares Sudeste, Movimento dos Focolares Mariápolis Ginetta, Movimento dos Focolares Sul, Editora Cidade Nova e Centro de Audiovisuais Vita.

O MF é presidido²²⁹ atualmente por Chiara Lubich, que dirige o movimento, auxiliada por uma co-presidente e um conselho geral formado por 60 representantes dos setores e movimentos de massa. A relação entre o centro administrativo do Movimento, localizado em Roma, e suas ramificações ao redor do mundo se dá principalmente por meio de relatórios mensais e anuais, encontros anuais dos responsáveis pelas regiões e países, que apresentam para o conselho a situação material e espiritual do Movimento em cada lugar. Atualmente, o MF é difundido em 182 países, com a participação de 140 mil membros internos e em torno de 2,1 milhões de aderentes e simpatizantes,²³⁰ dos quais 45 mil são representantes de 350 igrejas cristãs, 30 mil de várias outras religiões e cerca de 100 mil sem nenhum referencial religioso.

O financiamento do MF vem de diversas fontes. A primeira é a renda do trabalho dos próprios focolarinos. Em tese, cada focolare é auto-sustentável financeiramente, mas quando há casos em isso não seja possível, faz-se o que eles chamam de comunhão de bens: outros focolares doam parte de sua renda para que seja distribuída entre os focolares em dificuldade financeira, de acordo com as necessidades comunicadas ao centro regional. Para as ampliações, construções e obras assistenciais do Movimento, eles contam com doações dos membros e simpatizantes do próprio Movimento e de ONGs internacionais, que fazem doações a grupos religiosos que atuam na área social.

²²⁸ Há previsão de construção de mais centros em outras localidades.

²²⁹ Pelo estatuto do MF, a presidente deverá ser sempre uma mulher. Sob o ponto de vista do tema “gênero”, os dois casos aqui apresentados são interessantes porque, além do mencionado no MF, Sônia Hernandes, da IRC, é a primeira episcopisa e a primeira mulher a ter um programa de televisão no meio evangélico.

²³⁰ Segundo os dados do *site* oficial do Movimento dos Focolares (focolares.org), seção “Sala de Imprensa”.

As obras e projetos sociais sempre foram uma preocupação do MF, desde seu surgimento. Seus membros destacam que essas ações procuram não ser meramente assistencialistas nem realizadas pela simples realização, mas que buscam conduzir a um mundo renovado pelo Evangelho, o qual, segundo acreditam, proporciona a verdadeira revolução social. No mundo há mais de mil dessas obras, podendo ser destacadas: New Humanity, reconhecida pela ONU como ONG consultiva do Conselho Econômico e Social; Fundo Mundo Unido, que financia 30 microprojetos de autodesenvolvimento, Ação por um Mundo Unido (AMU), ONG que busca fomentar a cooperação internacional em favor do desenvolvimento; e Adoções à Distância, com mais de 9 mil crianças adotadas à distância, mantidas no próprio lar.

Uma das atividades dos MF no campo econômico é denominada Economia de Comunhão na Liberdade (EdC). Proposta por Chiara Lubich, a EdC teve início no Brasil em 1991 e tem como objetivo principal a transformação cultural da vida econômica e empresarial, tendo como guia valorativo o ideal religioso do Movimento. Um dos desdobramentos práticos do projeto é disponibilizar parte dos lucros das empresas aos mais pobres, suprimindo suas necessidades básicas – tais como alimentação, vestuário, higiene, assistência médica, educação básica e habitação – e/ou oferecendo postos de trabalho para eles. De um modo mais específico, a proposta contempla a divisão do lucro em três partes: uma voltada para a própria empresa; outra, para a difusão da chamada “cultura da partilha”, por meio da organização de congressos, estruturas, bolsas de estudo e divulgação na imprensa; e a terceira, para os pobres, inicialmente no âmbito dos Focolares.²³¹

Sob o ponto de vista do desenvolvimento da EdC, as empresas em sua maioria são de pequeno porte e com faturamento em geral não superior a 1 milhão de dólares/ano, atuantes em vários setores da economia: 51% no setor de serviços, 25% no setor produtivo, 20% no comércio e 4% em outros setores, inclusive no financeiro. Desde o início da EdC, em 1991, calcula-se que, do universo total de empresas que iniciaram, 14% encerraram suas atividades. No Brasil, atualmente se contabilizam 121 empresas atuantes, e no mundo há 735 empresas. Adicionalmente, em 2005 foi criada a Associação Nacional por uma Economia de Comunhão, responsável por representar socialmente a EdC no Brasil, defendendo os interesses de suas empresas.

A atividade mais significativa promovida pela EdC é o Pólo Empresarial Spartaco. Ele foi criado em 1994 com a intenção de ser um modelo para a construção de outros pólos no

²³¹ Veja em Pinheiro (2000) e Bruni (2005).

mundo e para dar visibilidade ao projeto EdC.²³² Ligado à Mariápolis Permanente Ginetta, está localizado no município de Cotia (SP), e em uma área de 48.696 m² abriga sete empresas num regime de condomínio,²³³ administrado pela *holding* Espri S.A. (Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais), uma empresa de participação²³⁴ que dá suporte estrutural à EdC no Pólo Spartaco.²³⁵ A Espri canaliza recursos para as empresas sob a forma de participações, que são feitas por intermédio de subscrição de cotas de capital, cuja propriedade é conservada pelos participantes (atualmente cerca de 3.600 acionistas), mesmo sem ter expectativas de lucro num prazo definido.

Para auxiliar na consecução das metas do Projeto Espri 2010,²³⁶ foi criado em 2000 o Workshop EdC, encontro de um dia que reúne bimestralmente empresários, estudantes, funcionários ou outras pessoas que se dispõem a ajudar a planejar e executar projetos que auxiliem no alcance dessas metas. Esse espaço é o que possui mais independência em relação à estrutura do MF e já concretizou projetos como a criação de uma associação de funcionários, gerida pelos próprios e que oferece convênios médicos e microcrédito.²³⁷

As empresas que atuam no Pólo Spartaco são: AVN Embalagens Plásticas Ltda., Ecoa-Ar Indústria e Comércio Ltda. (indústria e comércio de produtos de limpeza), La Tunica Indústria e Comércio Ltda. (indústria de confecção), Uniben Fomento Mercantil Ltda. (*factoring* e seguros), KNE Plásticos Indústria e Comércio Ltda. (indústria e comércio de rotomoldagens), Prodiet Farmacêutica Ltda. (comércio atacadista de medicamentos), e a própria Espri. Ainda fazem parte do pólo mais três empresas que, pelo ramo de atividade, estão localizadas fora do seu território: Escola Aurora (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), Policlínica Ágape (especialidades médicas e apoio diagnóstico), e

²³² Em 1995 surgiu o Polo Solidaridad, na Argentina; em 2006 foi inaugurado o Polo Lionello, na Itália, e em abril de 2007 foi inaugurado o Pólo Ginetta, em Pernambuco. Além de outros pólos em construção, já estão operativos um pólo em Krizevci, Zagreb, na Croácia, e um pólo em Rotselaar, Bruxelas, na Bélgica.

²³³ Com capacidade para abrigar 10 empresas. O condomínio é uma rede de integração de ações entre pequenas e médias empresas. Sendo estas localizadas num mesmo espaço, cada estabelecimento paga apenas aluguel mensal pelo uso exclusivo do local. Todo o processo de constituição física, inclusive o suporte técnico-operacional, é terceirizado. Dessa forma, é possível reduzir fortemente os custos envolvidos na implantação do condomínio, pois custos em comum deixam de ser despesas individuais para serem compartilhadas.

²³⁴ Baseada no conceito de associativismo, a empresa de participação comunitária (EPC) é uma sociedade anônima de capital fechado que reúne centenas de pequenos investidores de uma comunidade, cujos recursos são aplicados – por meio de uma empresa *holding* – na criação de micro e pequenas empresas ou na capitalização das já existentes. De uma forma mais abrangente, pode-se dizer que a EPC é uma empresa que gera outras empresas e que, por adotar os princípios do associativismo, oferece transparência e ampla democratização das decisões referentes à sua administração.

²³⁵ Segundo Leite (2005), o Sebrae considera a Espri a maior empresa de participação acionária do país.

²³⁶ Conjunto de metas que deverão ser realizadas até o ano de 2010 para consolidar os negócios do Pólo Spartaco.

²³⁷ Para a obtenção dos recursos financeiros para a associação, foi acordado que, a cada contribuição de R\$ 8 por funcionário, as empresas contribuem com a mesma quantia.

Comunione (escritório de contabilidade). As empresas de EdC que não estão no pólo são denominadas “empresas coligadas”.

Além da atuação no âmbito da vida econômica, Chiara Lubich orientou os membros a debaterem a EdC no mundo acadêmico e a se dedicarem à criação de uma “nova teoria econômica” a partir das experiências práticas realizadas, e que tenham como pressupostos os conceitos de fraternidade, unidade e amor recíproco. Contabilizam-se por volta de 300 trabalhos acadêmicos, entre monografias, dissertações e teses, e muitos deles estão disponíveis no *site* ecodicom.net/tesi.php. E para dar apoio aos estudantes, pesquisadores e professores que realizam seus trabalhos sobre a EdC, bem como coordenar o desenvolvimento de uma teoria econômica da EdC, foi inaugurado em 2005, na Mariápolis Ginetta, o Centro Filadélfia de Estudos, Pesquisas e Documentação da EdC.

4.3.3 O discurso, a ética focolarina e sua articulação com a vida econômica

O discurso e a doutrina do MF são perfeitamente sintonizados com a doutrina da Igreja Católica. Entretanto, há alguns elementos originais e ênfase em alguns aspectos espirituais que foram desenvolvidos pelo MF e posteriormente reconhecidos pela própria Igreja. Esses elementos são objeto de estudo em campos do conhecimento como a teologia, eclesiologia e em outras áreas correlatas, o que indica sua complexidade, e, devido a isso, serão tratados apenas num nível suficiente para o entendimento de seu papel no fenômeno que estou pesquisando.

O MF tem uma característica fundamental que é necessário esclarecer antes de prosseguir. Podem ser identificadas duas dimensões importantes, que muitas vezes se entrelaçam e se confundem: uma é o discurso programático, normativo, sobre o “dever ser” do MF; outra é a sua dimensão empírica, da qual deriva parte de sua doutrina. A doutrina, dessa forma, é resultado de um “desejo” de renovação cultural e espiritual da humanidade, e das ações realizadas por seus membros no decorrer dos anos, durante os quais depuraram o conteúdo programático, num processo dialético²³⁸ entre a experiência vivida e as reflexões espirituais. Aliás, o discurso é legitimado não apenas pelos resultados demonstrados pelos testemunhos atuais, mas também pela sua história. Cada elemento do discurso – por mais

²³⁸ Aqui no sentido de exteriorização, objetivação e interiorização (veja Berger, 2004, cap. 1).

abstrato que possa ser – tem sempre algum acontecimento cotidiano que o confirma ou o lhe dá respaldo. Disso decorre a grande valorização da “prática” entre os membros, ou seja, da “experiência”²³⁹ de cunho religioso de cada um no dia-a-dia. Dito isso, sigo adiante.

O MF se autodeclara uma organização que “caminha edificando a civilização do amor, com o objetivo de contribuir para a fraternidade universal, tendo como meta um mundo mais unido”.²⁴⁰ A hierarquia de valores que estrutura seu discurso é classicamente religiosa.²⁴¹ Há, no primeiro nível, a colocação do problema metafísico de Deus e de sua consequência para a humanidade; segundo, a experiência da tensão (muitas vezes contradição) entre o transitório e o contingente da situação humana e o absoluto e necessário em Deus; e terceiro, o reencontro com os homens por meio do amor cristão devido à inserção da humanidade no plano divino.

De fato, no início do MF, em meio à turbulência social da Segunda Guerra Mundial, Chiara Lubich reflete: “A lição que Deus oferece por meio das circunstâncias é clara: tudo é vaidade das vaidades. Tudo passa. Aflora uma pergunta: existirá um ideal que não morre, que nenhuma bomba seja capaz de destruir?”. E responde:

Sim, Deus. Em meio à destruição causada pela guerra, consequência do ódio, a luz do carisma nos leva a uma compreensão totalmente nova. Como se fosse a primeira vez ficamos extasiadas pela verdade sobre Deus: “Deus é amor” (1 Jo 4, 8): qualquer circunstância que nos atinge, seja ela alegre, triste ou indiferente, tudo nos parece uma expressão do seu amor. A alegria e a surpresa são tão grandes que não hesitamos em escolher a ele, exatamente a ele, Deus Amor, como ideal da nossa vida. E comunicamos logo, a quem está perto de nós – parentes, amigos – a nossa grande descoberta: “Deus é amor, Deus nos ama, Deus o ama!”.²⁴²

Nesta passagem, muito conhecida pelos membros do Movimento, podemos encontrar os três componentes mencionados: o que é Deus, a contradição entre o contingente e o necessário, e as circunstâncias como expressão dos planos amorosos de Deus sobre a humanidade. Nessa fase do MF, houve a conscientização e início da formulação de valores religiosos que vieram a se constituir como uma opção ideológica e de orientação de vida, marcadamente distintos da sociedade em que viviam: um mundo em guerra ou, em outros termos, um mundo em fragmentação.²⁴³ Chiara e suas primeiras companheiras, ao adotarem e procurarem atuar conforme a frase do Evangelho “[...] que todos sejam um” (João 17, 21), proporcionaram para si uma ruptura e cisão do sistema valorativo e de conhecimentos

²³⁹ É muito comum entre os membros a prática de “contar uma experiência”, que é o relato de acontecimentos do cotidiano que confirmam a doutrina.

²⁴⁰ Lubich (2001, p. 9).

²⁴¹ Neste ponto, sigo Camargo (1971, p. 26).

²⁴² Esse texto pode ser acessado em <<http://tinyurl.com/ypc5nr>>.

²⁴³ Nesse trecho, me inspirei em Camargo (1971, p. 28-29).

(normas e papéis) daquela sociedade, e, ao mesmo tempo, obtiveram uma resposta aos seus anseios da busca de um “ideal que nenhuma bomba poderá destruir”,²⁴⁴ e fundaram uma crítica à sociedade fragmentada e destruída em “consequência do ódio”. Dessa forma, em contraste com a fragmentação social, adotam a idéia de unidade; em contraste com o ódio, entendem que o amor evangélico é a melhor proposta; como antídoto à falta de diálogo, propõem “Jesus em meio”; diante da dor e sofrimento, adotam o conceito de “Jesus Abandonado”; ao enfrentarem a escassez de bens materiais, contam com a Providência Divina; e praticam a comunhão de bens na comunidade para ajudar os mais necessitados. Unidade, amor evangélico, Jesus em meio, Jesus Abandonado, Providência Divina e comunhão de bens são seis dos principais componentes em que gravita o discurso do MF.

O conjunto articulado desses conceitos é conhecido no Movimento como *espiritualidade da unidade*.²⁴⁵ A unidade é o conceito central da visão de mundo focolarina, a ponto de a passagem bíblica “Pai, que todos sejam um” ser considerada a “carta magna” do Movimento.²⁴⁶ Desde o início, o grupo se compreendeu como o portador do carisma²⁴⁷ dado a Chiara, cuja missão designada por Deus é levar a unidade ao mundo. Sempre se enfatiza que a unidade defendida não significa uniformização ou homogeneização,²⁴⁸ mas é a que segue a tradição cristã de “união sem confusão e distinção sem separação”,²⁴⁹ tendo como modelo a Trindade, e que possui a característica teleológica de ser a “finalidade do cosmos, estabelecida por Deus”,²⁵⁰ de que o mundo seja uma só família.

A unidade é obtida por meio do amor evangélico, que significa dar bens materiais ou espirituais de forma desinteressada,²⁵¹ e é sintetizado e sistematizado na *arte de amar*, como é conhecido no MF, da seguinte forma: amar a todos (sem discriminações), amar em primeiro lugar (tomar sempre a iniciativa), ver Jesus no outro (amar o outro como a si mesmo), e fazer-

²⁴⁴ Chiara conta que o seu ideal na época antes da guerra era estudar filosofia, o qual não se realizou.

²⁴⁵ Nesse ponto, sigo Ribeiro (2003). A espiritualidade da unidade ainda é composta por uma série de elementos que não abordo neste trabalho por entender que são menos relacionados com o meu objetivo.

²⁴⁶ De acordo com Lubich (2001, p. 12).

²⁴⁷ No sentido religioso. Carisma pode ser entendido como uma dádiva do Espírito Santo conferida a uma pessoa pelo bem da Igreja e da humanidade.

²⁴⁸ Apesar desse discurso, encontrei evidências de uniformização de certos comportamentos, que atribuo ao fenômeno comum de controle social dos grupos. Nas escolas do Movimento há um processo de formação que promove a uniformização dos discursos e das práticas individuais e coletivas. Agradeço a Valdir Fernandes por me chamara a atenção para isso.

²⁴⁹ De acordo com Ribeiro (2003, p. 107), “Esta fórmula resumiu quanto o Concílio de Calcedônia em 451 afirmou sobre o modo segundo o qual os cristãos acreditam que em Jesus encontram-se as duas naturezas, divina e humana. Mas a fórmula presta-se também para exprimir a outra especificidade da fé cristã da unidade de natureza e trindade das Pessoas, no mesmo Deus”. Para maior aprofundamento desse tema, veja Cambón (2000).

²⁵⁰ Ribeiro (2003, p. 108).

²⁵¹ Essas ações não estão localizadas prioritariamente nas esferas afetivas. Trata-se mais de uma ação racional voltada a valores.

se um (colocar-se no lugar do outro, empatia).²⁵² A arte de amar, além de conferir sentido às ações dos indivíduos, serve como uma “técnica da unidade” – como denominada por Chiara – muito utilizada entre os membros e que tem o objetivo de criar a *fraternidade universal*,²⁵³ de acordo com a crença no seguinte modo de funcionamento: quem receber a ação conduzida pela arte de amar tem a tendência de realizar uma ação no mesmo sentido, criando a reciprocidade.²⁵⁴ Essa reciprocidade gera o amor mútuo, que é a confirmação da crença de que o amor é verdadeiro. Em termos sociológicos, o amor defendido pelo MF pode ser interpretado como uma atitude benevolente de caráter universalista (“amar a todos”) em que é fundamental confiar *a priori* no outro, aceitando o risco racional de que talvez não haja compensação pela atitude. Para estabelecer essa confiança, é feita uma aposta na confiança. Em decorrência, para se estabelecer o amor mútuo é feita uma aposta no amor. E na arte de amar essa aposta está explícita principalmente em (a) amar em primeiro lugar (sem esperar que o outro dê algum sinal de confiança) e (b) amar a todos, sem discriminação (e, dessa forma, não se deve rejeitar alguém que aparentemente não teria condições de retribuir).

O amor mútuo, por sua vez, tem como resultado o que no Movimento é denominado *Jesus em meio*, expressão embasada na promessa de Jesus que está em Mateus 18, 20: “Onde dois ou mais estiverem reunidos em meu nome aí estou eu no meio deles”. “Trata-se do estabelecimento de relações sociais simétricas orientadas pelo amor, que realizam um perfeito consenso e acordo no grupo em questão”, possibilitando tomadas de decisão e resolução de conflitos. “Tal acordo e concórdia, com os conseqüentes sentimentos de alegria, paz, fraternidade, harmonia compartilhados por todos, são interpretados como sinais externos de uma presença invisível, mas real, de Jesus no grupo”.²⁵⁵ “Jesus em meio” muitas vezes é traduzido na expressão “vamos ver juntos”,²⁵⁶ dita em situações cotidianas de impasses, dúvidas ou tomada de decisões, e é o reflexo da dimensão comunitária do Movimento. Aqui há um ponto importante. Sem desconsiderar que esse mecanismo é uma forma de controle sobre o indivíduo, ao dar um caráter religioso às tomadas de decisão e atividades no âmbito do grupo, de certa forma estimula a confiança entre os membros, ao atribuir a cada um dos

²⁵² O amor é um dos conceitos fundamentais do MF. Tanto que Lubich (2004, p. 67) afirma que “É no amor que se resume a lei cristã. Se amamos, somos outros Jesus. E somos Jesus em tudo o que fazemos. A nossa vida, portanto, devia ser amor. Se quiséssemos uma definição em nosso dever-ser, deveríamos dizer: ‘Nós somos o amor’, exatamente como Deus é Amor”.

²⁵³ A base bíblica está em João 13, 34: “Eu vos dou um mandamento novo: amai-vos uns aos outros como eu vos amei”.

²⁵⁴ Para uma discussão sobre a reciprocidade na economia, veja Bruni (2005).

²⁵⁵ Ribeiro (2003, p. 101).

²⁵⁶ Ver juntos implica necessariamente na disposição de “perder” a própria idéia. Ou seja, não se trata de um consenso obtido num passe de mágica. Perder muitas vezes é amar Jesus Abandonado. Esse elemento algumas vezes é utilizado para fazer valer o poder e em outras denota a superioridade espiritual.

envolvidos a responsabilidade²⁵⁷ de manter a presença de “Jesus em meio”.²⁵⁸ Além disso, ao estar inserido num ambiente de confiança, o indivíduo saberá que cada um irá cooperar, e, ao se realizar essa cooperação, há a manutenção da confiança, como em um círculo virtuoso. E para o Movimento, “Jesus em meio”, gerado pelo amor mútuo, tem como efeito a *unidade*. Dessa forma, a sociabilidade é interpretada como mantida e aprimorada pelo sagrado.

Essa unidade, em termos sociológicos, pode ser interpretada como uma forte coesão do grupo, que é sagrado para o Movimento, e, ao mesmo tempo, é sinal, efeito e causa. Sinal da verificação da promessa; efeito da “presença” de Jesus; e causa porque a unidade (ou, como dizem no MF, “garantir a presença de Jesus em meio”) deve preceder qualquer atividade, ritual ou valor individual. Dessa forma, a espiritualidade da unidade é entendida como uma *espiritualidade coletiva* devido à sua valorização da interação social na comunidade como forma de relacionamento com Deus e salvação.²⁵⁹ Isso traz consequências práticas importantes para a ação: não importa com quem, por que ou onde estão reunidos, mas primordialmente *como* o fazem, ou seja, o sentido que atribuem à interação.

Isso significa que a *eficácia* – em termos de racionalidade funcional – está subalterna à criação e manutenção dos vínculos sociais. Como foi salientado por um dos entrevistados, “é preferível ter menos resultados com mais unidade a ter mais resultados com menos unidade”. Acreditam eles que a solução dos problemas com a presença de “Jesus em meio” é *the one best way*, mas, como costumam salientar, pode não ser a melhor solução de acordo com a mente humana, porém é uma solução ainda melhor porque foi pensada por Deus. Esse entendimento não significa que haja uma desvalorização da busca da melhor adequação dos meios aos fins nas ações econômicas, contudo essas ações estão imersas num contexto cultural em que a orientação da ação é, antes de tudo, motivada pela busca da coesão do grupo. Em outras palavras, a racionalidade econômica é conformada a um importante princípio religioso, de modo similar ao descrito por Weber sobre a ética protestante, diferenciando-se apenas quanto ao conteúdo dessa conformação.

²⁵⁷ Essa responsabilidade algumas vezes é definida pela hierarquia e de modo inverso. Isto é, entre um *focolarino* e um *capofocolare*, a responsabilidade de não “quebrar” a unidade é do *focolarino*, que não contesta a graça do *capo*. Isso ensejaria uma discussão entre as formas de unidade vertical e horizontal. Agradeço a Valdir Fernandes em relação a essa nota e à anterior.

²⁵⁸ Certa vez, participei de um evento do MF e pude constatar que eles realmente consideram seriamente o estabelecimento da presença de “Jesus em meio”. Presenciei um grupo que iria apresentar seus testemunhos, e minutos antes da apresentação uma focolarina pediu ao grupo que se reunisse em uma sala reservada para fazer uma oração e estabelecer a unidade através de Jesus em meio.

²⁵⁹ No MF as pessoas falam que estão em busca de uma “santidade coletiva” e não mais individual, como até então se entendia na Igreja Católica.

Em relação à visão de mundo em termos de unidade, há ainda outra característica atribuída ao efeito da redescoberta do Evangelho por Chiara e suas primeiras companheiras: a “unificação de todas as esferas da vida”, devido ao entendimento de que “[...] tudo se unificava sob a orientação do amor de Deus: trabalhar por Ele, estudar, descansar, orar, toda a vida uma sucessão de atos de amor a Deus, reconhecendo em cada acontecimento da vida uma vontade de Deus a ser realizada”.²⁶⁰ Isso significa que todas as atitudes – desde as mais prosaicas até as mais socialmente valorizadas – são interpretadas como englobadas pelo sagrado, devendo ser realizadas da mesma forma – como atos de amor –, independentemente do *status* social daquela atitude. Isso leva a um comportamento bastante apreciado no MF, de busca da coerência nas ações conforme os preceitos religiosos em todos os seus campos de atuação, inclusive a econômica. Dessa forma, o MF oferece a seus membros uma legitimação da ação racional voltada para valores em esferas que normalmente lhe são refratárias.²⁶¹ Para ilustrar, um dos entrevistados mencionou que não realiza vendas de seus produtos para o governo porque naquele ramo elas são feitas mediante pagamento de propinas. Ele afirmou que não se submete a isso, atribuindo sua decisão aos valores religiosos de amar a todos, inclusive o Estado e a concorrência, entendendo que o pagamento de propinas é uma forma ilegal e injusta de realizar um negócio, portanto uma forma de lesar o próprio Estado e seus concorrentes. A menção a esse tipo de comportamento é bastante comum nas entrevistas e nos testemunhos comunicados nos eventos.

No MF, essa unificação da vida é comparada a um arco-íris.²⁶² De acordo com a metáfora, a luz branca, que representa o amor de Deus, ao passar por um prisma se decompõe em sete cores, que simbolizam os vários aspectos da vida e, ao mesmo tempo, são expressões diferentes do amor original (luz branca). Cada cor encontra sua expressão no âmbito individual e coletivo, a saber: o *vermelho* corresponde ao aspecto da comunhão de bens interpessoal e intergrupar, englobando os entendimentos e conceitos sobre a economia, trabalho e pobreza; o *laranja*, ao aspecto das relações interpessoais e intergrupais; o *amarelo* corresponde ao relacionamento com o sagrado e, no âmbito social, está relacionado à área do Direito; o *verde* corresponde aos aspectos do meio ambiente, vida e saúde física e espiritual; o *azul*, aos aspectos estéticos do vestuário, decoração da casa e urbanismo; o *anil*, ao aspecto do conhecimento e da cultura em geral; e o *violeta* corresponde aos aspectos da comunicação

²⁶⁰ Ribeiro (2003, p. 112).

²⁶¹ Pode ser interpretada também como a inserção da racionalidade substantiva na esfera econômica. Veja em Serafim (2001).

²⁶² Idéia original atribuída a Chiara Lubich. Para se aprofundar no tema, veja Lubich (2004).

interpessoal e mídia.²⁶³ As cores e seus significados são utilizados como princípio orientador da organização do Movimento, de todos os seus setores e de tudo o que ocorre em seu âmbito, tanto no nível individual quanto no comunitário, bem como em atividades no âmbito social.²⁶⁴ Dessa forma, há uma racionalização da vida e da conduta em suas múltiplas dimensões, no sentido de que todas as dimensões abrangidas pela metáfora do arco-íris possuem igual importância, e deve-se manter um equilíbrio entre elas.

No âmbito econômico, há algumas experiências de utilização das cores como princípios de gestão empresarial, sem, contudo, dispensar técnicas de gestão utilizadas tradicionalmente em organizações econômicas.²⁶⁵ Esses princípios podem ser interpretados como a inserção da ética focolarina de ação no mundo adaptada a uma realidade funcionalmente racional. Cada cor corresponde a uma dimensão organizacional, seguida de atividades práticas de ação. São elas: *vermelho* (dimensão econômica e de comunhão), corresponde aos indicadores financeiros para a sobrevivência da empresa e a doação de parte do lucro; *laranja* (dimensão política), relação com outras empresas e associações de classe e políticas; *amarelo* (dimensão espiritual), corresponde à garantia da nobreza da missão, da confiança, esperança, respeito e preservação do bem-estar espiritual das equipes; *verde* (dimensão ambiental), saúde dos membros da empresa e respeito e preservação do meio ambiente; *azul* (dimensão estética), harmonia relacional e no ambiente de trabalho, ética; *anil* (dimensão do conhecimento e sabedoria), formação, pesquisa, inovação e equilíbrio da missão, bem como análise do posicionamento estratégico da empresa, produtividade, eficiência; *violeta* (dimensão da comunicação), troca de experiência entre os empresários e entre as empresas de Economia de Comunhão (EdC).²⁶⁶

Um ponto a ser destacado é que o “princípio arco-íris” é uma forma intencional de influenciar a ação administrativa por meio da organização da empresa e de uma orientação racional e metódica da conduta dos indivíduos de acordo com os sete aspectos do amor. Trata-se de uma racionalização religiosamente orientada da conduta da vida – neste caso pela espiritualidade da unidade –, conjugada a uma racionalidade econômica, que entram em conflito apenas quando, por meio de uma avaliação moral da atividade econômica, se perceber que estão sendo colocados em jogo valores defendidos no ambiente empresarial,

²⁶³ Sigo Ribeiro (2003).

²⁶⁴ Em qualquer evento do Movimento – seja um congresso, encontro ou reunião – são especificadas pessoas responsáveis para cada cor. Por exemplo, o responsável pelo vermelho cuida da parte financeira e da comunhão de bens (quando alguém não pode pagar as despesas do encontro, o encarregado do vermelho procura organizar a comunhão entre os demais para conseguir a quantia suficiente para cobrir seus custos). E isso acontece não apenas em eventos, mas nos grupos e organizações do Movimento.

²⁶⁵ Parágrafo baseado em Fernandes (2007).

²⁶⁶ Fernandes (2007) e Leibholz (2002). Essa classificação é utilizada pela Espri S/A como princípios de gestão.

como “a centralidade do homem, a valorização das relações interpessoais dos empregados, dos clientes e fornecedores, o respeito às leis e às obrigações com o Estado, o cuidado com o ambiente interno e com a conservação da natureza e a partilha de parte dos lucros”.²⁶⁷ Em outras palavras, a orientação da ação econômica está imersa em princípios e práticas que possuem como finalidade não apenas a eficiência em termos de resultados financeiros e crescimento econômico, mas principalmente a expansão de uma ética – embasada na espiritualidade da unidade – para a economia formal.²⁶⁸ Não se trata, portanto, apenas do princípio do capitalismo inicial “a honestidade é a melhor política”,²⁶⁹ mas da crença de que o estilo de vida e conduta baseadas na espiritualidade é portador de um “‘código’ para transformar a sociedade em todos os campos do mundo”.²⁷⁰

É importante ressaltar nesse ponto dois pressupostos fundamentais do discurso do MF acerca do entendimento antropológico e da realidade. O homem é considerado como um ser em relação, e sua identidade se expressa na atitude de “ser-dom”, de doação de si e de estar sempre na posição de doação.²⁷¹ Nessa visão, a pessoa é na medida em que doa e acolhe o outro, não se tratando de substituir o “eu” por “nós”, mas o “sujeito-ilha” por um “sujeito-relação”.²⁷² Há inclusive a denominação *homo donator*, criada por intelectuais do MF, que incorpora esse pressuposto e é capaz de praticar nas atividades econômicas uma nova cultura, a cultura do dar e do dom, em absoluta antítese à cultura do ter.²⁷³ Sobre a cultura do dar, voltarei em seguida.

Acerca da realidade, o MF possui como fundamento ontológico a Santíssima Trindade, ou melhor, o amor trinitário, no qual Pai, Filho e Espírito Santo são simultaneamente iguais e distintos, uma unidade possível pelo Amor (aqui no sentido de amor-ágape) e cuja dinâmica é o dom recíproco ou comunhão. A realidade empírica é “substância de amor”.²⁷⁴ O amor seria a lei mais elementar e fundamental, de modo que todas as coisas estariam em comunhão de amor entre si, e todos os acontecimentos na realidade física são animados pelo amor, tendo-o como fim. No plano da realidade social, ao se considerar que Deus é amor e tudo o que vem Dele é amor, a realização da *vontade de Deus* ganha importância na vida individual e da humanidade.²⁷⁵ Qualquer fato, acontecimento –

²⁶⁷ Fernandes (2007, p. 146).

²⁶⁸ De acordo com Fernandes (2007).

²⁶⁹ Weber (2002, p. 219).

²⁷⁰ Lubich (2001, p. 13).

²⁷¹ De acordo com Araújo (2000).

²⁷² Bruni (2001, p. 66).

²⁷³ Araújo (2000, p. 96; 2001, p. 40).

²⁷⁴ Araújo (1998, p. 66).

²⁷⁵ Neste parágrafo, sigo Ribeiro (2003).

imprevisível ou não –, atividades cívicas e rotineiras são entendidos como expressões de Sua vontade,²⁷⁶ constituindo-se uma forma de teodicéia ao ajustar todos os acontecimentos em uma narrativa onde tudo pode ser interpretado como expressão de amor de Deus. A moralidade cristã interpreta o *mal* não pela ação demoníaca nem como vontade de Deus, mas como decorrência do mau uso pelo homem de seu livre arbítrio. De acordo com essa teodicéia focolarina, Deus teria o poder de ressignificar tal situação, remodelando-a em uma nova situação de *bem*.²⁷⁷

O mundo social, como é entendido pelo MF, possui o amor como núcleo e essência de toda a sociabilidade. Entretanto, o que prevalece é um mundo desunido e carente de amor e, por isso, é necessário que haja uma renovação, possível apenas por meio do Evangelho. De fato, o adjetivo *novo* é constantemente utilizado – como em homens novos, humanidade nova, estruturas novas, famílias novas, entre outros – e se refere ao resultado das ações sociais que são orientadas por valores como amor e fraternidade, contrapondo-se aos valores “velhos”, tal como o egoísmo, que foram assumidos pela sociedade moderna. Esses termos, no discurso do MF, têm como pano de fundo a expressão bíblica “homem novo”, utilizada por Paulo de Tarso²⁷⁸ para designar as pessoas que assumem os ensinamentos de Cristo. E para assumi-los é exigida uma metanóia do “homem velho” para o “homem novo”, o que requer *radicalismo*, palavra muito usada no Movimento para se referir tanto ao resgate do estilo de vida original dos primeiros cristãos quanto ao fato de se colocar Deus em primeiro lugar na vida cotidiana.

Relacionada a esse radicalismo está a idéia do *cêntuplo*,²⁷⁹ que é a recompensa que Jesus promete nesta vida, e, no futuro, a vida eterna, para quem deixar tudo por sua causa,

²⁷⁶ Nesse sentido, não há atividades mais nobres do que outras. Qualquer atividade em qualquer esfera de ação adquire igual importância para o indivíduo, por ele entender que está agindo conforme a vontade de Deus naquele momento. Apenas para citar um exemplo, o ato de lavar a louça é muito utilizado como símbolo desse entendimento. É comum, em encontros do MF ou quando eles se visitam, que o convidado – independentemente de sua posição social – tome a iniciativa de lavar a louça, como um gesto de “colocar-se a serviço”.

²⁷⁷ Uma passagem bastante significativa de Lubich (1987, p. 89-91) diz o seguinte: “Em torno de nosso ser gira um mundo de valores de toda espécie, mundo divino, mundo angélico, mundo fraterno, mundo amável e também adverso, dispostos por Deus para nossa divinização, que é o nosso verdadeiro fim. E neste mundo, cada um é o centro, porque a lei de tudo é o amor. E se para o equilíbrio divino e humano de nossa vida nós temos, por vontade do Altíssimo, de amar, amar sempre o Senhor e os irmãos, a vontade e a permissão de Deus, os demais seres – quer saibam, quer não – servem, movem-se em sua existência, por nosso amor. De fato, para aqueles que amam, tudo concorre para o bem. [...] E um misterioso vínculo de amor liga os homens e coisas, conduz a história, dispõe o fim dos povos e de cada ser, no respeito à mais alta liberdade. Mas, depois de algum tempo que a alma, abandonada em Deus, escolheu como lei de sua vida ‘crer no amor’, Deus se manifesta, e ela, adquirindo nova visão, vê que de cada prova colhe novos frutos; que a cada batalha segue-se uma vitória, que cada lágrima desabrocha um novo sorriso; sempre novo, porque Deus é a Vida, que permite o tormento, o mal, por um bem maior. Compreende que o caminho de Jesus não culmina na paixão e na morte, mas na ressurreição e na ascensão ao Céu”.

²⁷⁸ Efésios 4, 22-24: “Renúnciai à vida passada, despojai-vos do homem velho, corrompido pelas concupiscências enganadoras. Renovai sem cessar o sentimento da vossa alma, e revesti-vos do homem novo, criado à imagem de Deus, em verdadeira justiça e santidade”.

²⁷⁹ Não significa 100 vezes mais, mas um número ilimitado (Lubich, *apud* Araújo, p. 85).

pelo Evangelho e pelo Reino.²⁸⁰ Segundo essa crença, é ainda nesta vida que somos chamados a “receber o cêntuplo e a usufruir dele”.²⁸¹ No MF estimulam-se a certeza e a convicção de que, se atingidas as condições exigidas por Jesus – ou seja, deixar tudo por Ele –, obtém-se o cêntuplo, “como uma equação matemática”.²⁸² Portanto, para os membros do Movimento, a questão da *salvação* perpassa esse ato radical de doação total. O cêntuplo, por sua vez, é considerado como um “capital de Deus”, pois vem da *Providência de Deus*. A utilização desse capital é restrita ao “incremento do Reino de Deus sobre a Terra”,²⁸³ que contempla as atividades de apostolado, de formação, e obras relacionadas ao desenvolvimento desse reino. Um exemplo do emprego do “capital de Deus” é a construção das Mariápolis Permanentes.

Além disso, acredita-se que cada pessoa é chamada para construir o Reino sobre a Terra por meio do trabalho e da ação, atentando para o fato de que há a dimensão espiritual (de paz, unidade e amor) e material (constituída por obras surgidas pela paz, unidade e amor). Nesse sentido, afirma-se que construir estruturas de graça que expressem o Reino de Deus é construir o “paraíso terrestre”.²⁸⁴ Dito de outra forma, trata-se de transformar todo o mundo “num novo paraíso terrestre, lugar onde cresce e se expande o Reino”, por meio da “própria ação, do próprio trabalho, em unidade de intenção com a encarnação e com a redenção de Cristo”.²⁸⁵ E essa transformação também deve se estender às esferas econômica, social e política, abarcando os “núcleos familiares, os grupos e as relações sociais, as relações internacionais, a ação econômica, a vida política, isto é, abraçar todo o âmbito temporal”.²⁸⁶ Fica claro que a construção do paraíso terrestre é uma construção humana que valoriza positivamente a atividade externa, na qual as obras (ou estruturas) possuem papel central. As obras são ao mesmo tempo *sinais* da consecução do Reino na Terra pavimentada pela unidade focolarina e *meio* dessa construção do Reino e da salvação de todos. Quanto a este último ponto, pode ser citado o exemplo das Mariápolis Permanentes e dos pólos industriais, que

²⁸⁰ Aqui sigo Araújo (1998). Essa promessa está em Mateus 19, 29: “E todo aquele que por minha causa deixar irmãos, irmãs, pai, mãe, mulher, filhos, terras ou casa receberá o cêntuplo e possuirá a vida eterna”. As outras passagens bíblicas referentes à promessa estão nos Evangelhos segundo Lucas 18, 28-30 e Marcos 10, 28-31.

²⁸¹ Araújo (1998, p. 84).

²⁸² Araújo (1998, p. 84).

²⁸³ Segundo um entrevistado, as doações que são consideradas cêntuplos possuem uma destinação precisa e não são diluídas com outras fontes de financiamento.

²⁸⁴ Araújo (1998, p. 86). O autor, ao aludir esse conceito ao Paraíso perdido conforme está narrado no livro do Gênesis, distingue entre paraíso terrestre e celeste: o primeiro “é a presença de Jesus no meio dos que se unem em seu nome, com todas as conseqüências práticas que essa presença desencadeia, verdadeira dimensão do Reino de Deus em ato. O segundo “é a vida de comunhão de amor com o Pai, o Filho e o Espírito Santo, no seio da trindade”.

²⁸⁵ Araújo (1998, p. 88).

²⁸⁶ Araújo (1998, p. 88). Ele ainda afirma que a realização completa do paraíso terrestre acontecerá apenas no final dos tempos, quando Deus for tudo em todos, segundo 1 Cor 15, 28.

possuem o objetivo, entre outros, de dar visibilidade ao que o MF defende, de modo que “o mundo creia”. É uma das maneiras encontradas para que se cumpra a passagem bíblica “que *todos* sejam um”, muito cara ao Movimento.

De fato, a participação desse processo é que confere a santificação por meio da transformação de uma *práxis ética* proveniente da espiritualidade da unidade (busca da unidade, estabelecimento de “Jesus em meio”, viver de acordo com a vontade de Deus, “Jesus Abandonado” e comunhão de bens [esses dois últimos serão vistos em seguida]) em um *método coerente de condução da vida* como um todo (arte de amar, cultura do dar, economia de comunhão, princípio arco-íris). Esse método é *comunitário*, e não individual, porque a comprovação de que o paraíso está sendo construído é vinculada ao recebimento do cêntuplo e ao fortalecimento da unidade entre os membros do Movimento, sendo que neste último a confirmação é a existência do amor mútuo (resposta amorosa dos outros às ações de alguém), o que é possível apenas em uma comunidade. É por isso que no MF se entende que se está em busca de uma *santificação coletiva*, em vez da santificação individual, como ocorre na tradição da Igreja Católica. E aqui surge mais um elemento fundamental a ser abordado: a *ascese*.

Na tradição católica, a busca da salvação passa pelo ascetismo individual (penitências e mortificações), sendo nesse caso a solidão bem vista como forma de se evitarem distrações e obstáculos provenientes do contato com os outros. Em contraste, Chiara e suas primeiras companheiras entenderam que a santidade – ou seja, a união total com Deus – deve ser buscada procurando-se estabelecer contatos com as pessoas, criando-se relações sociais baseadas no amor evangélico. Em seu entendimento, se a santidade deve ser buscada no mundo – e não se refugiando dele –, também deve ser buscada de modo coletivo. Isso é possível, de acordo com Chiara, vivendo-se de modo que se seja merecedor da presença de “Jesus em meio”, e “então será Ele, o santo por antonomásia, que santificará cada membro do grupo”.²⁸⁷ No MF, principalmente nos escritos de Chiara, enfatiza-se que a espiritualidade da unidade é “nova, atual e moderna”,²⁸⁸ e deve ser necessário que se esteja vivendo com a humanidade para ser-se instrumento de Deus na tentativa de resolver os problemas do mundo e, ao mesmo tempo, manter um constante relacionamento com Deus.²⁸⁹ Em um dos escritos do MF, afirma-se que: “Eis a grande atração dos tempos modernos: penetrar na mais alta contemplação e permanecer misturado com todos, homem ao lado do homem. Ainda mais:

²⁸⁷ Ribeiro (2003, p. 123).

²⁸⁸ Lubich (1998, p. 58).

²⁸⁹ Ribeiro (2003).

perder-se no meio da multidão, para impregná-la de divino, como se embebe um pedaço de pão no vinho”.²⁹⁰ Em outras palavras, a santificação se dá “lá fora” no mundo, no seu cotidiano. É a contemplação e ação, o *ora et labora* de São Bento além-muros do mosteiro, podendo-se tomar emprestada a tipologia weberiana de *ascese intramundana*²⁹¹ para categorizar melhor essa concepção focolarina da busca da transformação do mundo, que ocorrerá não por uma arrebatadora intervenção divina, mas via um processo cultural de transformação das pessoas em “homens novos”, construtores de uma nova cultura e estruturas alicerçadas no amor.

Acerca da ascese, o MF conserva toda a moralidade oficial da Igreja Católica, sendo menos flexível se comparado ao catolicismo tradicional urbano em relação ao consumo de bebidas alcoólicas (é permitido, mas com moderação); o fumo é desencorajado, e eles são severos quanto às questões de sexo antes e fora do casamento, homossexualismo e masturbação. Os casais são orientados a usar o método contraceptivo natural, o que pode ser uma das causas de haver algumas famílias numerosas, mesmo as da classe média alta. Os setores feminino e masculino têm convívio limitado, havendo dentro das Mariápolis uma divisão de tarefas de acordo com o gênero. Em relação ao vestuário, há orientações – conhecidas como “moda mariana” – para que os focolarinos e focolarinas não tenham um traje específico para não se distinguirem dos outros, mas que se vistam “como os lírios do campo”, o que significa se vestir com viço e bom gosto, com decoro, sobriedade e simplicidade, sem sofisticação nem objetos preciosos.²⁹² O recato também está presente entre os outros membros, principalmente no setor feminino. Eles são bastante liberais em relação ao uso da música (dão preferências às compostas pelos membros do movimento nos eventos, mas não há restrições em outros momentos), dos meios de comunicação e da cultura em geral. Há incentivo ao consumo de roupas, livros, vídeos e outros bens produzidos por membros do Movimento, mas nada que indique um comércio significativo nem uma estratégia de *marketing* para tal. Em uma escala descendente de participação, os membros internos, aderentes e simpatizantes dedicam boa parte de seu tempo em atividades do Movimento – reuniões de grupos, organização de eventos, voluntariado em obras assistenciais, entre outros

²⁹⁰ Lubich (1987, p. 9).

²⁹¹ Evidentemente que este parágrafo possui inspiração weberiana, principalmente quando ele afirma que o pressuposto fundamental de todo o seu ensaio da *Ética protestante* é que “a Reforma conduziu a ascese racional cristã e a metódica de vida para fora dos mosteiros e as introduziu na vida profissional mundana” (Weber, 2004, p. 221, nota 80). Uma das diferenças acerca do MF é que não é apenas na vida profissional, mas em todos os âmbitos da vida, que se deve exercer o ascetismo focolarino, dado pelas exigências de se estabelecerem relações de amor.

²⁹² Lubich (2004, p. 128).

–, e não é rara a ida à missa todos os dias, principalmente nos domingos, em que ela prepondera sobre todas as outras atividades.

Há outro elemento da ascese que pode ser mencionado. A unidade e o amor mútuo – que, segundo o MF, dão alegria – exigem empenho, treinamento diário (com orações, meditações, missa diária) e sacrifício. Para os membros, esse esforço é entendido na palavra “cruz”, porque é necessário saber sofrer, “um sofrimento que o amor requer”.²⁹³ Em outras palavras: saber sofrer por amor. E aqui entra um componente que é considerado o segundo eixo (o primeiro é a unidade) da espiritualidade da unidade: *Jesus Abandonado*.²⁹⁴ Considerada como o “segredo” para realizar efetivamente a unidade, a expressão se refere ao momento em que Jesus na cruz grita: “Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?”.²⁹⁵ O sofrimento e sacrifício de Jesus, simbolizados na expressão, são relacionados aos sofrimentos pessoais e sociais, e conferem um sentido a eles,²⁹⁶ de modo que se vivencie ou se enfrente tais sofrimentos “com a convicção de que são situações que prevêm uma saída, assim como, segundo a fé cristã, Jesus morreu, mas depois ressuscitou”. Para os membros, “abraçar Jesus Abandonado”, uma expressão muito utilizada, “são ocasiões nas quais se demonstra o amor e a fé em Jesus, não permanecendo, mas procurando soluções”.²⁹⁷ No campo econômico, essa expressão é utilizada para dar significado a todos os momentos negativos, tais como dificuldades gerenciais cuja solução, à primeira vista, esteja fora de alcance. Também compreendem como um pedido de Deus para que sejam mais radicais no amor. Por exemplo, um empresário comprometido com esse sistema de significado interpreta a falência de sua empresa como o momento para aceitar Jesus Abandonado e como um pedido de Deus para que o empresário “dê tudo” a Ele, como prova de que O ama acima de tudo.

Nesse caso, a “perda” é ressignificada como “doação a Deus”. E, segundo o MF, todo aquele que dá tudo por amor, recebe o cêntuplo, como abordado anteriormente. E aí entra outro componente fundamental: a *confiança na Providência de Deus*. Fruto das experiências de Chiara e suas primeiras companheiras, e mantida durante as décadas seguintes, a crença na providência está em vários escritos do MF e é interpretada como a intervenção de Deus em circunstâncias da vida de modo inesperado. De maneira mais precisa, a providência é:

[...] intróitos inesperados, não previstos, em bens materiais ou financeiros, de circunstâncias que chegam inesperadamente, não calculadas, e que se revelam

²⁹³ Lubich (1998).

²⁹⁴ Neste parágrafo, sigo Ribeiro (2003).

²⁹⁵ Evangelho segundo Mateus 27, 46.

²⁹⁶ Ou, em outros termos, fornece uma solução contra a anomia e o caos (veja Berger, 2005).

²⁹⁷ Ribeiro (2003, p. 102).

como solução de situações intrincadas, e tudo como resultante de ações sociais orientadas pelos valores religiosos contidos nas frases do Evangelho, e atribuído – segundo a percepção do grupo – à intervenção de Deus na vida dos homens. Como, por exemplo, os episódios emblemáticos conhecidos como das maçãs²⁹⁸ e dos sapatos nº 42.^{299, 300}

Os episódios das maçãs e dos sapatos número 42 (veja as notas de rodapé 298 e 299) mostram como as dimensões da vida econômica e espiritual estão entrelaçadas.³⁰¹ A ajuda aos pobres e a providência não foram vistas como um anexo opcional da vida religiosa, mas como uma expressão da vida espiritual nas outras dimensões, social e econômica. Para o MF, a providência fornece os bens materiais necessários para a solução de determinados problemas, desde que as “condições” do amor mútuo estejam presentes. Há um tipo de “lógica econômica” de intercâmbio na providência, como no exemplo das maçãs, presente na promessa de Jesus “dai e vos será dado”³⁰² e que serve de base para a crença. No exemplo, os membros associam a quantidade doada aos pobres com a quantidade que eles receberam de maçãs no mesmo dia, atribuindo à providência o que poderia ser interpretado como coincidência.³⁰³ Essa crença, mantida viva em todos os setores do Movimento até hoje, está presente nos cálculos e decisões de expansão estrutural da organização, feitos com base na chegada da providência, por exemplo, para o pagamento de determinada prestação da compra do terreno, na aquisição de uma casa, ou na escolha do melhor local para a instalação do pólo empresarial. Caso não cheguem os recursos necessários para um determinado projeto, isso é interpretado como não sendo da vontade de Deus. No campo econômico, os empresários que aderiram à economia de comunhão consideram a providência como um “sócio invisível”, e, de acordo com as entrevistas, consideram-na como uma fonte real de recursos e confiam que, se for da vontade de Deus, a providência chegará.

²⁹⁸ “O caso das maçãs: ainda no primeiro focolare batem à porta. Era um pobre que pedia ajuda. Em casa tinham maçãs. À lembrança de que no pobre ‘estava presente’ Jesus, prontamente lhe deram as maçãs. Na mesma tarde alguém vem visitá-las trazendo uma sacola de maçãs. Novamente dão as maçãs para alguém que pedia. À noite outra pessoa lhes leva uma sacola de maçãs.” (Ribeiro, 2003, p. 69.)

²⁹⁹ “O caso dos sapatos nº 42: certa vez um pobre, encontrando Chiara na cidade, comunica-lhe a necessidade pessoal de um par de sapatos nº 42. Elas eram todas moças, e além do mais, sapatos daquele tamanho! Onde poderiam encontrar!? Lembrando-se de que no Evangelho Jesus garantia: ‘Pedi e receberei’ (Cf. Mt 7,7), Chiara vai até a Igreja de Santa Clara, perto de onde se encontrava, e profere uma oração nos seguintes termos: ‘Jesus, dá-me um par de sapatos nº 42 para você naquele pobre’. Saindo da igreja, uma senhora vai ao seu encontro oferecendo um pacote. Havia recebido de um tio e, sabendo que ela e suas amigas estavam em contato com muitas pessoas necessitadas, pensou que pudesse ser útil: era um par de sapatos masculinos nº 42.” (Ribeiro, 2003, p. 69.)

³⁰⁰ Ribeiro (2003, p. 69).

³⁰¹ Neste parágrafo, sigo Gold (2003).

³⁰² Evangelho segundo Lucas 6, 38.

³⁰³ O MF não acredita em coincidências, em eventos como esse.

O consumo e o uso dos bens merecem uma atenção especial. O modelo de relacionamento com os bens econômicos tem origem nas ações de doações e solidariedade que Chiara e suas primeiras companheiras realizaram para ajudar os mais necessitados durante a Segunda Guerra. A comunhão de bens, entendida como a partilha de recursos materiais e espirituais colocados em circulação no tecido social, foi inspirada no estilo de vida das comunidades dos primeiros cristãos,³⁰⁴ e a prática de “colocar em comum” os bens, como seus membros costumam dizer, teve o caráter evidente de suprir materialmente os mais pobres, mas, antes de tudo, o seu objetivo foi resolver o problema social.³⁰⁵ Uma característica dessa experiência é que a expressão social do MF surgiu simultaneamente com as expressões religiosas que hoje definem a espiritualidade da unidade, fazendo com que as dimensões material e espiritual tivessem forte ligação, mantida ao longo das décadas no Movimento. O que emerge é uma visão religiosa que não é apenas uma forma de edificação espiritual, mas também um meio de superação dos problemas sociais.³⁰⁶

Sobre o consumo, no MF os bens se distinguem entre necessários, convenientes e supérfluos.³⁰⁷ O intuito é que com essa distinção seja possível que cada membro coloque o supérfluo no circuito de comunhão de bens.³⁰⁸ A situação e o contexto cultural é que identificarão cada bem de acordo com essa classificação, considerando-se também o consenso do grupo focolare de cada localidade. Dessa forma, o consumo possui restrições “na medida da necessidade do outro”, como dizem os membros, para reforçar o caráter de comunhão de bens que deve haver. É possível perceber a opção por uma “pobreza evangélica” – uma forma de ascetismo, de não consumir bens considerados supérfluos e de manter, quando possível, um padrão de vida confortável, mas não luxuoso. Isso não significa que haja um entesouramento em forma de poupança, como descrito por Weber em relação aos calvinistas.

³⁰⁴ Como está em Atos dos Apóstolos 4, 32.34-35: “A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém dizia que eram suas as coisas que possuía, mas tudo entre eles era comum. [...] Nem havia entre eles nenhum necessitado, porque todos os que possuíam terras e casas vendiam-nas, e traziam o preço do que tinham vendido e depositavam-no aos pés dos apóstolos. Repartia-se então a cada um deles conforme a sua necessidade”.

³⁰⁵ “Nós tínhamos como meta atuar a comunhão dos bens no máximo alcance que pudéssemos pensar, porque não é que nós queríamos amar os pobres pelos pobres, ou apenas amar Jesus nos pobres, nós queríamos resolver o problema social.” (Lubich, *apud* Leite, 2005, p. 204).

³⁰⁶ Não se reduzindo apenas à militância social. Como afirma Chiara, referindo-se à providência divina (*apud* Araújo, 1998, p. 84): “[...] experimentamos ainda que o Evangelho é a força dos pobres, como diz o título de um livro publicado no Brasil [Ginetta, 2000]. Com o Evangelho, os próprios indigentes encontram um caminho para se libertar de situações subumanas. Como acreditam em Deus e obedecem as suas palavras, Ele intervém”.

³⁰⁷ Por exemplo: em determinada família e situação, ter um carro é necessário e ter dois carros é conveniente. O cuidado está em não comprar carros tão caros (o que poderia entrar na categoria de supérfluo) que impossibilitem realizar a comunhão de bens por estar endividado.

³⁰⁸ Em algumas situações mais graves – como na guerra – pede-se que o conveniente e até o necessário sejam doados.

Há a poupança evidentemente, mas, devido ao compromisso com a prática de comunhão de bens, boa parte dela é dirigida para o circuito da comunhão.

Houve na história da Igreja, e ainda há, a prática da comunhão de bens, mas ou possui um caráter apenas assistencial ou era e é restrita ao pequeno grupo de pessoas do convento, seminário, ou a um pequeno grupo pertencente à instituição. A diferença do MF em relação a essas iniciativas é a pretensão de universalizar essa prática e visão de mundo. Pegando carona na idéia de ascetismo intramundano de Weber, afirmo que o MF, por meio de sua prática e posterior doutrina de comunhão de bens, pretende levar ao mundo a “racionalidade capaz de comunhão”.³⁰⁹ Essa racionalidade está próxima do conceito de racionalidade substantiva weberiana, diferenciando-se dela por ter características mais específicas, confinadas aos limites do movimento religioso:³¹⁰ a ação racional é orientada por valores como a cooperação e o ato de dar,³¹¹ com vistas ao estabelecimento da reciprocidade³¹² como é entendida no Movimento, isto é, sem condicionalidade (ou com gratuidade³¹³).

O sistema de ações práticas da comunhão de bens e dos outros valores sintetizados na expressão “espiritualidade da unidade” constituiu uma significativa experiência cultural.³¹⁴ A imersão sistêmica e institucional desses valores é denominada no MF *cultura do dar*.³¹⁵ Também de caráter propositivo, a expansão dessa cultura em todas as esferas da vida é vista, primeiro, como uma espécie de antídoto para as duas principais atitudes que estão na base do pecado, segundo a Igreja Católica – a busca exclusiva do lucro e a sede de poder³¹⁶ –, e, segundo, como uma crítica e alternativa à cultura da sociedade atual,³¹⁷ denominada “cultura do ter”. Antítese da cultura do dar, a cultura do ter é caracterizada como a busca da

³⁰⁹ Esse conceito está sendo desenvolvido por intelectuais do MF, principalmente por Bruni (2002, 2005).

³¹⁰ Veja Fernandes (2007, p. 143).

³¹¹ Bruni (2005, p. 96, nota 37) especifica o termo “dar”: é o ato gratuito que visa sempre à reciprocidade, à relação pessoal com o outro. Essa ênfase na relação pessoal é a principal diferença entre o ato de dar e os atos de filantropia e altruísmo, que não necessariamente procuram a reciprocidade.

³¹² “[...] o princípio da reciprocidade não é o de doar algo com a condição de receber outra coisa em troca. Esse é um princípio de troca [ou reciprocidade de mercado]. O princípio da reciprocidade é a gratuidade, a partir de um valor *intrínseco* motivador que porta na sua natureza a liberdade de que um ato gratuito torne-se recíproco” (Fernandes, 2007, p. 81).

³¹³ Significa que a decisão para agir é independente da retribuição do outro, ou seja, do estabelecimento da reciprocidade. A contrapartida é esperada, mas não exigida, como na perspectiva do contrato, por respeitar a liberdade do outro de desejar ou não o estabelecimento da reciprocidade.

³¹⁴ Neste parágrafo me inspiro em Gold (2003). Defino neste trabalho cultura como o “[...] conjunto dos comportamentos, saberes e saber-fazer característicos de um grupo humano ou de uma sociedade dada, sendo essas atividades *adquiridas* através de um processo de aprendizagem, e *transmitidas* ao conjunto de seus membros”. (Laplantine, 2006, p. 120, grifo original).

³¹⁵ Também conhecida como cultura da partilha.

³¹⁶ Araújo (2000, p. 106).

³¹⁷ Uma passagem interessante de Camargo (1971, p. 31) parece estar relacionada a isso: “Um fato é fundamental e característico do catolicismo social [...]: as exigências do amor cristão devem (sob pena de abandono da essência da mensagem religiosa) ser mediadas por uma crítica da sociedade. O engajamento social do cristão é assumido a partir da plena consciência e aceitação dos valores do Cristianismo”.

acumulação, consumo do supérfluo, desperdício, individualismo (no sentido moral), prazeres e desejos que devem ser satisfeitos a qualquer custo, cuja base antropológica é considerada como deformada: o ter como dimensão fundamental da própria personalidade.³¹⁸ Para o MF, a expansão da cultura do dar será capaz de revelar e forjar uma “mentalidade nova, um novo modo de ser e de se relacionar”, e capaz de construir o novo: as estruturas da graça.³¹⁹

O projeto da Economia de Comunhão (EdC) é considerado pelo MF como uma das concretizações dessas estruturas da graça. O projeto é, por meio das organizações econômicas (empresas e pólos industriais), a sistematização e institucionalização da compreensão e condução da vida econômica do MF inserido no contexto do mercado. A gestão dessas organizações econômicas e as relações sociais intra- e interorganizações possui, portanto, como princípio valorativo, o *ethos* do MF,³²⁰ com adaptações tanto provenientes da aprendizagem da prática de seus agentes quanto do grupo de intelectuais ligados ao Movimento que estão procurando desenvolver uma teoria econômica da EdC. Os efeitos econômicos da EdC – e aqui cabe ressaltar que foram propositais – são a repartição do lucro das empresas³²¹ que aderem ao projeto com os pobres³²² e as estruturas do movimento (para a expansão da cultura do dar), e o conseqüente aumento de escala da comunhão de bens por conta do acréscimo da dimensão da produção (empresas) à dimensão distributiva já realizada pelo Movimento. Alinhavada com o aspecto espiritual do projeto – de expandir a cultura do dar na vida econômica, e mantida a tradição do Movimento de o social estar entrelaçado com o espiritual – está a busca da consecução da justiça social ao ter como objetivo a superação da situação de indigência, primeiramente dos seus membros e, depois, servindo de modelo (ou “paradigma”) para outros grupos ou comunidades. Um aspecto importante a ser ressaltado é que as empresas aderentes à EdC estão duplamente imersas: na economia de mercado e no contexto cultural. Aliás, tanto a empresa em sua forma capitalista quanto o mercado (enquanto instituição) são vistos de forma positiva, por serem instrumentos úteis na realização dos objetivos da EdC. Para utilizar uma imagem computacional, direi que a EdC é o *software* (cultura do dar) com uma nova programação para um *hardware* já dado (empresa e economia de mercado).

Para finalizar, dadas a crítica sociocultural feita pelo MF da atual sociedade e suas intenções intervencionistas na esfera da vida econômica – das quais a EdC é sua

³¹⁸ Araújo (2000).

³¹⁹ Araújo (2000, p. 106).

³²⁰ Gold (2000).

³²¹ Para um estudo sobre o lucro na EdC, veja Brandalise (2003).

³²² A doação é devidamente organizada e distribuída pelo próprio MF, que possui uma coordenação específica para isso.

concretização – com vistas à transformação em direção a uma cultura econômica baseada em seus critérios religiosos, sugiro que a ética econômica focolarina está em forte tensão com o “espírito capitalista”, querendo substituí-lo por um novo espírito: o da comunhão. Se para Weber, no caso do capitalismo racional, os interesses ideais (ou espirituais) e os interesses materiais (ou econômicos) se reforçavam mutuamente, a ponto de facilitar uma inovação econômica, no caso da EdC e do MF a inovação econômica é buscada intencionalmente, mas está limitada à restrita capacidade de expansão da EdC³²³ e às dificuldades inerentes de mudanças culturais de modo que os interesses materiais e ideais estejam alinhados para promoverem a justiça social.

4.3.4 Empreendedor da EdC

“Todos os fiéis viviam unidos e tinham tudo em comum. Vendiam as suas propriedades e os seus bens, e dividiam-nos por todos, segundo a necessidade de cada um. [...] Nem havia entre eles nenhum necessitado.” Atos dos Apóstolos 2, 44-45; 3, 34

O desdobramento do discurso e das práticas do MF no campo profissional foi institucionalizado na EdC, projeto no campo econômico conduzido pelo setor Humanidade Nova. O teor da ética do trabalho é totalmente congruente com o discurso oficial da Igreja Católica, com ênfase em alguns componentes provindos da espiritualidade da unidade, como o amor evangélico e a pobreza escolhida – que serão abordados a seguir. Para que os negócios sejam bem-sucedidos, são consideradas primordiais a competência profissional e a racionalidade econômica, mas, além disso, são necessários que outros juízos racionais não econômicos sejam considerados nessa equação. Como a EdC é considerada pelos membros como um projeto de Deus conduzido pelos homens por meio do MF, são inseridos no campo econômico critérios provindos da esfera religiosa e que dão um caráter diferente à idéia de ser bem-sucedido.

Para um desses empreendedores da EdC – definido por um dos entrevistados como “alguém que põe seus talentos a serviço dos irmãos, para melhorar sua condição material, mas, sobretudo, para promover a fraternidade no mundo” –, mais importante que os resultados financeiros é a maneira como o processo de gestão é conduzido em direção aos objetivos da EdC. “Trabalhar não para produzir lucros, mas produzir lucros para construir uma nova

³²³ Para uma discussão sobre as possibilidades de expansão da EdC e de que forma poderia se dar, veja Gold (2000).

cultura”, como afirmou um dos entrevistados, é um bom resumo dessa visão de mundo. Nela, o objetivo empresarial possui uma conotação transcendente – construir a nova cultura, ou seja, a cultura do dar e, de modo mais amplo, contribuir para a construção do “paraíso terrestre” – e é materializado na ajuda aos pobres e no estabelecimento de relacionamentos de reciprocidade (amor mútuo). Sobre este último, o “amar a todos” é considerado como o meio e fim da ação empresarial.³²⁴ Para os empreendedores, o amor evangélico é o principal motivador de suas ações sociais, como a ajuda financeira aos pobres cadastrados no MF e o esforço de pagar em dia e integralmente seus impostos.³²⁵ Essas ações são duas das conseqüências da aplicação da “arte de amar” e do “princípio arco-íris ou dos sete aspectos” – vistos na seção anterior – como método e critério de ação por parte do empresariado. Na Figura 05, tento resumir – a partir dos dados coletados – algumas outras ações motivadas pela arte de amar, o que sugere a aplicação de uma racionalidade não econômica no comportamento do empreendedor.³²⁶ Levando-se ao extremo, pode-se afirmar que o amor é considerado como uma categoria administrativa para esses empreendedores.



Figura 06 – Arte de amar e a ação administrativa

³²⁴ Esse ponto é sempre muito enfatizado pelos entrevistados e nos eventos da EdC. Fernandes (2007) chegou a conclusão semelhante.

³²⁵ Aqui, siga Fernandes (2007).

³²⁶ Bruni (2002, p. 44), ao analisar a teoria econômica predominante, afirma que o agente racional pode ser analisado independentemente das suas relações com o outro. Diferentemente, a EdC parte do pressuposto não do indivíduo, mas da pessoa em relação, fazendo com que a ênfase maior seja na “relacionalidade” do que na racionalidade. Isso não quer dizer que se ignore a racionalidade ou que ela deixa de ser importante nas pesquisas. Mas se procura outra forma de racionalidade que simultaneamente abarque não apenas a conduta estratégica, mas as relações de gratuidade e as que são motivadas pelo amor mútuo.

Como ilustração, a seguir é reproduzida a fala de um empreendedor, entrevistado acerca de como agiu em uma situação particular tendo como orientação a arte de amar, que o levou a uma atitude de paridade com seus funcionários:

Nestes dias de feriado de Natal fizemos o inventário de estoque. Mais de 2.500 itens para serem contados. Isso significa que devíamos ver em cada produto: quantidade, código de barras, lote, vencimento, endereço, marca, fabricante, substância etc. Imagine o trabalho. Trabalhamos dia 22, 23 e 24 até às 12h. Mais de 80 pessoas envolvidas divididas em várias equipes. De minha parte foi natural estar envolvido numa destas equipes, fazendo aquilo que todos deviam fazer. Para mim, algo normal, mas para muitos um verdadeiro espanto e motivo de muita alegria. Senti claramente um ambiente leve, porém, de muito trabalho e responsabilidade. Eu não participei por ser exemplo ou cobrar dos outros. Mas porque, na nova cultura da EdC com a qual estou envolvido (do amor no ambiente de trabalho e da gratuidade das nossas ações), dizia-me que deveria estar ali, ao lado de todos, vivendo a realidade que todos vivem... É claro que no dia 26 retornarei às minhas atividades que os outros não poderão fazer.

Há um fator interessante aqui. O empreendedor se assume como tal não apenas na esfera econômica, mas também na esfera religiosa, por meio do projeto da EdC. Nesse projeto, ele é um membro do Movimento, mas simultaneamente um empreendedor da EdC e, devido a isso, assume algumas responsabilidades, como dar seu testemunho como empresário, tentar aplicar na prática gerencial os princípios do Movimento, e receber os pedidos de estudantes e pesquisadores que os procuram para seus trabalhos.³²⁷ Pode-se falar, então, de uma dupla imersão (*double embeddedness*)³²⁸ do empreendedor: ele está simultaneamente imerso no contexto institucional do capitalismo de mercado e no contexto cultural ou rede de relações sociais religiosas.

Um dos efeitos da imersão nesse contexto cultural é que a conduta dos empreendedores é orientada por fortes convicções religiosas, a ponto de considerarem que todas as dimensões da vida são “inundadas” pelo *ethos* religioso.³²⁹ Em outros termos, “[...] tratar do ‘elemento Divino’ significa tratar de todos os demais, visto que esse fator perpassa, sustenta, sintetiza e viabiliza tudo o que existe, no real e no imaginário”.³³⁰ Isso quer dizer

³²⁷ Este último ponto é importante porque há uma demanda grande por esses empreendedores – principalmente das empresas de EdC mais conhecidas –, que muitas vezes os sobrecarrega por terem que responder a questionários, dar entrevistas e fornecer dados das empresas. Os empreendedores da EdC, dessa forma, se assumem como agentes do projeto da EdC, que requer que eles sirvam de objetos de estudo.

³²⁸ Veja em Martinelli (2006).

³²⁹ Coerentemente à idéia da “unificação de todas as esferas da vida” vista na seção anterior.

³³⁰ Pinto (2004, p. 307. Grifo original). Spers (2004, p. 148) vai na mesma direção: “Foram introduzidos elementos valorativos em um sistema produtivo já dado. Ou seja, a estrutura produtiva é mantida, e, a partir da Economia de Comunhão, surgem valores orientados pela religiosidade”.

que modelos de gestão formais são adotados pelos empreendedores e coadunados com os princípios da espiritualidade da unidade, em uma tensão constante entre a ética da responsabilidade e da convicção,³³¹ ou seja, há um esforço para equacionar a responsabilidade de manter a empresa competitiva e os valores religiosos com os quais se está comprometido. Esse esforço é devido à busca da manutenção da coerência da visão de mundo da espiritualidade da unidade, que é considerada como universal e, portanto, não é condizente com o “relativismo ético”, ou seja, com a adoção de critérios acerca do certo/errado, justo/injusto, lícito/ilícito, que se modificam de acordo com a situação ou esfera em que se encontram (familiar, econômica, religiosa). E essa crença pode levar algumas vezes à tomada de decisões econômicas motivada por razões não econômicas, como ilustra o relato a seguir:

Certa vez, um cliente nos solicitou um pacote turístico para Europa. Custava em torno de US\$ 2.700 para cada pessoa, e como viajaria o casal, o preço seria o dobro. Fizemos as reserva e combinamos tudo com os clientes. Quando fomos fazer o pagamento com a operadora internacional, ela nos informou que aquele pacote tinha entrado em promoção naquela semana e que custaria em torno de 30% a menos. Como já estava tudo combinado com os passageiros, poderíamos ter ficado com este desconto para nós, sem repassá-lo ao cliente. Porém, procurando agir com honestidade e a ética nos relacionamentos, repassamos todo o desconto para os clientes, mesmo sabendo que, nesse caso, nossa comissão também seria reduzida.³³²

O sentimento de pertencimento à comunidade focolare é tão importante que há uma denominação especial a esse estilo de vida: espiritualidade coletiva.³³³ O participante entende que a sua atuação como empreendedor da EdC não diz respeito apenas ao âmbito pessoal ou de sua organização econômica, mas ao conjunto da organização religiosa. Esse compromisso com o MF e o projeto EdC é evidenciado em dois aspectos. Primeiro, um motivo primordial para eles se tornarem empreendedores ou, já sendo, para aderirem ao projeto EdC é “darem uma resposta ao pedido de Chiara”, como costumam dizer. De acordo com o relato de um deles, “nossa experiência começou com um grupo de amigos que, entusiasmados pela proposta de Chiara sobre a EdC, não poderia ficar parado, de braços cruzados”. Dessa forma, eles vêem o “ser empreendedor” não apenas como uma função,³³⁴ mas também como uma vocação³³⁵ – que exige competências profissional e espiritual – para participar da construção

³³¹ No sentido weberiano. Sobre essa abordagem e análise da EdC, veja Serafim (2001).

³³² Relato-testemunho de empreendedores da EdC em 2003.

³³³ Veja na seção anterior.

³³⁴ Como em Schumpeter.

³³⁵ De acordo com o *Dicionário Houaiss*, “vocação” se origina do latim *vocatio*, *-onis*: “ação de chamar; intimação, convite”. Portanto, há uma relação entre o “chamado de Chiara” e a ideia de ser empreendedor como uma vocação.

coletiva do que denominam cultura do dar. O segundo aspecto é o senso de missão e risco que assumem conscientemente em favor de um projeto coletivo. Segundo o relato de um dos empreendedores, “naquela época [1998] todos nós tínhamos nossos próprios empregos, em boas empresas, porém o amor que nascia em nós pela EdC fazia vislumbrar que, no futuro, todos trabalharíamos juntos [grupo de amigos]”. Segundo um dos entrevistados, arrisca-se inclusive a própria empresa “por amor”, no sentido de que a vivência de valores religiosos – que, por sua vez, tem conseqüências éticas na conduta econômica do empreendedor – pode acarretar algumas desvantagens competitivas, como o caso de um empreendedor que relatou que alguns clientes o vêem como “não-parceiro” porque o modelo de negócio proposto por eles é incompatível com o seu padrão ético. Arriscam-se também ao procurar contribuir com o projeto ao instalarem suas empresas ou suas filiais no pólo empresarial. Certamente são feitos cálculos de viabilidade econômica – podendo-se dizer que o risco possui um certo grau de cálculo –, porém, como relatou um empreendedor, ele não se instalaria no pólo se não fosse pelo projeto da EdC. Arriscam-se ainda ao doar parte dos lucros de acordo com os propósitos da EdC, o que, apesar de ser feito com cautela, diminui o valor que poderia ser reinvestido na empresa.³³⁶

Essa abnegação – ou ainda, esse sacrifício de arriscar-se – é parte do que no MF se denomina *pobreza escolhida*.³³⁷ Acredita-se que o empreendedor de EdC deva ser “pobre”, ou seja, adotar livremente um estilo de vida sóbrio³³⁸ porque se entende que os bens e as coisas devam ser colocados em circulação, considerando-os como dádivas.³³⁹ O acúmulo de capital para proveito próprio e o consumismo são desencorajados porque não estimulam a comunhão, e, portanto, não levam à cultura do dar. Esse estilo de vida com fins religiosos, de acordo com a crença do MF, tem como resultado a atuação do “sócio invisível”, termo usado para

³³⁶ Uma importante questão a colocar são os motivos que levam alguns empreendedores que freqüentam o MF a não aderirem à EdC. Segundo os entrevistados, alguns desses motivos são: 1) às vezes um empresário do movimento tem sócios que não estão interessados em aderir, e ele não fica livre para aderir como uma empresa; 2) a empresa não alcançou uma solidez ou passa por momentos de crise; 3) e, no caso de (2), se ele fizesse parte da EdC, poderia ser um contra-testemunho. Dessa forma, não se sente digno – porque podem notar que ele não tem capacidade de gerir de forma positiva, de não ter lucro; 4) pensam que fazer parte da EdC é dar o lucro apenas, mas não é isso: a EdC é “dar a vida”; então há falta desse entendimento, e isso mostra a falta de formação de alguns empresários, o que motivou a criação de escolas de formação.

³³⁷ O tema da pobreza na Igreja Católica é complexo e não diz respeito apenas ao caráter material. Para uma noção desse tema e sua relação com a EdC, veja Bruni (2005, p. 147-151).

³³⁸ Segundo Alberto Ferrucci, que, em uma conferência no Congresso de EdC de 2007, afirma que esse estilo é caracterizado pelas atitudes de evitar depender demais das coisas, resistir à tentação do consumismo, cuidar do bem comum (meio ambiente, espaço público), não abusar muito da saúde, evitar fazer o mal a alguém devido ao estilo consumista, gerir a economia pessoal e empresarial de maneira não ávida, não desejar o máximo de rendimentos, controlar o uso da especulação para que não prejudique outras pessoas, não financiar atividades ou consumir produtos que possam causar prejuízo a si e aos outros.

³³⁹ De acordo com Bruni (2005).

designar a Providência Divina.³⁴⁰ Os empreendedores contam com essa atuação principalmente em momentos de dificuldades. Um dos entrevistados atribui ao sócio invisível acontecimentos como, por exemplo, a geração de negócios imprevistos, o pagamento de uma dívida no momento em que mais precisava, e a não efetivação de um negócio que poderia ser nocivo à empresa. Dessa forma, as angústias, os riscos e as incertezas são amenizados subjetivamente pela garantia da atuação do sócio invisível, caso as condições necessárias (amor mútuo, Jesus em meio) estejam presentes.³⁴¹

Dois padrões nas biografias dos empreendedores me chamaram a atenção. O primeiro é que eles não vêm de uma experiência de conversão, mas de continuidade, pois geralmente são membros internos, aderentes ou simpatizantes do MF. Alguns relatam certas mudanças de ênfase em relação ao seu trabalho, ao se esforçarem para transpor o conjunto de princípios, crenças e valores do MF para a prática administrativa. Entretanto, o mais comum é que a adesão à EdC seja entendida mais como uma continuidade daquilo que o empreendedor vivenciava na organização religiosa, com a diferença de que a EdC organizou e categorizou³⁴² as ações religiosas no campo econômico. O segundo padrão é o histórico de uma inclinação pela busca de justiça social por parte dos empreendedores. Por exemplo, como afirmou um dos entrevistados, “[...] minha atividade empresarial da época [antes de entrar para a EdC] não preenchia meus anseios mais profundos de ajudar na construção de uma nova realidade social a partir da atividade econômica. [...] A EdC e tudo aquilo que ela compreende foi a resposta”. Essa fala ilustra uma ponderação comum entre os empreendedores, de que a EdC “é a resposta” para seus anseios, ou, em outros termos, sua fornecedora de sentido, principalmente pelo caráter de grupo ou comunitário do projeto, pela delineação de propósitos claros e pela criação de uma “tecnologia religiosa”, da adequação de valores religiosos às ações orientadas economicamente.

Além do projeto EdC, os empreendedores também são bastante empenhados em outras atividades do MF. Para citar algumas, assumem compromissos de organizar eventos, participam de grupos – como Famílias Novas –, encontros de comunidade,³⁴³ encontros de voluntários, encontros de focolarinos casados,³⁴⁴ e fazem visitas periódicas ao focolare local. Esse envolvimento faz com que muitos empresários se relacionem em outros espaços, além

³⁴⁰ Sobre o significado da Providência Divina, veja a seção anterior.

³⁴¹ Gold (2000) observa que, quando a crença na Providência Divina é levada “ao pé da letra”, como, por exemplo, considerar a Providência como a salvadora do negócio independentemente das decisões tomadas, ocasiona confusão entre a espiritualidade e as decisões de negócios, o que pode levar à falência da empresa.

³⁴² Na verdade, essas categorias ainda estão se delineando no campo teórico.

³⁴³ São reuniões mensais das Palavras de Vida abertas a todos. Palavras de Vida são textos de reflexão espiritual atribuídos a Chiara, e os membros são convidados a viver aquele mês conforme a reflexão.

³⁴⁴ Alguns empreendedores são focolarinos casados.

dos freqüentados por conta do projeto de EdC, fortalecendo os laços de solidariedade que, por sua vez, intensificam os vínculos entre os empreendedores no próprio projeto. Acerca dessa relação entre os empreendedores, o MF criou e organizou mecanismos que facilitam e aprimoram tanto tal relação quanto o desempenho individual do empreendedor. E esse é o assunto abordado a seguir.

4.3.5 Disponibilização dos recursos organizacionais

A comunhão de bens praticada no MF desde sua fundação, as doações recebidas, o apoio de outras organizações³⁴⁵ e a forte coesão dos laços sociais do grupo têm desenvolvido, ao longo de décadas, uma estrutura institucional capaz de oferecer aos seus membros recursos organizacionais que apóiam e facilitam suas ações. Com o surgimento da EdC, em 1991, os recursos foram em parte adaptados para esse novo projeto econômico, cujas nuances são tratadas a seguir. Tais recursos estão aqui classificados como simbólicos/culturais, espaços de informação, espaços de formação, e espaços motivacionais/apoio espiritual.

4.3.5.1 Recursos culturais e simbólicos

Muitos dos recursos culturais desenvolvidos no MF, ao longo de sua história, são utilizados pelos empreendedores da EdC principalmente por fazerem parte do Movimento. Lembro que uma de suas características é a “unificação de todas as esferas da vida” – ou a sobreposição do profano pelo sagrado –, e há um esforço constante para que isso ocorra, mesmo em esferas como a da economia. Como forma de ilustrar essa disposição, reproduzo parte da mensagem de um dos membros direcionada aos empreendedores:

A mensagem de Chiara nos deu logo um grande empurrão: para compreendermos “hoje as estruturas de comunhão das empresas, devemos necessariamente nos pautar pela espiritualidade de comunhão do carisma da unidade e pelas suas linhas de vida...”. Por exemplo, introduzir totalmente os “Sete Aspectos” na organização

³⁴⁵ Tais como as organizações internacionais que oferecem doações para organizações religiosas.

das empresas e praticar os “instrumentos” típicos da nossa espiritualidade, entre elas a comunhão das experiências de vida e a hora da verdade, “fazendo periodicamente um balanço da situação e evidenciando os aspectos positivos e os que devem ser melhorados, com sinceridade e amor, compreendendo-se e encorajando-se reciprocamente!”.³⁴⁶

Os “Sete Aspectos”, conhecido também como “princípio arco-íris” – e acrescento a “arte de amar” –, foram suficientemente abordados na seção anterior. A comunhão das experiências de vida, também conhecida como “comunhão de almas”, é a comunicação de compreensões espirituais seguida pelas experiências práticas conseqüentes, sendo utilizada em todos os grupos e setores do Movimento desde sua fundação. Para os empreendedores, isso pode ser feito em forma de testemunhos, que são comunicados em eventos – como o congresso de EdC (veja a seguir) – ou em grupos mais reservados. A “hora da verdade” é outro recurso também disseminado em todo o MF e utilizado por alguns empreendedores com pessoas que entendam essa prática – geralmente do próprio movimento, que podem ser sócios, funcionários ou parceiros de negócios. Consiste em emitir opiniões sobre aspectos positivos e negativos das (e para as) pessoas com as quais se relaciona,³⁴⁷ por entenderem que o amor mútuo é criado e mantido apenas com base na “verdade”. Esses dois recursos – comunhão de experiência de vida e hora da verdade – são importantes mecanismos de geração de confiança, normas de reciprocidade, tendo como efeito a coesão das relações sociais.

O aparato simbólico do MF oferece um mecanismo de articulação entre o cotidiano e os aspectos mais importantes da vida de modo que qualquer ação, por mais banal que possa parecer, serve como mais um passo em direção à santidade. Cada gesto ou ação é ressignificado como oportunidade de exercer o amor, que simultaneamente é uma forma de alimentar os vínculos com os outros e com Deus. Esse vínculo tem como premissa “viver o momento presente³⁴⁸ de acordo com a vontade de Deus”, que abre o canal para a atuação da Providência, ou, como é denominado na EdC, o Sócio Invisível. Devido à Providência, nada é por acaso, e todas as coincidências são colocadas entre aspas e qualquer acontecimento positivo inesperado é entendido como Sua intervenção. Para os acontecimentos negativos, há uma visão otimista de que, a médio ou longo prazo, se revelará sua face positiva, porque entendem que a dinâmica da vida é descrita pelas etapas vida/morte/ressurreição. Para isso, é

³⁴⁶ Mensagem encaminhada para o grupo virtual “Empresários EdC 2004” no dia 6.12.2007, cujo assunto era o 3º Congresso Internacional de EdC, ocorrido no início de dezembro de 2007, em Roma. Esses tipos de comunicação são freqüentes e denominados “ajornamentos” (aportuguesamento da palavra italiana *aggiornamento* [atualização]).

³⁴⁷ Esclareço que há um ritual para essa prática e feita em encontros específicos do Movimento.

³⁴⁸ Isso significam de acordo com o MF, que o amor pode ser exercido apenas no presente, pois tanto no passado quanto o futuro são inalcançáveis.

necessário “abraçar a dor”, uma expressão muito utilizada para os momentos de dificuldade e que representa as atribulações do mundo, geralmente compreendidas como a falta de amor mútuo.

E aqui entra o que talvez seja um dos mais fortes símbolos do MF: Jesus Abandonado (JA).³⁴⁹ Essa categoria é representada pelo crucifixo e simboliza o que eles consideram a maior dor de Jesus: a perda do relacionamento (separação) com Deus, no momento da crucificação.³⁵⁰ Interpretam que JA – como ideal de vida – é a chave para a recomposição da união do homem com Deus (redenção) e entendem que essa separação está presente em todas as divisões do mundo, como entre ricos e pobres na esfera econômica,³⁵¹ e vêem na espiritualidade da unidade uma importante contribuição para a solução dessas separações.³⁵² O empreendedor de EdC, ao adotar esse sistema de significado, ressignificará a idéia de ser empresário, do risco, de lucro, de empresa, de sua atuação social ao entender que pode utilizá-los como meio para contribuir com o prosseguimento da redenção ao escolher JA como aparato interpretativo da vida econômica, o que significa que as atribulações, dificuldades e sofrimentos possuem um sentido, e que se suportadas e superadas por amor, fará com que o mundo – neste caso, o econômico – será mais unido e menos injusto.

“Jesus em meio” (JM)³⁵³ é outro símbolo importante para os empreendedores da EdC. Eles consideram que as decisões devem ser tomadas com JM para que estejam de acordo com a vontade de Deus. Isso faz com que a contingência, a imprevisibilidade e a incerteza do mundo sejam amenizadas pela garantia de que a melhor decisão foi tomada, pois contou com a intervenção divina. E a idéia de JM incentiva e legitima o caráter comunitário do projeto EdC (e de todo o MF) e leva os empreendedores a compartilhar suas dúvidas, angústias e incertezas com outras pessoas do MF – empreendedores ou não –, contribuindo, dessa forma, para a coesão do grupo e o recebimento de avaliações e impressões de sua forma de atuação. Com isso, o MF fornece importantes *feedbacks* para os empreendedores em relação à sua forma de atuação e de resolução de problemas.

Esse sistema simbólico faz com que o empreendedor aprenda como deve se sentir acerca de sua atuação, proporcionando critérios e justificativas para o êxito ou fracasso de seu empreendimento, mas principalmente métodos, ou o que chamo de “tecnologia religiosa”,

³⁴⁹ Veja seção anterior.

³⁵⁰ Essa categoria é muito complexa e objeto de estudo de teólogos e filósofos cristãos. Abordo apenas alguns aspectos, não tendo a pretensão de esgotar esse assunto.

³⁵¹ Mas não só. Reconhecem a separação entre as etnias, povos, gerações, na própria Igreja Católica, entre as outras igrejas, entre os que crêem e não crêem, entre outros.

³⁵² Veja em Lubich (2001).

³⁵³ Veja a seção anterior.

para suas ações. Por exemplo, o lucro não é considerado como o único critério do bom êxito empresarial. Indagado sobre o que é uma empresa bem-sucedida, um dos entrevistados afirmou:

Aquela que atinge os objetivos da EdC: gere empregos; tenha relacionamentos fraternos, visíveis na felicidade daqueles que orbitam ao seu redor; seja reconhecida como ética; participe da comunidade local; crie e lance periodicamente novos produtos ou serviços que impactem positivamente a sociedade, esteja atenta e disposta a melhorar sempre; gere e compartilhe lucros de acordo com os princípios do projeto [EdC].

Portanto, ser um bom empreendedor de EdC não diz respeito apenas a critérios econômico-financeiros, mas àqueles estabelecidos pelo grupo e concretizados no projeto de EdC. O aspecto econômico é apenas uma das sete dimensões (veja os Sete Aspectos na seção anterior) que devem ter seus objetivos avaliados e atingidos de acordo com os critérios próprios de cada dimensão. O sentido do lucro também é modificado, ao ser considerado como um instrumento de consecução de justiça social. Dessa forma, o aparato simbólico focolarino reinventa a idéia do que é uma empresa exitosa e da atividade empreendedora como um caminho possível para a santidade; nesse sentido, a ação economicamente orientada é simultaneamente concernente à obtenção de utilidades e imbuída de significado religioso.

Chiara Lubich, Ginetta Calliari e (a)os pioneir(a)os do MF são também um recurso simbólico. Todos são lembrados e admirados pela forma como criaram, desenvolveram e expandiram o Movimento, ao adotarem o novo estilo de vida com “radicalismo”³⁵⁴ (como se diz no MF) e terem realizados missões (no sentido de se lançarem a um grande desafio por amor evangélico), como se dispôs o grupo de Ginetta, ao chegar ao Brasil, em 1959. São considerados como exemplos de vida e suas histórias são contadas, bem como a dos “primeiros tempos”, como forma de determinar a identidade do grupo e construir o mito.³⁵⁵ Tanto Chiara quanto Ginetta são líderes carismáticas (no sentido weberiano). Chiara dá provas de sobrenaturalidade pelas obras realizadas, atribuídas à ação da Providência, mas garantidas pelo amor mútuo, concepções existentes na Igreja que foram ressignificadas por ela mesma. Apesar do caráter comunitário do Movimento, Chiara assume a figura central, e cada pedido seu – de melhorar determinado aspecto do MF, de enfatizar outros – é prontamente colocado em ação pelos membros, principalmente pelo reconhecimento de que ela é portadora de um carisma (no sentido religioso) – o da unidade – dado por Deus. Ginetta foi legitimada como

³⁵⁴ O que significa ter se despojado totalmente de seu estilo de vida anterior,

³⁵⁵ No seu sentido antropológico, ou seja, um relato simbólico que narra e explica a origem da organização e que é transmitido de geração em geração dentro do grupo.

líder por ter sido co-fundadora do Movimento e ter vivido os “primeiros tempos”, mas ganhou maior reconhecimento pela admiração de seus pares em relação ao tamanho de sua fé na espiritualidade da unidade e pelas obras realizadas no Brasil. Uma delas é a própria EdC. Segundo os entrevistados, Ginetta quis “dar uma resposta ao pedido de Chiara” de iniciar a EdC no Brasil e teve papel fundamental na construção do pólo empresarial e na identidade do projeto. Ela é reconhecida como uma “empreendedora nata” pelos empresários da EdC.

4.3.5.2 Espaços de informação

Esses espaços são muito abrangentes por ser a comunicação algo bastante valorizado no Movimento.³⁵⁶ Há o *site* oficial internacional do MF (focolare.org) e o *site* internacional dedicado exclusivamente à EdC (edc-online.org), ambos traduzidos em cinco línguas. Eles fornecem informações sobre o movimento e o projeto EdC, explicações de sua estrutura e ações, alguns textos *on-line*, notícias de eventos, bibliografia disponível nos idiomas português, inglês, italiano e francês. Encontra-se disponível em formato PDF o *Noticiário EdC*, um periódico quadrimestral com informações sobre o desenvolvimento do projeto, artigos escritos por empresários e pesquisadores, relatos de experiências e os resumos dos últimos trabalhos acadêmicos sobre a EdC.

Outro espaço importante de informação – e que é simultaneamente espaço de formação – é o Congresso Anual da EdC, que acontece desde 1993 na Mariápolis Permanente Ginetta (em Vargem Grande Paulista – SP). Com duração de três dias, reúne pessoas de todo o Brasil e de alguns países da América do Sul, e realiza palestras e debates sobre o seu respectivo tema, discussões em pequenos grupos, depoimentos das pessoas envolvidas com o projeto (principalmente empresários, funcionários e estudantes), visitas ao Pólo Spartaco e à Expô EdC, uma exposição de empresas de EdC e de seus produtos em estandes que ficam abertos durante esses três dias. Alguns empreendedores também participam de congressos internacionais da EdC, como o que aconteceu em dezembro de 2007, em Castelgandolfo, vizinha a Roma.

Um terceiro espaço de informação – que é simultaneamente espaço de motivação – são os próprios focolares,³⁵⁷ que centralizam informações sobre os acontecimentos da EdC

³⁵⁶ Há uma frase muito conhecida no MF, atribuída a Chiara: “O que não se comunica, se perde”.

³⁵⁷ Veja descrição na seção “A organização e seus atores”.

local, regional e nacional – e de outras atuações do MF – e disponibilizam para seus membros vídeos com informações atuais do MF no mundo, vídeos de meditação com Chiara Lubich, livros (geralmente da Editora Cidade Nova, que pertence ao MF e publica obras sobre a EdC), e informações detalhadas sobre os eventos.

O quarto espaço de informação é o Escritório da EdC, localizado na Mariápolis Ginetta e cuja função é cadastrar as empresas de EdC, seus lucros e doações, coleta de informações sobre as pessoas ajudadas e de empresas que poderiam empregá-las, e oferecer orientações para os empreendedores que estão iniciando seus negócios (por exemplo, ir ao Sebrae), para os que precisam tomar decisões inusitadas ou para os que estão enfrentando algum tipo de problema. Em ambos os casos, o escritório sugere uma conversa com um outro empresário de EdC e intermedeia essa relação. Para citar um exemplo, uma das empresas de EdC estava em concordata e, por intermédio do escritório, conseguiu um empréstimo proveniente de outra empresa de EdC do setor financeiro.

Atualmente está havendo uma descentralização dessas funções do escritório para as chamadas Comissões Regionais, que coordenam as atividades da EdC em uma determinada região geográfica. Além das funções do escritório já mencionadas, as comissões também acompanham as atividades de professores e estudantes interessados na dimensão acadêmica da EdC, realizam o trabalho de apresentar a proposta na mídia, universidades e grupos religiosos, mantêm contatos internacionais que propiciam importação/exportação de produtos locais (alguns membros das comissões são especialistas no assunto), divulgam soluções desenvolvidas por uma empresa para as demais, e elaboram relatórios periódicos dos progressos alcançados. Também há casos em que o empreendedor comunica à comissão os problemas por ele enfrentados – pessoais, profissionais ou financeiros –, que são comunicados às pessoas do MF que potencialmente poderão ajudá-lo. Uma das formas de comunicação empregada é o e-grupo (grupo virtual). As Comissões Regionais no Brasil possuem contato direto com a Comissão Internacional na Itália, onde são centralizadas todas as informações das comissões no mundo.

E, finalmente, o quinto espaço de informação é o Centro Filadélfia de Pesquisa, Estudos e Documentação da EdC. Localizado na Mariápolis Ginetta, centraliza informações e trabalhos acadêmicos sobre a EdC no Brasil, e oferece apoio a pesquisadores, professores e estudantes, tais como bibliografia, contatos com outros pesquisadores e a organização de visitas de estudantes ao Pólo Spartaco. Os empreendedores podem se servir de informações originárias dessas pesquisas, muitas vezes são realizadas em sua própria empresa.

4.3.5.3 Espaços de formação

Além do congresso nacional, já mencionado, há as Escolas de EdC, que são encontros organizados pelas Comissões Regionais e realizados uma vez por mês³⁵⁸ com o objetivo de formar os empresários na denominada “cultura do dar”. Uma dos motivos da criação das escolas foi a percepção de alguns membros de que muitos desses empresários não haviam compreendido plenamente o sentido espiritual do projeto da EdC. Portanto, nesses encontros, aprofunda-se algum aspecto da espiritualidade da unidade e sua relação com o ambiente empresarial.

Além das escolas, as comissões também promovem palestras técnicas – tanto para empreendedores mais experientes quanto para os iniciantes – sobre temas como contabilidade, gestão estratégica e tributação. São realizadas por especialistas em cada tema, geralmente membros do Movimento. O trabalho é feito voluntariamente (sem remuneração) e o acesso é gratuito. Para citar um exemplo, uma contadora, membro do Movimento, realizou uma palestra em que abordou o tema da lei do Supersimples.³⁵⁹ Após o término da apresentação, ela colocou-se à disposição para responder por e-mail às dúvidas sobre casos individuais, o que ocorreu por um período considerável.

Os empreendedores costumam participar também de espaços de formação de outros grupos da MF que reforçam seu discurso. São grupos como Famílias Novas e outros projetos da Humanidade Nova.³⁶⁰

4.3.5.4 Espaços motivacionais/apoio espiritual

É comum uma regular frequência às missas, havendo casos de empreendedores que vão diariamente. Outro espaço são os focolares, que os empreendedores geralmente frequentam e onde podem conversar sobre vários assuntos (cotidianos, problemas pessoais,

³⁵⁸ Em algumas regiões não ocorre essa periodicidade. As escolas estão sendo implementadas aos poucos. Tentam resolver alguns dos problemas enfrentados, como a dificuldade, devida à distância, de reunir os empresários de determinada região.

³⁵⁹ Voltado para as micro e pequenas empresas, é um regime especial unificado de pagamento de impostos e contribuições devidos à União, aos estados e aos municípios que entrou em vigor em julho de 2007.

³⁶⁰ Veja a seção anterior “A organização e seus atores”.

familiares, profissionais, entre outros) de modo privado ou com o grupo de focolarinos. As Comissões Regionais possuem um papel não apenas técnico de assistência ao empreendedor. Como afirmou um entrevistado que atua em uma dessas comissões, “uma das forças da EdC está justamente em ser um corpo que vive, sofre, se alegra e progride junto”. Em comunidades organizadas, há encontros semanais dos grupos internos do MF – como Voluntários, Focolarinos casados e Famílias Novas –, e é comum empreendedores da EdC participarem de pelo menos em um deles. O padrão desses encontros é iniciar com uma meditação – geralmente um texto escrito ou um vídeo de Chiara Lubich – e terminar pela “comunhão de experiências de vida”, conforme se vê em recursos culturais e simbólicos. Em eventos como o congresso e as escolas de EdC, o recurso de ler ou dar depoimento – conhecido no MF como “contar a experiência” – é muito recorrente, sendo enfatizadas as experiências em que o amor possui papel central, como um resultado positivo dessa ação.

Além disso, nesses espaços, as relações oriundas da vida comunitária fazem com que outros membros do Movimento possuidores de conhecimentos e experiências e que possam ajudar determinado empreendedor se coloquem à disposição para ouvir e – caso possuam alguma competência jurídica, contábil ou de outro campo do conhecimento – auxiliar inclusive nesses aspectos. Aliás, uma característica ainda não mencionada acerca do MF é a capacidade de escuta dos membros, fruto da construção de uma espécie de “tecnologia religiosa” acerca das questões relacionais entre as pessoas.³⁶¹ E essa relação de escuta, segundo os entrevistados, propicia o surgimento de soluções, ou pelo menos sugestões sobre um determinado problema relacional, tanto pessoal quanto profissional. E ainda se indicam pessoas que possam ajudar melhor o empreendedor por terem passado uma situação semelhante e serem capazes de “compartilhar a experiência”, como se diz no Movimento.

4.3.6 Dimensão econômica

Nesta seção pretendo destacar o papel do Pólo Empresarial no apoio aos empreendedores. Antes, porém, descreverei a EdC em relação ao seu público, o perfil dos membros e das empresas que a compõem, e fornecerei alguns dados quantitativos no intuito de evidenciar sua dimensão econômica.

³⁶¹ Espero que a essa altura isso esteja claro. As idéias mais caras ao Movimento, como Jesus abandonado, Jesus em meio, unidade e amor mútuo, possuem a *relação* ou *reciprocidade* como uma categoria em comum.

A EdC é um projeto econômico que surgiu com a finalidade não de oferecer apoio aos empreendedores, mas de suprir as necessidades dos adeptos mais pobres ao inserir o lucro das empresas no circuito de doações que o movimento pratica desde sua fundação. O projeto foi se delineando com o tempo e hoje agrega empreendedores, funcionários, pesquisadores, estudantes e voluntários. Para que seja possível analisar o perfil das pessoas envolvidas com a EdC, é necessário criar três categorias relacionadas com a destinação dos lucros, quais sejam, para a própria empresa, para a formação na “cultura do dar” e para os pobres.

A primeira categoria envolve os empresários, que geralmente são membros do Movimento já há algum tempo. Todos os entrevistados conheciam o MF há mais de 15 anos e também já eram empresários quando aderiram à EdC, outra característica marcante do projeto. Isso por entenderem que a empresa deve estar consolidada (ou em vias de) para eles poderem contribuir com o seu testemunho, mesmo que ainda não consigam enviar os lucros para o projeto.³⁶² Dessa forma, os empresários de EdC constituem um grupo bem-sucedido de empreendedores e que servem como referência para aqueles que desejam iniciar seus negócios para aderirem posteriormente à EdC. Os empreendedores entrevistados possuem bom nível educacional (universitário) e são provenientes da classe média, predominante no MF. Sua adesão à EdC parece estar no âmbito ideal, no sentido de que eles estão dispostos a “abraçar uma causa”. Todos os entrevistados frisaram que doam parte dos lucros e se comprometem com um padrão de comportamento por acreditarem no projeto.

A segunda categoria – relacionada à formação na “cultura do dar” – são membros, geralmente voluntários, que dão apoio à constituição de cursos, palestras, congressos e “escolas de EdC” que possuem a função de aprofundar a doutrina proposta pelo projeto. Nessa categoria também inclui a atuação de pesquisadores, professores e estudantes, que se dedicam à divulgação da idéia de EdC nos meios acadêmicos e no desenvolvimento de um corpo teórico.

A terceira categoria são as pessoas ajudadas pela EdC. No âmbito mundial, há a “Ação dos 5 mil”, que corresponde ao número de pessoas que participam do movimento e que precisam de alguma forma de ajuda material. Cerca de 90% dessas necessidades são supridas pelas doações individuais e dos lucros das empresas. Há casos – não freqüentes – em que os ajudados se transformam em empreendedores ao criar seus próprios negócios, e alguns deles conseguem contribuir financeiramente para a EdC. Esse caso pode ser considerado como

³⁶² Essa questão é bastante complexa. Há empresas de EdC que eventualmente não conseguem contribuir com o envio de parte dos lucros devido a vários fatores, como crises econômicas, crises financeiras, gastos não previstos com a família, entre outros.

empreendedor por necessidade. Nas tabelas a seguir, apresento alguns números sobre o balanço da EdC no mundo, entre julho de 2006 e julho de 2007, e a distribuição das doações entre a ajuda aos pobres e na formação da “cultura do dar”. Durante o período, o Brasil (em destaque na tabela) contribuiu com 60 mil euros provenientes de parte dos lucros das empresas e 62 mil euros de doações individuais, e recebeu do projeto 416 mil euros, direcionados principalmente para o Nordeste.

Tabela 02 – Balanço EdC no mundo (julho 2006-julho 2007), em milhares de euros

País ou Região	Lucros das empresas EdC	Contribuições individuais	Total de Contribuições	Ajuda aos pobres	Ajuda na formação da Cultura	Total da ajuda
África		53	53	70	62	132
China	10	8	18			
Sudeste Asiático				38	18	56
Coréia	18	20	38	5		5
Filipinas		6	6	179	15	194
Japão		13	13			
Paquistão					6	6
América Central		27	27	171	70	241
Argentina		12	12	158	23	181
Brasil - Norte		13	13	81		81
Brasil - Nordeste		16	16	206		206
Brasil - Centro Sul	60	33	93	129		129
Chile e Uruguai				45	3	48
Itália	244	284	528			
Espanha	64	51	115		6	6
França	10	39	49			
Portugal	16	15	31		8	8
Alemanha	60	45	105			
Áustria	08	30	38			
Suíça	56	19	75		22	22
Bélgica/Luxemburgo	120	36	156			
Polônia	20	04	24	35	26	61
Holanda		19	19			
Inglaterra		11	11			
Irlanda		04	04			
Sudeste da Europa		13	13	190	49	439
Hungria					04	04
Lituânia					10	10
Oriente Médio				25	23	48
Estados Unidos	76	50	126			
Oceania		07	07			
Outras nações	50	127	177	29	61	90
Totais	812	955	1.767	1.361	406	1.767

Fonte: Noticiário EdC, n. 26, ano XIII, setembro de 2007, p. 14-15.³⁶³

As fontes de financiamento para as atividades e a expansão da EdC são provenientes, em parte, da “ajuda na formação”, como especificado na Tabela 02, de ações de arrecadação

³⁶³ Disponível em <http://www.edc-online.org/it/documents/Edc26_000.pdf>. Agradeço ao Luiz Colella pela informação.

ad hoc (na linguagem focolarina “fazer uma comunhão”) e, eventualmente, de cobranças de pequenas taxas em alguns dos eventos, como o congresso anual. Os custos de tais eventos são minimizados pelo trabalho voluntário dos membros do movimento.

Tabela 03 – Distribuição em porcentagem das doações no mundo (julho 2006-julho 2007)

Ajuda aos pobres	Ajuda na formação
<ul style="list-style-type: none"> • 50% para alimentação; • 22% para educação; • 17% para assistência médica; • 11% para moradia. 	<ul style="list-style-type: none"> • 28% para construção e manutenção dos centros de formação nos Centros Mariápolis e Mariápolis Permanentes; • 28% para congressos, encontros e outras atividades formativas; • 19% para projetos de desenvolvimento através da ONG “AMU – Associação Mundo Unido”; • 14% para noticiários e comunicação; • 10% para viagens para congressos, encontros e outras atividades formativas; • 1% para despesas de secretaria.

Fonte: Noticiário EdC, n. 26, ano XIII, setembro de 2007, p. 14-15.

O trabalho voluntário entre os empreendedores de EdC é um ponto importante, que deve ser levado em conta. Alguns se dedicam a ações assistenciais seculares, mas a maioria destina seu tempo a atividades relacionadas ao movimento, principalmente – mas não exclusivamente – ao projeto EdC. Não foi possível quantificar de maneira mais precisa o tempo gasto em trabalho voluntário, mas, dentre os empresários entrevistados, é comum muitos se empenharem em organização e participação de eventos para o movimento, organização e participação de eventos da EdC nos âmbitos nacional e regional, em receber pesquisadores e estudantes, respondendo a entrevistas, em participar de comissões regionais da EdC, e em dar testemunho em eventos.

Parece pertinente mostrar algumas características acerca dos empreendimentos do projeto. Dados do Escritório Central de EdC e do Centro de Estudos Filadélfia mostram que em 2005, no mundo, eram 735 empresas, distribuídas geograficamente da seguinte forma: 458 na Europa (230 apenas na Itália), 200 na América Latina (123 no Brasil), 41 na América do Norte, 31 na Ásia, 2 no Oriente Médio, 2 na Oceania, e 1 na África. Dessas empresas, 366 atuam em atividades de serviço, 188 na indústria, 148 no comércio e 33 em outras atividades. As empresas em sua maioria são de pequeno porte, com quantidade inferior a 50 funcionários e faturamento de até 500 mil reais. O perfil mais detalhado é mostrado a seguir.

Tabela 04 – Perfil das empresas de EdC por número de funcionários

Número de funcionários	Número de empresas
Mais de 100	10
Entre 100 e 50	15
Menos de 50	711

Fonte: Fernandes (2007, p. 89).

Tabela 05 – Perfil das empresas de EdC por faturamento/ano em milhões de reais

Faturamento/ano	Número de empresas
Acima de 50	02
Entre 10 e 50	47
Entre 1 e 10	33
Entre 0,5 e 1	129
Abaixo de 0,5	524

Fonte: Fernandes (2007, p. 89).

Segundo os dados do Escritório Central da EdC, no Brasil, em 2005, havia 123 empresas, distribuídas geograficamente da seguinte forma: 61% no Sudeste, 14% no Sul, 13% no Nordeste e 12% no Norte. O perfil das empresas por número de funcionário e faturamento é mostrado a seguir. Percebe-se que ele segue o padrão internacional, de empresas de pequeno porte e faturamento anual inferior a 500 mil reais.

Tabela 06 – Perfil das empresas de EdC no Brasil por número de funcionários

Número de funcionários	Número de empresas
Mais de 100	01
Entre 100 e 50	03
Menos de 50	119

Tabela 07 – Perfil das empresas de EdC no Brasil por faturamento/ano em milhões de reais

Faturamento/ano	Número de empresas
Acima de 50	-
Entre 10 e 50	-
Entre 1 e 10	15
Entre 0,5 e 1	09
Abaixo de 0,5	99

Os recursos organizacionais que proporcionam apoio aos empreendedores foram criados com o propósito de potencializar o projeto e surgiram a partir da criação de uma estrutura específica para a EdC. Nesse sentido, os empreendedores não possuem a exclusividade no projeto, mas algumas ações são direcionadas a eles, como a Expo EdC, uma feira de exposições de produtos e serviços de empresas de EdC que acontece desde 2001, durante os congressos nacionais anuais de EdC na Mariápolis Ginetta, localizada em Vargem Grande Paulista, São Paulo. Em 2007 a feira reuniu 101 empresas do Brasil e de alguns outros países da América Latina.

No entanto, a atividade mais significativa promovida pela EdC e direcionada aos empresários é o Pólo Empresarial Spartaco, criado em 1994 com a intenção de dar visibilidade ao projeto. Ligado à Mariápolis Permanente Ginetta, está localizado no município de Cotia (SP), e em uma área de 48.696 m² abriga sete empresas num regime de condomínio, administrado pela *holding* Espri S.A. (Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais), que oferece suporte estrutural à EdC no pólo. A Espri canaliza recursos para as empresas sob a forma de participações, feitas por intermédio de subscrição de cotas de capital, cuja propriedade é conservada pelos participantes (atualmente cerca de 3.600 acionistas), mesmo sem ter expectativas de lucro num prazo definido. As subscrições de ações da Espri S.A. podem ser feitas na própria empresa, por meio de representantes presentes em várias cidades do país, ou na Internet, pelo *site* espri.com.br, aceitando-se qualquer valor de subscrição. As participações no capital são bastante pulverizadas, e não há a presença de um acionista ou grupo majoritário. A principal receita da Espri é o aluguel dos galpões industriais do pólo, que, segundo o relatório de administração, no ano de 2006 rendeu R\$ 166.068.

Detalhadamente, a função da Espri no Pólo Spartaco é: a) criar e manter serviços para todo o grupo; b) dar assistência às empresas em fase de formação ou reestruturação, por meio de elaboração de planos de viabilidade econômica; c) oferecer a todas as empresas serviços contábeis, jurídicos e fiscais; d) verificar o desempenho das empresas e incentivar novas iniciativas; e) dar a quem não tiver capital suficiente oportunidade para participar diretamente de um empreendimento como acionista.



Figura 07 – Pólo Empresarial Spartaco
Foto de Mário Egman. Fonte: Revista “Cidade Nova”.

A Espri é gerenciada por um conselho de administração do qual fazem parte alguns empreendedores de EdC, e por uma diretoria executiva composta pelas diretorias técnica, financeira, administrativa e adjunta. Os integrantes da Espri são eleitos em assembléia e convocam anualmente a Assembléia Geral dos Acionistas – que ocorre geralmente durante o congresso nacional de EdC – para prestarem contas dos trabalhos realizados durante o ano e apresentarem o balanço, suas demonstrações e resultados. As votações seguem o padrão cooperativista: uma pessoa, um voto.

As atas de convocação da assembléia, o balanço patrimonial, a demonstração de resultados e as demais atas são publicados, conforme a legislação, em jornais de grande circulação. A seguir mostram-se esses dados de forma resumida, adaptados das publicações no *Diário Oficial Empresarial* e na *Gazeta da Grande S.Paulo*.³⁶⁴

³⁶⁴ Ambos publicados em 27.04.2007, p. 28 e 8, respectivamente.

Tabela 08 – Balanço patrimonial encerrado em 31.12.2006 (R\$)

Ano	2006	2005
Ativo	4.180.961	4.036.198
<i>Ativo circulante</i> (caixa, bancos, aplicações, contas a receber, impostos a compensar, antecipação a fornecedores)	237.439	93.762
<i>Ativo permanente</i>	3.943.522	3.942.436
Passivo	4.180.961	4.036.198
<i>Passivo circulante</i> (fornecedores, obrigações diversas, provisões diversas, contas a pagar)	17.452	8.565
<i>Exigível a LP</i>	-	65.000
<i>Patrimônio líquido</i> (capital social, reserva p/ aumento de capital, reserva p/ reavaliação, prejuízos acumulados)	4.163.509	3.962.633

Tabela 09 – Demonstração do resultado do exercício (R\$)

Ano	2006	2005
Receita operacional bruta (aluguéis, outras receitas)	209.390	188.417
Lucro operacional bruto	190.418	171.489
Resultado operacional líquido	10.097	(8.246)
Lucro líquido	8.401	-
Valor patrimonial da ação	1,93	1,93

Ainda de acordo com o Relatório da Administração, os recursos provenientes dos acionistas somaram no ano de 2006 R\$ 196.106, enquanto no ano de 2005 foi o total de R\$ 140.228. Percebe-se pelos dados que a Espri consegue manter-se viável financeiramente, e com uma trajetória crescente de ativos e lucro entre 2005 e 2006.

As empresas que atuam no Pólo Spartaco são: AVN Embalagens Plásticas Ltda., Ecoa-Ar Indústria e Comércio Ltda. (indústria e comércio de produtos de limpeza), La Tunica Indústria e Comércio Ltda. (indústria de confecção),³⁶⁵ Uniben Fomento Mercantil Ltda. (*factoring* e seguros), KNE Plásticos Indústria e Comércio Ltda. (indústria e comércio de rotomoldagens), Prodiel Farmacêutica Ltda. (comércio atacadista de medicamentos) e a própria Espri. Ainda fazem parte do pólo mais três empresas que, pelo ramo de atividade, estão localizadas fora do seu território e que, por isso, são denominadas de “empresas

³⁶⁵ Essa empresa está no momento – fevereiro de 2008 – em fase de desativação. Por isso não consta na tabela.

coligadas”. São elas: Escola Aurora (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), Policlínica Ágape (especialidades médicas e apoio diagnóstico) e Comunione (escritório de contabilidade). Dessa empresas, quatro são do setor da indústria e seis do setor de serviços.

De acordo com os dados do Escritório Central da EdC, em 2007 a soma de empregos diretos e indiretos no pólo empresarial chegou a 184, e a parte dos lucros doados para o projeto EdC contabilizou cerca de 40 mil reais. Chama a atenção o fato de que uma das empresas contribuiu naquele ano com quase 90% da soma total das doações. Das oito empresas ligadas ao pólo (não considerando a Espri), apenas três contribuíram financeiramente para o projeto. A tabela a seguir fornece mais detalhes.

Tabela 10 – Empresas do Pólo Spartaco segundo o número de empregos e lucros doados para a EdC

Empresas	Empregos diretos	Empregos indiretos	Lucros p/ a EdC (R\$)
Espri	3	2	-
KNE – Rotogine	12	21	564,00
Prodiet	9	4	35.000,00
Eco-ar	23	10	-
AVN	19	6	-
Uniben	2	3	3.800,00
Aurora	31		-
Policlínica	17	37	-
Comunione	4	1	-
Total	120	64	39.364,00

* * *

4.4 Experiências comparadas

Nesta parte do trabalho, pretendo comparar as duas organizações religiosas no que diz respeito a: organização em si (estrutura sociorreligiosa) e liderança; doutrina (conteúdo religioso) e ética econômica; tipo de empreendedor valorizado nessas organizações; e disponibilização de recursos organizacionais para esses empreendedores. O que procuro mostrar são suas semelhanças e especificidades, como a estrutura sociorreligiosa e as normas estabelecidas e mantidas pelos líderes em forma de doutrina (e a ética econômica decorrente) estimulam o surgimento de um tipo de empreendedor que procura entrelaçar as esferas econômica e religiosa, cujo apoio é fornecido pela criação e manutenção de um capital social (KS) específico – o capital espiritual (KE) –, mantido pelas organizações e disponibilizado em forma de recursos culturais/simbólicos, espaços de informação e formação, e espaço motivacional/apoio espiritual.

4.4.1 Organização e liderança

A IRC e o MF possuem alguns pontos em comum em relação às suas origens. Ambas começaram com um grupo de jovens cuja motivação primordial foi tentar resolver um problema social: na IRC a questão da dependência química e no MF as consequências sociais da guerra. Esse início marca definitivamente as organizações ao longo de sua história como uma forma de identidade coletiva ao ser considerado como um referencial comum, uma espécie de memória coletiva, associada à nobreza de suas primeiras ações. Comuns também são o considerável público proveniente da classe média, com um número não desprezível de empresários, e a valorização inédita do papel da mulher na estrutura organizacional.

Ambas as organizações atuam como grupos religiosos e organizações civis. A IRC, como organização civil, mantém por meio de sua fundação projetos assistenciais e várias entidades, como gravadora musical, emissoras de rádio, canal de televisão por assinatura, estabelecimento de ensino privado, grupo musical e a Marcha para Jesus. A própria estrutura dos ministérios reflete essa atuação, pois são divididos em cinco blocos: igreja, ensino, estrutura de apoio (onde estão incluídos a editora e rádio/TV), frentes assistenciais, e eventos (entre outros, musicais e a Marcha para Jesus). As entidades civis ligadas à fundação, com

exceção dos projetos assistenciais, são de propriedade da família Hernandez, ou de bispos e sócios de Hernandez ligados à igreja. O MF, por sua vez, também mantém projetos assistenciais, e sua constituição como entidade religiosa e civil simultaneamente dispensa o mecanismo de fundação. Como segue as normas da Igreja Católica, qualquer entidade – como a editora Cidade nova – pertence ao Movimento, e os membros leigos consagrados de vida comunitária não possuem nenhum tipo de propriedade. As entidades civis, como escolas e empresas, ligadas ao MF (mas sem lhe pertencer, como acontece na EdC), são de propriedade dos próprios membros não comprometidos institucionalmente como os leigos consagrados.

Isso indica uma diferenciação essencial entre as duas organizações. A IRC é administrada como uma instituição familiar,³⁶⁶ ou, para ser mais exato, levando-se em conta a característica da IRC de ser gerida empresarialmente de modo a maximizar o rendimento de seus recursos, pode-se afirmar que a IRC é gerenciada como uma empresa familiar. O MF está subordinado à hierarquia da Igreja Católica e gerido de acordo com suas normas, que são válidas para todos os Movimentos da Igreja. E isso leva a algumas questões importantes em termos de estrutura organizacional.

A estrutura empresarial adotada pela IRC, com alto grau de profissionalização das funções na organização, propicia uma racionalização das atividades e o emprego do vocabulário adotado pela administração.³⁶⁷ O poder centralizado no grupo de bispos liderado por Hernandez faz com que as tomadas de decisão sejam ágeis, com desenvoltura semelhante a uma decisão de negócios. Quando surge uma “oportunidade” – como dizem na IRC –, os membros são mobilizados, principalmente para seu financiamento. A utilização da estratégia empresarial também é evidenciada em sua dinâmica de expansão: concentração das atividades em segmento de mercado definido (como a música gospel), definição de bens de salvação e produtos secularizados de acordo com a dinâmica da preferência do fiel-consumidor, uso do *marketing* para colocá-los no mercado religioso e utilização dos meios de comunicação e espetacularização de eventos para atingir seus objetivos. Em contraste, o MF é administrado de acordo com princípios básicos da gestão, mas também utiliza princípios de organização desenvolvidos pelo próprio Movimento, como os “Sete Aspectos”. Todos os setores do MF os utilizam, e dividem e coordenam as atividades e ações por meios das respectivas responsabilidades atribuídas a cada cor do arco-íris. O vocabulário da Administração é pouco

³⁶⁶ Quando Estevam Hernandez não pôde apresentar seu programa de televisão na Rede Gospel a partir de dezembro de 2006, quem assumiu o lugar foi seu filho, o bispo Tid.

³⁶⁷ Por exemplo, em uma entrevista, um dos bispos afirmou que a possibilidade da aquisição de um canal na TV digital era vista como uma “oportunidade”, no sentido administrativo do termo, e que, por isso, muitos recursos da igreja foram direcionados para a concretização do negócio.

utilizado, e a tomada de decisão é feita de modo coletivo, geralmente em pequenos grupos – para que tenham a garantia de “Jesus em meio” – fazendo com que a agilidade dessas decisões, em comparação com as da IRC, seja menor. O que se busca em primeiro plano não é a eficiência administrativa, mas a eficiência dos critérios relacionais estabelecidos pela doutrina. Além disso, em algumas funções da burocracia do MF ou de entidades ligadas a ele, como a já citada editora, seus ocupantes se revezam constantemente – devido à característica de mobilidade de seus membros internos³⁶⁸ –, e por isso algumas vezes assumem cargos sem experiência anterior.

E nesse ponto reside uma diferenciação importante. Enquanto no MF as estruturas organizacionais são formadas pela burocracia, matizada com elementos sagrados que podem estabelecer certas restrições à racionalidade administrativa,³⁶⁹ na IRC o seu processo administrativo é “a” racionalidade moderna na sua forma de organização institucional. Ao passo que a originalidade do MF está nos conceitos sagrados criados e empregados na sua organização, o que é perfeitamente coerente para uma organização religiosa tradicional, na IRC sua originalidade de utilizar princípios administrativos – principalmente de *marketing* – na sua organização conduziu a um paradoxo, a saber: a racionalidade empregada, que supostamente deveria implicar o “desencantamento do mundo”, está a serviço de uma visão religiosa distante desse desencantamento.³⁷⁰

Essa característica da IRC mostra que há uma adaptação estratégica – ou melhor, um *fitness* – ao mercado religioso em competição,³⁷¹ tanto de estrutura sociorreligiosa quanto de conteúdo religioso. Não consegui perceber isso por parte do MF. Este possui suas estratégias de proselitismo, que considero iguais aos que se esperaria para um movimento religioso tradicional, mas nada que se configure como uma ação estratégica no mercado.

Outra questão estrutural importante é a unidade organizacional básica. Para a IRC, essa unidade são os templos, onde ocorrem os cultos, cursos, palestras, *shows* de música e locais de orações para pequenos grupos. Outras unidades são os grupos menores, distribuídos nos ministérios, que proporcionam – pelo convívio mais constante – o fortalecimento dos laços sociais; isso ocorre com limitações no templo da sede internacional devido ao seu tamanho considerável e à grande quantidade de pessoas (o que dificulta a formação de

³⁶⁸ Ou seja, muitos moram em um determinado lugar por um período limitado.

³⁶⁹ No sentido de maximização dos recursos, minimização de custos, uso de estratégia empresarial, entre outros. A racionalidade moderna ou instrumental – ao estar imersa por elementos sagrados – cede espaço à racionalidade substantiva no espaço vital dos atores, como, por exemplo, na escolha dos fins de acordo com critérios morais.

³⁷⁰ Como está em Siepierski (2001, p. 189).

³⁷¹ Berger (2005). Veja o primeiro capítulo da tese.

vínculos),³⁷² subdivisões dos cultos públicos específicos (empresários, família, libertação, entre outros) e limitação dos espaços de convivência fora da igreja – pela sua localização em área comercial e comunicação restrita entre as outras igrejas.³⁷³ A unidade fundamental do MF são os focolares, geralmente quatro ou cinco focolarinos consagrados à vida comunitária, que residem em uma casa e possuem, como uma de suas funções, a de congregar os membros do MF da cidade e região. Procuram estabelecer um ambiente familiar e são fontes de informação da comunidade focolarina local, regional, nacional e internacional. Recebem grupos para reuniões dos diversos setores do Movimento, e são pontos de encontro para os membros. No Movimento, os setores coordenados pelos focolares são o equivalente aos grupos dos ministérios da IRC.

A meu ver, a forma como está estruturado o MF permite a criação de uma vida comunitária mais intensa do que na IRC, porque os relacionamentos entre os membros e entre os grupos encontram espaço e tempo de convívio para serem criados e fortalecidos, e a comunicação (circulação de informação entre membros e grupos) é uma força agregadora e uma das dimensões que merecem mais atenção por parte do Movimento. Especulo que uma das questões que possa contribuir para isso são as auto-imagens das organizações: enquanto a IRC se vê como um “povo escolhido”, o MF se vê como um “corpo místico”. Talvez a auto-imagem da IRC esteja relacionada com a escolha estratégica de grandes eventos,³⁷⁴ como a Marcha para Jesus e Renascer Praise, que proporcionam a sensação de unidade, mas de caráter efêmero por ser um agrupamento do tipo multidão. A auto-imagem do MF, por sua vez, talvez esteja relacionada com a procura da unidade organizacional a partir do fortalecimento dos laços – por meio de várias formas e técnicas, como a “arte de amar”, o estabelecimento de Jesus em meio – que são sempre voltados para a relação e estímulo aos contatos face a face.

Essas unidades organizacionais constituem um sistema maior. Na IRC, denomina-se regional um conjunto de igrejas coordenado por um bispo primaz. A meu ver, essa forma organizacional foi criada como uma maneira de tornar a administração mais eficiente, o que ocorre diversamente do MF. As Mariápolis Permanentes, como forma organizacional, foram construídas com o propósito religioso de constituir pequenas cidades-modelo cujas relações sociais sejam influenciadas pela espiritualidade da unidade. Essas pequenas cidades são

³⁷² De tal modo que o grupo organizador dos cultos utiliza crachás de identificação. No momento da oferta, eles utilizam uma faixa identificadora nos braços.

³⁷³ Pude perceber isso quando notei que um dos responsáveis pela Arepe de uma regional não conhecia o responsável da Arepe da sede internacional.

³⁷⁴ Apenas para salientar: digo que está relacionado, mas não que seja uma causa. Não tenho dados para afirmar isso.

compostas de focolares, famílias e sacerdotes ligadas ao Movimento, pessoas em período de formação, e na Mariápolis Ginetta também pelo Pólo Empresarial Spartaco. A diferença fundamental em relação à IRC é que a experiência econômica em andamento no pólo está imersa em uma comunidade com forte coesão social e com um projeto claro em comum (a EdC), que envolve várias categorias de pessoas (empresários, funcionários, pesquisadores, estudantes, pobres), e cujas normas e sanções religiosas influenciam esse projeto econômico de modo determinante. Ilustra isso o fato de que houve uma intervenção da Espri³⁷⁵ em uma das empresas do Pólo Spartaco para que os proprietários fossem substituídos por não estarem sendo “testemunhos” do “espírito da EdC”,³⁷⁶ mesmo não estando com problemas financeiros. Em contraste, na IRC a Arepe está inserida em uma comunidade religiosa fragmentada e cujo projeto é mais voltado à prestação de serviços (espirituais e profissionais) para empresários, executivos e outros profissionais, realizada sem a intencionalidade de mobilização dos membros, como acontece na EdC. Nesse sentido, não há um projeto a ser mantido coletivamente – e, portanto, não há sanções externas específicas criadas para esse caso pela organização –, mas há sanções internas (subjetivas) em termos de algum membro estar ou não “em pecado”, o que repercutirá em sua atuação como empresário. Mais do que prestar contas à comunidade, ele deverá prestar contas a Deus.³⁷⁷

Em relação às suas lideranças, há pontos em comum. Estevam e Chiara são provenientes da classe média e começaram a trabalhar antes dos 15 anos. Assumiram papéis de liderança em grupos anteriores à fundação de suas organizações e tiveram seus momentos de conversão ou entendimento espiritual, que os marcaram profundamente, considerando-os como ponto inicial da vida espiritual deles. Ambos escreveram livros, criaram normas espirituais, de convívio entre os membros e de relações com o mundo profano. Como líderes carismáticos (no sentido weberiano) são-lhes atribuídas características sobrenaturais. O apóstolo Estevam se considera e é considerado pelos outros membros como o enviado, o mensageiro de Deus, pois “Deus fala pela boca do apóstolo”,³⁷⁸ e tem como propósito a renovação (ou restauração) da igreja evangélica, que, segundo ele, desviou-se do caminho original. Segundo o próprio Estevam, o surgimento da Arepe foi um dos comunicados de

³⁷⁵ Administradora do pólo. Veja mais detalhes no capítulo anterior.

³⁷⁶ Como afirmou um dos entrevistados.

³⁷⁷ A questão da coletividade da IRC é particularmente interessante. Um dos entrevistados me perguntou o que eu pensava acerca da prisão de Estevam e Sônia Hernandez nos Estados Unidos no início de 2007. Diante de minha perplexidade pela pergunta inesperada e delicada, ele se adiantou e disse que, se realmente houve algum problema, eles deverão prestar contas apenas a Deus, e a comunidade religiosa continuará da mesma forma porque antes de tudo a igreja não é o Estevam, mas a relação direta entre o crente e Deus. Isso reflete a visão clássica do protestantismo da supressão da instituição como intermediária da relação homem—Deus.

³⁷⁸ Fala de um dos entrevistados.

Deus a ele. Chiara se considera e é considerada pelos outros membros como portadora de um carisma (no sentido religioso), legitimado pela Igreja Católica. O carisma da unidade também tem o propósito de renovação – tanto no aspecto espiritual quanto no das estruturas sociais – para que “todos sejam um”. As inspirações de Chiara, como o surgimento do projeto de EdC, são reconhecidos pelo membros como manifestação do Espírito Santo e, portanto, devem ser colocadas em prática. Entretanto, a atuação de Chiara é limitada institucionalmente pela Igreja Católica, o que não acontece com Estevam, que recebe algumas críticas da comunidade evangélica,³⁷⁹ mas nada que provoque alguma sanção formal.

Ginetta, principal líder do MF no Brasil, também possui o perfil de liderança carismática.³⁸⁰ Liderou o surgimento e o desenvolvimento até 2001 do projeto EdC. Seu reconhecimento como líder se deveu ao fato de ter sido uma das primeiras companheiras de Chiara, e de ter dado demonstrações de coerência e fé no carisma da unidade, bem como às obras de que participou ao longo dos anos, atribuídas ao seu desempenho espiritual. Distingue-se de Chiara nesse aspecto por não ter sido a portadora do carisma.¹⁶

Tanto Estevam quanto Chiara promoveram importantes inovações institucionais. Estevam instituiu o bispado feminino na hierarquia evangélica, inseriu e promoveu a música gospel no país, adotou práticas administrativas e de *marketing* na gestão das igrejas, foi pioneiro no uso de programas de rádio em FM, e adotou a estratégia de manifestações de massa como a Marcha para Jesus, que influenciaram a comunidade evangélica, entre outros fatores, pela mudança da dinâmica e de parâmetros da situação de mercado em competição. Chiara e sua experiência com as primeiras companheiras instituíram um grupo com liderança leiga e feminina, com integrantes religiosos e homens, uma novidade na Igreja Católica e que propiciou por alguns anos uma indefinição do grupo por não estarem enquadrados na lei canônica. Além do próprio carisma da unidade, reconhecido pela Igreja como inédito,³⁸¹ termos como espiritualidade coletiva e Jesus Abandonado também foram inovações no campo espiritual atribuídas a Chiara. Além disso, a forma organizacional das Mariápolis Permanentes, que podem incluir empresas, parece ser uma novidade na Igreja. Dessa forma, arrisco a afirmar que ambos, Estevam e Chiara, podem ser considerados como *empreendedores religiosos* que souberam mobilizar recursos e pessoas para a consecução de objetivos que culminaram em inovações institucionais. Eu incluiria também Ginetta, que, apesar de não fornecer nenhuma inovação institucional, teve um papel de liderança

³⁷⁹ Principalmente das igrejas mais tradicionais.

³⁸⁰ Como mostra Ribeiro (2003).

³⁸¹ Para o carisma religioso ser aprovado, é necessário que seja reconhecido como inédito.

fundamental na constituição do Movimento e da EdC no Brasil. Além disso, esses líderes foram e são capazes de criar vínculos sociais entre os membros das respectivas organizações, facilitando-lhes o compartilhamento de recursos, inclusive para fins econômicos, como na Arepe e EdC.

4.4.2 Doutrina e ética econômica

A seguir proponho um quadro com o que considero os principais pontos da doutrina das duas organizações.

Elementos da doutrina	IRC	MF
Missão	“Reconstrução dos muros e mudanças das portas do ser humano, que, assolado por Satanás, fica totalmente descaracterizado, permitindo o roubo e a vergonha”	“Edificar a civilização do amor, com o objetivo de contribuir para a fraternidade universal, tendo como meta um mundo mais unido”
Base teológica	Teologia da prosperidade e guerra espiritual; mundo espiritual causa o mundo material	Espiritualidade da unidade e Jesus Abandonado; Jesus em meio; modelo trinitário da realidade
Aspecto distintivo	Restauração	Unidade
Chave de leitura	Posse	Relação
Palavras-chave	Fidelidade, restaurar, guerrear, demônio, reter, prosperidade, cura, conquista, vitória, poder, bênção, apostólico, oferta, agora	Amor, unidade, dar, comunhão, fraternidade, reciprocidade, dor, providência, pobreza, novo, momento presente
Textos bíblicos predominantes	Antigo Testamento	Novo Testamento
Salvação	Superar a prova da fidelidade na oferta (medida pelo grau de sacrifício), que coloca em funcionamento a dinâmica da bênção; saber guerrear espiritualmente; individual	Manutenção da unidade com os irmãos; doação total de si; participar da construção do “Reino sobre a Terra”; abraçar Jesus Abandonado; coletiva
Confirmações de bom êxito	Prosperidade material e imaterial	Reciprocidade do amor, obras para a glória de Deus, recebimento do cêntuplo
Problema do mal	Demônios agem no mundo material e retêm a prosperidade	Falta de unidade entre os homens e entre Deus e os homens
Relação com o mundo profano	Acomodação a este mundo; transformação individual; deve ser evangelizado; deve ser imerso no sagrado	Transformação do mundo por meio da cultura; deve ser unido; deve ser imerso no sagrado

Quadro 03 – Síntese dos elementos doutrinários da IRC e MF

Uma característica que está presente em ambos os discursos é a motivação para uma disposição de se posicionar positivamente no mundo. Isso significa que o fiel, antes de receber qualquer coisa de Deus, deve ter determinação, autoconfiança e fé, o que implica disciplina, risco e investimento. E ao preencher essas pré-condições, estabelece-se a esperança do fiel na ação de Deus em sua vida. Os discursos de ambas as organizações criam um sistema simbólico no qual os membros podem aprender a lidar tanto com as incertezas, imprevisibilidades, insegurança, sofrimentos e angústias quanto com as alegrias e bons êxitos em um mundo contingente.

O discurso da IRC – que combina elementos sacros com os da indústria de entretenimento, comunicação de massa e ênfase no emocional – convoca seus fiéis a realizarem as ofertas no limite de suas impossibilidades, fazendo com que os membros se sintam capazes de doar algo, mesmo estando em uma situação desfavorável, o que lhes dá a sensação de potência, influenciando positivamente sua auto-estima. Descubrem que ainda podem se sacrificar, o que lhes dá dignidade. E por não estarem sozinhos (cada sofrimento é pessoal, mas se sofre junto), cria-se um importante sentimento de pertencimento e espírito de comunidade. Em vez da resignação, o discurso exalta os fiéis a “colocarem-se em ação”, isto é, a perseguirem – de modo disciplinado, arriscando-se (de modo calculado, pois “Deus é fiel”) com a descapitalização de seu patrimônio e investindo seu tempo e dinheiro – uma vida melhor, ou ainda, melhorar sua qualidade de vida. O “aqui e agora” é o momento para isso, pois o passado é o tempo da decaída e o futuro depende de sua situação de abençoado do presente. Dessa forma, o fluxo do tempo de um fiel segue o vetor fracasso⇒sucesso, caso ele tenha, por iniciativa própria – mas, por meio da igreja –, desenvolvido a capacidade de tomar posse dos bens destinados a ele como filho de Deus. A vontade de Deus é que seus filhos sejam “ricos e felizes”, e que desfrutem da criação da melhor forma possível, o que significa terem uma vida santa. Porém, que estejam sempre alertas, pois o regresso está à espreita na primeira atitude pecadora, que abre brechas para a atuação dos demônios, entidades impelidas a reter a felicidade dos homens. Em outros termos, descuidar-se da oferta é esterilizar sua capacidade de prosperar.

O discurso do MF também estimula uma atitude positiva de se situar no mundo. Os fiéis devem, antes de tudo, amar. O primeiro ato de amor é para com Deus, no sentido de doar-se a Ele, oferecendo a vida a Seus propósitos. Em seguida, amar o irmão, de modo universal, aberto, como gostaria de ser amado, e sempre dando o primeiro passo. No amor evangélico não deve haver limites e condicionalidades, e todos os homens e mulheres, como

expressões do amor divino, são capazes de amar – de dar –, independentemente de sua situação. O que nos impede (retém) de amar é o egoísmo, é fechar-nos em nós e não estabelecer mais relações de reciprocidade. Por isso, é necessária uma renovação (restauração) das atitudes e valores pelo evangelho – o homem novo –, ciente de que doar-se (ofertar-se) é fundamental para que a rede de relações amorosas seja estabelecida e a atuação da Providência seja efetiva. Como na IRC, a participação no circuito da doação estimula a auto-estima, o sentimento de dignidade dos fiéis, de pertencimento, e o espírito de comunidade, dando-lhes sensação de uma maior capacidade de ação, e a motivação para isso. Para amar é necessário ter disciplina (pois se aprende), arriscar-se (consciente de que há o cêntuplo) a ser o primeiro e na incerteza da reciprocidade, e investir em tempo e relacionamentos. O presente é o único tempo em que se pode amar, pois, sendo uma forma de ação, não se concretiza no passado nem no futuro. E também é no presente que se deve estar atento à vontade de Deus, que sempre direciona a vida dos fiéis – caso aceitem Sua vontade – para uma maior unidade com os irmãos. A riqueza é de relacionamentos amorosos e recíprocos.

O discurso das duas organizações comporta críticas à sociedade. Para os membros da IRC, a sociedade é moral e culturalmente decaída, o que permite todos os tipos de pecado.³⁸² A igreja luta contra a sociedade, na qual os demônios circulam à vontade entre as pessoas que ainda não aceitaram Jesus. Como o mundo espiritual determina o mundo material, a esfera social não deve ser tomada como referência de ordem ética. As transformações buscadas estão do âmbito pessoal, e são iniciadas com a conversão, culminada no batismo.³⁸³ Sua proposta de intervenção, portanto, estabelece-se e limita-se à esfera privada,³⁸⁴ mesmo organizando manifestações públicas, como a Marcha. No MF, a crítica à sociedade comporta os âmbitos social, político e econômico, ao descrevê-la como incentivadora da “cultura do ter”, fonte das injustiças sociais e infelicidades pessoais. O mundo deve ser transformado com vistas a um mundo fraterno e unido, porém a partir do indivíduo “renovado” (homem novo), agente da cultura do dar. As transformações devem alcançar tanto a esfera privada quanto a esfera pública, porque as estruturas da sociedade também devem ser renovadas para que seja

³⁸² Como bem ressalta Mariz (1994, p. 221).

³⁸³ O batismo acontece em uma piscina, localizada na própria igreja. A conversão e o batismo podem ocorrer na mesma noite. Não há necessariamente uma preparação anterior para o batismo. O que há é um grupo de acompanhamento aos recém-convertidos.

³⁸⁴ Faço uma ressalva. Não faço um juízo de valor entre as necessidades da vida privada e da vida pública. Concorro com a seguinte afirmação de Mariz (2001, p. 217): “[...] a literatura tem subestimado o potencial crítico e transformador do pentecostalismo porque a crítica pentecostal não é ao sistema econômico ou político, mas à moral e/ou à cultura, e ainda porque o pentecostalismo propõe primordialmente mudar o indivíduo e o mundo privado. Em geral tem havido uma tendência por parte das ciências sociais em desconsiderar o potencial das propostas de mudanças culturais e perceber a cultura como epifenômeno das instâncias econômica e política. Também tem sido subestimado o potencial transformador da mudança individual”.

construído o “paraíso terrestre”. A proposta de intervenção do movimento, como em qualquer grupo de catolicismo internalizado,³⁸⁵ tende a desencantar a religiosidade popular, porém insere ao mesmo tempo elementos que não são provenientes das ciências sociais,³⁸⁶ mas de seu próprio vocabulário, que, em termos teológicos, pode-se afirmar que tem um considerável grau de sofisticação. E isso é consequência de sua própria proposta de intervenção: as ciências também precisam ser renovadas, para que incluam os conceitos de unidade e fraternidade.³⁸⁷

Apesar das diferenças no discurso, as organizações religiosas se aproximam na prioridade a soluções materiais desse mundo para seus membros com alguma desvantagem ou problema social.³⁸⁸ Além disso, outra semelhança é a utilização de testemunhos com conotações triunfalistas – em cultos, eventos, encontros – como um recurso para a plausibilidade do discurso. Porém, enquanto na IRC se enfatiza a prosperidade – principalmente de bens materiais, curas de doenças, de dependência de drogas e do que denominam vícios (homossexualismo, sexo fora e antes do casamento) –, obtida por meio das ofertas abençoadas, no MF se destacam os casos episódicos da atuação da providência – o que inclui bens materiais e imateriais – graças ao estabelecimento de uma relação de amor mútuo com o outro.

No intuito de facilitar a comparação das éticas econômicas das organizações, isto é, os impulsos práticos para a ação que derivam da religião,³⁸⁹ utilizo o trabalho de Weber³⁹⁰ sumarizado na figura a seguir.

³⁸⁵ Veja em Camargo (1971).

³⁸⁶ Como aconteceu nas CEBs, por exemplo. Para uma análise do assunto, veja Mariz (2001).

³⁸⁷ Há esforços nesse sentido nos campos da economia, filosofia, direito, pedagogia, sociologia, comunicação e matemática.

³⁸⁸ Inspirado em Mariz (2001).

³⁸⁹ Swedberg (2005, p. 233). Para uma análise do conceito de ética econômica, veja Swedberg (2005, p.233-236). A definição original está em Weber (2002, p. 189): “A expressão ética econômica refere-se aos impulsos práticos de ação que se encontram nos contextos psicológicos e pragmáticos das religiões”.

³⁹⁰ Veja em “A psicologia social das religiões mundiais.” In: GERTH, H.H; MILLS, C. W. (Org.). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002. p. 189-211.

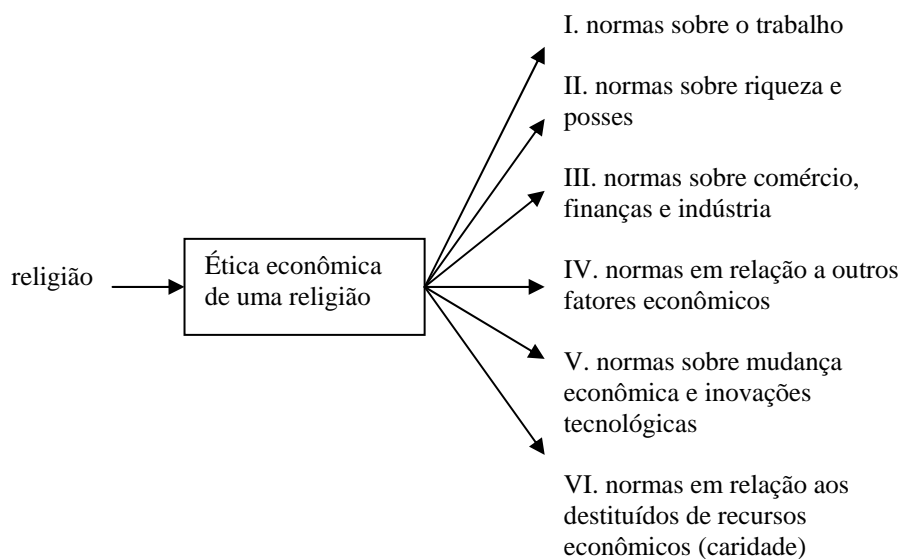


Figura 08 – Ética econômica de uma religião, segundo Weber
 Fonte: Swedberg (2005, p. 235).

Em relação às *normas*³⁹¹ sobre o trabalho, na IRC o trabalho é valorizado tanto quanto na sociedade. É apenas um dos meios para se conseguir a prosperidade, e deve ser acompanhado de apoio divino (por meio da oferta) e determinação pessoal (fidelidade), para que a bênção seja alcançada. Nesse sentido, a valorização recai sobre a “oferta metódica”, em vez do trabalho metódico do protestantismo ascético. No MF o trabalho é mais valorizado do que na IRC por se entender que é a fonte de auto-realização. O trabalho possui um papel fundamental de serviço aos outros e para a construção da comunidade, e deve ser uma expressão de amor a Deus, o que significa trabalhar de acordo com Sua vontade: da melhor forma possível, desenvolver a capacidade criativa (talentos) e certo desprendimento do trabalho.³⁹² Pode ser um instrumento de santificação se realizado de modo virtuoso, com atitudes de “escuta, abertura, acolhimento, atenção em relação aos usuários, clientes, colegas e responsáveis”,³⁹³ o que requer certo grau de sacrifício.

Quanto às *normas sobre riqueza e posses*, na IRC a riqueza é uma das conseqüências da prosperidade, valorizada na medida em que é um dos indicadores de vida abençoada. A posse de bens é coincidente com a expectativa de uma vida santa porque, além de atingir a expectativa de Deus de que seus filhos desfrutem da riqueza da criação, os membros podem manter a igreja financeiramente, um dos objetivos mais importantes. E esse desfrute da

³⁹¹ Esclareço que “normas” são atitudes valorativas específicas em relação a algo, como o trabalho, riqueza, e assim por diante (Swedberg, 2005, p. 235).

³⁹² Isso quer dizer que o trabalho não pode assumir papel primordial na vida do homem, que deve ser ocupado por Deus. Além disso, o desprendimento faz com que não haja uma hierarquia de valorização de trabalhos, sendo todos considerados dignos se feitos com amor.

³⁹³ Lubich (2005, p. 12-13).

riqueza comporta o consumo e a fruição de bens, pois não há obstrução moral com respeito a isso, desde que o objeto consumido não o leve ao pecado (como a bebida e as drogas ilícitas).

Para o MF, a riqueza tem uma conotação positiva desde que seja um meio de manter um nível de vida apropriado para o fiel exercer sua função na sociedade e não obstrua sua relação com o irmão e com Deus. As posses devem ser colocadas em comum, e o consumo e a fruição de bens são limitados às necessidades da comunidade. Encoraja-se que os bens categorizados como supérfluos façam parte da comunhão de bens. A pobreza é vista de duas formas: como uma injustiça social (veja adiante) e como uma virtude. A pobreza (no sentido religioso) é uma virtude por ser escolhida, e uma forma de desenvolvimento espiritual. A pobreza escolhida requer um estilo de vida compatível com suas necessidades, mas absolutamente sem luxo, e de doação (de bens e de si) constante. Caso os pré-requisitos sejam observados, a Providência proverá os fiéis de todos os bens necessários neste mundo.

Em relação às *normas sobre comércio, finanças e indústria*, na IRC a geração de lucros de modo sistemático e bem-sucedida é valorizada por ser um sintoma do desempenho espiritual do fiel. Ademais, o lucro é visto de forma positiva por ser uma fonte de ofertas que, por sua vez, será aumentada pelas bênçãos concedidas, estabelecendo-se um círculo virtuoso. É indiferente em relação ao tipo de comércio desde que não entre em conflito com o moralismo apregoado,³⁹⁴ e não há restrições morais em relação a contrair dívidas. O MF se diferencia da IRC por acreditar que os meios de produção devem ter como fim a consecução da justiça social, como a redistribuição da riqueza para os pobres. Dessa forma, o lucro é valorizado não por ser um sintoma – como na IRC –, mas por ser um instrumento de comunhão de bens.

Em ambas as organizações religiosas, o lucro é tridimensional: possui a função de acumulação, investimento e doação. A dimensão da doação sistemática instaura a bidirecionalidade do lucro na esfera econômica (ganha-se e doa-se). Entretanto, os propósitos da doação das duas organizações são diferentes. Enquanto na IRC é para a manutenção da igreja (inclusive das ações assistenciais), no MF o lucro doado faz parte do projeto EdC e é visto como instrumento de redistribuição de riqueza³⁹⁵ com pretensões de mudança social. No movimento há mais restrições ao tipo de comércio do que na IRC porque as atividades devem ser “testemunhas” dos valores focolarinos, e seus produtos devem ser reflexos disso.³⁹⁶ Com respeito às dívidas, não se proíbe, mas deve-se evitar. O MF é crítico em relação à

³⁹⁴ Como, por exemplo, a venda de bebidas alcoólicas.

³⁹⁵ Para o aprofundamento do tema, veja Brandalise (2003).

³⁹⁶ Por exemplo, empresas de distribuição de medicamentos não revendem anticoncepcionais, o comércio de roupas vende apenas um determinado tipo de moda (que não fira a “dignidade” da mulher).

especulação financeira e orienta seus membros a não participarem quando são evidentes os prejuízos a uma comunidade ou país.

A respeito das *normas em relação a outros fatores econômicos*, as duas organizações possuem visões divergentes com respeito à instituição mercado. Como as outras instituições seculares, a IRC considera o mercado decaído, corrompido, e o fiel deve saber como não se deixar influenciar por isso, mantendo-se protegido ao ter a Bíblia como referencial espiritual e estratégico. Em contraste, o MF considera o mercado uma instituição útil e eficiente para a realização das trocas econômicas e, simultaneamente, um “lugar de encontro” no qual a lógica de comunhão pode atuar. Acredita-se que é possível se servir do mercado para a humanização do homem por meio de uma distribuição mais equitativa da riqueza, como propõe a EdC.³⁹⁷ Seguir princípios éticos no mercado – como o respeito total às leis, sem prejudicar o concorrente, a honestidade, a comunhão de parte do lucro, apenas para citar alguns – é fator fundamental para o caminho de santidade.

Em relação às *normas sobre mudança econômica e inovações tecnológicas*, uma diferenciação possível entre a IRC e o MF é que ambos querem mudar a realidade econômica, mas, enquanto a primeira atua no âmbito individual – ou seja, o início e o fim dessa transformação é o indivíduo –, o ponto de partida da EdC também é o indivíduo (porque as estruturas sociais se modificam a partir da conversão do homem – “vida restaurada” e “homem novo”) –, mas com a aspiração de mudar radicalmente a realidade econômica no âmbito da sociedade. Em outras palavras, ambos consideram o indivíduo como o componente determinante e primacial da transformação e, por decorrência, como possuidor de forte poder de agência para essa transformação, algo que poderia ser denominado “individualismo transformacional”.³⁹⁸ Entretanto, para a IRC isso deve ocorrer e permanecer no plano das micro-relações, enquanto a EdC ambiciona o salto do micro para o macrossocial, inclusive com a determinação de “superar o capitalismo”.

Sobre as *normas em relação aos destituídos de recursos econômicos (caridade)*, a IRC entende a pobreza como um provável problema espiritual (retenção da prosperidade pelo demônio), uma situação do qual ele deve se libertar. A riqueza só virá se a pessoa se libertar do pecado. Valorizam-se atos de caridade e estimulam-se projetos assistenciais. Para o MF, a pobreza (aqui no sentido econômico) é consequência da “cultura do ter”, e é entendida como uma injustiça porque a pessoa não consegue obter os recursos essenciais para a manutenção

³⁹⁷ Isso sem aderir ao movimento antiglobalização (que acredita que a esfera civil é prejudicada pela esfera econômica) nem considerar os que acreditam que o mercado é bom em si mesmo.

³⁹⁸ Imito a expressão “individualismo metodológico”.

de uma vida digna. Para o movimento, essa pobreza é, antes de tudo, uma pobreza de relações e, por isso, sua superação deve ser feita por meio da inserção do indivíduo em uma comunidade, ou seja, estabelecendo relacionamentos de reciprocidade. O pobre é considerado um membro e parceiro do projeto EdC porque no circuito da comunhão de bens a sua dificuldade econômica é considerada tão valorosa quanto a doação recebida.

Como um adendo final, a ética econômica do neopentecostalismo, representado na IRC, conduz a um tradicionalismo econômico (no sentido de manutenção do *status quo*) por não trazer nenhum fator de aperfeiçoamento nem mudança do capitalismo racional, enquanto a ética econômica do MF busca intencionalmente a inovação econômica ao procurar inserir dinâmicas de troca diferentes das do capitalismo, como a comunhão, com vistas a impulsionar a justiça social.

4.4.3 Empreendedor

Ambas as organizações possuem uma denominação especial para seus empreendedores-membros: empreendedor apostólico (IRC) e empreendedor da EdC (MF). Há uma crença comum segundo a qual a competência profissional e a racionalidade administrativa são elementos necessários, mas não suficientes, para o bom desempenho empresarial. Há o acréscimo fundamental da propriedade sobrenatural da fé, qual seja, Deus atua nos negócios. Dessa forma, há uma “mão invisível” não mais *do* mercado, mas *no* mercado.

O empreendedor apostólico tem o objetivo de ser próspero com base na doutrina da IRC. Ele tem a função de suprir a família e a igreja, de conquistar bens materiais, e de ser um empreendedor, entendido como “aquele que faz tudo para ser bem-sucedido”.³⁹⁹ Seu sucesso, o lucro e a boa *performance* empresarial são decorrentes da *performance* espiritual, significando que não basta adotar estratégias empresariais, pois deve se levar em conta – se não for a mais importante – a estratégia espiritual, que consiste na observação das “leis espirituais” e na transformação do empreendedor em um “guerreiro espiritual”⁴⁰⁰ em

³⁹⁹ Segundo um dos entrevistados.

⁴⁰⁰ Segundo um dos entrevistados.

constante luta contra os “inimigos invisíveis”⁴⁰¹ que insistem em reter sua prosperidade. Para essa estratégia, Jesus deve ser considerado um sócio e a Bíblia, o melhor livro para a orientação dos negócios.⁴⁰² Para o empreendedor, há uma relação diretamente proporcional entre a condução moral de acordo com os princípios religiosos e observação de rituais, e o fato de ser financeiramente bem-sucedido. Numa palavra, o “ter” é uma consequência do “ser”.

Diferentemente, o empreendedor de EdC tem como objetivo ajudar a construir a cultura do dar (como é entendida no MF) na esfera econômica. Tem a função de transformar sua empresa em um instrumento de justiça social e em uma pequena comunidade onde deve estar presente a espiritualidade da unidade, para ser testemunho da veracidade do projeto EdC para que o “mundo creia”.⁴⁰³ Para esse empreendedor, ser bem-sucedido nos negócios significa não apenas ter bons indicadores econômicos, mas ser capaz de cumprir os objetivos da EdC, o que inclui o seu próprio modo de vida (pobreza escolhida), e de agir de acordo com o *ethos* focolarino (Jesus em meio, arte de amar, os sete aspectos). Em situações de dificuldade confia na participação do “sócio invisível”,⁴⁰⁴ que atua na medida em que o empreendedor “faz sua parte”⁴⁰⁵ – ou seja, cumpre os critérios materiais (dos negócios) e espirituais. Entretanto, o primordial é a vontade de Deus, o que pode significar que essa dificuldade não seja contornada, resultando em um “fracasso glorioso” – de acordo com a ressignificação proporcionada pelo conceito de Jesus Abandonado – que fornece sentido aos aspectos negativos da vida em geral e dos negócios em particular, o que em termos práticos pode assumir o caráter de renúncia e desapego.⁴⁰⁶ Para o empreendedor de EdC, o “ter” e o “ser” estão em função do “dar”.

Tanto para os empreendedores apostólicos como para os de EdC, os espaços de incerteza das circunstâncias do mercado são preenchidos pelo transcendente, que lhes dá sentido e a segurança subjetiva necessária para agirem. O sentido é tanto para aspectos positivos – como fatos considerados inexplicáveis (por exemplo, o recebimento inesperado do pagamento de uma dívida) atribuídos à providência divina – quanto para aspectos negativos, atribuídos à ação demoníaca (no caso da IRC) ou aos sacrifícios, o que leva à santificação. Adicionalmente, às categorias empreendedor apostólico e de EdC é inerente um conjunto de

⁴⁰¹ A expressão é minha e corresponde aos demônios do mundo espiritual. O objetivo é contrastar com a expressão “sócio invisível” criada pelo MF.

⁴⁰² Segundo os entrevistados, com as devidas atualizações.

⁴⁰³ Evangelho segundo São João 17, 21.

⁴⁰⁴ Providência divina. Veja capítulo anterior.

⁴⁰⁵ Uma expressão muito utilizada no MF.

⁴⁰⁶ Isso significa que eles “oferecem” o sofrimento ou aquele momento difícil a Deus.

normas que prevêm prêmios ou sanções internas e externas (por exemplo, “doar parte do lucro”). Como afirmou Weber,⁴⁰⁷ isso acontece na medida em que a crença religiosa se mantém viva – e, pelo entusiasmo com que praticam sua religião, parece que de fato se mantém –, fazendo com que a ação empreendedora seja facilitada por essas normas, que dão coerência às duas esferas, econômica e religiosa, por meio de um vocabulário único e critérios de ação.

Relacionado a isso, é importante mencionar que, desconsiderando as pequenas diferenças de ênfase e vocabulário, ambas as organizações legitimam atitudes que podem coincidir com o comportamento empreendedor, tais como “aproveitar as oportunidades”, “ser perseverante”, “não ter medo do desafio”, “agir com coragem”, “não ser acomodado”, “ter iniciativa”, além de oferecer o que venho chamando de tecnologia religiosa, isto é, um conjunto de normas e técnicas de comportamento e disciplina emocional por meio das quais se consegue que as coisas sejam feitas,⁴⁰⁸ normas e técnicas essas legitimadas pela religião e adaptáveis ao contexto dos negócios.

Há duas conseqüências disso. A primeira é que há uma influência, na esfera econômica, dos respectivos *ethos* religiosos das organizações na medida em que os empreendedores adotam essas tecnologias na sua atuação no mercado,⁴⁰⁹ de maneira que não é verdadeira a frase “negócios são negócios, religião à parte”. Aliás, no que pude apreender dos dados, a esfera religiosa se entrelaça com a econômica de modo a se tornar determinante em alguns aspectos, o que se manifestado em casos como a doação de parte do lucro para as organizações (o que pode, de certa forma, descapitalizar a empresa). Essa questão da doação é um bom exemplo. Além do fator negativo da descapitalização (em termos financeiros, porém significativamente positivo para o empreendedor), durante as entrevistas pude perceber a clara disposição dos empreendedores de desejarem aumentar os lucros para que seja possível doar ainda mais para as respectivas organizações. Essa disposição pode se transformar em um fator positivo para os negócios por conta da busca de eficiência empresarial por motivos religiosos, e não *apenas* por motivos econômicos. E aqui pode haver uma evidência de que a religião possui certo grau de influência na busca de eficiência organizacional.

⁴⁰⁷ “Uma ética ancorada na religião destina para o comportamento por ela suscitado *prêmios psicológicos* (não de caráter econômico) bem específicos altamente eficazes enquanto a fé religiosa permanecer viva [...]. Só na medida em que esses prêmios funcionam e sobretudo quando agem (e o decisivo é isto) numa *direção* que se afasta bastante da doutrina dos teólogos [...], consegue a fé religiosa uma influência autônoma sobre a conduta da vida e, através dela, sobre a economia [...]”. Weber (2004, p. 178-179, nota 34). Ênfase no original.

⁴⁰⁸ Inspirado em Ramos (1989, p. 157).

⁴⁰⁹ Enfatizo essa característica para contrastar com a afirmação inversa de que há uma inundação da esfera religiosa pela econômica, sendo essa última a abordagem ou conclusão mais comum nos textos acadêmicos.

E isso leva à segunda consequência. Os motivos religiosos, aliados às tecnologias religiosas, proporcionam ao empreendedor sentido e aprendizagem acerca de aspectos comportamentais como o autocontrole, enfrentamento de problemas e relacionamento com as pessoas. Houve relatos de casos em que o empreendedor afirmou que aprendeu com a religião a ter mais equilíbrio emocional e menos ansiedade na vida pessoal e profissional, o que influenciou o modo como lida com os assuntos de negócio. Outro afirmou que aprendeu a se relacionar melhor com as pessoas e valorizá-las no seu ambiente de trabalho, o que aperfeiçoou sua atuação como empreendedor. Outro ainda revelou que a religião lhe proporcionou um objetivo de vida, que conseguiu transpor para os seus negócios, o que lhe deu uma “satisfação muito grande”. É certo que essa causalidade precisa ser mais bem investigada, mas, como se trata do sentido que o agente atribui à relação entre sua participação em uma organização religiosa e seu papel como empreendedor, vejo que há indícios importantes de que a religião desenvolve aptidões indispensáveis para a prática empreendedora que podem repercutir na sua conduta econômica racional. Digo mais: pode desenvolver aptidões diferentes da mera conduta econômica, e que do ponto de vista da ação econômica são irracionais, mas que compõem o “espírito empreendedor”.⁴¹⁰ Cito duas delas.

A primeira é a *fé*. Para o empreendedor schumpeteriano,⁴¹¹ quando em determinados momentos de incerteza, nos quais o indivíduo está sem os dados necessários para decidir e sem as normas de conduta, é necessário que ele dê um “salto no escuro”, ou seja, sua ação tem que ser realizada sem que ele elabore todos os procedimentos racionais do que há para fazer. Não há informações suficientes nem são conhecidas todas as consequências da ação, o que limita a ação racional em termos de adequação entre meios e fins. Dessa forma, o êxito dependerá também da intuição desse empreendedor. Nesse caso, o “salto no escuro” é equivalente à fé ou confiança na Providência do empreendedor apostólico ou de EdC, e suas exitosas intuições nos negócios diante das incertezas do mercado são atribuídas ao Espírito Santo ou a Jesus em meio. Em outras palavras, a aptidão desenvolvida de ter fé em momentos de incerteza, imprevisibilidade ou dificuldade, os impulsiona nesse particular a agirem de modo semelhante ao empreendedor descrito por Schumpeter.

A segunda é a *esperança*.⁴¹² Relacionado ao primeiro,⁴¹³ o “salto no escuro” do empreendedor também é motivado pela esperança de que agindo de acordo com a vontade de

⁴¹⁰ Estou ciente de que a expressão “espírito empreendedor” carece de maior precisão. Mas a mantenho como uma contraposição ao termo “espírito do capitalismo” de Weber, caracterizado pela racionalidade instrumental (ou econômica) difundida pela ascese intramundana do protestantismo calvinista.

⁴¹¹ Schumpeter (1961).

⁴¹² Inspirado em Swedberg (2005, p. 80).

⁴¹³ Apenas para constar, não podemos esquecer que fé, esperança e caridade são as três virtudes teológicas.

Deus tudo vai da certo, de um jeito ou de outro, mesmo que num primeiro momento haja dificuldades ou prejuízos decorrentes da decisão. No final das contas, ele *espera* que o resultado de suas ações seja *o melhor* porque, além de suas habilidades e conhecimentos, conta com a ação divina (o empreendedor não age apenas “com suas próprias forças”), tanto no discernimento das decisões quanto no encadeamento dos fatos. Dessa forma, a esperança na ação divina e num horizonte de êxito (seja “em nome de Jesus” ou em Jesus Abandonado) faz com que eles suportem consideravelmente e de uma maneira especial as possíveis adversidades que uma decisão acarreta.

Agora chamo a atenção para as diferenças dos padrões biográficos. Os empreendedores apostólicos geralmente possuem um histórico de algum problema grave que os fizeram se converter à IRC, que os “libertou”:⁴¹⁴ dependência de drogas (lícitas ou ilícitas), problemas psiquiátricos (como síndrome do pânico), angústias existenciais ou problemas financeiros. Ademais, afirmam que a qualidade de vida atual é bem melhor que a anterior (antes de ingressarem na igreja). Por sua vez, os empreendedores da EdC não provêm de uma experiência de conversão, mas de uma continuidade de sua trajetória no MF, e possuem um histórico de busca ou sensibilidade ao tema da justiça social. Essas características me levam a propor a seguinte diferenciação: enquanto o empreendedor apostólico está associado com uma dimensão terapêutica⁴¹⁵ – coerente com a ênfase da “restauração” da IRC –, o empreendedor da EdC está associado a uma dimensão de missão,⁴¹⁶ relacionado ao seu comprometimento com o desenvolvimento do projeto de EdC.

Há uma diferenciação que parece ser também uma tendência de aproximação de tais empreendedores. Tenho a impressão de que, da mesma maneira que o incentivo ao empreendedorismo, com o pedido explícito para que se constituam empresas, no MF estimula de forma não intencional a iniciativa individual⁴¹⁷ – em contraste com a iniciativa coletiva, sempre enfatizada pelo movimento –, na IRC parece ter como consequência não intencional uma consciência de grupo e a mobilização/organização de um projeto coletivo por meio da *Arepe*.⁴¹⁸

⁴¹⁴ Como costumam dizer.

⁴¹⁵ Entendo que uma das missões desses empreendedores é evangelizar o meio empresarial, o que significa libertar do pecado. Por isso, prefiro destacar mais o senso terapêutico no seu sentido mais amplo (não apenas relacionada à saúde física) do que o senso de missão.

⁴¹⁶ Aqui o senso de missão é o mais importante porque possuem um projeto claro de intervenção na economia e precisam desenvolvê-lo. Por isso, possuem compromissos específicos com respeito a esse projeto, que devem levar a cabo e prestar contas ao MF.

⁴¹⁷ Sem dúvida que é uma iniciativa individual circunscrita pela dimensão coletiva.

⁴¹⁸ Passagem inspirada em Mariz (1988, p. 16).

Um ponto de toque entre esses empreendedores é o forte comprometimento com as respectivas organizações religiosas. É comum participarem intensivamente de atividades eclesiais, ações assistenciais, encontros, palestras e seminários, muitas vezes apenas para prestigiar ou oferecer ajuda na organização desses eventos. Um traço desse comprometimento é a ajuda mútua entre esses empreendedores. Além do fortalecimento dos laços sociais provenientes da coincidência da participação conjunta em grupos que ambas as organizações possuem (como as de ação assistencial, por exemplo), a ajuda mútua é em decorrência da formalização do papel dos empreendedores – por meio da Arepe e da EdC – o que facilita empréstimos de dinheiro, bênção de empresas (no caso da IRC), transferência de tecnologia (no caso da EdC), conversas sobre problemas na empresa, entre outros, sendo a organização religiosa uma “avalista” informal, no sentido de que as interações entre estranhos ocorridas no interior dessas organizações possuem um grau de confiança maior do que entre estranhos na maioria das organizações seculares ou na sociedade. Uma diferenciação da ajuda mútua entre os empreendedores das duas organizações que pode ser aventada é que o MF possui canais mais estruturados que facilitam essa ajuda (veja a subseção “Recursos organizacionais”, a seguir).

O comprometimento dos empreendedores com suas organizações religiosas faz com que disponibilizem tempo, conhecimento e recursos que acabam se transformando em apoio desses empreendedores às organizações. A seguir tratarei o sentido inverso: os recursos disponibilizados pelas organizações aos seus empreendedores.

4.4.4 Recursos organizacionais

Proponho a seguir um quadro-resumo dos recursos disponibilizados pelas organizações religiosas para seus empreendedores.

Recursos	IRC	MF
<i>Formalização</i>	<i>Arepe</i>	<i>EdC</i>
Cultural/ Simbólico	<ul style="list-style-type: none"> - Empreendedor “apostólico” - Teologia da Prosperidade - Guerra espiritual - Templo - Inimigo invisível - Apóstolo Estevam 	<ul style="list-style-type: none"> - Empreendedor “de EdC” - Arte de amar - Sete Aspectos - Comunhão de experiências de vida - Hora da verdade - Jesus em meio - Jesus Abandonado - Sócio invisível - Chiara, Ginetta, e os pioneiros
Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Site da Arepe - Balcão - Quiosque da Arepe - Programa de TV “Idéias e negócios” 	<ul style="list-style-type: none"> - Site internacional da EdC - Congresso nacional - Focolare - Escritório da EdC - Comissões regionais - Centro Filadélfia de estudo e pesquisa
Formação	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras, seminários e cursos - Culto Arepe 	<ul style="list-style-type: none"> - Congresso nacional - Escolas de EdC - Comissões regionais
Motivacional/ Apoio espiritual	<ul style="list-style-type: none"> - Conversas privadas, conselhos - Culto Arepe - Cultos e bênçãos nas empresas 	<ul style="list-style-type: none"> - Missa - Focolare - Comunidades organizadas (conversas e conselhos)

Quadro 04 – Recursos disponibilizados pelas organizações religiosas para os empreendedores

Uma análise visual do quadro mostra que o MF possui uma maior diversidade de recursos organizacionais mobilizados para os empreendedores do que a IRC. Isso pode ser explicado pelo maior tempo de vida da organização, por seu tamanho maior, pela maior quantidade de pessoas envolvidas na criação e desenvolvimento da organização, principalmente no seu estágio inicial,⁴¹⁹ por terem criado um projeto específico de experiência econômica que ajudou a sistematizar apoios que antes eram oferecidos juntamente com outros tipos de apoio religioso, e pelo MF ser de âmbito internacional, o que ocasionou a importação de alguns projetos para a criação de recursos organizacionais. Entretanto, parece que a IRC, apesar de uma diversidade menor, possui uma agilidade maior na elaboração e execução de idéias e sugestões na criação ou aperfeiçoamento desses recursos. Enquanto o MF valoriza a tomada de decisão e sua realização de modo coletivo, com a participação de integrantes da hierarquia e passando pelo seu crivo (em unidade com Jesus em meio, como costumam dizer), na IRC há recursos criados com a autorização da hierarquia, mas que foram frutos de iniciativas individuais, como, por exemplo, o *site* da Arepe.

⁴¹⁹ Lembrar os pioneiros, que formaram um grupo que se expandiu rapidamente.

É preciso acrescentar às informações do quadro que a Arepe e a Associação Nacional de Empresário por uma EdC⁴²⁰ foram constituídas também para formarem um canal de defesa dos interesses dos empreendedores. No MF há ainda a Espri, empresa que fornece apoio estrutural ao Pólo Empresarial Spartaco, criada e mantida pela comunidade focolarina por meio de subscrição de cotas de capital, cuja propriedade é conservada pelos participantes (atualmente cerca de 3.600 acionistas). A Espri se configura como um apoio mais específico porque diz respeito às empresas instaladas no pólo, que no momento são sete, com capacidade para abrigar 10 empresas.

Os *espaços de informação e formação* – o primeiro em menor grau que o segundo – parecem funcionar como fontes de estímulo para a aprendizagem contínua. O *espaço de informação* é considerado uma fonte “segura” de informações porque é organizado por pessoas que possuem a mesma visão de mundo, uma garantia de que não haverá “distorções” ou compreensões equivocadas de determinados fatos, que são interpretados de acordo com o discurso e o sistema simbólico das respectivas organizações religiosas. Para a IRC, isso é particularmente importante dada a desconfiança que nutrem pela mídia secular. Para o MF, o desenvolvimento desses espaços é reforçado pela importância primordial – inclusive pela conotação religiosa – que dão à comunicação. Além disso, esse espaço pode proporcionar informações sobre oportunidades de negócios, meios para resolução de problemas e possíveis parcerias. O *espaço de formação* pode ser considerado uma fonte de desenvolvimento de capital humano muito particular, pelo tratamento de questões de negócios com abordagem e linguagem religiosa. Os empreendedores não iniciados nas respectivas organizações religiosas podem encontrar dificuldades de compreensão devido a isso. No MF esses espaços são mais vigorosos por conta da maior participação e dedicação dos membros, que se organizam em grupos que coordenam as comissões regionais, o congresso anual e as escolas de EdC.

Quanto ao *espaço motivacional/apoio espiritual*, apresenta-se como apoio psicológico durante crises pessoais e profissionais, bem como apoio na prevenção de lapsos de convicção religiosa, incertezas e inseguranças na resolução de certos problemas empresariais. Ambas as organizações parecem ter tais espaços comparativamente equilibrados. Uma semelhança entre elas é a importância dada às conversas e aos aconselhamentos, que podem ocorrer até mesmo com desconhecidos. Há uma tal confiança – gerada pela coesão de grupo, que é, por sua vez, criada e mantida pelos recursos simbólicos –, que assuntos íntimos e delicados são tratados sigilosamente e com discrição, ou encaminhados para pessoas que possuem um maior grau de

⁴²⁰ Veja capítulo sobre o MF na subseção “A organização e seus atores”.

especialização para determinado assunto. Para exemplificar, um dos empreendedores de EdC estava com um grave problema de relacionamento com um dos sócios e relatou sua dificuldade para um focolarino, que o aconselhou de tal sorte que conseguiu superar as desavenças.

Essa rede social de apoio (relacionado a todos os espaços) e ajuda mútua não é incomum em grupos religiosos tradicionais nem mesmo em grupos familiares, de vizinhos ou de amigos.⁴²¹ Em relação aos grupos seculares, tanto a IRC quanto o MF são redes alternativas (e não exatamente substitutas) que se diferenciam principalmente pelo alcance de sua rede – nacional e, no caso do MF, também internacional – e pelo dever sagrado de se ajudar, inclusive pessoas desconhecidas que pertencem à organização. Dos grupos religiosos tradicionais se diferenciam pela criação de recursos específicos para uma categoria de fiel que atua na esfera econômica: o empreendedor apostólico e o de EdC. E entre eles, o MF se diferencia da IRC principalmente pelo já mencionado alcance internacional de sua rede de apoios. Para citar um exemplo, há um site da EdC – inaugurado em dezembro de 2007 – destinado exclusivamente para contatos e negócios entre empresas (B2B – *business to business*) de EdC de todo o mundo, traduzido em cinco idiomas.⁴²²

E há uma questão importante a ser levantada: esses recursos compartilhados proporcionam vantagens competitivas para o empreendedor? Ao que tudo indica, há *vantagens relativas*⁴²³ propiciadas pelas organizações religiosas. Em ambas, os recursos culturais e simbólicos fornecem aos membros um quadro de explicações, justificativas e sistema de significados acerca da realidade e do funcionamento do mundo que dão coerência às esferas econômica e religiosa, ou seja, constroem uma ponte entre a crença e a vida profissional do empreendedor, dão um sentido transcendental à sua atuação no mercado, dão-lhe estímulo para adotar um estilo de vida disciplinado e ascético, e ensinam-lhe uma “tecnologia religiosa” para pensar, sentir e agir em momentos que exigem autocontrole, competência relacional e agilidade nas tomadas de decisão. Dos espaços de informação e formação, o empreendedor recebe informação acerca de possibilidades de negócios (inclusive de possíveis parceiros, fornecedores e clientes), de experiências de outros empreendedores sobre o modo como resolveram determinados problemas (troca de experiências), de notícias de acontecimentos segundo a doutrina, e aprendizagem contínua. Do espaço motivacional o

⁴²¹ Esse parágrafo é inspirado em Mariz (1988, p. 15).

⁴²² Os idiomas são inglês, italiano, alemão, espanhol e português. Uma empresa de EdC dos Estados Unidos assumiu todas as despesas e organização do *site*, a pedido da Comissão Internacional da EdC.

⁴²³ Ou seja, são vantagens que um empreendedor possui por estar inserido na organização em comparação com um empreendedor que não está.

empreendedor recebe apoio psicológico em momentos de crise, aconselhamento acerca de sua vida pessoal e profissional, e certa proteção contra a solidão.

As organizações religiosas tornam disponível o acesso aos recursos compartilhados pela rede social, que permite que tais benefícios sejam estendidos de acordo com seu respectivo tamanho. Pela rede do MF, por exemplo, o empreendedor que precisar viajar para o exterior receberá apoio (informações sobre o local, moradia, cicerone, ser recebido no aeroporto, entre outros) que de outra forma não obteria (ou seria um serviço pago) caso não fizesse parte da organização ou não fosse avalizado por ela.⁴²⁴ Na criação dessa rede de apoio e na disponibilização dos recursos organizacionais, a confiança tem um papel fundamental, pois está presente na coesão dos laços e no estímulo da reciprocidade responsáveis pelo desenvolvimento das redes. Essa confiabilidade traz a vantagem da dispensa de contratos nas interações dos empreendedores, e, por meio do mecanismo de reciprocidade, permite-se que todos os benefícios dos recursos disponibilizados pelas organizações sejam gratuitos ou cobrem apenas as taxas correspondentes aos custos. Em outras palavras, os espaços de informação, formação e motivacional contribuem para que o empreendedor reduza os custos da coleta e acesso à informação, da negociação e do estabelecimento de contratos.⁴²⁵

Essas vantagens relativas se traduzem em vantagens competitivas? Parece que os resultados ainda são modestos. Em relação à IRC, o ponto central enfatizado pelos empreendedores foi a mudança na sua vida pessoal, e esse fato de alguma maneira influencia o modo de condução de seus negócios. Eles afirmam que ficaram mais pacientes, seguros e que aprenderam a manter a calma diante de problemas graves, por exemplo. Se essa mudança de comportamento traz alguma vantagem econômica, especulo que sim, mas os dados coletados não permitem nenhuma conclusão definitiva, apenas indícios de que objetivamente há essa relação. Entretanto, ressalto que para os indivíduos a ação econômica assumiu outros significados. Apenas para ilustrar, um dos entrevistados declarou que a doação de parte do lucro pecuniário lhe deu um significado para a geração de lucro e para sua empresa que influenciou decididamente sua vida, dando-lhe um sentido para o seu trabalho. O “porque” o fez ressignificar o “como” gerar lucro, que passou a ser uma medida quantitativa e objetiva de seu êxito profissional e espiritual, o que acaba se transformando num êxito apenas, dada a equivalência entre o sucesso profissional e seu desempenho religioso. Para os empreendedores apostólicos, “ganhar a vida” é uma questão trivial, sendo outra a questão

⁴²⁴ “Ser avalizado por ela” diz respeito à seguinte situação: a pessoa que não faz parte do MF entra em contato com uma pessoa conhecida, integrante do movimento, e pede a ela que entre em contato com outros membros da organização da cidade a que pretende ir para aproveitar dos benefícios da rede.

⁴²⁵ Ou seja, contribui na redução dos custos de transação. Veja Coase (1991).

principal: eles “ganharam uma outra vida”, de modo que o *sentido* de sua ação econômica não é unicamente a satisfação de suas próprias necessidades e desejos. Inclui, agora, “prover a casa do Senhor”, “formar os futuros supridores da obra”, “ser instrumentos para a glória de Deus”, “ter a bênção liberada”, “ter uma vida de doação”. No universo de significados do empreendedor, as esferas religiosa e econômica se atam em um único nó.

Para o MF, parece haver uma maior vantagem econômica para o empreendedor de EdC. Os recursos disponibilizados estão mais sistematizados para resolver problemas no âmbito especificamente técnico, como fazem, por exemplo, as comissões regionais. O envolvimento da comunidade religiosa é mais intenso. Como exemplifica um dos entrevistados, quando um empreendedor precisa se ausentar da empresa (por questões de saúde, por exemplo), busca-se alguém no movimento que possa auxiliar sua família nas mais diversas tarefas da condução da empresa. Isso está sendo realizado pelas comissões, e levando em consideração outras manifestações,⁴²⁶ afirmo que há um processo de “profissionalização”⁴²⁷ da ajuda mútua para os empreendedores, em maior grau que na IRC. Essa ajuda estava presente anteriormente, mas pulverizada em redes sociais de alcance restrito às interações pessoais do movimento ou em redes relacionadas a outros assuntos. Com a profissionalização – ainda inicial, porém com pretensões de se desenvolver e ampliar –, foram criados canais de informação especificamente para os empreendedores, e delineadas normas e sanções mais apropriadas às atividades empreendedoras. Ademais, há empreendedores que relatam uma possível vantagem competitiva devido ao reconhecimento a médio prazo do que denominam comportamento ético no mercado, ou, em outros termos, capital “reputacional”.⁴²⁸ Afirmam que sofrem perdas de contratos de negócios a curto prazo por se negarem a participar do que consideram negociações ilícitas, mas garantem que tal atitude de sua parte faz com se estabeleçam relacionamentos mais duradouros e baseados na confiança com alguns clientes, fornecedores e parceiros de negócios. Além disso, sua fé religiosa – de coerência entre o espaço público e privado – leva a um comportamento cívico coerente com as leis vigentes, reforçando desse modo o cumprimento dessas leis.⁴²⁹ E pelo seu histórico anterior de participação no movimento, para o empreendedor da EdC não houve uma metanóia em relação ao sentido de sua ação econômica porque ele já encontrava disposição e

⁴²⁶ Como a Espri, o Pólo Empresaria Spartaco, os Congressos Nacionais, o Centro Filadélfia e o Escritório EdC.

⁴²⁷ Não é o termo mais adequado porque os trabalhos não são remunerados, mas deixo para dar mais destaque ao que quero afirmar.

⁴²⁸ Veja, por exemplo, Joseph Petrick *et al.* Global Leadership Skills and Reputational Capital: Intangible Resources for Sustainable Competitive Advantage. *Academy of Management Executive*, v. 13, n. 1 p, 58-69, 1999.

⁴²⁹ Exemplos que podem ser citados: não pagamento de propinas, pagamento de todos os impostos na medida do possível, não participação em negociações, cumprimento rigoroso das leis trabalhistas.

algumas normas a respeito de sua atuação profissional, havendo, portanto, apenas certos ajustes, ou melhor, uma sistematização de seus objetivos empresariais, que incluem, agora, o desenvolvimento do projeto de EdC. Indo mais longe: é um projeto econômico alinhado com o seu projeto profissional e de vida.

4.4.5 Atando os laços

As organizações religiosas podem estabelecer relações sociais que beneficiam a ação de seus membros na medida em que esses agentes conseguem acessar recursos que facilitam o alcance de seus interesses. Isso caracteriza o que a literatura denomina capital social (KS), ou, devido à especificidade das organizações religiosas, de capital espiritual (KE).⁴³⁰ Defendo que o KE e a coesão dos laços sociais provenientes das organizações religiosas investigadas criaram recursos organizacionais (veja subseção anterior) que são disponibilizados intencionalmente para que os empreendedores possam acessá-los. A seguir procuro mostrar comparativamente as estruturas sociais que facilitam o KS e as formas de KS provenientes dessas estruturas, tendo como principal referência o trabalho de Coleman (1988; veja a subseção “Modelo de Coleman”) com o acréscimo da abordagem do sistema de dívida como complemento para a compreensão da criação e manutenção dos vínculos sociais, elementos primordiais para a constituição do KE.

A IRC e o MF têm em comum a apropriação de suas organizações para outros fins que vão além dos objetivos originais, como o incentivo e apoio ao empreendedorismo, colocando à disposição seus recursos organizacionais. Essa característica da estrutura social, denominado por Coleman “organização social apropriável”, constitui um importante facilitador de KE. Por exemplo, no caso da IRC é a utilização do espaço da própria igreja para que um curso de finanças seja realizado, ou que se organize um seminário sobre a concepção de um plano de negócios, e para que se faça “network” entre os participantes. No MF, seus espaços também são utilizados para auxiliar outros propósitos além do exclusivamente religioso, como, por exemplo, a feira de exposições das empresas de EdC durante o congresso anual, a organização e desenvolvimento do pólo empresarial e as reuniões do *workshop* da EdC. Em ambas as organizações, não há restrições importantes para que tais apropriações

⁴³⁰ Para uma discussão sobre KS e a especificidade do KE, veja o primeiro capítulo.

ocorram, e, pelo que pude perceber, esse facilitador de KE está mais desenvolvido no MF devido ao seu maior tamanho e à quantidade de espaços que podem ser utilizados, como acontece na Mariápolis Ginetta.

Outro facilitador de KE, o “fechamento”⁴³¹ de redes sociais, refere-se aos laços sociais entre as pessoas para que as normas sejam efetivas por meio de sanções. No caso das organizações pesquisadas, pode-se considerar que as redes sociais de ambas são com fechamento porque os laços sociais estabelecidos são suficientes para que as sanções tenham efeito sobre a observância das normas, o que é bastante comum em organizações religiosas. Em decorrência disso, a confiança nas estruturas sociais é maior, o que facilita as formas de KS “normas e sanções” e “obrigações e expectativas”. O que puder perceber, entretanto, é que mais uma vez o MF possui esse facilitador mais proeminente do que a IRC. Atribuo isso ao estilo mais comunitário de convivência do MF, o que acontece de forma limitada no IRC. Enquanto ser membro do MF é equivalente a participar de alguma atividade ou pequeno grupo, ser membro da IRC pode significar tanto participar de um grupo quanto ir apenas ao culto, o que dá certo grau de anonimato, e, portanto, as sanções coletivas são aplicadas de forma limitada. Além disso, o sistema de comunicação do MF é mais eficiente, e, devido a isso, há um sistema de reconhecimento dos membros (e não membros, como visitantes, simpatizantes, etc.) também mais eficiente.⁴³²

Acrescento mais um item facilitador do KE relacionado às normas e que não foi comentado por Coleman. O fechamento das redes sociais facilita as sanções externas ao indivíduo (como a sanção do grupo em relação a um comportamento desviante às normas), mas também pude notar que o fechamento facilita as sanções internas (subjetivas) na medida em que promove as *estruturas de plausibilidade*, como analisado por Berger (1997). Essas estruturas fornecem uma concepção de mundo ao indivíduo, e sua força depende da estrutura social que sustenta a plausibilidade em questão. Como afirma Berger, como as afirmações religiosas do mundo são, por sua natureza, incapazes de ter seu apoio em nossa própria experiência dos sentidos, dependem, portanto, inteiramente do suporte social (do grupo, das pessoas com as quais conversa, etc.). A realidade se mantém “real” – ou seja, a plausibilidade do discurso, dos recursos simbólicos, do funcionamento do mundo material e espiritual, ou, de modo mais geral, da fé – porque os outros, com os quais o indivíduo convive e interage nas redes sociais, afirmam essa realidade e compartilham das mesmas crenças. E tal realidade,

⁴³¹ Do inglês *closure*. Veja justificativa da tradução no primeiro capítulo, seção “Modelo de Coleman”.

⁴³² Eu mesmo tive uma experiência. Ao visitar a Mariápolis Ginetta, um dos focolarinos se aproximou de mim e cumprimentou-me citando o meu nome, mesmo eu nunca ter tido contato com ele antes.

aceita pelo indivíduo, possui um conjunto de normas efetivas devido a sanções criadas coletivamente, mas que o próprio indivíduo se impõe. As organizações religiosas talvez sejam atualmente o principal sistema social do tipo de facilitador de normas eficientes por sanções internas. E, a meu ver, tanto a IRC quanto o MF possuem fortes estruturas de plausibilidade: do lado da IRC, são os testemunhos de milagres, curas, e mudanças radicais de vida, a valorização de um engajamento que requer prestar serviços para a igreja (e, portanto, estar mais em contato com seus pares), forte incentivo a ouvir músicas gospel, assistir à Rede Gospel de Televisão,⁴³³ e ouvir rádios gospel, utilizar o portal igospel.com.br como fonte de informação e entretenimento; do lado do MF, há os testemunhos de atos de amor e sacrifício, a participação intensiva em vários encontros, valorização da missa cotidiana, incentivo às experiências (permanência por um determinado período) nas Mariápolis Permanentes, participação nos setores do movimento, estímulo às leituras de obras escritas por membros e simpatizantes do movimento, entre outros.

Voltando-me agora às *formas* de KE, os canais de informação possuem uma questão interessante. Coleman adverte que a informação inerente às estruturas sociais tem como função facilitar a ação, mas que há custos porque requer a atenção, um recurso escasso. Entretanto, nessas organizações religiosas, a atenção é um dos recursos mais abundantes, inclusive para estranhos, o que torna os canais de informação um KE bastante afluyente. Por exemplo, os empreendedores podem utilizar a rede religiosa para obter informações (ou conselhos) de procedimento em determinado assunto da empresa. As necessidades de um empreendedor também circulam nesses canais, fazendo com que pessoas se ofereçam para ajudá-lo, ou, ainda, o empreendedor informa sobre ofertas de empregos para sua empresa e é informado de pessoas que estão precisando de emprego. O MF criou um recurso que, ao mesmo tempo, utiliza e fortalece os canais da informação. As comissões regionais de EdC utilizam os canais para receber informações das redes do movimento e alimentá-los com novas informações no intuito de dar apoio aos empreendedores. As comissões, em outro caso, servem como uma espécie de “avalistas” porque informam não apenas a situação financeira de uma empresa, mas também servem como indicadores da confiabilidade que ele informalmente fornece para as empresas que estão em sua lista, fazendo com que, por exemplo, os empréstimos entre empresas ocorram com mais facilidade e garantia.

A estrutura de fechamento das redes sociais contribui com as formas de KS “obrigações e expectativas”, “normas e sanções”. Em relação a esse último, as normas

⁴³³ Isso é muito importante. Estevam Hernandes chegou a escrever uma carta convocando os fiéis a não assistirem à Globo. Também os orientou em um culto a não lerem a revista *Veja*.

prevalecentes em ambas as organizações pesquisadas incentivam, por exemplo, o estilo de vida ascético correspondente a cada uma delas, e a preponderância do interesse coletivo sobre o auto-interesse, havendo para isso sanções para o comportamento egoísta⁴³⁴ e prêmios para a reciprocidade e ações gratuitas (ou altruístas). Dessa forma, favorece-se a coesão social dessas organizações. É importante destacar que as organizações religiosas são uma fonte especial e potente de normas de reciprocidade e confiança por possuírem uma característica forte de comunidade (com fechamento de redes sociais). Aqui há um ponto importante a ser destacado. A confiança e reciprocidade entre as pessoas e no ambiente social aumenta com as normas de tais organizações – além dos fatores anteriores – por mais dois fatores: (a) o ato de gratuidade, por ser identificado como “não auto-interessado”, tem a tendência de incentivar a confiança e a reciprocidade do outro porque é uma *escolha* da pessoa em realizar esse ato, que comporta risco, esforço, e uma confiança inicial, pois ele livremente poderia ter optado por não fazê-lo; (b) a coesão proveniente dessas normas permite que os agentes se reconheçam o suficiente para que identifiquem os oportunistas, fazendo com que a confiabilidade seja reforçada, num processo de realimentação (*feedback*).

Adicionalmente, as normas são interiorizadas – com o importante papel das estruturas de plausibilidade, como visto anteriormente – ou mantidas por prêmios externos, como o reconhecimento público da virtude do indivíduo ou desaprovação do grupo de certas atitudes não compatíveis com o interesse coletivo. Sobre essa forma de KS, não consegui apreender nenhuma diferenciação essencial entre as duas organizações pesquisadas. Apenas que no MF as normas de gratuidade e reciprocidade são especialmente destacadas,⁴³⁵ principalmente pela maior ênfase no amor mútuo do que na IRC (que, por sinal, menciona pouco esse termo), na idéia de unidade, e pelo recurso simbólico “Jesus em meio”, que destacam o papel do fortalecimento dos vínculos interpessoais de modo bastante sistemático.

Em relação à forma de KS “obrigações e expectativas”, nas organizações religiosas pesquisadas a confiabilidade do ambiente social e a amplitude das obrigações – dois pressupostos fundamentais – estão amplamente presentes, por conta das normas efetivas que facilitam a confiança entre os membros e a garantia da reciprocidade generalizada dessas

⁴³⁴ Não confundir com o individualismo. Tanto na IRC quanto no MF o indivíduo como princípio e valor está no cerne da doutrina e prática. Aliás, o cristianismo foi a religião que criou e sustentou ao longo do tempo a idéia de que o indivíduo tem valor por si mesmo, e não porque faz parte de uma comunidade, raça, etnia, religião ou classe social. A sanção do egoísmo se deve ao fato de o indivíduo agir apenas para si e utilizar a organização unicamente para seus próprios interesses. Em outras palavras, o indivíduo é valorizado por si mesmo, mas deve agir com vistas ao bem da comunidade. Aqui não vale a crença de que vícios privados levam a benefícios públicos.

⁴³⁵ Tais normas também são enfatizadas na IRC, mas considero que no MF há mecanismos mais sistematizados para a interiorização da norma.

obrigações. De fato, em uma organização religiosa a reciprocidade é a forma de relacionamento mais esperada, que conta com a ajuda dos valores transcendentais porque fornece aos atores expectativas mútuas de recompensas e punições divinas para aqueles que cooperarem ou não. Como abordado no primeiro capítulo, Coleman descreve o mecanismo social que cria as obrigações mútuas e a reciprocidade por meio de um sistema de “crédito”: se *A* faz algo para *B*, *A* confia que haverá uma retribuição de *B* no futuro, o que gera uma expectativa em *A* e uma obrigação em *B*. Uma questão importante é como se inicia esse mecanismo, ou seja, quem começará a partilhar os recursos para que as expectativas e obrigações sejam geradas. O autor não aborda esse problema, mas a resposta está nas organizações religiosas, que sempre estão prontas a dar primeiro, iniciando dessa forma a dinâmica da obtenção do “crédito”. Em ambas as organizações tais iniciativa e dinâmicas estão muito presentes. A ajuda mútua – abordada anteriormente – faz parte dessa dinâmica, e pode ser compreendida, ao adotarmos essa perspectiva de Coleman, na idéia de que os agentes estão “imersos em um sistema de débito e crédito”.⁴³⁶ Esse “dar em primeiro lugar” tem um papel importante em relação a estranhos (*outsiders*) das respectivas organizações. Relatos de empreendedores deixam clara a importância dessa propriedade das relações sociais das organizações religiosas. Para ilustrar, um empreendedor apostólico afirma que a IRC o acolheu sem condicionalidade e o ajudou a superar a dependência química. A gratidão que ele menciona diante do que denomina generosidade da igreja faz com que se sinta sempre em débito com ela, o que, por sua vez, traduz-se em participação constante nos cultos, trabalhos voluntários, dízimos e ofertas, todos como uma forma de retribuição.

E foi exatamente essa constatação de campo que me chamou a atenção para o que considero uma limitação do conceito de KS de Coleman e que, a meu ver, abre espaço para outra abordagem que complementa a explicação do mecanismo de criação de reciprocidade por meio do “crédito”: o *sistema de dádiva* (dar – receber – retribuir). Do modo como o autor expõe o seu modelo de “crédito” (expectativa) e “débito” (obrigação), é possível interpretar que haverá, na linha do horizonte, uma equivalência entre o “crédito” recebido e o “débito” pago. Isso é bem provável que aconteça em outras organizações, mas fica muito difícil explicar por essa abordagem a dinâmica do “crédito” nas organizações religiosas pela constatação empírica de que, pelo menos para os empreendedores entrevistados, não chegará o momento em que ficarão quites com a organização. Eles se sentem sempre em débito, por mais que doem seu tempo, dinheiro e conhecimento. Esse desequilíbrio ou “juros impagável”

⁴³⁶ Coleman (1988, p. S104).

entre “crédito” e “débito” não é entendido por eles como anomalia, ao contrário, consideram isso absolutamente normal, o que os leva ainda a quererem “lucrar mais para dar mais”, a acreditarem que “o segredo de ter mais é repartir” e “quando a pessoa se dá por alegria, Deus a abençoa”. Em ambas as organizações, a doação de si não tem “limite de crédito”. Outra constatação foi que os empreendedores obtêm vantagens relativas provenientes do KE, como descrito anteriormente, mas muitos parecem estar mais preocupados em dar apoio do que em receber. Eles se oferecem para criar *sites* para informar os atuais ou pretendentes empresários, constituem grupos que funcionam como consultoria, alguns emprestam dinheiro sem garantias formais de devolução e sem intenção de cobrar esse favor no futuro, ajudam nas atividades corriqueiras das organizações, e realizam isso tudo – segundo os dados coletados – não apenas por dever religioso, muito menos por interesse econômico ou material, mas pelo *prazer* de retribuir. E essas ações, que motivadas pela dádiva estabelecem relações de reciprocidade generalizada – criam um KE que se manifesta em recursos organizacionais para outros empreendedores que, ao serem beneficiados pessoal e/ou profissionalmente, buscam retribuir, criando assim um círculo virtuoso de KE, como aconteceu na IRC e MF.

No caso da IRC – por meio de seu KE construído ao longo dos anos –, alguns empresários começaram a freqüentá-la à procura de soluções para seus problemas pessoais, e por conta de sua conversão (mudança de estilo de vida, êxito na superação de algum vício, entre outros) se dispuseram a criar o KE mais específico para os outros empreendedores como forma de agradecimento à igreja e como uma “resposta” à decisão de Estevam de formar um ministério específico para esses profissionais. Com isso, estabeleceu-se um segmento importante que estrategicamente foi incorporado à estrutura formal da igreja. No MF também houve a utilização de KE já existente, e a mobilização para a construção de KE mais específico foi fruto de um projeto econômico lançado como uma missão para seus membros, que deveriam “doar sua vida” para esse projeto. No MF, o sistema de dádiva é mais sistematizado, inclusive com intelectuais ligados ao movimento desenvolvendo teorias e pesquisas acerca da prática da comunhão de bens, que nada mais é do que um sistema especial de dádiva.

Voltando a Coleman, realmente, quando a organização religiosa “dá primeiro”, ela ativa o mecanismo de “crédito” descrito pelo autor, mas paralelamente ativa o sistema da dádiva, geradora da assimetria entre dar e receber, e que se transforma em uma poderosa fonte de KE. Na verdade, Coleman não considera que entre expectativa e obrigação possa haver um “juízo impagável” – considerado não pela parte de quem deu, mas pela parte de quem recebeu – típico do sistema de dádiva e manifestado no sentimento do fiel de que estará sempre em

dívida com a organização porque acredita que recebe mais do que dá, como expressa na frase “eu devo muito a ela”,⁴³⁷ mesmo tendo contribuído para a organização com um valor monetário superior ao que teria recebido em termos de serviços religiosos prestados. Nesse caso, não se busca uma equivalência ou uma simetria de relações, como é comum no sistema de mercado, mas o estabelecimento de vínculos sociais, que necessariamente se traduzem em uma reciprocidade assimétrica, em que o papel da dívida se torna fundamental. É nesse “desequilíbrio” – em que o empreendedor dá sem estabelecer um contrato mercantil ou equivalente monetário com a organização – que reside uma fonte importante de KE, na medida em que é um poderoso gerador de vínculos sociais e recursos organizacionais.

Faço um breve desvio para discorrer sobre a questão da oferta realizada pelos empreendedores na IRC. As organizações religiosas constituem um dos últimos refúgios formais do sistema de dádiva, onde acontecem coisas estranhas aos olhos da economia, e seus membros são, de alguma forma, “profissionais da dádiva”.⁴³⁸ Como explicar que um empreendedor almeje ganhar mais para dar mais para a igreja? Ou que almeje repartir seu lucro com os pobres, procurando seguir no mercado uma ética religiosa que veta qualquer comportamento ilícito ou moralmente inaceitável? E ainda mais: feito com *prazer e alegria*, como foi constatado na pesquisa de campo? Do ponto de vista econômico, dar dinheiro para a igreja no volume em que isso é feito pode ser considerado auto-engano, ou que o doador está sendo enganado, porque não faz sentido dado que não há um equivalente em prestações de serviços religiosos. Ou, ainda, considera-se como uma religião paga,⁴³⁹ que para receber a atenção de Deus cobra um preço, flutuante, é verdade, mas tabelado a 10% de seu rendimento. Nesse particular, chamou-me a atenção a insistência de um dos entrevistados – que se descreveu como uma pessoa escolarizada (com pós-graduação *stricto sensu*), politizada e dizimista – em esclarecer que as pessoas envolvidas na IRC e que dão as ofertas não são como normalmente se concebe no senso comum (e até em alguns trabalhos acadêmicos) – como pessoas ignorantes e pobres, que são enganadas –, mas que estão na igreja em plena consciência, e que foi lá que ele se “encontrou”, após algumas experiências em outras igrejas. Do ponto de vista da dádiva, a oferta faz todo o sentido.⁴⁴⁰ Ela é realizada pelo empreendedor como um gesto de “obrigação consentida” e de reconhecimento dele, que continua em dívida com a organização ou com Deus. Pode-se afirmar que, do ponto de vista do empreendedor, o que a organização fez ou faz por ele “não têm preço”, e ele tenta retribuir da melhor forma

⁴³⁷ Exprime o sentido do quanto recebemos de alguém, e não do que devemos a ele.

⁴³⁸ De acordo com Godbout (1999, p. 95).

⁴³⁹ Veja um exemplo dessa abordagem no trabalho de Prandi (1996).

⁴⁴⁰ Para um interessante trabalho sobre a dádiva e os neopentecostais, veja Apgaua (1999).

possível, mas nunca suficientemente (do seu ponto de vista). Por outro lado, há a oferta para que seja recebida a bênção e a prosperidade. Nesse caso, não é uma forma de retribuição (como acima), mas uma forma de “dar primeiro”, um gesto sacrificial na aposta (e, portanto, um risco) de uma sociedade com Deus e cuja única certeza é a Sua promessa de que retribuirá “com juros”⁴⁴¹ (cêntuplo). Nesses dois sentidos da oferta, “opera a lógica da dádiva e do simbolismo, em que as palavras-chave são: não-equivalência, espontaneidade, dívida, incerteza, prazer do gesto, liberdade, obrigação, desinteresse e interesse”.⁴⁴²

Retornando à relação entre KE e dádiva, a riqueza de KE nas organizações religiosas é explicada em parte discordando de Coleman ao apresentar uma propriedade de KS que o diferencia das outras formas de capital, qual seja, os atores que geram KS captam uma pequena parte de seu benefício, o que leva ao subinvestimento de KS. De acordo com o critério da ação racional (no sentido de adequação entre meios e fins), a análise está correta, mas do ponto de vista do sistema de dádiva, a afirmação pode ser contestada ou considerada incompleta. Discordo de Coleman ao notar em campo um forte investimento em KS para os outros – feito de modo intencional –, assegurado pela norma da gratuidade, segundo a qual as pessoas trabalham voluntariamente para a criação, manutenção e desenvolvimento de recursos organizacionais para os empreendedores, sendo que essas pessoas voluntárias terão apenas uma ou mesmo nenhuma parte do benefício.

Uma diferença essencial que pode ser estabelecida entre a IRC e o MF é que este último, com o seu projeto de EdC, propõe que o mercado seja considerado uma instituição na qual é possível abrir espaço para o sistema de dádiva, tanto no interior de suas organizações quanto na forma de redistribuição internacional do lucro para os mais pobres.⁴⁴³ Propõe ainda – e tenta aplicar na prática – que os vínculos sociais não estejam apenas a serviço dos bens econômicos (como no sistema de pura troca mercantil), mas que os mesmos bens possam servir como meio para que se criem e se mantenham vínculos, de modo que as trocas mercantis não sejam dissociadas do relacionamento humano.

Voltando-me para o empreendedor, como a teoria do KE chama a atenção para os recursos inerentes às relações entre as pessoas, é interessante considerá-lo menos como um agente engajado em seu empreendimento com um indivíduo desconectado, e mais – eu diria, muito mais – como um agente imerso em uma comunidade. As organizações religiosas oferecem uma comunidade (em maior extensão no MF) onde o sistema de dádiva é mais

⁴⁴¹ Veja acima o sentido de “juros” no sistema de dádiva.

⁴⁴² Apgaua (1999, p. 102).

⁴⁴³ Uma discussão sobre a EdC e o sistema de dádiva está em Leite (2005, p. 353).

incentivado ou vivido do que em um sistema burocrático ou de mercado. Com isso, há maior nível de KE por conta do fortalecimento dos laços sociais que o sistema de dádiva promove, o que acarreta, por sua vez, mais lealdade ou confiabilidade do sistema. E estar imerso em uma comunidade significa que o empreendedor está imerso em vínculos sociais, que influenciam de modo contínuo suas motivações e os sentidos de suas ações, inclusive a econômica. E, para finalizar, no sistema da dádiva, o empreendedor pode ser nomeado como o “empreendedor do dom”, pois ele faz uma aposta de confiança nos outros, no mundo, possuindo a capacidade de “abrir-se à incerteza quanto ao retorno que constitui a generosidade e o dom primeiros, em cuja ausência não haveria muito exatamente nada em vez de alguma coisa.”⁴⁴⁴

4.4.6 Dimensão econômica

A Arepe segue uma estratégia de nicho voltado para o segmento dos empresários evangélicos. A intenção é reunir esse segmento, motivado pela possibilidade de contatos com profissionais considerados bem-sucedidos e mais experientes, de proporcionar cursos, palestras e seminários para os empreendedores menos experientes e de ser uma fonte de trabalho voluntário (não remunerado) para a consecução desses fins. Também é um espaço de reverberação da doutrina para o mundo empresarial, concernente com o objetivo de evangelização das esferas laicas. Nesse particular, a EdC diferencia-se da Arepe por não ter uma estratégia de arregimentação de empresários, mas de mobilizá-los com o propósito de levar a cabo o projeto de EdC. Ela dá certamente incentivo para que novos empresários se insiram no projeto, mas seu sentido está mais para uma estratégia de intervenção social do que a defesa de interesses do segmento empresarial. Essa intervenção não se dá apenas no plano material, mas inclui o espiritual – levar a “cultura do dar” à esfera econômica –, e por isso há, como na Arepe, a intenção de evangelização do meio empresarial. A diferença está no que considero um dilema ainda não bem equacionado no movimento: enquanto na Arepe não há nenhuma adaptação da linguagem religiosa (o que há é uma equivalência da linguagem gerencial e religiosa), no MF há o intento de laicizar o projeto de EdC para que sirva de contraponto ou alternativa prática (no meio empresarial) e teórica (no meio acadêmico) não

⁴⁴⁴ Caillé (2002, p. 58).

apenas para os integrantes do movimento, mas simultaneamente sem que o aspecto espiritual seja negado.

O público ao qual se direcionam essas experiências econômicas parece divergir pela diversidade. Na Arepe, o enfoque é bem delimitado: empresários (atuais e futuros), executivos e profissionais autônomos. Na EdC, o público é mais abrangente. Inclui prioritariamente os pobres do movimento, e em seguida os empresários e os envolvidos com a questão acadêmica. O enfoque fica mais restrito à experiência do pólo empresarial, construído e mantido com o propósito de apoiar os empreendedores que lá abrigam suas empresas. No entanto, esse não é o objetivo final: o pólo é um modelo de organização empresarial que fomenta uma relação original com a sociedade civil⁴⁴⁵ para que se obtenha justiça social por meio da distribuição aos mais pobres de parte da riqueza criada pelo lucro.

Quanto ao perfil dos empreendedores envolvidos, em ambas as organizações eles são provenientes da classe média. Os empreendedores da IRC valorizam o discurso da ascensão social e parecem perseguir esse objetivo, oferecendo até mesmo apoio mútuo nessa direção, o que inclui conselhos, visitas à empresa de outro empreendedor para a realização de ritos e troca de experiências nos espaços criados pela igreja, como cursos, palestras e seminários promovidos pela Arepe. Quanto aos empreendedores do MF, muitos são bem-sucedidos, mas é completa a ausência do discurso de ascensão social. Suas ações enquanto integrantes da EdC são mais valorizadas quando dirigidas ao desenvolvimento do projeto. Esse desenvolvimento possui como critérios objetivos o número de empregos criados e mantidos (quanto mais, melhor), a quantidade de lucro doado, bem como de pessoas necessitadas que foram ajudadas, de pessoas que superaram a condição de pobreza,⁴⁴⁶ de recursos financeiros para a estrutura do movimento, de empresas no projeto, o número de acionistas da Espri, o de empresas no pólo, e a viabilidade econômica da Espri.

Em relação ao perfil das empresas, a EdC no Brasil é composta por empreendimentos de pequeno porte (97% deles com menos de 50 funcionários) e baixo faturamento (80% deles com menos de R\$ 500 mil/ano). Apenas uma das empresas possui mais de 100 funcionários e 15 delas faturam anualmente entre 1 e 10 milhões de reais. Não há dados tão organizados das empresas da Arepe, mas arrisco dizer que a sua dimensão é maior. Um dos entrevistados afirmou que possuía cerca de 500 funcionários em sua empresa de prestação de serviços de segurança, e outro, no mesmo ramo, mais de 50. Além disso, a associação conta com uma importante empresa do setor químico, e o número de contatos na lista das “páginas amarelas”

⁴⁴⁵ No caso, a comunidade focolarina e algumas entidades simpatizantes, como o Sebrae-SP.

⁴⁴⁶ Os próprios ajudados informam ao movimento que não necessitam mais da ajuda.

(110 contatos) – que parece ser uma amostra das empresas agregadas na Arepe – é próximo ao número de empresas de EdC.

Em termos de tamanho, a Arepe parece ser maior, mas ao que tudo indica a EdC possui um maior grau de organização e desenvolvimento do apoio ao empreendedor. Há três fatores que mostram isso. O primeiro é que ambas as organizações oferecem serviços de consultoria, mas a EdC – por meio das Comissões Regionais e da Espri, para as empresas do pólo – disponibiliza mais pessoas e recursos organizacionais para esse fim. O segundo fator é que a Arepe não conta com uma estrutura própria, utilizando somente as da igreja, enquanto a EdC – além das estruturas do movimento – construiu estruturas específicas, como o Pólo Empresarial Spartaco. O terceiro fator são as relações que a EdC brasileira possui com as de outros países, devido principalmente à presença do movimento em âmbito internacional, sobretudo na Itália. Isso é importante por proporcionar oportunidades de exportação/importação de produtos, trocas de experiências e tecnologias. Um caso ilustrativo aconteceu com uma empresa do pólo empresarial que recebeu gratuitamente de um empresário francês a tecnologia para a produção de grandes manufaturados plásticos.

Duas semelhanças entre as experiências da IRC e MF é que ambas optaram pela criação de feiras de exposições para promover o relacionamento entre empresas, clientes e fornecedores – com a diferença de que a EdC começou seis anos antes –, e incentivam e utilizam o trabalho voluntário dos empreendedores e demais adeptos. O trabalho voluntário é uma estratégia de redução de custos dos eventos, das atividades de apoio aos empreendedores e de ações assistenciais, bem como uma forma de transferência de conhecimento entre os adeptos que pode beneficiar as organizações religiosas, como, por exemplo, a sugestão de melhoria nos processos e estratégias organizacionais, e na consecução de certos trabalhos técnicos, como a criação de *sites*. Ademais, é uma forma de manter seus adeptos mais comprometidos com a organização, um fator fundamental em um ambiente de situação de mercado religioso em competição, principalmente no caso da IRC.

Quanto às fontes de recursos, há diferenças importantes. Na Arepe, os empreendedores doam para a igreja, e as doações seguem para um fundo comum, parte do qual é redirecionada às diversas atividades da igreja. Há um valor fixo (dízimo) e um variável, que são as doações esporádicas. Diferentemente, os empreendedores doam parte de seus lucros para o projeto EdC, que faz parte do movimento mas possui uma contabilidade à parte. Isso significa que se conhece o volume total de doações, e para o que ou a quem foi direcionado. Uma norma bastante rigorosa permite que os recursos provenientes da EdC possam ser aplicados apenas de acordo com o propósito do projeto e para sua expansão. A fim de que haja um controle

social sobre esses recursos, optou-se pela transparência das informações, a qual constatei empiricamente ao colher os dados.⁴⁴⁷ E essa postura tem por consequência o aumento da confiança dos envolvidos no projeto pela possibilidade de saberem em detalhes a proveniência, o destino e o volume de recursos doados e investidos. Em contraste, na IRC não há esse grau de transparência nas informações, e, por isso, não é possível conhecer, por exemplo, a quantia de recursos financeiros provenientes dos empreendedores da Arepe.

As características analisadas até aqui me levam a crer que em ambas as experiências econômicas há um misto de valores e interesses com doses diversas em cada uma delas. Na IRC, no modo como é conduzida a Arepe, no perfil de seu público e no seu propósito parece haver a prevalência da racionalidade econômica na orientação de suas ações. Arrisco-me a afirmar que parte das adesões é por interesses ideal-religiosos, para contribuir com a expansão da igreja na esfera econômica, e a outra parte é por interesses materiais, pela conveniência dos apoios que o adepto poderá receber. Na EdC, parece haver adesões mais relacionadas à causa que o projeto instiga do que à conveniência que ele pode proporcionar. Enquanto na IRC a razão de ser da Arepe é o apoio ao empreendedor, a razão de ser da EdC é o empreendedor oferecer apoio aos mais pobres. Para isso ocorrer na EdC, há a criação de recursos que apóiam o empreendedor, como abordou esse trabalho, o que não exclui que em certas circunstâncias o empreendedor possa ser considerado como pobre. Isso porque, do ponto de vista relacional – adotado pelo MF e pela EdC –, a solidão também é uma forma de pobreza.

* * *

⁴⁴⁷ Muitas informações são de domínio público, como a quantidade de funcionários de algumas empresas e o valor de doações para a EdC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse trabalho me propus a abordar o seguinte problema de pesquisa: como as organizações religiosas incentivam o empreendedorismo e apóiam o empreendedor-adepto. Viu-se que, de modo geral, as estruturas religiosas das organizações investigadas formam um tipo especial de capital social, denominado nessa tese de capital espiritual – por meio de “fechamento” de redes sociais, organização social apropriável, obrigações e normas, canais de informações e redes religiosas de ajuda mútua – capaz de criar e sustentar recursos organizacionais – quais sejam, recursos culturais/simbólicos, espaços de formação, informação e apoio espiritual/motivacional – e que são mobilizados de modo a facilitar as ações de seus empreendedores.⁴⁴⁸

Tais recursos dão vantagens relativas a esses empreendedores por oferecerem benefícios tais como: as tecnologias religiosas; apoio psicológico; redução dos custos da coleta e acesso à informação, de negociação e do estabelecimento de contratos; informações específicas e interpretadas de acordo com a visão de mundo religiosa; um sistema de significados que cria essa visão de mundo e sustentada pelas estruturas de plausibilidade, dando-lhes maior grau subjetivo de certeza, esperança e fé acerca de seus negócios; prestações de serviços técnicos por parte de membros da organização; desenvolvimento do capital humano devido à aprendizagem contínua por meio de cursos, seminários, palestras, congressos; trocas de experiência; e possibilidades de negócios, incluindo possíveis parceiros, fornecedores e clientes.

Especificamente, a IRC apóia seus empreendedores a partir de um ministério especial, denominado Arepe, e que é ao mesmo tempo uma associação empresarial de cunho civil. Como a Arepe é a responsável pela organização de qualquer evento relacionado ao empreendedorismo e mundo do trabalho, ela promove, além dos cultos voltados aos empresários, cursos, palestras técnicas, seminários e feiras de exposição que objetivam o desenvolvimento profissional e a construção de relacionamentos de seus adeptos. No *site* mantido por esse ministério, convergem informações sobre todos os eventos, presta serviços de aconselhamento empresarial e espiritual, e mantém dois cadastros: um com dados das empresas e vagas de ofertas de emprego, e outro com pessoas que oferecem sua mão-de-obra. Os empreendedores também contam com o apoio emocional/espiritual proporcionado pela

⁴⁴⁸ Parte das conclusões dessa seção foi apresentada e publicada nos congressos da Enanpad e Anpocs em 2007. Veja Serafim e Martes (2007a, 2007b).

estrutura da igreja por meio de bispos e pastores que se dedicam ao ministério e que, entre outras atividades, auxiliam os empreendedores a tomarem decisões.

Adotando outra perspectiva, o MF apóia o empreendedorismo por meio da criação do Pólo Empresarial Spartaco, que abriga empresas de EdC e cujo modelo, que se aperfeiçoou ao longo do tempo, serve de referência para a construção de outros pólos e proporciona visibilidade ao projeto como um todo. Uma segunda ação de apoio é a constituição das comissões regionais, que acompanham o desenvolvimento de novas empresas e as da já constituídas, fornecendo informações (dados das empresas de EdC que atuam em nível regional, postos de trabalho disponíveis, vagas para estágio de estudantes, contatos internacionais para importação/exportação, entre outros), palestras técnicas, intercâmbio de conhecimento (novos produtos e processos) entre as empresas, consultoria, e apoio doutrinário sobre a EdC. Há também o congresso nacional, as feiras de exposição e as escolas de EdC, que servem como espaços de trocas de informação e experiências empresariais, com enfoque em ações que tem por base a doutrina do MF.

Em ambas as organizações, a reciprocidade e a confiança, elementos essenciais na coesão social e na constituição do capital social, são reforçadas pelo discurso religioso. Dessa forma, laços sociais provenientes da religião podem ter conseqüências econômicas, como o apoio ao empreendedorismo. O capital social foi construído pelas organizações religiosas anteriormente ao redirecionamento de parte de seus recursos para o apoio às atividades econômicas de empreendedores. Com a adesão de adeptos aos projetos específicos, são colocados à disposição recursos organizacionais e simbólicos (como analisado nas categorias recurso cultural/simbólico, espaços de informação, formação e apoio espiritual/motivacional) e que facilitam o desenvolvimento de atividades orientadas ao lucro e criam um ambiente institucional de incentivo ao empreendedorismo.

Dessa forma, o estudo empírico tanto na experiência católica quanto na evangélica autoriza afirmar, com alguma variação de grau, que as organizações religiosas fomentam a formação de capital espiritual e capital espiritual favorece os negócios, e que as organizações religiosas incentivam a racionalidade e propiciam motivação econômica. No entanto, as diferenças entre as organizações se evidenciam nos seguintes aspectos: modos de representação religiosa do significado de êxito econômico; papel mais ativo dos católicos, ainda que restrito a um pequeno grupo – pois quando se trata da igreja como um todo, o papel mais ativo é dos evangélicos – na organização da atividade econômica de seus adeptos; maior grau de profissionalização e extensão da rede de apoio por parte dos católicos; maior vantagem econômico-competitiva dos empreendedores católicos.

A tese weberiana segunda a qual o empreendedorismo não se desenvolve apenas com atos motivados por interesses econômicos, mas também por normas e valores internalizados, é amplamente sustentada pela pesquisa. No caso das experiências aqui analisadas, a motivação religiosa-normativa, legitimada por um ideal secular de justiça social é enfatizada entre os católicos. Como decorrência, a principal preocupação deste grupo é refutar a tríade relacional entre economia-individualismo-egoísmo. No caso da experiência neopentecostal, a ênfase recai sobre as conveniências do pertencimento, sendo que os recursos organizacionais aparecem revestidos por um discurso que apela para um “novo tipo” de chamado secular, mas sacralizado: o direito de ser “rico e feliz”, que Deus concede a todos desde que abençoados pela igreja, e não mais como predestinados, tal qual no calvinismo. Nesse sentido, ser “rico e feliz” adquire um caráter quase coercitivo de um dever para com Deus, o que acaba por reforçar o papel da igreja nos negócios. A pesquisa também mostra como o capital espiritual e a coesão comunitária, ou seja, de laços interpessoais mediados pelas organizações religiosas, são mecanismos fundamentais de apoio à atividade empresarial. Esta dimensão é mais clara no MF, onde inclusive parte dos negócios se concentra numa mesma região (pólo industrial), facilitando a conectividade e o adensamento das relações sociais.

O papel dos líderes das respectivas organizações também foi evidenciado na pesquisa. Eles são líderes carismáticos, suas ações foram fundamentais para a criação do capital espiritual, foram capazes de criar vínculos sociais entre os membros de suas organizações – facilitando-lhes o compartilhamento de recursos, inclusive para fins econômicos, como na Arepe e EdC –, e promoveram importantes inovações institucionais, de tal forma que podem ser categorizados como empreendedores religiosos. Pode-se afirmar, então, que o apoio aos empreendedores adeptos dessas organizações contou com as estruturas e recursos organizacionais criados em grande parte pelo empreendedorismo de seus líderes. Isso me leva a sugerir – com alto grau de risco – uma definição de empreendedorismo a partir dessa constatação e baseado em Schumpeter (1961): novas combinações de recursos provenientes de organizações religiosas, que resultam na criação de capital espiritual que, por sua vez, proporciona apoio ao empreendedorismo entre seus membros.

Também constato que os incentivos aos empreendedores se iniciaram com a presença de um capital social já criado e bastante razoável, surgido originalmente com intenções exclusivamente religiosos. Diferentemente de alguns estudos – como Weber (2002), Hsu (2006), e outros – nos quais a expansão da dimensão econômica é uma consequência não intencional do capital social criado pelas organizações religiosas, a minha pesquisa afirma que as organizações religiosas desenvolveram o incentivo ao empreendedorismo de forma

intencional, adaptando o capital social já existente para o apoio aos membros que são ou desejam ser empreendedores. As categorias de empreendedores – “apostólico” e “de EdC” – criadas pelas organizações indicam tal intenção. Com isso quero afirmar que há um projeto ou intenção de influenciar a economia ou, pelo menos, influenciar o comportamento do fiel empreendedor enquanto freqüentador da esfera econômica. Enquanto na IRC essa relação com o econômico se dá de uma forma tradicional – no sentido de “manter as coisas como estão” – o MF intenciona uma intervenção nessa esfera para promover uma inovação econômica, segundo seus critérios.

Adicionalmente, em ambas as experiências econômicas há um misto de valores e interesses com doses diversas em cada uma delas. Na IRC, parece haver a prevalência da racionalidade econômica na orientação de suas ações. Arrisco-me a afirmar que parte das adesões é por interesses ideais-religiosos, para contribuir com a expansão da igreja na esfera econômica, e a outra parte é por interesses materiais, pela conveniência dos apoios que o adepto poderá receber. Na EdC parece haver adesões mais relacionadas pela causa que o projeto instiga do que pela conveniência que ele pode proporcionar. Enquanto na IRC a razão de ser da Arepe é o apoio ao empreendedor, a razão de ser da EdC é o empreendedor oferecer apoio aos mais pobres, coerentemente com as normas de conduta do movimento. Em outras palavras, enquanto na IRC o apoio ao empreendedor é o fim, no MF é o meio para a consecução de um projeto econômico mais amplo.

Para finalizar a tese, gostaria de propor três desdobramentos de minha pesquisa que podem culminar em futuros trabalhos. O primeiro refere-se à sugestão de adotar a teoria dos *stakeholders* (Freeman e Reed, 1983; Freeman, 1984) como uma forma de expansão do entendimento do tema dessa tese. Acredito que o tema vida econômica e a vida religiosa se beneficiaria com essa teoria por ela proporcionar o acréscimo na análise de outros atores que afetam ou são afetados pelos objetivos organizacionais (por exemplo, consumidores, fornecedores, concorrentes, governo, mídia, funcionários e financiadores). Mais três vantagens da teoria dos *stakeholders* como uma teoria da firma ou da organização podem ser citadas. O primeiro é porque a teoria se concentra especialmente nas *relações* entre os grupos que compõe a organização ou que possuem interesses em jogo (*at stake*); segundo, é uma das teorias que melhor abordam a relação organização-sociedade, fundamental para a análise da relação das esferas econômicas e religiosas; e, terceiro, a teoria considera explicitamente a dimensão ético-normativa, o que pode ser útil quando se aborda organizações religiosas porque elas sempre possuem alguma doutrina normativa de relacionamento com o mundo.

O segundo desdobramento refere-se à questão da expansão dos evangélicos no Brasil. Se é verdadeiro que a América Latina e, especialmente o Brasil, está se tornando evangélico (Stoll, 1991), o tema tratado nessa tese ganha relevo na medida em que também são expandidas as estratégias de apoio ao empreendedorismo entre seus membros. Isso pode gerar efeitos na economia local e regional, e por isso, essa hipótese deveria ser mais bem investigada.

Finalmente o terceiro desdobramento diz respeito ao sistema de dádiva.⁴⁴⁹ Percebi a importância dessa abordagem durante a análise dos dados, ao notar que muitos empreendedores faziam referência ao desejo de se dedicarem à atividade empreendedora com o intuito de doarem cada vez mais bens materiais para a igreja (no caso da IRC) e para o projeto de EdC (no caso do MF), e com uma “disposição de espírito” que não me parecia relacionado com o sentimento de dever, no seu sentido ético. Além disso, como já destacado, eles se dedicam consideravelmente a trabalhos não-remunerados de voluntariado, ou seja, eles doam parte de seu tempo para ações de apoio em suas respectivas organizações religiosas. Em outras palavras, muitos empresários, ao se engajarem, contribuem para o funcionamento do sistema de dádiva. E o motivo para participarem desse sistema não está no âmbito do interesse, mas no âmbito simbólico, no qual a recompensa é intrínseca à ação, no ato em si e no que ele representa. Por sua vez, as ações nesse sistema estão voltadas para a criação e manutenção dos vínculos sociais através da dinâmica do dar – receber – retribuir de maneira livre e obrigatória simultaneamente. Se o capital social é formado pelos recursos disponibilizados por meio das relações sociais, e a dádiva é o sistema de estabelecimento de vínculos por excelência, é razoável supor que a dádiva possui um papel fundamental na formação do capital social. E mais: como as organizações religiosas são atualmente os sistemas sociais que mais incentivam a dádiva, e o capital social é um importante potencializador de ações econômicas, acredito que há aqui uma interessante forma de abordar a relação entre a esfera religiosa (dádiva) e a esfera econômica (capital social). Ou, em outras palavras, as consequências econômicas da dádiva.

E para encerrar, gostaria de tecer um comentário pessoal. Acredito que há atualmente uma afinidade entre o discurso religioso e o discurso do empreendedorismo. Ambos são triunfalistas, requerem certo grau de incerteza misturado a porções de determinação, esperança e fé no sucesso. “Não se sabe como, mas há a certeza do que se conseguirá”, caso

⁴⁴⁹ Para o aprofundamento sobre esse tema, veja Mauss (2003), Caillé (2002) e Godbout (1998, 1999).

seja estabelecido determinadas condições que apenas a religião fornece: “ser abençoado por Deus” e “estar no amor”. Entretanto, parece-me que a religião tomou para si muito do discurso do empreendedorismo vulgar,⁴⁵⁰ por estar imersa no ambiente lingüístico do “managerialismo”, descrito por Chanlat (1999) como um sistema de descrição, explicação e interpretação do mundo a partir das categorias da gestão. É a ampla utilização do vocabulário empresarial em outras esferas da vida humana. Esse vocabulário nos remete de um mundo plural para a realidade do mercado.⁴⁵¹ Dessa forma, esse entrelaçamento das esferas religiosa e econômica, em sua manifestação da relação entre as organizações religiosas e empreendedorismo, faz com que o discurso religioso se torne mais *management*, mas o discurso de *management* também se torna mais religioso. A impressão que tenho é que a afirmação de Weber “especialistas sem espírito, sensualistas sem coração” – pelo menos no âmbito do fenômeno no qual pesquiso – há uma retomada do coração. Acredito que a religião, que por muito tempo foi tida como um instrumento de alienação – e que em alguns círculos e em sorrisos de canto de boca ainda permanece essa concepção – também pode servir como um instrumento de “desalienação”, como explicado por Berger (2004). “Desalienação” por oferecer outros espaços de convivialidade, outros espaços de pluralidade, outras formas de “se pensar” e outras formas de nos descrevermos, que a esfera econômica – em sua unidade de produção, que é a empresa – empobreceu na medida em que se tornou hegemônica nos projetos de vida das pessoas e na organização da vida humana associada. Mas a partir desse ponto eu conseguiria discorrer apenas os meus juízos de valor. Então, é um bom momento para encerrar este trabalho.

* * *

⁴⁵⁰ “Vulgar” não no sentido de desmerecimento ou com intenções de rebaixamento, mas no sentido de cotidiano, popular, o não acadêmico.

⁴⁵¹ “Não existe construção do sentido sem linguagem. É pela linguagem e graças a ela que a humanidade pode desenvolver pensamento, sistemas de significações e relações sociais. Toda existência social repousa, de fato, sobre comunicações que supõem uma forma de linguagem” (Chanlat, 1999, p. 45).

REFERÊNCIAS

ADLER, P. S.; KWON, S.-W. Social capital: Prospects for a new concept. *Academy of Management Review*, v. 2, n. 1, p. 17-40, 2002.

ALDRICH, H. E. Entrepreneurship. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.). *The handbook of economic sociology*. 2nd ed. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2005. p. 451-477.

ANTONIAZZI, A. A Igreja Católica face à expansão do pentecostalismo (Pra começo de conversa). In: In: ANTONIAZZI, A. *et al.* *Nem anjos nem demônios: Interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 17-23.

APGAUA, R. *A dádiva universal: Reflexões de um debates ficcional*. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Curso de Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

ARAÚJO, V. Economia de comunhão e comportamentos sociais. In: COSTA, R. *et al.* *Economia de comunhão*. 2 ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 9-20.

_____. O carisma da Unidade e a Sociologia. *Abba*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 63-70, 1998.

_____. O cêntuplo e o paraíso terrestre. *Abba*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 79-91, 1998.

_____. A cultura do dar. *Abba*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 93-112, 2000.

_____. Qual homem e qual sociedade para a Economia de Comunhão? *Abba*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 37-45, 2001.

BARKER, C. *The Sage Dictionary of Cultural Studies*. London: Sage Publications, 2004.

BARON, S.; FIELD, J.; SCHULLER, T. (Ed.). *Social capital: critical perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 2000

BARON, R. A.; MARKMAM, G. D. Beyond social capital: the role of entrepreneurs' social competence in their financial success. *Journal of Business Venturing*, v. 18, p. 41-60, 2003.

BECKFORD, J. A. Religious Organizations. In: SMELSER; N. J.; BALTES, P. B. (Eds.). *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Elsevier, 2004. p. 13127-13132.

BERGER, P. L. *Rumor de anjos: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *O Dossel Sagrado: Elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo, Paulus, 2004.

BERGER, P. L.; HEGNER, R. W. *Spiritual capital in comparative perspective*. 2003. Disponível em <http://www.metanexus.net/spiritual_capital/research_articles.asp>. Acessado em 10 set. 2005.

BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J. (Ed.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York, Greenwood Press, 1986. p. 214-258.

BRUNI, L. Economia civil e economia de comunhão. *Economia de comunhão*, São Paulo, n. 2, p. 5, set. 1996.

_____. *Rumo a uma teoria econômica da comunhão*. Boletim da Economia de Comunhão. Ano IV, n. 2, abr. 1999.

_____. Rumo a uma racionalidade econômica capaz de comunhão. *Abba*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 47-74, 2001.

_____. (Org.). *Economia de comunhão: uma cultura econômica de várias dimensões*. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2002.

_____. A economia civil e o princípio da gratuidade. *Abba*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 73-84, 2003.

_____. *Comunhão e as novas palavras em economia*. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2005.

BRANDALISE, Luiz Antonio. *A finalidade do lucro para as empresas de Economia de Comunhão*. 2003. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BURT, R. S. Structural Holes: The social structure of competition. In: DOBBIN, F. *The New Economic Sociology: A reader*. Princeton: Princeton University Press, 2004. p. 325-348.

CAILLÉ, A. *Antropologia do dom: O terceiro paradigma*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CALLIARI, G. *O Evangelho, força dos pobres*. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2001.

CAMARGO, C. P. F. *Igreja e desenvolvimento*. São Paulo: CEBRAP, Editora Brasileira de Ciências, 1971.

CAMBÓN, Enrique. *Assim na Terra como na Trindade: o que significam as relações trinitárias na vida em sociedade?* São Paulo: Cidade Nova, 2000.

CAMPOS, L. S. *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento pentecostal*. Petrópolis: Vozes, 1997;

CAPLOW, T.; WILLIAMSON, M. H. Decoding Middletown's Easter Bunny: A Study in American Iconography. *Semiotica*, v. 32, p. 221-232, 1980.

CHANG, H-J. Economic development In: BECKERT, J.; ZAFIROVSKI. *Internacional Enciclopedia of Economic Sociology*. London and New York: Routledge, 2006. p. 176-181.

CHANLAT, J-F. *Ciências sociais e management*. São Paulo: Atlas, 1999.

CHAVES. M. Religious organizations: Data resources and research opportunities. *The American Behavioral Scientist*, v. 45, n. 10, p. 1523-1549, 2002;

CHIARA, L. *Um novo caminho: a espiritualidade da unidade*. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2004.

CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998. v. 1.

COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. *The American Journal of Sociology*, v. 94, p. S95-S120, 1988.

COLEMAN, John A. Religious Social Capital: Its nature, social locations, and limits. In: SMIDT, C. (Ed.). *Religion as Social Capital: Producing the common good*. Texas, Baylor University Press, 2003. p. 33-47.

COLEMAN, S. Economy and religion. In: CARRIER, J. G. *A Handbook of Economic Anthropology*. Edward Elgar Publishing, Inc., 2005.

CUNHA, M. N. *A explosão gospel: Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil*. Rio de Janeiro : Mauad X : Instituto Mysterium, 2007.

DIMAGGIO, P. Aspectos culturais da acção e da organização econômica. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. *A nova sociologia econômica: uma antologia*. Oeiras: Celta Editora, 2003. p. 167-194.

DOBBIN, F. Comparative and Historical Approaches to Economic Sociology. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.). *The handbook of economic sociology*. 2nd ed. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2005. p. 26-48.

DURKHEIM, E. *Da divisão social do trabalho; As regras do método sociológico; As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção “Os Pensadores”)

FARO, J. A. Algo de novo no cenário econômico: Entrevista com o Prof. Stefano Zamagni. *Cidade Nova*, São Paulo, ano 43, n. 10, p. 20-23, out. 2001.

FERNANDES, Valdir. *A dimensão ambiental em organizações produtivas: uma análise da racionalidade da economia de comunhão (EdC)*. Florianópolis, 2007. 183 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. Disponível em <<http://www.tede.ufsc.br/teses/pgea0283-t.pdf>>.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 5-28, 1999.

FREEMAN, R. E. *Strategic management: A stakeholder approach*. Boston, Pitman, 1984.

FREEMAN, R. E.; REED, D. L. Stockholders e stakeholders: A new perspective on corporate governance. *California Management Review*, v. 25, n. 3, p. 88-106, 1983.

FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FUKUYAMA, F. Social capital, civil society and development. *Third World Quarterly*, v. 22, n. 1, p. 7-20, 2001.

GEERTZ, C.. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. O futuro das religiões. *Folha de S.Paulo*, 14/05/2006. Seção “Mais!”.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38, p. 39-52, 1998.

_____. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1999.

GOLD, L. *Making space for sharing in the global market: The Focolare Movement's Economy of Sharing*. Thesis of Doctor of Philosophy (Ph.D.) to the University of Glasgow, Faculty of Social Science, Department of Geography and Topographic Science, 2000.

_____. The roots of the Focolare Movement's economic ethic. *Market and Morality*, v. 6, n. 1, p. 143-159, 2003.

GOMES, W. Nem anjos nem demônios. In: In: ANTONIAZZI, A. *et al. Nem anjos nem demônios: Interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 225-270.

GORSUCH, R. L. Psychology of Religion. *Annual Review of Psychology*, 39, p. 201-21, 1988

GRANOVETTER, M. S. The Strength of Weak Ties. *The American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

_____. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

_____. The Economic Sociology of Firms and Entrepreneurs. In: SWEDBERG, R. *Entrepreneurship: The social science view*. Oxford University Press, 2000. p. 245-275.

_____. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE-eletrônica*, v. 6, n. 1, art. 5, jan./jun. 2007.

GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. *The Sociology of Economic Life*. Colorado, Westview, 1992.

GREELEY, A. Coleman revisited: Religious structures as a source os social capital. *American Behavioral Scientist*, v. 40, n. 5, p. 587-594, 1997.

GUI, B. Empresa e economia de comunhão: algumas reflexões. In: COSTA, R. *et al. Economia de comunhão*. 2 ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 93-106.

HARRIS, F. Ties That Bind and Flourish: Religion as social capital in African-American politics and society. In: SMIDT, C. (Ed.). *Religion as Social Capital: Producing the common good*. Texas, Baylor University Press, 2003. p. 121-137.

HUNG, S. C.; HSIAN, Y. C. Mobilizing Social Capital to Pursue Entrepreneurship. *International Engineering Management Conference*, p. 684-688, 2004.

HSU, B. Social Capital as a link between religion and the economy. *The International Scope Review*, v. 8, n. 13, p. 1-23, 2006.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

IANNACCONI, L. R.; KLICK, J. *Spiritual Capital: An introduction and literature review*. 2003. Disponível em <http://www.metanexus.net/spiritual_capital/research_review.asp>. Acessado em 10 set. 2005.

JACKMAN, R. W. Social Capital. In: SMELSER, N. J.; BALTES, P. B. (Eds.). *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Elsevier, 2004. p. 14216-14219.

LAPLANTINE, F. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LEIBHOLZ, R. Projeto Espri. Comunicação proferida no Congresso de Economia de Comunhão 2002, Vargem Grande Paulista (SP), 2002. *mimeo*.

_____. A importância do relacionamento e a arte de amar nas empresas de economia de comunhão. Comunicação proferida no Congresso de Economia de Comunhão 2003, Vargem Grande Paulista (SP), 2003. *mimeo*.

_____. O perfil do executivo da economia de comunhão. Comunicação proferida no Congresso de Economia de Comunhão 2004, Vargem Grande Paulista (SP), 2004. *mimeo*.

_____. Reflexões sobre o diálogo. Comunicação proferida no Congresso de Economia de Comunhão 2005, Vargem Grande Paulista (SP), 2005. *mimeo*.

_____.; LEIBHOLZ, H. Femaq: uma experiência pioneira. Comunicação proferida no Congresso de Economia de Comunhão 2004, Vargem Grande Paulista (SP), 2004. *mimeo*.

LÉVI-STRAUSS, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 11-46.

LE GOFF, J. *A bolsa e a vida: Economia e religião na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LEITE, Kelen Christina. *Economia de Comunhão uma mudança cultural e política na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

LIN, N. Building a Network Theory of Social Capital. *Connections*, v. 22, n. 1, p. 28-51, 1999.

_____. Social Capital. In: BECKERT, J.; ZAFIROVSKI. *Internacional Enciclopedia of Economic Sociology*. London and New York: Routledge, 2006. p. 604-612.

LÓPEZ-RUIZ, O. J. *O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo*. Campinas, 2004. 375 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

LUBICH, C. *Meditações*. São Paulo: Cidade Nova, 1987.

_____. Discurso de Chiara Lubich à Unesco. *Abba*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 57-62, 1998.

_____. Olhar todas as flores. *Abba*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 7-9, 1998.

_____. O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão. *Abba*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 7-16, 2001.

_____. Quatro aspectos essenciais de EdC. *Abba*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 17-29, 2001.

_____. A unidade e Jesus Abandonado: fundamentos de uma espiritualidade de comunhão. *Abba*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 7-22, 2003.

_____. *Um novo caminho: A espiritualidade da unidade*. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2004.

_____. Novos horizontes para a Economia de Comunhão. *Abba*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 7-15, 2005.

MARIANO, R. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. *Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil*. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos avançados*, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004.

MARIZ, C. Religião e pobreza: Uma comparação entre CEBs e igrejas Pentecostais. *Comunicações do ISEER*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 30, p. 10-19, 1988.

_____. Libertação e ética. In: ANTONIAZZI, A. *et al.* *Nem anjos nem demônios: Interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 204-224.

_____. Pentecostalismo e Renovação Católica e Comunidade de Base: uma análise comparada. *Cadernos CERIS*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 11-42, 2001.

_____. MACHADO, M. D. C. Weber e o Neopentecostalismo. *Caminhos*, Goiânia-GO, v. 3, n. 2, p. 253-274, 2005.

MARIZ, J.; BOCCIA, S. A nova elite da fé. *Jornal Valor Econômico*, 22 a 24 set., 2000. Disponível em <<http://www.geocities.com/realidadebr/rn/renascer/r220900.htm>>. Acessado em 07 mar. 2006.

MARTES, A. C. B. *Brasileiro nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____.; RODRIGUEZ, C. L. Afiliação religiosa e empreendedorismo étnico: o caso dos brasileiros nos Estados Unidos. In: SOUZA, E. C. L.; GUIMARÃES, T. A. *Empreendedorismo além do plano de negócios*. São Paulo: Atlas, 2005. p. 67-88.

MARTINELLI, A. Entrepreneurship and Management. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.). *The handbook of economic sociology*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1994. p. 476-503.

_____. Entrepreneurship. In: BECKERT, J.; ZAFIROVSKI. *Internacional Encyclopedia of Economic Sociology*. London and New York: Routledge, 2006. p. 241-246.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

_____.; _____. *Manifesto do partido comunista*. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2003.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 185-314.

MEDEIROS, M. G. G. A. *Capital social e valores humanos, o desafio relacional contemporâneo nas organizações de trabalho: estudo de caso em duas empresas de Economia de Comunhão*. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

MERRIAM, S. *Qualitative research and case study applications in education*. 2 ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MESQUITA, W. A. B. *Em busca da prosperidade: trabalho e empreendedorismo entre neopentecostais*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

METANEXUS. *What is spiritual capital*. 2003. In: <http://www.metanexus.net/spiritual_capital/What_is.asp>. Acessado em 10 set. 2005.

MILLER, K. D. Competitive strategies of religious organizations. *Strategic Management Journal*, v. 23, n. 5, p. 435-456, 2002.

MILLS, C. W. *A nova classe média [White Collar]*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. *Academy of Management Review*, v. 23, n. 2, p. 242-266, 1998.

NEMETH, R. J.; LUIDENS, D. A. The Religious Basis of Charitable Giving in America: A social capital perspective. In: SMIDT, C. (Ed.). *Religion as Social Capital: Producing the common good*. Texas, Baylor University Press, 2003. p. 107-120.

PIERUCCI, A. F. “Bye bye, Brasil”: o declínio das religiões tradicionais no censo de 2000. *Estudos avançados*, v. 18, n. 52, p. 17-28, 2004.

PINHEIRO, M. B. Economia de comunhão: uma experiência peculiar de economia solidária. In: SINGER, P.; DE SOUZA, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 333-351.

PINTO, M. C. S. *A economia de comunhão sob o olhar da teoria dos stakeholders*. 2004. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2004.

POF. *Economia das religiões: Mudanças recentes*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2007.

POLANYI, K. *A Grande Transformação: As origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____. The Economy as Instituted Process. In: GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. *The Sociology of Economic Life*. 2nd ed. Cambridge: Westview Press, 2001. p. 31-50.

PORTES, A. Social Capital: its origins and applications in modern sociology. *Annual Review of Sociology*, n. 24, p. 1-24, 1998.

PRANDI, R. Religião paga, conversão e serviço. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, p. 65-77, 1996.

PUTNAM, R. D. The Prosperous Community: Social Capital and Public Life. *The American Prospect*, n. 13, Spring, 1993.

_____. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

QUARTANA, P. *et al.* *Economia de comunhão*. São Paulo: Cidade Nova, 1992.

QUARTANA, P. *et al.* *Economia de comunhão*. 2 ed. Vargem Grande Paulista, São Paulo: Cidade Nova, 1998.

RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

RIBEIRO, S. F. *Carisma e modernidade*. Ginetta Calliari, “a ética da unidade e o espírito da economia de comunhão”. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SARAGOÇA, Y. C. B. *Evangelizando “homens de negócios”: O pentecostalismo e o empresariado*. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 2003.

SCHLEMM, M. M. *et al.* *Empreendedorismo no Brasil: relatório executivo*. Global Entrepreneurship Monitor, 2006. Disponível em
<<http://www.gemconsortium.org/document.asp?id=486>>. Acessado em 30 abr. 2006.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 81-129.

_____. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1984.

SERAFIM, M. C. *A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão*. 2001. 139p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em:
<<http://teses.eps.ufsc.br/Resumo.asp?1743>>.

SERAFIM, M. C.; MARTES, A. C. B. *Sobre Esta Pedra Edificarei a Minha Empresa: Organizações Religiosas e o Incentivo ao Empreendedorismo*. Anais do XXXI EnANPAD,

promovido pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), Rio de Janeiro, 23-26 set. 2007a.

_____; _____. *Empreendedorismo e Organizações Religiosas*. Anais do 31º Encontro Anual da ANPOCS, Seminário temático “Dilemas da modernidade periférica”. Caxambu – MG, 22-26 out. 2007b. Disponível em <<http://tinyurl.com/39cpgc>>.

SERVA, M.; ANDION, C. Teoria das organizações e a nova sociologia econômica: um diálogo interdisciplinar. *RAE-revista de administração de empresas*, v. 46, n. 2, p. 10-21, 2006.

SHERKAT, D. E. Religion and economic life. In: BECKERT, J.; ZAFIROVSKI. *Internacional Encyclopedia of Economic Sociology*. London and New York: Routledge, 2006. P. 571-575.

SIEPIERSKI, C. T. *"De bem com a vida": o sagrado num mundo em transformação – um estudo sobre a Igreja Renascer em Cristo e a presença evangélica na sociedade brasileira contemporânea*. São Paulo, 2001. 226 p. (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Fé, marketing e espetáculo: A dimensão organizacional da Igreja Renascer em Cristo. *Civitas*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 127-146, 2003

SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.). *The handbook of economic sociology*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1994.

SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.). *The handbook of economic sociology*. 2nd ed. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2005a.

SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. Introducing Economic Sociology. In: _____ (Eds.). *The handbook of economic sociology*. 2nd ed. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2005b. p. 3-25.

SMIDT, C. (Ed.). *Religion as Social Capital: Producing the common good*. Texas, Baylor University Press, 2003.

SMIDT, C. Introduction. In: _____. (Ed.). *Religion as Social Capital: Producing the common good*. Texas, Baylor University Press, 2003. p. 1-18.

SORGI, T. A cultura do dar. In: QUARTANA, P. *et al. Economia de comunhão*. 2 ed. Vargem Grande Paulista, São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 30-68.

SOUZA, L. A. G. As várias faces da Igreja Católica. *Estudos avançados*, v. 18, n. 52, p. 77-95, 2004.

SOUZA, A. R. *Igreja in concert: padres cantores, mídia e marketing*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

SPERS, V. R. E. *Organização e Economia de Comunhão: relações sociais e subjetivas permeadas pela religiosidade?* 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

STARK, R.; IANNACCONE, L. R.; FINKE, R. Religion, Science, and Rationality. *The American Economic Review*, v. 86, n. 2, p. 433-437, 1996.

STEINER, P. *A nova sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.

STINNCHOMBE, A. *Economic Sociology*. New York: Academic Press, 1983.

STOLL, D. *Is Latin American Turning Protestant?* University of California Press, 1991.

SWARTZ, D. *Culture & Power: The Sociology of Pierre Bourdieu*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

SWEDBERG, R. A nova sociologia econômica: o que já se atingiu, o que se seguirá? In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. *A nova sociologia econômica: uma antologia*. Oeiras: Celta Editora, 2003. p. 229-253.

_____. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo social*, v. 16, n. 2, p. 7-34, 2004.

_____. *Max Weber e a idéia de Sociologia Econômica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005.

TAWNEY, R. H. *A religião e o surgimento do capitalismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

THORNTON, P. H. The Sociology of Entrepreneurship. *Annual Review of Sociology*, v. 25, p. 19-46, 1999.

WEBER, M. A psicologia social das religiões mundiais. In: GERTH, H. H.; MILLS, C. W. (Orgs.). *Ensaio de Sociologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. p. 189-211.

_____. As seitas protestantes e o espírito do capitalismo. In: GERTH, H. H.; MILLS, C. W. (Orgs.). *Ensaio de Sociologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. p. 212-225.

_____. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: GERTH, H. H.; MILLS, C. W. (Orgs.). *Ensaio de Sociologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. p. 226-249.

_____. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.

_____. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. *Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 2004b. (Coleção “Grandes Cientistas Sociais”).

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4 ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília : São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004c. v. 1.

WHYTE, H. C. Where do markets come from? *American Journal of Sociology*. n. 87, p. 517-547, 1981.

WHYTE JR., W. H. *The organization man*. New York: Simon & Schuster, 1956.

WOODBERRY, R. D. *Researching spiritual capital: promises and pitfalls*. 2003. In: <http://www.metanexus.net/spiritual_capital/pdf/woodberry.pdf>. Acessado em 10 set. 2005.

WUTHNOW, R. Religion and economic life. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.). *The handbook of economic sociology*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1994. p. 620-646.

_____. New directions in the study of religion and economic life. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.). *The handbook of economic sociology*. 2ª ed. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2005. p. 603-626.

YIN, R. K. *Case study research*. Newbury Park, California: Sage Publications, 1984.

ZAMAGNI, S. Um imprescindível investimento em cultura. *Cidade Nova*, São Paulo, n. 1-2, p. 23, jan./fev. 1999.

_____. *Economia de comunhão: um novo paradigma de racionalidade econômica?* Boletim da Economia de Comunhão. Ano IV, n. 1, fev. 1999.

_____. Pronunciamento Realizado na Mariápolis Ginetta. In: ECONOMIA DE COMUNHÃO: CONGRESSO NACIONAL 2002. *Anais*. Mariápolis Ginetta, 2002. p. 9-14.

ZUKIN, S.; DIMAGGIO, P. Introduction. In: _____ (Orgs.). *Structures of Capital*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

* * *